

2020.1

Revista Esripturas

REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA
DA UNIVERSIDADE DE
PERNAMBUCO/CAMPUS PETROLINA

Tema Livre

www.revistaescripturas.com

INSS
2526-6543

Revista Escripuras

Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco/campus Petrolina

Electronic Journal of History of the University of Pernambuco /Petrolina campus

ISSN – 2526-6543

R454 Revista Escripuras: Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco / Campus Petrolina [recurso eletrônico] / Colegiado de História, Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. - v. 4, n.1, 317p. (2020)- . - Dados eletrônicos. - Petrolina: Colegiado de História, 2020-

Semestral: 2020.1

ISSN 2526-6543

Disponível em: www.revistaescripturas.com

1. Historiografia. 2. História do Brasil. 3. Regionalismo. 4. Política. 5. Educação. I. Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. II. Colegiado de História. III. Universidade de Pernambuco. IV. Título: Tema livre.

CDD-907.2

Catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Wemerson Rodrigo da Silva, CRB 4/2205, Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina.

Sumário

Apresentação.....4

Artigos

Jessica Santana de Assis Alves

À frente das fazendas: a participação feminina no conjunto produtivo de café no Rio de Janeiro na década de 1850.....7

João Paulo Peixoto Costa

Dolorosa lembrança: o fim do estatuto de vila de índios em Monte-mor Novo (Ceará, 1828-1831).....31

Luiz Gustavo Martins da Silva

A presença de exilados liberais portugueses no império do Brasil (1828-1834)50

Marília Lima de Araújo

Histórias de escravização e busca pela liberdade no Alto Sertão de Alagoas, 1851 – 1888.....70

José Augusto Zorzi

Memórias do "20 de Novembro": militantes negros e a reconstrução do passado Afro-Brasileiro.....93

Carolline da Silva Soares

Leonardo Baptista

O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea.....118

Gabriel Duarte Costaguta

Oliveira Vianna, acción política e interpretaciones del Brasil en 1930: Problemas de política objetiva 90 años después.....142

Leonardo Paiva de Oliveira

O coração e a cabeça do corpo: percepções espaciais em Portugal e na América portuguesa (Séc. XVI-XVIII).....161

Daniel Barreto Lopes

Conjuntos Urbanos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: reflexões a partir de uma escrita do patrimônio no Piauí.....178

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

A utilização do jogo de tabuleiro e seus reflexos no processo de ensino-aprendizagem do licenciando em História em sua formação docente.....197

Láisson Menezes Luiz

Do conflito ao acordo: as relações dos monarcas portugueses com o clero (1185-1325).....227

Marcos Arthur Viana da Fonseca

"Será muito justo dar-se regimento aos governadores": o regimento dos governadores de Pernambuco e a reestruturação do Estado do Brasil (1654-1670).....245

Andressa Paula

Imprensa: veículo do bem e do mal na concepção dos documentos oficiais da Igreja Católica (séc. XIX-XX).....269

Leonardo Bento de Andrade

O mestiço e a nação: a questão racial no Muralismo mexicano e suas reverberações no século XXI.....289

Resenhas

Raick de Jesus Souza

SANTOS, Fabricio Lyrio. Te deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763). Salvador: Saggá, 2019. 160 p. ISBN: 978-58-93123-44-3.....313

Apresentação

O ano de 2020 continuará sendo vivido e lembrado por essa geração e as futuras como um marco na história da humanidade. Em que pese todas as experiências e narrativas históricas sobre pandemias e catástrofes, nada poderá se equiparar ao momento vivenciado. Talvez menos em função da gravidade e atrocidades provocadas, afinal, ao fecharmos essa edição, já contamos com mais de 100 mil mortos no Brasil em decorrência do COVID-19. No entanto, além disso e de forma mais expressiva, o fator *tempo* é determinante para entendermos a gravidade e o legado que o ano de 2020 nos deixará.

O tempo da humanidade está sendo pautado na corrida desenfreada dentro dos laboratórios e indústrias farmacêuticas. Enquanto isso, o tempo nos hospitais também mudou, assim como o tempo do comércio, da indústria, do trabalho. A noção de isolamento social não condiz com isolamento informacional. O volume de informações que correm na velocidade da luz, muito mais rápido inclusive que a disseminação e letalidade desse vírus, nos colocou frente a frente, não somente com as doenças biológicas e as *fakenews*, mas também com as velhas doenças sociais. Doenças essas que o tempo não foi capaz de curar e, portanto, a História ainda tem muito a fazer.

As teorias sobre disseminação viral incorporaram os velhos preconceitos de lugar e de origem e os debates sobre o mercado de Wuhan na China reafirmaram consigo as mazelas da xenofobia. O discurso negacionista ou o que oportunizou o contexto para destilar seus impropérios, desconsiderou a vulnerabilidade social em que os profissionais de saúde estão submetidos (quase 90% dos auxiliares, técnicos e enfermeiros no Brasil são mulheres, de acordo com dados do IBGE e do COFEN) ou mesmo populações periféricas urbanas e em situação de risco como quilombolas, ribeirinhos, índios, entre outras.

Por todo esse contexto tão carregado de lutas, a Revista Escripturas mantém seu compromisso científico e social de disseminar o conhecimento histórico de qualidade e abre seu ano editorial com um número de artigos de variadas temáticas que reafirmam não só a qualidade da produção científica

das humanidades no Brasil, mas a diversidade historiográfica do nosso universo de produção de conhecimento.

Os cinco primeiros artigos desse número nos colocam o desafio de pensar o papel crucial da história em dar voz aos agentes sociais comumente inferiorizados por uma história, na maioria das vezes, masculina, branca e elitista. No artigo de Jessica Santana de Assis Alves nos deparamos com as mulheres cafeicultoras do Rio de Janeiro imperial e as questões em torno do mundo do trabalho e da capacidade de representação política, tema esse também descortinado por João Paulo Peixoto Costa em seu artigo sobre os índios do Ceará na primeira metade do século XIX. O artigo sobre a presença dos exilados portugueses no Brasil oitocentista de Luiz Gustavo Martins da Silva, nos informa sobre os debates da identidade nacional brasileira e o legado colonial português a partir de manchetes e artigos veiculados em jornais de época. Marília Lima de Araújo nos brinda com reflexões caras à historiografia brasileira contemporânea: as experiências de escravidão e liberdade de mulheres e homens negros em contextos espaciais diferenciados, como o 'sertão'. Por outro lado, José Augusto Zorzi parte das histórias individuais e coletivas contadas pelo Movimento Negro do Rio Grande do Sul sobre Zumbi dos Palmares e envereda pelos tortuosos caminhos do uso político da memória. Esses artigos têm em comum o diálogo profícuo e urgente da História Social e seus desdobramentos em torno da História das Mulheres, da História Indígena, da História da Escravidão e das histórias nacionais e regionais.

O artigo de Caroline da Silva Soares e Leonardo Baptista sobre o conceito de cultura política ilumina questões ainda delicadas da nossa recente história da ditadura, bem como o artigo de Gabriel Duarte Costaguta nos informa sobre o pensamento social brasileiro a partir da obra de Oliveira Vianna. Esses artigos contribuem para enriquecer o debate historiográfico brasileiro em torno de conceitos como 'cultura política' e 'história intelectual'.

Leonardo Paiva de Oliveira e Daniel Barreto Lopes, embora tratem de temporalidades e temáticas tão diferentes, seus artigos compartilham de um fazer historiográfico de grande relevância: a intrínseca relação entre 'história'

e 'espaços'. A dimensão do 'espaço', que conjuga e partilha do enriquecimento teórico de conceitos variados, como aqueles que aparecem nos respectivos artigos, à exemplo de 'capitanias' e 'sertões'; se prestam a renovação histográfica. Renovação essa também experimentada nos artigos de Láisson Menezes Luiz e Marcos Arthur Viana da Fonseca dentro da seara da Nova História Política e os conflitos e acordos entre esferas múltiplas da organização social no medievo e suas consequências para a formação do Estado moderno.

O oportuno artigo de Marcus Pierre de Carvalho Baptista sobre a utilização de jogos de tabuleiro no ensino de história, nos convida a refletir sobre as metodologias ativas de ensino também no nível superior. Um dos exemplos utilizados pelo autor foi um jogo de tabuleiro sobre a História da América Contemporânea referente a Revolução Cubana de 1959, que completou o ano passado 60 anos. Encerrando a seção de artigos apresentamos os trabalhos com fontes documentais diversas de Andressa Paula e Leonardo Bento de Andrade: ela utilizando as fontes hemerográficas para o estudo de aspecto da História da Igreja no Brasil e ele, as fontes iconográficas para o estudo das identidades nacionais no México. Por fim, e não menos importante, esse número trás a resenha de Raick de Jesus Souza sobre a obra de Fabrício Santos e a questão da expulsão dos jesuítas do Brasil no século XVIII.

Por tudo isso, o número 4, volume primeiro de 2020 da Revista Escripturas é um convite a leitura e ao conhecimento de temas tão variados da nossa historiografia e bastante necessário para compreensão da realidade atual.

Boa leitura.

**Comissão Editorial
Agosto, 2020**

À frente das fazendas: a participação feminina no conjunto produtivo de café no Rio de Janeiro na década de 1850

 Jessica Santana de Assis Alves*

Resumo: Nesse artigo pretende-se dialogar e contribuir com a historiografia das mulheres cafeicultoras, mapeando a presença delas na província do Rio de Janeiro. Para observar a distribuição de mulheres fazendeiras nos municípios da província a fonte escolhida é o *Almanak Laemmert*. Será analisada uma amostra de dez anos, de 1851 a 1860 buscando responder o seguinte questionamento: qual a dimensão da participação de mulheres na economia cafeeira do Rio de Janeiro? Nossa concepção teórica parte da proposição de excepcionalidade e normalidade de Edoardo Grendi, que reflete sobre acontecimentos que no primeiro momento são observados como extraordinários ou contingentes podem ser considerados ao contrario sintoma de uma normalidade alternativa.

Palavras-chave: Cafeicultoras, Almanak laemmert, Rio de Janeiro.

Por delante de las granjas: la participación femenina en el juego productivo del café en el Rio de Janeiro en la década de 1850

Resumen: En este artículo uno tiene la intención de hablar y contribuir con la historiografía de las mujeres cafeicultoras, mapeando su presencia en la provincia del Río de Janeiro. Para observar a la distribución femenina fazendeiras en las autoridades locales de la provincia la fuente elegida es Almanak Laemmert. Una muestra de diez años se analizará, a partir de 1851 hasta 1860 contemplando la respuesta siguiente questionamento: ¿qué la dimensión de la participación femenina en la economía de café del Río de Janeiro? Nuestra concepción teórica se va de la proposición de la naturaleza excepcional y la normalidad de Edoardo Grendi, que cree en acontecimientos que en el primer momento se notan cómo extraordinario o posible se pueden considerar en el síntoma contrario de una normalidad alternativa.

Palabras clave: Cafeicultoras, Almanak laemmert, Rio de Janeiro.

* Doutoranda em História Social na Pós-Graduação de História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: jessica315171@gmail.com



Introdução

"(...) à medida que surgem novos estudos sobre o tema, torna-se difícil acreditar que a mulher tenha sido mesmo este ser tão submisso, apesar de todas as restrições, de todas as convenções sociais e leis que lhe eram impostas. Embora a sujeição feminina tenha sido evidente pela estrutura social em que viviam, a subordinação ao homem não deve ser considerada o único princípio da estrutura social brasileira do século XIX." (Alegrio, 2011:18)

Na epígrafe Leila Alegrio (2011) afirma que, apesar de toda a submissão feminina fruto de um sistema de dominação e de estruturação de poder pautado pelo patriarcado, as mulheres não eram completamente submissas. Diante da análise da autora e dos diversos estudos (Ferreira, 2004); (Muaze, 2008); (Soares, 2007); (Mello, 2009); (Alegrio, 2011); (Paiva, 2013); (Almeida, 2014) que se propõem a pesquisar a atuação de mulheres no século XIX, consideramos que as mulheres conseguiam atuar como agentes econômicos em uma sociedade patriarcal.

Neste artigo pretende-se mapear a presença de mulheres no conjunto produtivo cafeeiro do Rio de Janeiro oitocentista, essa é uma análise que deriva de uma parte da minha dissertação de mestrado, que possuía o objetivo de investigar a ação social e econômica de uma fazendeira de café (D. Gertrudes Maria da Conceição) na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal de Itaguaí nas décadas de 1850 e 1860.

A necessidade de realizar um mapeamento das cafeiculturas no Rio de Janeiro derivou de questionamentos que surgiram no decorrer da minha pesquisa de dissertação. Ao realizar uma reflexão acerca da cafeicultora estudada e do lugar que ela ocupava no conjunto produtivo de café da Freguesia do Bananal, surgiram questões acerca da sua "excepcionalidade": até que ponto podemos considerar que ela ou que as mulheres fazendeiras de café de Bananal são excepcionais frente a condição da mulher no século XIX? Existiam ou não diversas outras mulheres atuando como cafeicultoras naquele momento? Itaguaí era uma região privilegiada, nesse sentido, devido

ao fato de fazer fronteira com o Vale do Paraíba ou era uma das regiões em que as mulheres puderam ser fazendeiras de café?

Nesse sentido, acima de tudo, a proposta é responder uma pergunta que engloba as demais, qual a dimensão da participação de mulheres na economia cafeeira do Rio de Janeiro? Nossa concepção teórica parte da proposição de excepcionalidade e normalidade de Edoardo Grendi, microhistoriador, que refletindo sobre o uso das fontes históricas evidenciou que qualquer relato aparentemente excepcional pode resultar na realidade de “extraordinariamente ‘normal’, precisamente por ser revelador” (Grendi, 2009: 27).

Para Grendi (2009) o que no primeiro momento pode ser extraordinário ou contingente, como o fato de uma mulher atuar na direção de uma fazenda de café, pode ser considerado ao contrário sintoma de uma normalidade alternativa, isto é, de uma série de acontecimentos regulares que passaram despercebidos por uma historiografia tradicional. No que concerne a essa invisibilidade, Maria Odila Leite da Silva Dias afirma que a memória social da vida das mulheres foi se perdendo ao longo do tempo devido ao esquecimento ideológico e não por total inexistência de documentos (Dias, 1995).

Nas palavras de Dias “as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito.” (Dias, 1995:11). Sendo assim, a autora alerta que é necessário reunir os dados dispersos e esmiuçar o implícito para reconstruir a história das mulheres. Nesse sentido, acredito que parte das mulheres abastadas da sociedade estavam inseridas e participavam do um conjunto produtivo cafeeiro no Rio de Janeiro, não somente em regiões circunscritas como é o caso do Vale do Paraíba ou Itaguaí (região estudada na dissertação).

A partir de uma perspectiva analítica mais recente derivada de uma reconfiguração nos estudos na década de 1970 que passaram a incluir um grupo até então majoritariamente excluído, os historiadores das mulheres veem analisando a presença de mulheres fazendeiras e lavradoras rompendo os paradigmas que anulam a participação feminina nas atividades econômicas

e desmistificando a ideia de que a direção de unidades produtivas no século XIX, estavam exclusivamente sob liderança e comando dos homens.

Segundo Marina Maluf (1994), a historiografia clássica que se dedicou ao estudo da expansão cafeeira estava preocupada, em um primeiro momento, em investigar a dependência, origem e características do capitalismo brasileiro, a partir da análise da geração de riqueza, acúmulo de capital e a articulação do café a indústria. Além dessas questões, pesquisadores como Celso Furtado (1959), Florestan Fernandes (1975) e Décio Saens (1985), segundo a autora, buscaram tipificar as classes sociais no interior do mundo cafeeiro e analisar a formação da burguesia e camadas médias brasileiras.

Mas apesar de compreender que a bibliografia clássica esclarece múltiplos aspectos da nossa sociedade, Marina Maluf (1994) questionou a ausência da participação das mulheres no contexto da produção cafeeira. Em sua tese a autora traz uma nova contribuição para a história da sociedade cafeeira e para a história social das mulheres no Brasil, analisando aspectos do cotidiano de duas fazendeiras de café e demonstrando um dos papéis desempenhados pelas mulheres da Elite rural¹ em São Paulo, em fins do século XIX e início do XX.

A partir da análise de diários de memória escritos pelas fazendeiras Floriza e Brazília, a autora demonstrou a liderança dessas mulheres no dia-a-dia das fazendas, e dos grupos familiares, desmistificando o mito de mulheres ociosas e passivas perante os acontecimentos. Esse estudo, portanto, confere na tensão entre o normativo e a experiência, de modo a revelar a integração da experiência social dessas mulheres na história da cafeicultura no Brasil. Essa obra foi um primeiro esforço nesse sentido,

¹ A autora não define na obra a sua concepção sobre o conceito Elite rural, mas no decorrer das páginas é possível observar que ela classifica as fazendeiras estudadas como pertencentes às camadas mais altas da sociedade paulista agrária, de uma elite empreendedora e dinâmica, com riqueza e mentalidade para criar novas e rentáveis oportunidades de investimentos. Além de fazerem parte de um grupo que gozava de todos os prestígios na administração e na política.

estudando a inserção social do trabalho das fazendeiras, os processos de criação e manutenção de fazendas.

Após o estudo de Maluf, nas últimas duas décadas, diversos outros historiadores se dedicaram a estudar as mulheres na condição de fazendeiras de café (Ferreira, 2004); (Muaze, 2008); (Soares, 2007);(Mello, 2009); (Alegrio, 2011); (Paiva,2013); (Almeida, 2014). Porém, a maioria deles voltou-se para as regiões do Vale do Paraíba. De certo, o Vale do Paraíba foi uma região de destaque na produção do café no século XIX, e dessa forma, provavelmente é uma das regiões que possui diversas potencialidades históricas e um grande número de fontes para se abordar esse período cafeeiro brasileiro.

Esses estudos existentes são importantes na medida em que ressaltam a presença e práticas cotidianas da mulher nas fazendas de café no decorrer do século XIX, inserindo assim, as mulheres no contexto da produção cafeeira. Porém, acredito que essa demarcação ao Vale do Paraíba indica como se as mulheres por estarem em uma região profícua da cafeicultura se destacaram nela e se encerraram nela, faltando uma análise relacional da participação dessas mulheres na sociedade e economia cafeeiras de maneira mais ampla. Isto é, a partir de outras regiões.

Considero importante, dialogar com estes estudos tão importantes para a historiografia das mulheres e considerar a existência de cafeeiras em outras regiões da província do Rio de Janeiro que também são profícuas e possuem gamas de fontes diversas sobre o tema. É necessário mais estudos sobre as regiões cafeeiras fora desse complexo. Pois, desde a década de 1830 o Brasil reinava como maior produtor mundial de café, em posição bem a frente dos seus competidores: Cuba, Java, Jamaica e Haiti. Devido a esse controle do mercado mundial no oitocentos a cafeicultura desponta como um importante produto para o desenvolvimento do país (Marquese; Tomich, 2009). E nesse contexto também é necessário entender a participação feminina e seus desdobramentos.

Neste artigo pretendemos indicar a presença de mulheres cafeeiras na província do Rio de Janeiro. Para isso, lançamos mão do *Almanak*

Laemmert para observar a distribuição das mesmas nos municípios da província entre os anos de 1851 a 1860. A demarcação temporal está atrelada aos objetivos da minha dissertação, selecionei uma amostra de dez anos para refletir sobre o conjunto produtivo do qual a senhora objeto da pesquisa fazia parte na década de 1850.

A nossa argumentação será dividida em três partes, no primeiro momento buscamos trazer informações sobre a fonte utilizada, informando as principais características da seção do anuário que foi investigada. Em seguida, a amostragem será dividida em dois quinquênios, onde analisaremos as informações recolhidas acerca da participação das mulheres nas listas dos anuários. Por fim, será feito um comparativo entre os quinquênios demonstrando de maneira mais clara as semelhanças e diferenças da distribuição de mulheres nos dois períodos da amostragem.

As valiosas linhas do Almanak Laemmert

A fonte escolhida para a realização deste artigo é o *Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro*, mais conhecido como *Almanak Laemmert*. O *Almanak* foi editado pela primeira vez no ano de 1843, impresso pela editora "Typographia Universal de E. & H. Laemmert" dos irmãos Laemmert, as suas publicações ocorreram entre os anos de 1844 e 1889 (Motta, 2008).

Na parte destinada às províncias buscava-se arrolar as principais personalidades e atividades exercidas em cada município e freguesia da província do Rio de Janeiro. Contendo assim, por exemplo, os nomes de funcionários da justiça e demais cargos administrativos, donos de comércios e fazendeiro divididos de acordo com o tipo de cultivo praticado nas propriedades.

De acordo com Rubens Machado (2013) em pesquisa sobre senhores, lavradores e escravos na Vila de Iguazu, o financiamento para a publicação dos anuários ocorria por meio dos assinantes e dos anunciantes que utilizavam o anuário para anunciar os seus estabelecimentos. Mediante esse

financiamento a seção das províncias era gratuita, não sendo necessário os listados pagarem algum tipo de taxa para ter os seus nomes nas listas.

Os assinantes nos dois primeiros anos de publicação pagavam uma quantia de 2\$500 réis, e posteriormente com o aumento de páginas o valor cobrado chegou a exceder o dobro do primeiro. Enquanto os anunciantes pagavam quantias que variavam de acordo com o tamanho do anúncio: 320 réis para publicações de uma linha, 4\$000 réis para anúncios de um quarto de página, 8\$000 réis para anúncios de meia página e 15\$000 réis para anúncios de uma página inteira.

O autor afirma também que a coleta dos dados era realizada por correspondentes locais, que eram interlocutores da Tipografia Laemmert. Seguindo esse pressuposto, para que o nome de alguém fosse publicado, dependia basicamente do interlocutor que era morador da região listada que produzia as informações e obedecia aos seus critérios. No que diz respeito aos critérios procuramos pelas páginas do anuário alguma pista que indicasse os parâmetros que os emissários locais estabeleciam para inserir um fazendeiro na lista em detrimento de outros.

Na busca nos deparamos com três explicações de emissários descritas ao final das listas de fazendeiros de café. Na primeira em 1850 o emissário que apresentou informações do Município de Rio Bonito informou que os fazendeiros ali listados são os que colhem acima de 600 arrobas de café, havendo três ou quatro deles que chegam à cifra de 2.000 a 4.000 arrobas (Almanak, 1850:176). No ano de 1852 há duas descrições para o Município de São João Batista de Macaé, a primeira para a freguesia da Cidade onde o emissário afirma que a maioria dos lavradores mencionados possuía mais de 10 escravos (Almanak, 1852:72) e a Freguesia de S. João da Barra em que não indicou o número base de escravizados, mas disse que listou aqueles que tivessem “maior número de braços em serviço” (Almanak, 1852:75).

Por fim, encontramos na Freguesia de S. José do Rio Preto em 1857 o emissário relatando que o parâmetro de escolha foi das grandes fazendas e aquelas que empregassem maior número de mão-de-obra na lavoura (Almanak, 1857:141). Nesse sentido, os emissários locais buscavam de

acordo com o seu critério e a sua localidade listar os fazendeiros que tivessem maiores quantidades de terras, de escravizados, de café produzido ou a união das categorias escravizados e terras.

Portanto, devemos ter em mente que as listas do *Almanak* resultavam do entendimento que os interlocutores possuíam das atividades locais e dos moradores, levando em consideração a percepção destes acerca da hierarquia social, do destaque dos indivíduos e das atividades desenvolvidas. Essas listas, portanto, expunham os espaços que o interlocutor informante, um morador da região, acreditava que os listados ocupavam social e economicamente.

Durante o período de amostragem deste artigo a divisão territorial e administrativa da Província do Rio de Janeiro sofreu alterações, freguesias passaram a existir ou se unificaram com outras freguesias, assim como os municípios. Além de haverem anos em que freguesias deixavam de ser mencionadas e reapareciam de novo no *Almanak*, o que nos faz acreditar que tenha havido a ausência do emissário local ou das informações fornecidas por ele. Pois, no ano de 1856 os editores do *Almanak* fizeram uma nota de esclarecimento aos leitores sobre a falta de informações, eles explicam que devido os efeitos de uma epidemia, alguns emissários locais foram impedidos de fornecer informações e solicitam que pessoas habilitadas nas localidades pudessem suprir as informações necessárias (Almanak, 1856:256).

Rastros femininos: a distribuição de mulheres cafeicultoras no Almanak Laemmert nos municípios da Província do Rio de Janeiro

Neste tópico iremos analisar a distribuição das mulheres cafeicultoras em relação aos homens no *Almanak Laemmert*, para uma melhor investigação dos dados dividimos os dez anos de amostragem em dois quinquênios.

Tabela 1. Distribuição por Gênero de fazendeiros e lavradores de café nos municípios da Província do Rio de Janeiro (1851-1855)

MUNÍCIPIOS	1851			1852			1853			1854			1855		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Angra dos Reis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	104	06	110	145	12	157
Barra Mansa	149	17	166	215	23	238	162	20	182	191	24	215	191	23	214
Cabo Frio	142	08	150	200	23	223	197	24	221	242	27	269	201	15	216
Campos	99	02	101	98	02	100	89	02	91	154	06	160	170	06	176
S. Fidelis	105	06	111	104	05	109	105	5	110	140	08	148	203	11	214
Cantagalo	25	02	27	91	03	94	183	16	199	276	24	300	311	23	334
Capivari	275	19	294	265	19	284	207	15	222	236	19	255	217	16	233
Estrela	53	04	57	78	09	87	82	11	93	105	23	128	69	14	83
Petrópolis	03	02	05	05	02	07	05	02	07	12	02	14	11	02	13
Iguaçu	54	04	58	47	04	51	54	05	59	163	12	175	160	14	174
Itaboraí	77	02	79	78	02	80	128	08	136	03	-	03	04	-	04
Itaguaí	89	07	96	86	07	93	163	06	169	165	05	170	166	05	171
Macaé	166	10	176	191	11	202	229	11	240	318	17	335	227	17	244
Magé	45	14	59	65	10	75	72	12	84	68	12	80	60	11	71
Mangaratiba	39	03	42	39	03	42	39	03	42	33	03	36	53	05	58
Maricá	49	04	53	44	04	48	48	06	54	62	05	67	66	05	71
Neutro	146	18	164	165	18	183	177	16	193	219	24	243	-	-	-
Niterói	72	08	80	89	11	100	90	11	101	91	13	104	77	12	89
Nova Friburgo	30	01	31	30	01	31	36	03	39	105	11	116	102	11	113
Paraíba do Sul	90	06	96	123	19	133	134	12	146	151	14	165	158	15	173
Paraty	31	01	32	29	01	30	27	01	28	24	01	25	25	02	27
Pirahy	181	12	193	168	14	182	177	16	193	173	16	189	172	15	187
Rezende	389	37	426	407	40	447	314	39	353	306	40	346	352	45	397
Rio Bonito	85	01	86	88	01	89	89	01	90	86	02	88	106	03	109
St. Antonio de Sá	126	21	147	113	21	134	112	21	133	82	16	98	80	16	96
S. J. da Barra	06	-	06	07	-	07	05	-	05	11	01	12	24	-	24
S. J. do Príncipe	77	03	80	128	12	140	128	11	139	137	12	149	144	13	157
Saquarema	246	25	271	452	21	473	701	20	721	72	08	80	74	11	85
Valença	335	27	362	364	33	397	359	33	392	427	39	466	381	36	417
Vassouras	232	14	246	206	16	222	207	16	223	208	16	224	225	16	241
Rio Claro	53	03	56	52	04	56	84	06	90	97	09	106	92	09	101
TOTAL ANUAL	3.469	281	3.750	4.030	329	4.359	4.403	351	4.754	4.461	414	4.875	4.268	383	4.651

Fonte: CRL - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Seção das Províncias. Anuários de 1851 a 1855. Tabela elaborada pela autora.

Nos cinco primeiros anos da nossa amostragem, é perceptível que juntos os municípios que faziam parte do Vale do Paraíba como Barra Mansa, Resende, Pirai, Valença, Rio Claro, Vassouras e Cantagalo possuíam quase a metade do total dos fazendeiros listados. Porém, observando cada município isoladamente a distribuição não é tão destoante. Havia a presença de diversos fazendeiros e fazendeiras de café por toda a província do Rio de Janeiro. Desde municípios com pouca menção como Petrópolis que atingiu o número máximo de 13 fazendeiros de café listados no ano de 1855, até Macaé com 244 listados que não faziam parte do Vale do Paraíba.

Há uma flutuação dos fazendeiros listados, alguns permanecendo por longos anos nas listas e outros deixando de ser listados. Porém, podemos observar que na maioria das vezes o número total de fazendeiros, independente do sexo, aumenta no decorrer dos anos, exceto no ano de 1855 que diminui em 31 o número de mulheres listadas. Isso indica como progressivamente aumenta a produção de café nos municípios no decorrer dos anos e como os fazendeiros vão se destacando cada vez mais na direção da sua unidade produtiva.

No que concerne às mulheres, no primeiro ano da amostra elas somam um total de 281, mas nos anos seguintes o percentual total vai crescendo progressivamente até ocorrer à decadência no ano de 1855. Durante esses cinco anos todos os municípios tiveram mulheres listadas, mesmo que não tenha sido em todos os anos da amostragem, com a quantidade variando de uma mulher listada, como ocorreu nos municípios de Nova Friburgo e Rio Bonito no ano de 1851 até 45 mulheres no município de Resende, município integrante do Vale do Paraíba.

Visto o quantitativo de mulheres listadas, durante o levantamento dos dados buscamos recolher informações que nos permitisse realizar uma análise mais qualitativa dessas mulheres que durante os anos apareceram nas listagens como fazendeiras de café. Para demarcar a posição social, desde o período colonial os indivíduos mais abastados recebiam títulos. As mulheres também eram contempladas por meio dos títulos nobiliárquicos

como viscondessas, baronesas e etc, incorporados pela descendência e matrimônio.

De acordo com Mariana Muaze (2008) a aquisição de títulos na segunda metade do século XIX era um elemento primordial para conquistar importância social. O advento do prestígio social não estava associado, prioritariamente, a posse de terras e de escravizados, mas a fortuna, redes de sociabilidade e mérito.

Dentre os títulos há o de Dona, que de acordo com o dicionário da língua brasileira do século XIX, escrito por Luiz Maria da Silva Pinto, significa: "Dona, sf. Em sentido próprio é a mulher, que conhece o varão. Título de mulher nobre. Mulher idosa. No plur. Jogo de tabulas. Dona antigamente era a Avó. Dona de honra senhora nobre que serve no Paço²." (Pinto, 1832: 48).

A atribuição de nobreza ao título de dona também é encontrada na definição do século anterior, Raphael Bluteau atribui o seguinte significado ao título de "Dona":

DONA. Título de mulher nobre. Vid. Dom. Assim como por [sincopa] de *Dominus*, querem alguns que se diga *Dominus*, parece que também por [sincopa] de Domina se houve de dizer *Domna*. [...] Dona de honra. Mulher viúva de qualidade, que no palácio assiste uma Rainha, ou a uma Princesa. *Vidua honorária*. Dona. Mulher de idade que serve em uma casa com [capelo], à diferença das donzelas. [...] senhoras ilustres, ou viúvas muito nobres.[...]. Grifo da fonte (Bluteau, 1728: 287).

Neste sentido, essas senhoras faziam parte de um grupo distinto da sociedade, "ilustre" e de "qualidade", incorporados por descendência ou após "conhecer o varão". O título de dona não era nobiliárquico, porém possuir o título era sinônimo de prestígio e poder. Nem mesmo as mulheres abastadas sempre possuíam esse título nos documentos, como pode-se verificar nas próprias listas do *Almanak* e nos inventários *post mortem* que analisei na dissertação (Alves, 2019). Nos inventários das vinte e duas cafeicultoras da Freguesia do Bananal do município de Itaguaí, apenas nove delas receberam o título de dona.

² Nas citações de fontes de época optamos por manter a grafia do período para não comprometer o entendimento das informações.

A exemplo das cafeicultoras que não receberam a classificação de dona ou outros títulos está Generosa Rosa que era uma grande fazendeira de café da Freguesia. A senhora possuía 5.118.300m² de terras onde foi cultivado 50.000 mil pés de café e 119 escravizados (Alves, 2019). Sendo assim, ocupar uma posição econômica elevada não garantia a obtenção de títulos.

A atribuição do título a nosso ver tem mais a ver com a percepção social do que necessariamente econômica, mesmo que ocupar uma posição econômica privilegiada contribua para isso. O título não era também necessariamente hereditário, das mulheres inventariadas que receberam o título todas as suas filhas em idade adulta também receberam, porém, as netas não tiveram essa garantia. Como é o caso de Izabel, uma das netas de D. Gertrudes Maria da Conceição que não recebeu o título mesmo que as outras netas e a sua mãe o tenham recebido (Alves, 2019).

Ao analisar os dados do *Almanak* buscamos recolher esses tipos de dados: o título e a condição de viuvez das mulheres listadas. Durante o período de amostragem da tabela, o nome das mulheres foi acompanhado diversas vezes pelo título de dona. No ano de 1851, 181(64.41%) mulheres receberam o título; 216 (65.65%) mulheres receberam no de 1852; 235 (66.95%) receberam no ano de 1853; 262 (63.28%) receberam no ano de 1854 e 235 (61.35%) mulheres receberam no ano de 1855. Esses dados trazem um percentual de que mais da metade das mulheres em todos os anos receberam o título de dona.

Além do título de dona, as mulheres recebiam outros títulos, no ano de 1851 havia 1 Condessa, 1 Viscondessa, 1 Marqueza e dama honorária. Em 1852, havia 1 Condessa, 2 Viscondessas e 1 Marqueza, no de 1853, 1 Condessa, 1 Viscondessa e 1 Marqueza, no de 1854, 1 Condessa, 1 Viscondessa e 1 Marqueza. Por fim, no ano de 1855 havia 1 Condessa, 2 Viscondessas e 1 Marqueza.

No que concerne a viuvez, em comparação a índice de títulos o de viúvez é muito menor, não chegando a englobar nem metade das mulheres listadas em cada ano. Em 1851 havia 64 (22.77%) viúvas, em 1852 havia 77 (23.40%), em 1853 havia 81 (23.07%), em 1854 havia 110 (26.57%) e em

1855 havia 109 (28.45%). Esses dados indicam que boa parte das mulheres listadas nos cinco primeiros anos de amostragem do anuário não receberam a condição de viúva. Porém isso não significa que esse seja o total de mulheres nessa condição, os emissários locais podem não ter declarado ou não ter tido conhecimento da viuvez de algumas mulheres.

Diante do que foi declarado, menos da metade delas estavam a frente da unidade produtiva, sob uma administração ocorrida após o falecimento do seu cônjuge. Leila Vilela Alegrio ao analisar o cotidiano de mulheres fazendeiras de café no Vale do Paraíba (Alegrio, 2011) verifica mulheres das mais diversas posições na escala social, dos documentos analisados por ela aparecem mulheres que requereram o divórcio, pensão alimentícia e protestaram em resposta a adultérios, fazendeiras que eram solteiras e viúvas que assumiram a direção das suas vidas e negócios da famílias, muitas vezes herdando uma fazenda de café falida nas quais tiveram de comprovar a capacidade de reversão desse quadro.

Como exemplo disso, temos os casos de D. Sabina Felicidade Perpetua e D. Deolinda Rosa de São José, ambas cafeicultoras listadas no *Almanak* e moradoras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal. D. Sabina no período que foi listada era solteira, filha natural³ de José Sotero Rangel. A partir do Inventário de seu pai, registros de óbitos e batismo, periódicos e registros de compra e venda de terras, observei que apesar de não ter contraído matrimônio e ter tido dois filhos naturais à fazendeira foi incluída nas listas durante 15 anos, realizou uma eficaz administração dos seus bens, ampliando-os e conservando-os após tê-los recebido como herança de seu pai (Alves, 2019). Já D. Deolinda era viúva no período em que foi listada, não conseguimos informações acerca de seu marido ou da existência de filhos, mas esta possuía um quarto de prazos de terras na Lagoa da Pedra (Alves, 2019) e foi listada na condição de viúva por dez anos.

A condição de solteira e viúva provavelmente representava para essas mulheres maior liberdade de ação. Liberdade apesar de toda a opressão ainda

³ Filhos naturais são aqueles fruto de uma união não reconhecida pela igreja, isto é, sem laços de matrimônio entre os pais.

existente na sociedade que as atingiam de outras formas para além da relação conjugal. Essas mulheres poderiam ter o direito de comandar a sua família, os seus negócios a sua maneira e concordando com Alegrio (2011), poderiam ser donas de si.

Partindo para o segundo quinquênio da nossa amostragem, o número de fazendeiros de café continua aumentando progressivamente no decorrer dos anos, atingindo um total de 7.716 homens e mulheres listados em todos os municípios. Os dados acompanham o período de plena expansão da economia cafeeira. As informações fornecidas pelos emissários locais são mais completas durante esses cinco anos, havendo lacunas apenas no município neutro que deixa de aparecer no anuário. Esse município compreendia as freguesias de Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba, Ilha de Paquetá, Inhauma, Irajá, Jacarepaguá e Ilha do Governador.

Tabela 2. Distribuição por Gênero de fazendeiros e lavradores de café nos municípios da Província do Rio de Janeiro (1856-1860)

MUNICÍPIOS	1856			1857			1858			1859			1860		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Angra dos Reis	156	11	167	154	13	167	130	13	143	144	17	161	195	29	224
Barra Mansa	197	24	221	198	18	216	202	19	221	227	20	247	229	23	252
Cabo Frio	321	29	350	248	21	269	401	27	428	376	34	410	360	31	391
Campos	181	09	190	146	08	154	208	09	217	254	17	271	299	17	316
S. Fidelis	204	11	215	218	11	229	277	11	288	282	09	291	314	10	324
Cantagalo	335	29	364	359	28	387	382	32	414	488	33	521	647	40	687
Capivari	222	16	238	226	20	246	233	21	254	228	19	247	219	19	238
Estrela	70	20	90	80	24	104	78	25	103	90	19	109	97	22	119
Petrópolis	09	02	11	09	02	11	11	01	12	11	01	12	09	05	14
Iguaçu	177	08	185	177	09	186	176	09	185	227	14	241	297	34	331
Itaboraí	03	-	03	27	01	28	42	05	47	39	05	44	49	06	55
Itaguaí	213	16	229	204	18	222	222	17	239	206	21	227	204	21	225
Macaé	264	15	279	264	16	280	318	19	337	313	19	332	416	28	444
Magé	74	13	87	78	15	93	104	14	118	141	19	160	119	15	134
Mangaratiba	53	05	58	52	06	58	50	06	56	45	06	51	50	07	57
Maricá	59	06	65	58	05	63	72	05	77	72	05	77	76	05	81
Neutro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Niterói	91	15	106	102	16	118	166	13	179	141	16	157	132	20	152
Nova Friburgo	107	13	120	99	13	112	73	11	84	100	15	115	95	12	107
Paraíba do Sul	150	14	164	241	17	258	214	16	230	237	17	254	314	17	331
Paraty	12	-	12	37	03	40	35	03	38	51	06	57	49	06	55
Piraí	267	25	292	196	25	221	190	24	214	191	21	212	203	20	223
Rezende	405	48	453	446	43	489	449	47	496	436	52	488	446	54	500
Rio Bonito	94	05	99	118	08	126	125	09	134	216	30	246	217	29	246
St. Antonio de Sá	83	14	97	79	14	93	75	14	89	77	11	88	76	11	87
S. J. da Barra	32	-	32	40	-	40	32	-	32	30	01	31	30	01	31
S. J. do Príncipe	140	13	153	139	13	152	151	15	166	194	19	213	190	26	216
Saquarema	1.322	18	1.340	919	16	935	1.199	14	1.213	1.069	11	1.080	1.068	11	1.079
Valença	174	19	193	226	21	247	274	26	300	335	35	370	390	38	428
Vassouras	260	25	285	286	21	307	225	18	243	270	19	289	251	21	272
Rio Claro	90	07	97	69	06	75	67	07	74	85	08	93	84	10	94
TOTAL ANUAL	5.761	430	6.191	5.495	433	5.928	6.181	450	6.631	6.575	519	7.094	7.130	586	7.716

Fonte: CRL - Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Seção das Províncias. Anuários de 1856 a 1860. Tabela elaborada pela autora.

A partir do ano de 1856 o número de mulheres listadas aumenta consideravelmente em relação aos anos anteriores. No geral, não há decréscimos ao longo dos cinco anos. Porém nos dois entre 1856 e 1857 o percentual de aumento foi pequeno, no entanto enquanto havia esse pequeno acréscimo de mulheres, os homens decaíram bruscamente no ano de 1857. Novamente, havendo assim, uma grande flutuação dos fazendeiros de café listados.

Apesar do aumento do índice de mulheres listadas no geral, a freguesia de Petrópolis ainda continuou apresentando em alguns dos anos apenas uma mulher listada. Esse fato aconteceu nos anos de 1858 e 1859, além dessa freguesia o mesmo aconteceu com São João da Barra em 1859 e 1860. Esses dados demonstram que por mais que no geral o número de mulheres listadas houvesse aumentado algumas freguesias ainda possuíam poucas mulheres reconhecidas pelo emissário local como merecedoras de participar do anuário.

Ao observar os perfis das mulheres listadas entre 1856 e 1860, notamos que assim como aumentou o percentual feminino nas listas também cresceu o número de mulheres identificadas com o título de dona e demais títulos ou com o estado civil de viúva. No ano de 1856 houve 278 (64.65%) mulheres listadas como o título de dona; no ano de 1857 houve 290 (66.97%) mulheres; no ano de 1858 houve 292 (64.88%) mulheres; no ano de 1859 houve 337 (64.06%) e no ano de 1860 houve 362 (61.14%).

Novamente, mais da metade das mulheres listadas em todos os anos da amostragem receberam o título de dona, assim, essas mulheres além de serem vistas com notoriedade pelo emissário local também o eram perante a sociedade ao receber o título de dona. Além desse título, no ano de 1856 havia 2 Baronesas, 2 Condessas, 2 Viscondessas e 1 Marquesa, no ano de 1857 havia 2 Baronesas, 2 Condessas, 3 Viscondessas e 3 Marquesas, no ano de 1858 havia 5 Baronesas, 2 Condessas, 3 Viscondessas e 3 Marquesas, no ano de 1859 havia 4 Baronesas, 2 Condessas, 2 Viscondessas, 3 Marquesas e 2 mulheres intituladas madames. Por fim, no ano de 1860 havia 6 Baronesas, 2 Condessas, 2 Viscondessas, 3 Marquesas e 4 madames.

A flutuação das mulheres com títulos de nobreza mais reconhecidos, como no ano de 1859 que deixa de ser mencionada uma Baronesa, demonstra que até mesmo as mulheres com altos títulos estavam sujeitas a deixarem de ser listadas pelo emissário local. A nobreza não assegurava a posição social de prestígio enquanto fazendeira de café nas listas do anuário. No que concerne as viúvas os índices também aumentaram, mas novamente não chegaram perto da metade das mulheres listadas.

No ano de 1856, 132 (30.69%) mulheres receberam a classificação de viúva; 123 (28.40%) no ano de 1857; 136 (30.22%) no ano de 1858; 154 no ano de 1859 (29.27%) e 185 (31.25%) no ano de 1860. Em vista desses dados, desde o ano de 1851 até o ano de 1860 o índice de mulheres viúvas era minoritário frente ao total de mulheres listadas em cada ano. Observamos que em alguns anos mulheres não estavam na condição de viúva e nos anos seguinte passam a aparecer, indicando a mudança de estado civil dessas mulheres fazendeiras ao longo do tempo.

Portanto não há um perfil de mulher fazendeira na província do Rio de Janeiro e sim perfis de mulheres plurais que independente de ser viúva ou não estava atuando na agência da produção de café. Como vimos os emissários obedeciam a critérios próprios para inserir ou não um homem e uma mulher nas listas, esses critérios são próprios para cada região, mas no geral direcionados para indivíduos que possuem prestígio e bens, sejam eles grandes terras, grande escravaria ou extensa produção de café, nesse sentido a pluralidade esta para além da condição de viuvez, mas também engloba o perfil econômico. As mulheres cafeicultoras enquadram-se em um ou mais desses critérios, não há como prever qual determinou a sua existência na lista, porém sabemos que o fato de estarem ali indica a sua notoriedade social e econômica.

Semeando grãos por toda a parte: a existência de mulheres cafeicultoras na Província do Rio de Janeiro

No geral todos os municípios tiveram mulheres listadas no Almanak entre os dez anos de amostragem. Houve municípios que em algum dos anos não citou mulheres como é o caso de Itaboraí, Neutro e São João da Barra que no ano de 1855 listaram fazendeiros nas freguesias, mas nenhuma mulher foi incluída nas listas. Além do caso de municípios que em determinado ano não apareceram informações no anuário, como é o caso do município Neutro em toda a amostragem entre 1856 e 1860.

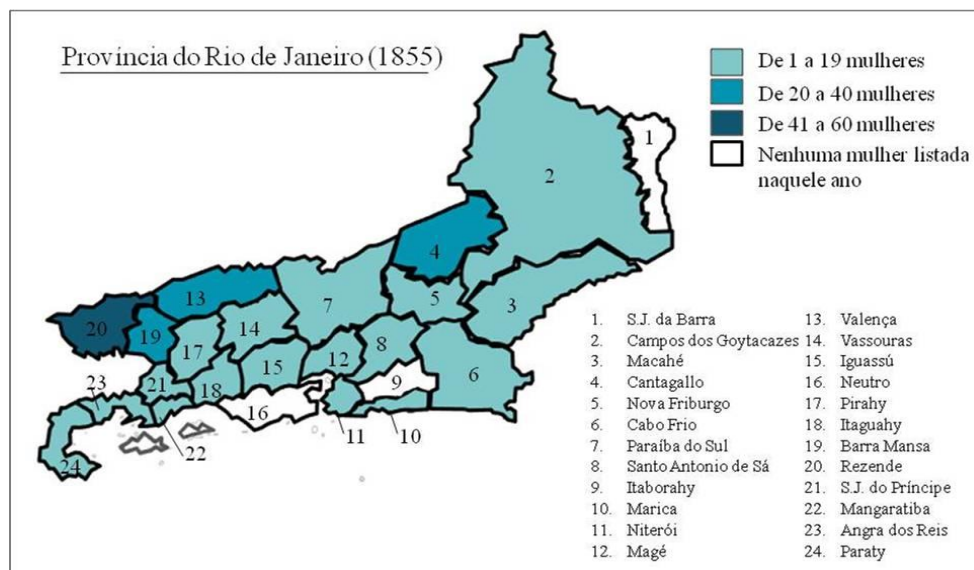
No levantamento de dados observamos que tiveram anos que determinadas listas de freguesias estava exatamente igual ao ano anterior, como se o emissário local tivesse apenas repetido as informações, isso pode se observado nas tabelas nos anos em que o número de fazendeiros se mantém o mesmo de um ano para o outro em determinado município, como é o caso de Petrópolis em 1856 e 1857. Porém, a mudança do quantitativo de fazendeiros listados demonstra que os emissários locais dedicavam-se a fazer um levantamento criterioso que ano ou outro descartava ou inseria pessoas nas listas.

Os emissários até mesmo mudavam o tipo da categoria que os fazendeiros se inseriam como é o caso da Freguesia do Bananal que nos primeiros anos recebia o título de “Fazendeiros de café”, em seguida de “Principais fazendeiros e lavradores de café”, inserindo também os lavradores e, posteriormente, com o aumento da policultura na região passou a receber o título de “Fazendeiros de café e demais mantimentos”. Essa mudança demonstra que os emissários estavam cientes das mudanças na produção agrícola e no perfil dos fazendeiros que listavam.

Buscamos realizar um comparativo entre os quinquênios que demonstrasse de maneira mais clara as semelhanças e diferenças da distribuição de mulheres nos dois períodos da amostragem. Para isso criamos mapas para visualizar a distribuição, porém, seguimos as coordenadas de dimensões territoriais do Laboratório de Cartografia GeoCart do Departamento de Geografia da UFRJ da Província do Rio de Janeiro entre 1855 e 1858 (Menezes,2015). As dimensões indicam a existência de 24 municípios, enquanto que no Almanak são apontados 31.

Apesar disso, optamos por nos basear nas dimensões do laboratório e não fizeram parte do mapa os seguintes municípios: Rio Bonito, Rio Claro, São Fidelis, Saquarema, Estrela e Capivari. Ademais, selecionamos os dois últimos anos de cada período para a representação, pois foram os anos de maiores ocorrências. Vejamos a distribuição das mulheres no último ano do primeiro quinquênio:

Figura 1. Mapa de distribuição de mulheres fazendeiras e lavradoras de café no Almanak Laemmert do ano de 1855.

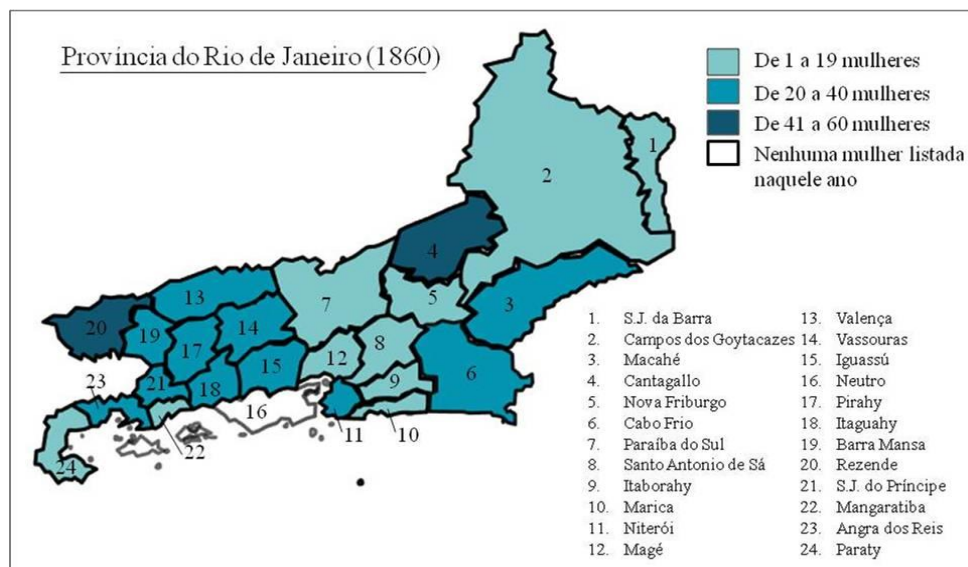


Fonte: Mapa elaborado pela autora seguindo as dimensões definidas pelo Laboratório de Cartografia GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ.

No final do primeiro quinquênio a maioria dos municípios ocupava a primeira faixa de 1 a 19 mulheres listadas, a segunda faixa contava com apenas três municípios e a terceira apenas com um. Os municípios indicados na cor branca são aqueles já mencionados que não listaram mulheres naquele ano, porém isso não significa que não houve mulheres listadas nos primeiros cinco anos da amostragem, de acordo com a tabela 5 São João da Barra teve uma mulher listada no ano de 1854, Itaboraá teve entre 1851 e 1853 e o município Neutro teve entre 1851 e 1855, isto é, todos os anos da amostragem com exceção do ultimo.

No segundo período de amostragem, o quadro de mulheres listadas por municípios muda consideravelmente. A produção cafeeira das freguesias cresce e com ela os emissários locais passam a listar mais homens e mulheres:

Figura 2. Mapa de distribuição de mulheres fazendeiras e lavradoras de café no Almanak Laemmert do ano de 1860.



Fonte: Mapa elaborado pela autora seguindo as dimensões definidas pelo Laboratório de Cartografia GeoCart, do Departamento de Geografia da UFRJ.

No segundo período de amostragem, o crescimento de mulheres listadas nos municípios foi significativo ao ponto de regiões que anteriormente possuíam poucas mulheres listadas aumentarem consideravelmente o quantitativo. Citando a nossa região de estudo como exemplo, dos 31 municípios existentes, no primeiro quinquênio Itaguaí ocupava a 25ª posição dos municípios que mais tiveram mulheres listadas, no segundo ele passou a ocupar a 13ª.

Nesse sentido no primeiro momento a região de Itaguaí estava entre os que menos tinham mulheres listadas e no segundo momento esse quadro se inverteu. Nos dois momentos Rezende foi o município que mais teve mulheres listadas, sendo sucedido por Valença, Cantagalo e Barra Mansa entre 1851 e 1855 e sucedido por Cantagalo, Valença e Iguazu entre 1856 e 1860. Sendo assim, Barra Mansa e Iguazu mudaram mais radicalmente de posição, Iguazu nos anos anteriores ocupava o 12º lugar e Barra Mansa passou a ocupar o 10º lugar.

No mapa observamos que boa parte dos municípios que ocupava a primeira faixa na amostragem anterior passou para a segunda, não sendo mais a primeira faixa majoritária. No segundo momento, 10 (41.66%)

municípios ocupavam a primeira faixa, 11 (45.83%) ocupavam a segunda faixa e 2 (8.33%) a terceira.

Portanto, percebemos o aumento de mulheres listadas município por município no decorrer dos anos, onde regiões em determinados períodos listam mais mulheres ou menos mulheres de acordo com os critérios do emissário local. Lembrando que o não aparecimento ou o aparecimento em menor número de mulheres nas listagens não indica a inexistência de mulheres atuando na direção de fazendas de café na região. De certo o número de fazendeiros e lavradores era muito maior do que é apresentado nas listagens. A presença ou não da pessoa listada indica a percepção e a seleção do emissário local ao criar as listas e não a existência ou não de fazendeiros de café.

Considerações finais

Observar o conjunto dessas mulheres nos anuários do Almanak trouxeram a tona uma outra dimensão da participação das mulheres na economia cafeeira, retomando o nosso questionamento inicial da dimensão da participação das mulheres como fazendeiras de café no Rio de Janeiro, podemos concluir que todos os municípios existentes entre 1851 a 1860 na Província tiveram mulheres listadas no anuário como fazendeiras de café. Alguns deles com menos indícios do que outros, porém em todos havia a existência de mulheres que ocuparam posição de destaque na direção da unidade produtiva de café.

Os mapas serviram como recurso para criarmos uma imagem gráfica da distribuição de mulheres fazendeiras de café, de maneira a visualizar melhor a dimensão da participação de mulheres. Essa participação é ampla e não somente circunscritas a municípios que receberam destaque na produção do café, englobando todos os municípios da província do Rio de Janeiro.

Portanto, não há apenas uma ou outra região que possuiu mulheres atuando na cafeicultura, essas mulheres estavam distribuídas por todos os espaços, em menor ou maior número, gerenciando os seus bens e a sua

produção agrícola. Nossa Senhora da Conceição do Bananal era uma das freguesias que estavam inseridas em municípios que participavam da economia cafeeira do Rio de Janeiro. Enquanto a fazendeira que selecionamos para estudar estava atuando como cafeicultura em Bananal de Itaguaí, diversas outras mulheres também estavam, cada uma com sua particularidade de vida, mas que compartilhavam de experiências semelhantes.

Em vias de conclusão, o conjunto produtivo cafeeiro do Rio de Janeiro era formado por homens e mulheres na condição de solteiros, viúvos ou casados. Destacamos aqui as mulheres, que em condições diversas administraram a sua produção de maneira a se tornarem visíveis aos olhos de quem poderia inseri-las em listas dos mais notáveis fazendeiros de café. Listas que foram possíveis chegar até nós hoje e contribuir na análise da inserção das mulheres no mundo econômico.

O esforço deste artigo foi no sentido de investigar uma das maneiras em que as mulheres poderiam participar enquanto agentes econômicos na sociedade brasileira do século XIX. Essas mulheres estavam atuando por dentro do sistema patriarcal, assumindo a administração das fazendas quando solteiras, casadas ou viúvas, e lidando com os limites sociais impostos.

Referências bibliográficas

ALEGRIO, Leila Vilela. *Donas do café: mulheres fazendeiras no Vale do Paraíba (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

ALMEIDA, Diego Amaro de. *Maria Joaquina de Almeida fazendeira de café no Vale do Paraíba*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 2014.

ALVES, Jessica Santana de Assis Alves. *Dona dos cafezais: a ação social e econômica de uma fazendeira de café em Bananal de Itaguaí 1850-1867*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, PPGH, 2019.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Verbete Dona. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario/1/Dona> > Acesso em 13 mar 2019.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. In: Ângela de Castro Gomes (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. IN: OLIVEIRA, Monica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Orgs). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguçu, 1840 – 1880)* – Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória: a presença da mulher fazendeira na expansão da cafeicultura paulista*. Tese de Doutorado. USP/SP, 1994.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). *O Brasil Imperial*. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELLO, Rafael Cardoso de. *Um "Coronel de saias" no interior paulista: a "Rainha do Café" em Ribeirão Preto (1896-1920)*. Dissertação de mestrado, UNESP, 2009.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto; DIAS, Aline Colli. *et al.* A evolução político-administrativa do Estado do Rio de Janeiro – Comprovação através da cartografia histórica. *Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 4 a 7 de Novembro de 2015. Braga, Portugal.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil na segunda metade do século XIX*. 2. ed. rev. e ampl. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar ed. 2008.

PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. *Lembranças da Saudade: estratégias para manutenção do poder e de uma família cafeicultora no século XIX*. Dissertação de Mestrado defendida na UNIRIO/ Programa de Pós Graduação em História. Rio de Janeiro, 2013

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na typographia de Sila, 1832*.

Verbetes Dona. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/dona>> Acesso em 13 mar 2019.

SOARES, Julio Cesar Fidelis. *Mulheres fazendeiras e lavradoras numa economia cafeeira do Vale do Médio Paraíba: uma introdução ao estudo de caso de Resende no século XIX*. Lorena: Portal do Vale do Paraíba, 2007.

Dolorosa lembrança: o fim do estatuto de vila de índios em Monte-mor Novo (Ceará, 1828-1831)

 João Paulo Peixoto Costa*

Resumo: As transformações jurídicas e administrativas posteriores à independência do Brasil foram funestas para os povos indígenas. Apesar da condição de cidadania que passaram a exercer, foram suprimidos o estatuto de vila de índios das povoações que ainda estavam sob a vigência do Diretório e, conseqüentemente, os cargos nas respectivas câmaras municipais reservados às lideranças indígenas. Este artigo estuda o caso da vila de Monte-mor Novo, no Ceará. Por meio de atas de vereação da câmara da vila e de ofícios trocados entre o governo da província e a Corte, analisa-se como os extranaturais articularam a expulsão dos indígenas e, à contrapelo, de que maneira os índios agiram para retornar à vila, ainda que desfeitos de suas antigas garantias. O artigo mostra que a formação do Estado nacional brasileiro possibilitou a exclusão dos índios dos espaços políticos, ingressos nessa sociedade como cidadãos despossuídos.

Palavras-chave: índios, câmaras municipais, política, Diretório, Ceará.

Dolorosa memoria: el fin del estatuto de Villa de indios en Monte-mor Novo (Ceará, 1828-1831)

Resumen: Las transformaciones legales y administrativas que siguieron a la independencia de Brasil fueron desastrosas para los pueblos indígenas. A pesar de la condición de ciudadanía que comenzaron a ejercer, se eliminó el estatuto de Villa de indios de las aldeas que todavía estaban bajo la validez del Directorio y, en consecuencia, las posiciones en los respectivos ayuntamientos reservados para los líderes indígenas. Este artículo estudia el caso de la Villa de Monte-mor Novo, en Ceará. A través de las actas del consejo del ayuntamiento y las cartas intercambiadas entre el gobierno provincial y la Corte, se analiza cómo los extranaturales articularon la expulsión de los pueblos indígenas y, en contraste, cómo los indios actuaron para regresar a la Villa, aunque deshechos de sus viejas garantías. El artículo muestra que la formación del Estado nacional brasileño permitió excluir a los indios de los espacios políticos, que ingresaron a esta sociedad como ciudadanos desposeídos.

Palabras clave: indios, ayuntamientos, política, Directorio, Ceará.

* Doutor em História Social pela Unicamp, professor do Instituto Federal do Piauí, campus Uruçuí, e do Profhistória da Universidade Estadual do Piauí em Parnaíba, e-mail: joao.peixoto@ifpi.edu.br



Introdução

Até a década de 1830 se encontrava vigente em muitas províncias do Brasil o Diretório dos Índios. Promulgado em meados do século XVIII durante o ministério do marquês de Pombal, sob o reinado de dom José I, visava a integração da população indígena à sociedade colonial portuguesa por meio da mudança dos costumes, pelo trabalho – geralmente de aluguel a proprietários – e pela condição de igualdade aos demais súditos da monarquia lusitana. Entretanto, apesar desse último aspecto, havia uma contradição: os índios eram considerados incapazes, e, por isso, deveriam ser tutelados por um diretor leigo, substituto dos antigos religiosos (Silva, 2005; Moreira, 2019: 137-205).

Criada para o Grão-Pará e só depois estendida a todo o Brasil, a lei setecentista foi abolida em território paraense por meio da Carta Régia de 1798, mas permaneceu em vigor em muitas regiões, inclusive após a separação brasileira do Reino Unido com Portugal. Sua vigência por tanto tempo, atravessando tantas mudanças políticas e sociais, se deveu às enormes diversidades econômicas e demográficas entre as capitanias e províncias e à permanência de muitas leis do Antigo Regime no Brasil independente, operacionalizadas no novo contexto liberal (Costa, 2018: 85-86; Garriga, Slemian, 2013: 188-189). No entanto, não durou após o fim do primeiro Reinado com a gradativa negação da herança normativa colonial pela formação do Estado nacional (Slemian, 2009: 37).

As polêmicas e conflitos concernentes à dubiedade da condição indígena – súditos iguais aos outros, mas, no entanto, incapazes –acompanharam toda a vigência do Diretório. As câmaras municipais de vilas de índios, erigidas a partir das antigas missões religiosas, estavam no centro das contendas por ter cargos reservados tanto a indígenas (Portugal, 1758: 4-6; 8-9) quanto aos não índios, os chamados *extranaturais*. A convivência no conselho, que tinha como objetivo estimular a civilização indígena, era motivo de inúmeros conflitos por poder e pela terra, patrimônio dos índios garantido pela lei setecentista (Portugal, 1758: 34-36).

Muitas manifestações de repúdio acerca da inviabilidade das câmaras municipais indígenas ocorreram nesse período, alegando a incapacidade dessas lideranças na ocupação de cargos de vereação (Marcis, 2004:70; Silva, 2005: 112-115; Costa, 2019: 42-43; Moreira, 2019: 279-282). As injúrias e tentativas de usurpação pelos extranaturais ocorreram por toda a vigência do estatuto de *vilas de índios* dessas povoações, até quando finalmente foi extinto em muitas províncias na década de 1830 (Sposito, 2006: 100-101; Rego, 2013: 136-137). Nesse período, com o avanço do rompimento das bases de sustentação do Antigo Regime no Brasil, especialmente a partir da Assembleia Constituinte de 1823, a concepção individualista da sociedade se contrapôs à antiga definição corporativa (Slemian, 2009: 96-97). A mudança teve forte impacto na administração, quando, principalmente após a Constituição de 1824, os conselhos municipais foram esvaziados em suas competências políticas – cabendo apenas funções de gestão urbanística –, em detrimento do governo das províncias, que passaram a ser o lócus do poder local (Slemian, 2009: 191).

Com o estabelecimento do paradigma liberal na jurisdição e administração na formação do império brasileiro (Slemian, 2009: 186), índios e câmaras municipais deixaram de ser “corpos sociais” mercedores de mercês em troca de serviços ao rei. Com isso, não fazia mais sentido a existência dos antigos privilégios exclusivos para os povos indígenas oriundos do Antigo Regime, como as patentes militares nos corpos de ordenanças – substituídos pela Guarda Nacional (Costa, 2018: 224-228) – e os cargos políticos nas câmaras, representando uma vitória significativa para muitos proprietários extranaturais que havia décadas buscavam se apoderar desses espaços políticos.

O mesmo aconteceu na vila de índios de Monte-mor o Novo da América,¹ foco deste estudo. Fundada em 1764 no maciço de Baturité, antiga aldeia da Palma, era formada por indígenas das nações jenipapo e canindé e, por conta

¹ Atualmente é cidade homônima à serra de Baturité, localizada a cerca de 100 km da capital do Ceará, Fortaleza.

da elevação à categoria de vila em decorrência do Diretório,² recebeu também a etnia quixelô, vinda da aldeia de Telha, para dar conta do mínimo de habitantes exigido (Alemão, 1961 [1964]: 338-339; Studart Filho, 1965: 137 e 140; Catão, 1937: 63; Castro, 1999: 35-40; Jucá Neto, 2011: 2; Arraes, 2012: 412-418). Segundo os relatos colhidos por Freire Alemão, até 1810 “havia então pouca gente branca na vila” (Alemão, 1961 [1964]: 339), e de acordo com Luís Barba Alardo de Menezes, que foi governador da capitania do Ceará até 1811, a pequena população de Monte-mor Novo era quase toda composta de índios (Menezes, 1997: 45).



Vilas e povoações de índios sob o Diretório no Ceará – séculos XVIII e XIX (Costa, 2018: 31)

Após esse período, muitos migrantes da seca se dirigiram à vila buscando o clima ameno da serra e terras, provocando a dispersão da população indígena também incentivada pela violência dos diretores (Castro, 1999: 62-63). Em poucos anos Monte-mor Novo se transformou na única vila de índios do Ceará em que a população indígena era minoritária no século XIX, como fica evidente em muitos relatos (Carvalho, 1929: 28; Casal, 1817: 235; Alemão, 1961 [1964]: 343-344).

A situação piorou com a seca 1825, quando desenvolveu-se para o maciço de Baturité “intensa emigração e sequente devastação de seus

² Além de Monte-mor Novo, foram criadas pelo Diretório no Ceará as vilas de índios de Vila Viçosa, Soure, Arronches e Messejana, além das povoações de índios de Baepina, Almofala e Monte-mor Velho.

bosques, de modo insólito e imprevidente” (Catão, 1937: 98). Segundo Freire Alemão, a estiagem

causou grande dispersão e mortandade dos índios, e dos que escaparam então, um grande número foi devorado por uma peste de bexigas horrível [...]. Com a destruição dos índios foi a vila, e lugares adjacentes, se povoando de maior número de brancos, que hoje [1859] constituem a maioria dos habitantes do lugar (Alemão, 1961 [1964]: 339).

Gradativamente, Monte-mor Novo se transformou em uma vila de índios com poucos índios. O mesmo se deu com sua câmara municipal: de espaço de atuação política indígena (Costa, 2020: 100-108; Costa, 2019; Moreira, 2019: 264-273; Rego, 2013: 135), transformou-se em instituição anti-indigenista. Por meio dela, e interessados nas terras indígenas, os extranaturais articularam a extinção do estatuto de vila de índios de Monte-mor Novo, a usurpação das posições administrativas dos habitantes originários e sua expulsão da povoação. Tudo isso se deu durante um contexto de consolidação do liberalismo conservador, quando as elites políticas buscaram gestar uma nação de cidadãos supostamente iguais, mas impedindo a participação política das camadas populares (Slemian, 2009: 301-306). Nas páginas a seguir, analisaremos como se deu esse processo em uma das vilas do Ceará – o que pode ter sido semelhante ao que ocorreu em outras províncias – e, mesmo a partir de documentos produzidos pelas elites políticas municipais (Ginzburg, 2012: 106-107), a ação indígena diante de perdas irreparáveis. O desaparecimento de fontes nesses anos produzidas por índios no âmbito da câmara de Monte-mor Novo, ou que se referiam diretamente às suas ações, indica que a perda de espaços políticos já era uma realidade.

“Que dolorosa lembrança!”

As transformações nos paradigmas administrativos do império do Brasil decorrentes da Constituição de 1824 (Brasil, 1824) e da lei de 1º de outubro de 1828 (Brasil, 1828; Souza, 2016: 246) excluíram muitos indígenas dos cargos nos senados das vilas pelas limitações censitárias que

impunham (Rego, 2013: 133) e aboliram sua competência judicial (Souza, 2016: 252-254; Souza, 1999: 340-341; Slemian, 2009: 186-191).

As câmaras passaram a ser instituições meramente administrativas (Souza, 1999: 340), obrigadas a submeter diversas demandas aos Conselhos Gerais de Província (Slemian, 2009: 193-218), órgãos criados para limitar o poder dos presidentes escolhidos pelo imperador e que representavam espaços de consolidação do poder das elites provinciais (Slemian, 2009: 152-159). De acordo com Andréa Slemian, a lei de 1828 “ia contra a tradicional distinção dos ‘homens bons’ que nas câmaras, entendidas como ‘corporações’, encontraram espaço de ascensão política durante praticamente todo o período colonial”. Com a definição pelo legislativo do império de que “a nova esfera de poder deveria ser a província” (Slemian, 2009: 195), fortalecia-se a autoridade das elites político-econômicas locais e percia a das lideranças indígenas nas suas vilas. Estas dificilmente eram tratadas como “homens bons” pelos não índios, apesar de assim serem mencionados na documentação camarária que produziam (Cancela, 2019: 260).

Diante da conjuntura legislativa nacional e dos impactos da seca sofrida pela população indígena de Monte-mor Novo desde 1825, os vereadores e habitantes extranaturais da vila se anteciparam à própria lei de 1828. Meses antes de sua promulgação, por meio de um abaixo-assinado de 7 de janeiro, pediram a remoção dos índios da vila para Messejana. Maico Xavier também analisou o documento, que, como bem observou, tratava-se de um ato de “proximidade e jogo de conveniência existente entre autoridades locais e particulares” que “buscavam desocupar e fazer uso das férteis áreas territoriais” pertencentes aos indígenas (Xavier, 2015: 125). O longo requerimento traz muitos dados sobre a história da vila, desde quando era aldeamento, até informações relacionadas aos últimos anos. Seu objetivo era provar para o rei que a região era imprópria para a vida dos índios, levantando uma série de razões que, muitas vezes, faziam-nos entrar em contradições provavelmente não detectáveis por quem não conhecesse detalhes da realidade do lugar. Iniciaram sua argumentação narrando a fundação do povoado:

Criando-se a dita vila no dia 31 de março de 1764, já há anos se achavam aldeados duas nações de numerosos índios, denominados "canindé" e "jenipapo", mas este país foi sempre tão contrário à sua propagação, que desde tão remota antiguidade até o ano de 1824 compunham uma pequena aldeia, e esta mesma já estaria extinta se não desertasse para ela de tempos em tempos infinidade de índios de várias vilas da província, acabando contudo os seus dias sem propagação (Ministério do Império, 1831).

A referência aos nomes das nações formadoras do aldeamento é algo raro na documentação do século XIX, quando os índios eram normalmente identificados a partir de suas vilas de origem como forma de diluição étnica (Xavier, 2015: 125-126). Talvez a citação dos etnônimos não fosse por acaso, mas uma tentativa de afirmar que os índios não eram *de Monte-mor Novo*, já que o objetivo do texto era justamente demonstrar que a vila inviabilizava sua "propagação" e que, para eles, o melhor era que fossem removidos. No entanto, é incorreta a versão que as duas nações fossem "numerosas" em meados do XVIII. Como sabemos, os jenipapo e os canindé tiveram que ser reunidos aos indígenas quixelô da aldeia de Telha, curiosamente omitidos do relato. Em seguida, o texto segue tratando do evento que afetou ainda mais o crescimento dessas populações:

Apareceu nesta província a sempre lamentável, e nunca vista e experimentada seca do ano de 1825, que devorou não só o cabedal dos habitantes da província, como que diminuiu pela fome, e males que ela costuma arrastar, quase metade dos seus mesmos habitantes, e entre eles, a gente que mais pereceram foram os índios, e outras pessoas de igual condição, sempre dominados com todas as épocas da ociosidade. Enfim, os índios desta vila acabaram-se às garras da cruel fome. Que dolorosa lembrança! Apenas existe destes, entre machos e fêmeas, o número de quinze pessoas. No longo espaço de tempo da aldeação [sic] destes índios, nunca jamais propagaram, e por consequência é hoje impossível que propaguem, sendo quinze em número, porque a larga experiência tem mostrado, que este país é contrário à sua propagação (Ministério do Império, 1831).

É curioso como os indígenas, com sua alegada *ociosidade*, são culpabilizados pelo próprio definhamento, enquanto que não é feita nenhuma referência aos efeitos da colonização e convivência com os brancos, como notou Maico Xavier (2015: 126-128). A esta altura, a câmara municipal da até então vila de índios de Monte-mor Novo não só era ocupada por

proprietários extranaturais, mas representava completamente seus interesses, como se percebe também pelas assinaturas de outros moradores. Além disso, as secas no Ceará sempre foram mortíferas, mas, se seus efeitos deletérios eram maiores entre os índios, é evidente que essas consequências se relacionavam com sua qualidade de vida e condições materiais. A chegada dos extranaturais e a invasão das terras indígenas provavelmente afetaram suas condições de cultivo e alimentação, que passaram a ser mais vulneráveis a uma estiagem.

Atribuir a decadência dos índios a suas supostas características naturais, e que, por isso, não souberam lidar com a intempérie, buscava demonstrar que a existência de uma municipalidade indígena era, em si, impraticável. A prova apresentada pelos vereadores é que os índios teriam se reduzido a, apenas, 15 indivíduos. Entretanto, concordando com Xavier, não é fácil confiar nos números apresentados pela fonte sabendo dos interesses dos autores, já que uma quantidade tão pequena de pessoas tornaria a remoção mais viável (Xavier, 2015: 128). As informações trazidas no texto se tornam ainda mais suspeitas quando analisamos os argumentos a seguir:

Acre-se [sic], além disso, que no território desta vila não há peixes e caças para se sustentarem, únicos de que os indígenas lançam mão para viver, e aborrecem a cultura e qualquer ramo de comércio, embora sejam capitaneados por um bom diretor. Parece conveniente ao serviço de Deus e da nação, e de V. M. I. [Vossa Majestade Imperial], que estes poucos índios que restam impropagáveis sejam incorporados aos índios da vila de Messejana, uma das mais propagáveis e pingues, vizinha à costa do mar, mangues e camboas, e posto que esteja também quase devoluta, e exista um pequeno número de indígenas, eles são ali propagáveis, como a experiência secular o tem mostrado. Além do expedido, esta vila diversificou logo na sua criação das vilas chamadas de índios, porque estas contém uma légua de território, e aquela foi criada com vasto território, capitão-mor de ordenanças de homens brancos que já existiam na sua mesma criação, e hoje em dia a sua população cresce e se aumenta depois dos estragos da seca, por ser terra de florente cultura. Nestes termos, pois, se explica a V. M. I. que, por bem da salvação destes indígenas, e alta grandeza de V. M. I., se digne mandar incorporar os indígenas desta vila aos da vila de Messejana (Ministério do Império, 1831).

Como afirmou Xavier, os índios de Monte-mor Novo "não viviam mais só de pescar e caçar. Em 1828, vários índios ali eram agricultores, mais que

nunca precisando de suas terras” (Xavier, 2015: 128), como se pode comprovar pelos longevos conflitos fundiários travados pelo intermédio da câmara da vila (Costa, 2020: 100-106). Mais uma vez, a realidade indígena é omitida para dar lugar a deturpações que beneficiavam os argumentos e enalteciam os autores, como o *bom diretor* José Severino de Vasconcelos, um dos primeiros a assinar o requerimento (Xavier, 2015: 131).

Tudo isso, somado aos dados apresentados sobre o termo de Messejana – que, segundo Xavier, também são questionáveis (Xavier, 2015: 129-130) –, foi convincente aos destinatários da solicitação que não conheciam com profundidade a região e seus habitantes. Em 4 de julho de 1828 a secretaria de Estado dos Negócios do Império ordenou a transferência dos índios sobreviventes de Monte-mor Novo para Messejana (Governo da Província do Ceará, 1829: 55V-56). Depois disso, mas ainda antes da remoção se efetivar, a vila da serra de Baturité já parecia não ser mais de índios, e tudo por articulação da câmara municipal.

Poucos dias antes, o presidente da província Manoel Joaquim Pereira da Silva se manifestara pela primeira vez sobre a transferência dos índios para Messejana. Em 19 de junho de 1829, por meio de ofício em resposta ao diretor João Severino de Vasconcelos, se disse “tão sensibilizado” que ordenara à câmara que “logo fizesse sustar aquela remoção” pelas razões apresentadas por Vasconcelos, incumbido por participar “quando se possa efetuar sem prejuízo desses desgraçados, que tanta consideração merecem ao paternal e augusto coração de S. M. I” (Governo da Província do Ceará, 1829: 55V). À câmara, Pereira da Silva justificou sua medida para que os índios pudessem ter “as suas roças e pequenas casas em estado de as poderem aproveitar, visto que a natureza foi este ano benigna com chuvas, fazendo-se indispensável a demora por mais algum tempo”. Contou ainda que, ao diretor, intimara que fizesse demorar a “dita remoção que por esta câmara lhe foi ordenado, até que eles disponham das poucas plantações que ainda possuem” (Governo da Província do Ceará, 1829: 55V-56).

O desconhecimento do presidente da província acerca da remoção dos índios de Monte-mor Novo reforça a percepção de que ela se tratou de uma

artimanha da câmara municipal da vila, que lidou diretamente com a sede do império. Recebendo ordens superiores, ao presidente não restava mais o que fazer, a não ser minimizar o prejuízo indígena com o adiamento da transferência para o aproveitamento de suas lavouras. É curiosa a participação do diretor José Severino de Vasconcelos, que assinou o pedido de remoção, mas solicitou o adiamento no seu comunicado a Pereira da Silva (Xavier, 2015: 128-129). Mais do que mera contradição ou espontâneo ato de altruísmo, a atitude de Vasconcelos talvez tivesse a ver com a preocupação com as rendas da vila, que deixariam de ser arrecadadas caso o trabalho dos índios não se completasse. Tal pensamento deveria ser acentuado na mente dos vereadores, a quem o diretor acompanhara no ardil da transferência, que lhe ordenara a execução da remoção e que provavelmente o incumbira de se comunicar com o presidente.

No dia 21 de novembro, o ministro José Clemente Pereira acusou ao presidente o recebimento de um ofício de 20 de julho de 1829,

acompanhando a cópia da resposta da câmara da vila de Monte-mor Novo sobre uma légua de terreno concedida aos índios ali existentes, e participando ter logo dado as ordens necessárias para a remoção deles daquela vila para a de Messejana (Ministério do Império, 1829: 167).

Faltava pouco para a transferência ser concretizada. Das mercês que receberam dos antigos reis de Portugal, como uma vila e cargos em sua câmara municipal, aos índios de Monte-mor Novo só restou uma légua de terra longe de seu lugar natal, e que ainda soou como caridade às autoridades cearenses. No ano seguinte, em sessão da câmara do dia 29 de março, foi lido um "um ofício do presidente da província datado de 17 do corrente participando a esta câmara ter deixado esta vila de ter o título de vila de índios" (Catão, 1939: 157).

A remoção finalmente aconteceu depois disso, já que, inesperadamente, aparecem manifestações contrárias à transferência forçada na documentação de 1831. No dia 20 de agosto, em ofício sem destinatário, o ministro de Negócios do Império José Lino Coutinho se referiu a uma comunicação da câmara dos deputados de 31 de agosto do ano anterior, em que solicitaram

“providências a fim de se reparar a injustiça praticada com os índios da aldeia de Monte-mor Novo da província do Ceará, no caso de terem sido violentamente tirados daquela aldeia, e levados para a vila de Messejana”. Ao recebedor da correspondência, encarregou-o de levar à câmara

todos os papeis relativos à dita mudança, [...] donde se vê que os sobreditos índios foram removidos em consequência de uma representação da câmara e povo da referida vila de Monte-mor Novo, acompanhada do ofício do presidente da província, [e comunicá-la que seriam] expedidas as convenientes ordens para restituição daqueles índios aos seus antigos lares (Ministério do Império, 1831).

No mesmo dia, Coutinho escreveu ao vice-presidente do Ceará acerca da

injustiça praticada com os índios da aldeia de Monte-mor Novo, sobre a sua remoção para a vila de Messejana, arrancando-os de suas antigas habitações, onde se achavam acomodados e estabelecidos, e perturbando-se desta sorte os seus arranjos e interesses particulares (Ministério do Império, 1831).

Por isso, ordenou que o vice-presidente expedisse

as convenientes ordens para que se não ponha embaraço algum a todos aqueles índios que quiserem voltar aos seus antigos lares, restituindo-lhes as suas terras e reparando-lhes as suas choupanas, a fim de poderem levantar, se assim lhes convier, o seu aldeamento (Ministério do Império, 1831).

No dia 26 reforçou as ordens ao vice-presidente do Ceará sobre os índios que “foram violentamente removidos para a vila de Messejana”, acrescentando que se reconheceu um “engano, visto que foram os de Monte-mor Velho os índios removidos”, e tornando sem efeito o que se “havia determinado a respeito dos índios de Monte-mor Novo” (Ministério do Império, 1831).

Quando o ministro agiu em benefício dos índios, o país já vivia outro contexto político – a Regência – e, portanto, procurava resolver algo que não era de sua competência quando ocorrera. Por isso, a explicação de que as autoridades apenas confundiram as povoações de onde os índios seriam transferidos talvez fosse uma tentativa de elucidar a questão sem apontar culpados. As mudanças políticas no Brasil e no Ceará, que culminaram com a

abdição de dom Pedro I, também moveram as peças no jogo governativo provincial e legislativo nacional, o que exigia traquejo argumentativo do experiente estadista. Mas foi o próprio Coutinho quem mencionou o abaixo-assinado que comprova o estratagema da câmara de Monte-mor Novo para expulsão dos índios da vila: ou seja, sabia muito bem que não se tratava apenas de um fatídico engano.

Outra questão que emerge dos documentos, bem observada por Maico Xavier, é de que maneira a câmara dos deputados tomou conhecimento da "injustiça praticada com os índios" de Monte-mor Novo. Provavelmente, foi por iniciativa dos próprios "indígenas transferidos para Messejana". Para embasar sua hipótese, o autor lembra do caso semelhante ocorrido com os índios de Monte-mor Velho, também citado por Coutinho. Em 1826, foram expulsos para Messejana por meio de uma articulação dos vereadores de Aquiraz, ambiciosos pelas terras que seriam deixadas, com a Coroa. Curiosamente, também em 1831, com o auxílio de um procurador, os índios produziram um requerimento em que pediram seu retorno ao povoado. Citando a Constituição de 1824, afirmaram-se "cidadãos brasileiro", lembraram seus direitos de propriedade e denunciaram a ilegalidade de sua remoção forçada (Costa, 2018: 190-191; Xavier, 2015: 118-132). A solicitação dos índios de Monte-mor Velho foi produzida provavelmente em julho (Governo da Província do Ceará, 1831), e conseguiram autorização para regressar às suas terras em dezembro (Governo da Província do Ceará, 1832), justamente no mesmo contexto em que o caso de Monte-mor Novo foi apreciado pelo ministro Coutinho.

A contemporaneidade dos documentos sugere que, ou os da serra de Baturité também escreveram às autoridades da Corte, ou a denúncia de uma situação ajudou na resolução da outra. Nesse período, com o consenso a respeito da reforma da Constituição em 1831, o aumento da autonomia e poder provinciais era consonante ao cerceamento da "participação da população nos canais de representação" (Slemian, 2009: 233), que se concretizou com a expulsão dos índios de Monte-mor Novo e Monte-mor Velho.

Ao mesmo tempo, contemporânea às revoltas pelo Brasil que se seguiram à abdicação e ao impulsionamento do funcionamento da máquina administrativa do império, a ação indígena que analisamos há pouco se alinhava a outras do período que utilizavam a Constituição como “principal alvo de expressão de diferentes – por vezes, antagônicas – propostas” (Slemian, 2009: 244). Na Bahia, os índios de Mirandela reclamaram dos efeitos da Constituição e da lei de 1828 na câmara municipal da vila, que refletiu na sua exclusão desse espaço de poder (Rego, 2013: 136-137). Enquanto isso, o Conselho Geral da Província do Ceará aboliu o Diretório no início da década de 1830, por entenderem que a submissão dos índios à lei seria uma “manifesta infração à Constituição do Império, que os declara cidadãos brasileiros” (Conselho Geral da Província do Ceará, 1997: 165-166), extinguindo conseqüentemente os cargos exclusivos para indígenas nas câmaras municipais. Mas nem o exílio forçado e a perda do exercício local do autogoverno conseguiram “impedir a politização e a política indígena, que acederam às esferas mais altas da monarquia em busca de justiça e reparação” (Moreira, 2019: 273).

Só então os índios de Monte-mor Novo puderam voltar para casa, mas seu lugar, no entanto, nunca mais foi o mesmo. Aquela pequena povoação, sede de um município em cujo termo tiveram posse para plantar e em cuja câmara tiveram cargos políticos garantidos, se transformara profunda e irreversivelmente, assim como também mudara o Brasil.

Considerações finais

O Diretório foi extinto no Ceará na década de 1830 (Costa, 2018: 99), dificultando bastante para os índios as chances de acesso a cargos de vereação.³ Em 1843 a lei foi reestabelecida na província, mas sem as mesmas prerrogativas indígenas que sua primeira promulgação trazia. Neste mesmo ano, para auxiliar sua instalação, o presidente José Maria da Silva Bitencourt

³ Parece ser uma exceção a câmara da vila de Olivença, na Bahia, onde índios foram vereadores por quase todo o século XIX (Marcis, 2004: 59-91).

enviou circular a câmaras municipais de diversas vilas indagando sobre a situação da população indígena que lá vivesse (Costa, 2018: 113-114). A câmara de Monte-mor Novo respondeu em 10 de outubro, alegando que

neste município existem índios que residem em pontos diversos e distantes, [...] o seu número há de chegar a 140, incluindo todas as idades e ambos os sexos; [...] se ocupam em plantações e [...] não vivem aldeados. Esta câmara persuade-se que a dispersão será preferível aos índios, por morarem alguns deles em terras próprias, e lembra a V. Ex.^a que poucos desses índios deixam de ter mistura com as diferentes castas do país (Monte-mor Novo, 1843).

O número de indígenas apresentado é pequeno, mas é bem maior do que os 15 informados pelo abaixo-assinado de 35 anos antes. Sua dispersão pelo termo do município e seu número diminuto apontam para as extremas dificuldades vividas pelos antigos donos da vila, que podem tanto ter perecido diante das péssimas condições materiais quanto ter buscado outros lugares mais propícios para morar. A câmara de Monte-mor Novo desmentiu a informação dada pelos vereadores de 1828 de que os índios não plantavam, mas a sugestão supostamente benevolente dos de 1843 revela que a antiga ambição de liberação das terras indígenas nunca sessou. Também tem a ver com isso a declaração de que a maior parte dos índios contabilizados tinham “mistura com as diferentes castas”, o que reduzia a possibilidade de direito à terra por quem fosse classificado como mestiço ou mestiça.

Essa última descrição apresentada sobre a população indígena de Monte-mor Novo é uma trágica culminância da história da relação dos índios da vila com a sua câmara municipal. Quando a emigração de extranaturais se intensificou no início dos oitocentos, as prerrogativas dos indígenas de Monte-mor Novo, povoação já diminuta no tempo do aldeamento, foram seriamente abaladas pela falta de autonomia nos espaços que lhes haviam sido dados. Mesmo assim, ainda que os vereadores indígenas tivessem passado a minoritários, a câmara municipal continuou sendo um ambiente possível para resolução de suas demandas (Costa, 2020: 100-104). Mas a formação do Estado nacional levou os índios a viver uma vida dúbia, precária e sob nova condição social: eram cidadãos, e, justamente por isso, deveriam ser desfeitos das mercês oriundas do Antigo Regime (Costa, 2018: 96-103),

levando-os a vivenciar um trágico contexto de subalternização (Moreira, 2019: 300-307). Já a câmara municipal da vila de Monte-mor Novo, que antes fora um espaço indígena de atuação política, se converteu em uma instituição comprometida com o que havia de mais anti-indigenista no Brasil recém-emancipado: os interesses dos proprietários.⁴

Referências bibliográficas

Fontes documentais

BATURITÉ (CE). Autos de ação ordinária de Manuel Francisco Xavier e outros índios contra José Mariano de Negreiros. Baturité, 28 de julho de 1866. Transcrição de Virgílio Ramos da Silva, Baturité, 14 de outubro de 1940. Documentos sobre as terras das extintas aldeias do Ceará. Instituto Socioambiental, Ministério da Fazenda, TBD00046. Disponível em: < <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/TBD00046.pdf> >.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro [2020]. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm >. Acesso em: 13 mar 2020.

BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Rio de Janeiro [2020]. Disponível em: < http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm >. Acesso em: 13 mar 2020.

CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (Fortaleza). Proposta de José Ferreira Lima Sucupira. Fortaleza, 6 de dezembro de 1830. Atas do Conselho Geral da Província do Ceará: 1829-1835. Fortaleza: INESP, 1997.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (Fortaleza). Ofício de José de Castro Silva a Manuel José de Souza França. Fortaleza, 28 de julho de 1831. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), fundo Governo da Província (GP),

⁴ Por conta do morticínio indígena causado pela varíola em 1826, da remoção forçada em 1831 e da dispersão subsequente, as terras das lagoas Umari, Jucá e Forquilha, foco de disputas entre os índios de Monte-mor Novo e Alexandre Correia de Araújo (COSTA, 2020: 100-106), foram adicionadas ao próprio nacional em 1856. Entre 1866 e 1869, os índios ainda permaneciam morando e cultivando nas terras, e tentavam reavê-la na justiça. Autos de ação ordinária de Manuel Francisco Xavier e outros índios contra José Mariano de Negreiros. Baturité, 28 de julho de 1866. Transcrição de Virgílio Ramos da Silva, Baturité, 14 de outubro de 1940. Documentos sobre as terras das extintas aldeias do Ceará. Instituto Socioambiental, Ministério da Fazenda, TBD00046. Disponível em: < <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/TBD00046.pdf> >. Hoje, os jenipapo-kanindé habitam a aldeia Lagoa da Encantada, em Aquiraz, a 125km de Baturité. Já a etnia kanindé reside nas aldeias Sítio Fernandes, em Aratuba, e Gameleira, em Canindé, a, respectivamente, 40km e 83km de Baturité.

Correspondências Expedidas (CO EX), livro 14; Biblioteca Nacional (BN), códice II-32, 24, 9.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (Fortaleza). Ofício de José Marciano de Albuquerque Cavalcante a José Antônio dos Santos Silva. Fortaleza, 6 de outubro de 1832. APEC, GP, CO EX, livro 20.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (Fortaleza). Ofício de Manoel Joaquim Pereira da Silva à câmara de Monte-mor Novo. Fortaleza, 19 de junho de 1829. APEC, GP, CO EX, livro 13.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (Fortaleza). Ofício de Manoel Joaquim Pereira da Silva ao diretor de Monte-mor Novo. Fortaleza, 19 de junho de 1829. APEC, GP, CO EX, livro 13.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Rio de Janeiro). Abaixo-assinado da câmara e povos da vila de Monte-mor Novo, 7 de janeiro de 1828. Anexo ao ofício de José Lino Coutinho, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1831. BN, códice II-32, 24, 15.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Rio de Janeiro). Ofício de José Clemente Pereira a Manoel Joaquim Pereira da Silva. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1829. Arquivo Nacional (AN), série Interior – Negócios das Províncias (AA), códice IJJ9 56. APEC, fundo Ministérios, Ministério do Império, livro 88.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Rio de Janeiro). Ofício de José Lino Coutinho ao vice-presidente do Ceará. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1831. AN, AA, códice IJJ9 56.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Rio de Janeiro). Ofício de José Lino Coutinho ao vice-presidente do Ceará. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1831. AN, AA, códice IJJ9 56.

MINISTÉRIO DO IMPÉRIO (Rio de Janeiro). Ofício de José Lino Coutinho, sem destinatário. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1831. BN, códice II-32, 24, 15.

MONTE-MOR NOVO (CE). Ofício da câmara da vila de Monte-mor Novo a José Maria da Silva Bitencourt. Monte-mor Novo, 10 de outubro de 1843. APEC, fundo Câmaras Municipais (CM), Monte-mor Novo (MN), pacotilha 1840-1845.

PORTUGAL. Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão, enquanto sua Majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

Bibliografia

ALEMÃO, Francisco Freire. Notícias sobre o povoamento e o desenvolvimento de Baturité. *Anais da Biblioteca Nacional*: os manuscritos do botânico Freire

Alemão [catálogo e tradução por Darcy Damasceno e Waldir da Cunha]. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação, vol. 81, 1961 [1964].

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2012.

CASTRO, José Liberal de Castro. Urbanização pombalina no Ceará: a paisagem da vila de Montemor-o-Novo da América. *Revista do Instituto do Ceará*, tomo CXIII, ano CXIII, p. 35-81, 1999.

CATÃO, Pedro. Baturité: subsídio geográfico, histórico e estatístico. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ramos e Pouchain, tomo LI, ano LI, p. 49-99, 1937.

_____. Baturité: subsídio geográfico, histórico e estatístico (conclusão). *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Ramos e Pouchain, tomo LIII, ano LIII, p. 155-198, 1939.

CARVALHO, João Antônio Rodrigues de. Memória sobre a capitania do Ceará. In: CAVALCANTI, João Alcides Bezerra (Org.). *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1929.

CASAL, Manuel Aires. *Corografia brasílica, ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil composta e dedicada à Sua Majestade fidelíssima por um presbítero secular do grão priorado do Crato*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, tomo II, 1817.

CANCELA, Francisco. "Leis municipais ou posturas da câmara e concelhos desta vila de Porto Alegre": notas para o estudo sobre política e administração nas vilas de índios. *Espacialidades*, v. 15, n. 2, 2019, pp. 254-273.

COSTA, João Paulo Peixoto. Atuação política indígena na câmara municipal da vila de índios de Monte-mor o Novo no Ceará. *Faces da História*, vol. 7, n. 1, 2020.

_____. Cultura política indígena na câmara municipal da vila de índios de Messejana no Ceará. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, vol. 32, n. 2, p. 34-54, 2019.

_____. *Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*. Teresina: EDUFPI, 2018.

GARRIGA, Carlos. SLEMIAN, Andreia. "Em trajes brasileiros": justiça e constituição na América Ibérica (C. 1750-1850). *Revista de História*, n. 169, 2013, pp. 181-122.

GINZBURG, Carlo. Our words, and theirs: a reflexion on the historian's craft, today. In: FELLMAN, Susanna; RAHIKAINEN, Marjatta. *Quest of Theory, Method and Evidence*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Ritual, rigor e pragmatismo: os procedimentos de instalação da vila de Monte-mor o Novo da América na capitania do Ceará. *Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR*, 2011.

MARCIS, Teresinha. *A "hecatombe de Olivença": construção e reconstrução da identidade étnica – 1904*. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, 2004.

MENEZES, Luís Barba Alardo de. Memória da capitania independente do Ceará Grande escrita em 18 de abril de 1814 pelo governador da mesma. In: *Documentação primordial sobre a capitania autônoma do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Indianidade, territorialidade e cidadania no período pós-independência – Vila de Itaguaí, 1822-1836. *Diálogos Latinoamericanos*, n. 18, p. 1-17, 2011.

_____. *Reinventando a autonomia: liberdade, propriedade, autogoverno e novas identidades indígenas na capitania o Espírito Santo, 1535-1822*. São Paulo: Humanitas, 2019.

REGO, André de Almeida. Núcleos urbanos e política indigenista: o caso das vilas indígenas na província da Bahia (século XIX). *Especiaria – Caderno de Ciências Humanas*, v. 14, n. 25, p. 117-140, 2013.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas: Pontes Editora, 2005.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2009.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. A adesão das câmaras e a figura do imperador. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36, 1998.

_____. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo: 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

SOUZA, Williams Andrade de. A administração local no Brasil imperial: notas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares. *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, nº 34, 1, 2016.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. São Paulo: Alameda, 2006.

STUDART FILHO, Carlos. *Os aborígenes do Ceará*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1965.

XAVIER, Maico Oliveira. *Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil – trabalho, terras e identidades indígenas em questão*. 304 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, 2015.

A presença de exilados liberais portugueses no império do Brasil (1828-1834)

 Luiz Gustavo Martins da Silva*

Resumo: O exílio liberal português desencadeado pelas perseguições políticas durante o reinado de Dom Miguel (1828-1834) operou numa dinâmica transnacional e transatlântica, na Europa e nas Américas, notadamente no Brasil. No caso brasileiro, tendo em vista a instalação de exilados, busca-se abordar as questões de identidade no contexto dos conflitos entre "ser português" ou "ser brasileiro", e apontar a presença deles no país como contraponto aos discursos do *A Aurora Fluminense*, periódico de tendência liberal moderada. Espera-se contribuir para as formas de apreensão do exílio português no Brasil, assunto relevante para as historiografias brasileira e estrangeira.

Palavras-chave: Miguelismo, Exílio, Liberalismo, Jornalismo.

La presencia de exiliados liberales portugueses en el imperio de Brasil (1828-1834)

Resumen: El exilio liberal portugués desencadenado por la persecución política durante el reinado de Dom Miguel (1828-1834) funcionó en una dinámica transnacional y transatlántica, en Europa y las Américas, especialmente en Brasil. En el caso brasileño, en vista de la instalación de exiliados, buscamos abordar los problemas de identidad en el contexto de los conflictos entre "ser portugués" o "ser brasileño", y señalan su presencia en el país como un contrapunto a los discursos do *A Aurora Fluminense*, periódico de tendencia liberal moderada. Espera-se que este artículo contribuya para las formas de aprehensión del exilio portugués en Brasil, un tema relevante para las historiografias brasileñas y extranjeras.

Palabras clave: Miguelismo, Exilio, Liberalismo, Periodismo.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista CAPES. Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro. Agradeço à UFOP pelo apoio nas etapas da pesquisa. E-mail: louis.gustavof5@gmail.com



Introdução

Os movimentos contrarrevolucionários em Portugal, a Vila-Francada, em 1823, e a Abrilada, em 1824, e, por conseguinte, a tomada do poder pelos miguelistas, em 1828, colocaram fim à primeira experiência liberal portuguesa desencadeada pela Revolução do Porto em 1820¹. O reinado de Dom Miguel (1828-1834), ao perseguir seus opositores, forçou milhares de cidadãos portugueses a saírem do país, rumo ao exílio. Muitos deles realizaram um percurso por diferentes vilas e cidades, dentro de Portugal, ao seguirem o Exército constitucional em direção à Espanha. Outros exilaram-se na Inglaterra, na França, na Bélgica e nas Américas, notadamente no Brasil (Martins da Silva, 2020).

Uma vez instalados no exterior, esses exilados forjaram resistências ao regime de Dom Miguel, na medida em que defendiam o Liberalismo, a Constituição e a legitimidade de Dona Maria da Glória, filha de Dom Pedro I, Imperador do Brasil, ao trono de Portugal². O exílio liberal português é resultado desse contexto de crise constitucional e dinástica, operado numa dimensão transnacional e transatlântica. Marcado por diversos aspectos: político, intelectual, social, bélico, jornalístico e geográfico, esse fenômeno se constituiu no interior de uma sociedade liberal internacional³ possibilitando a formação e a extensão do Liberalismo europeu e de uma identidade europeia associada a ele (Simal, 2012: 2).

¹ Tanto o golpe da Vila Francada como o da Abrilada, ocorreram sob a liderança do Infante Dom Miguel e, ambos, corresponderam ao contexto contrarrevolucionário europeu dominado pela Santa Aliança, após a derrota de Napoleão Bonaparte, em 1815. O objetivo era combater o sistema constitucional português – empreendido pela Revolução Liberal do Porto que abalou as bases do Antigo regime absolutista - e a difusão dos princípios liberais advindos da Revolução Francesa (1798). A disputa política em Portugal se desdobrou em questão dinástica, logo após a morte do Rei Dom João VI, em 1826, e a outorga, nesse mesmo ano, da Carta Constitucional brasileira de 1824 ao país por parte Dom Pedro I.

² Por ser Imperador do Brasil, nessa altura, Dom Pedro abdicou do trono português para sua filha Dona Maria da Glória, que deveria realizar o consórcio com seu tio Dom Miguel, o que este não o fez e, ao retornar de seu período de exílio em Viena, devido aos golpes de 1823 e 1824 realizados contra a Coroa, Dom Miguel usurpou o poder com o apoio de boa parte da nobreza titulada.

³ É necessário refletir sobre o caráter liberal nas diferentes economias dos países europeus e americanos da época. No caso do Brasil, até certo sentido, pode-se afirmar que era uma sociedade *de fato* liberal, mas deve-se levar em questão também que a sociedade brasileira era estribada no trabalho escravo, na monocultura e no latifúndio; tais aspectos a diferencia das sociedades espanhola, francesa e inglesa.

Neste artigo, há o interesse em abordar a presença de exilados liberais portugueses no Império do Brasil a partir de 1828, período em que se observa uma intensa efervescência política no país. Como esses exilados se posicionaram diante dos conflitos identitários entre “ser português” ou “ser brasileiro”? Este texto está dividido em três partes, iniciando com breves informações biográficas sobre os exilados que se instalaram em território brasileiro. Em seguida, contextualiza-se parte da história política e social do Brasil, pós-Independência, para compreender o espaço público no qual eles estiveram inseridos. Finalmente, aborda-se as questões das representações, apontando para as ações desses exilados no Brasil, que contrariavam as acusações recebidas à época, como *agentes do despotismo* e *inimigos ativos da Independência*, ou seja, uma vez instalados no país, eles se puseram a defender o Liberalismo e o Constitucionalismo europeu.

Convém distinguir os cidadãos perseguidos que se exilaram exclusivamente em razão do regime de Dom Miguel daqueles que o fizeram já tendo uma experiência de vida no Brasil. É o caso de Joaquim José da Silva Maia e seu filho Emílio Joaquim da Silva Maia. Joaquim Maia nasceu em 1776, na cidade do Porto, Portugal. Aos 26 anos, transferiu-se de Portugal para o Brasil, e se estabeleceu na capitania da Bahia, na qual residiu em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e, posteriormente, em Salvador. Casou-se, nessa cidade, com Dona Joaquina Rosa da Costa, mulher com quem teve três filhos. Como negociante, matriculou-se na Real Junta de Comércio, em 1811, onde representou os interesses locais ao longo dos anos em que viveu em Salvador.

Joaquim Maia atuou na imprensa brasileira como redator dos periódicos *Semanário Cívico* (1822-1823) e *Sentinela Bahiense* (1822). Ele tinha o compromisso, por meio desses jornais, com o Liberalismo e a Monarquia Constitucional, ao difundir a proposta de que o Constitucionalismo, iniciado na década de 1820, era essencial para o progresso da Nação portuguesa. Ele foi também Capitão de milícia e Procurador do Senado da Câmara de Salvador até o ano de 1823. Nessa ocasião, retornou para Portugal e passou a sustentar os princípios da Carta Constitucional brasileira concedida por Dom Pedro I, ao país, e pela legitimidade do Rei e de sua filha, Dona Maria da

Glória, à sucessão do trono. Era como redator do periódico *O Imparcial*, na cidade do Porto, que Joaquim Maia se comprometia com tais questões, entre os anos de 1826 a 1828.

Com a tomada do poder pelos miguelistas, Joaquim Maia seguiu o Exército constitucional e os exilados, e levou à companhia seu filho, na sua entrada pela Galiza, quando acompanhou o referido Exército do território espanhol até o porto de Plymouth, na Inglaterra. Esteve também na Bélgica e, em 28 de agosto de 1829, exilou-se no Rio de Janeiro, local onde faleceu com 56 anos de idade, em 1832.

Nascido em 1808, na Bahia, Emílio Maia viveu seus primeiros 16 anos nessa cidade e testemunhou *o cenário que começava a se desenhar na América Portuguesa a partir da vinda da Corte de Portugal para o Brasil* (Garcia, 2007: 72). Com a mudança da sua família de Salvador para Portugal, em 1823, interrompeu seus estudos no Brasil e preparou-se para continuar o curso de Medicina na Universidade de Coimbra. Obteve, nesse momento, somente o grau de bacharel em Filosofia. Na ocasião em que esteve exilado com o Exército constitucional, em razão das perseguições miguelistas, engajou-se no Corpo de Voluntários Acadêmicos, ao acompanhar a emigração pela Europa.

Emílio Maia também se exilou no Rio de Janeiro em 1829 e *trouxe consigo uma vivência cultural e política significativa* (Garcia, 2004: 20). Após permanecer meses no Brasil, ele retornou à Europa e obteve o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemática e, em 1833, o de doutor em Medicina, pela Faculdade de Paris. Já no Período Regencial, em 1834, Emílio Maia retornou ao Brasil e residiu novamente Rio de Janeiro. Casou-se com Ana Rita da Silva Maia, com quem teve seis filhos. Foi nesse retorno ao país que chegaram a seu conhecimento os diversos manuscritos encontrados no espólio de seu pai. Quando foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1841, Emílio Maia imprimiu esses escritos sob o título de *Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto, em maio de 1828, e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Inserido num ambiente de intensa efervescência política, quer na

Europa, quer no Brasil, Emílio Maia teve um engajamento político cujo espírito era liberal, e faleceu em solo brasileiro, com 51 anos, em 1859.

Entre aqueles que se exilaram no Brasil, mas dos quais não há indícios se residiram no país antes do período de exílio, encontra-se Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, nascido em 1795, na *casa de seu avô paterno, situada no terreiro da Piedade, fazendo esquina com a rua direita* (Soriano, 1887: 3-4), hoje cidade de Santarém, em Portugal. A historiografia portuguesa conferiu inúmeros adjetivos a Bernardo Figueiredo – mais conhecido como Sá da Bandeira – durante os seus 81 anos de vida. São biografias publicadas já desde o ano de sua morte, em Lisboa, no ano de 1876. Ele foi reconhecido como *símbolo da liberdade e do patriotismo, personalidade multifacetada, nobre de caráter, herói do Liberalismo* etc.

Sá da Bandeira, de fato, foi um cidadão, político e militar que ocupou diversas pastas ministeriais, como ministro da Marinha e do Reino; governador de Peniche; ministro da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e de Obras Públicas; e presidiu o Conselho Ultramarino, criado em 1851. Foi agraciado com os títulos nobiliárquicos de 1º Barão (em 1833), 1º Visconde (em 1834) e 1º Marquês de Sá da Bandeira (em 1864). Seu nome está ligado à criação da Escola do Exército, em 1837, e, acima de tudo, acompanhar sua biografia permite compreender todo o processo de *implantação e consolidação do Liberalismo em Portugal, bem como todos os mecanismos de funcionamento das instituições e dos sistemas de relações estabelecidas entre os diversos órgãos de poder da época em que viveu* (Manique, 1996: 13).

Recuperou-se, no espólio de Sá da Bandeira, partes de um dos volumes do seu diário que se encontra sob a custódia do Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, no fundo *Arquivo Particular de Sá da Bandeira*, integrado na 3ª Divisão, 18ª Seção. Seu *Diário da Guerra Civil* (2 vols.), assim intitulado por José Tengarrinha, insere-se num conjunto de documentos autobiográficos e memorialísticos, e, por meio dele, é possível apreender, pelo menos, parte de suas experiências a partir do entendimento da estrutura de seu pensamento político. Por exemplo, a concepção de regime liberal,

diferentemente de alguns dos seus contemporâneos, estava ligada ao seu comprometimento com a Guerra Peninsular (1807-1814), à Revolução Liberal do Porto de 1820, bem como aos seus exílios pela Europa e no Brasil.

A conjuntura política do Brasil pós-independente

O vintismo, movimento liberal do mundo luso-brasileiro ocorrido em Portugal pela Revolução Liberal do Porto de 1820, *era tributário direto do Liberalismo espanhol de Cádiz e, por via reflexa, do discurso revolucionário francês de 1789-1791* (Lynch, 2009: 145). As notícias dessa revolução chegaram ao Brasil em 1821. O conceito de Liberalismo era tomado, nessa época, como sinônimo de Constitucionalismo ou de governo representativo dos dois lados do Atlântico, ao inaugurar uma nova era na Península Ibérica. Para o pesquisador Christian Lynch, essas sinónimas parecem ter sido *intercambiáveis*, pois apenas era liberal quem queria a Constituição e, com ela, o governo representativo.

No entanto, imediatamente já se esboçava uma distinção entre Liberalismo e Constitucionalismo cujos contra-conceitos eram servilismo, absolutismo ou despotismo, anticonstitucionalismo e corcundismo. Eram liberais aqueles que, como eles, queriam uma Constituição semelhante à espanhola de 1812, baseada em um regime unicameral e na subordinação do Monarca ao Legislativo.

Com a Independência brasileira, já em 1822, as oposições entre liberais de matriz vintista e absolutistas, acusados de corcundas, pés de chumbo, defensores do despotismo ministerial, dentre outras adjetivações, acentuavam-se e, sobretudo, fortaleciam-se nos grupos políticos que se formavam no Império brasileiro: os Moderados, os Caramurus e os Exaltados, proeminentes nos anos finais do Primeiro Reinado, mas, principalmente, ao longo da Regência (1831-1840). No jogo político daquela época, a estratégia era qualificar ou desqualificar aquilo considerado como oposição.

Os grupos dos Exaltados e dos Moderados seguiam a linha liberal, porém distintamente. Enquanto os Exaltados tinham uma compreensão radical do Liberalismo, próxima das ideias do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau, os

Moderados adotavam as ideias do político francês Benjamin Constant. Os Caramurus, no extremo oposto desses grupos, distanciavam-se de qualquer apelo revolucionário e de reforma constitucional, e defendiam, por exemplo, que os Senadores poderiam ter cargos vitalícios, ao contrário do posicionamento dos outros dois grupos. As acusações de um e outro grupo político se expressavam, na maior parte das vezes, via imprensa periódica e, com isso, contribuía para a consolidação dos espaços de discussão pública e de representação política.

A passagem do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves para o Império do Brasil, a partir da Independência, relaciona-se às mudanças do modelo de imprensa periódica: das denominadas gazetas, típicas das Monarquias absolutistas europeias, para os jornais que *se pretendiam, por meio do debate e do convencimento político, formadores de povos e nações dentro das perspectivas do moderno Liberalismo constitucional* (Morel, 2009: 153)⁴. A imprensa é aqui entendida como um espaço da crítica efetiva e de disputas, cujos limites são o Estado, o Parlamento e a própria imprensa (autocensura); um espaço que tem, certamente, suas normas específicas.

Um dos periódicos de maior influência no grupo dos Moderados, desde o seu surgimento até a sua desintegração, foi o *A Aurora Fluminense* (1827 a 1839). Entre os periódicos dos Caramurus, destacaram-se *A Trombeta* (1832 a 1833), *O Carijó* (1832 a 1833) e *O Caramuru* (1832 e 1833). Os Exaltados já se expressavam por meio dos periódicos *A Nova Luz Brasileira* (1829 a 1831) e *Jurujuba Farroupilhas* (1831). Todos esses jornais eram impressos na capital do Império, no Rio de Janeiro.

O contexto da primeira década do Brasil como país independente foi marcado por intensa efervescência política, na qual o acirramento das disputas levou, em 7 de abril, à abdicação de Dom Pedro I. Foi dentro desse contexto da queda do Imperador que as dissensões entre “ser português” ou

⁴ Marco Morel destacou, nesse texto, que o termo *jornal* era menos utilizado na época. As denominações predominantes eram *gazeta*, *folha* e *periódico*.

“ser brasileiro” talvez tenham se acentuado com a chegada dos exilados portugueses⁵.

Na Corte do Rio de Janeiro existia uma massa populacional formada por libertos, mestiços e escravos urbanos, bem como elites escravistas liberais dominantes na Câmara dos Deputados⁶. As insatisfações que levaram à abdicação de Dom Pedro eram heterogêneas por parte desse conjunto de indivíduos. Revoltas e motins urbanos, que se espalharam por várias províncias do Império, eram recorrentes; muitos deles foram liderados e alimentados pelo grupo republicano minoritário, adepto de um Liberalismo exaltado revolucionário, já referido, que radicalizaram as críticas ao sistema político, ao Imperador e aos portugueses.

As elites brasileiras, por sua vez, bradavam por *liberdade* contra a *tiranía* de Dom Pedro, ao defender a Constituição de 1824 e a Assembleia Legislativa. A assinatura de tratados antitráfico de escravos, com a Inglaterra, gerou, por parte dessas elites, desconfiança com relação ao Imperador, que era a favor da abolição gradual do tráfico de escravos⁷. As acusações ao governo e à figura de Dom Pedro se expressaram ainda mais nos periódicos de tendência liberal, como o *A Aurora Fluminense*, a partir da segunda metade da década

⁵ Cabe destacar que em abril de 1829 Dom Pedro I convocou uma Assembleia Geral Extraordinária, devido à *inesperada notícia* da vinda das tropas estrangeiras, emigrados portugueses, que buscavam *asilo* no Império. A Câmara dos Deputados imediatamente pautou o assunto para responder a fala do Rei. Por meio dos Anais do Parlamento brasileiro, pode-se apreender boa parte dos debates das sessões de 1829. Nas discussões, ainda, referiu-se à intervenção do Brasil nos negócios internos de Portugal, aos negócios do Banco do Brasil, ao empréstimo de Londres, se a fala do trono era peça ministerial ou não, dentre outros assuntos. O debate da fala do trono acentuou mais, nesse ano, a feição oposicionista da Câmara diante do governo do Estado.

⁶ O termo elites é, muitas vezes, referenciado de forma descuidada. O termo elites no sentido sociológico são grupos de elite associados à riqueza. Já o termo elite quase que se identifica integralmente com a palavra política. Uma das hipóteses da Teoria das Elites é a de que o que hoje é elite, amanhã pode não ser tendo em vista a circulação dessas elites e o surgimento de novas forças econômicas. Os elementos que colocam as elites em destaque são riqueza, poder político e prestígio social.

⁷ Referimo-nos à Convenção de 1826, à Carta de Lei de 23 de novembro de 1827 ratificando a mesma e ao Tratado de 1831, segundo o qual todo traficante brasileiro aprisionado pela Marinha britânica seria julgado por uma comissão composta por britânicos, franceses e brasileiros em Serra Leoa, na África. Coleção de Leis do Império do Brasil. Atos do Poder Executivo (1826-1831). Biblioteca da Câmara dos Deputados. Cabe destacar que a assinatura dos tratados não significava que Dom Pedro era favorável à abolição, mesmo que gradual, da escravidão. Pode até ter sido, mas são necessárias evidências para se afirmar isso.

de 1820, e, especialmente, após a sua aproximação da elite portuguesa, residente no país, e a interferência no processo sucessório em Portugal.

Como se nota, tanto do lado interno quanto do lado externo, a situação política e social do Brasil (e do governante) era instável. Um caso exemplar é o recrudescimento da crítica a Dom Pedro I, após 1827, devido às repercussões da Guerra da Cisplatina (1825-1828)⁸, no cenário brasileiro, momento em que se intensificaram os debates travados no Parlamento sobre a questão da soberania do Imperador, os fundamentos da legitimidade do Estado e o equilíbrio dos poderes políticos. Aline Pereira destacou o modo como a Câmara dos Deputados se valeu da agenda internacional do Império – em especial, o reconhecimento da Independência, a Guerra da Cisplatina e o relacionamento com os ingleses - *para minar a figura do monarca por dentro do sistema constitucional, se valendo da crítica como munição* (Pereira, 2012: 94). As disputas, sobretudo em 1831, se davam entre o Executivo e o Legislativo, e esta última instância buscava garantir maior representatividade. De um lado ou de outro, esse processo, como é sabido pela historiografia, implicou na abdicação de Dom Pedro.

Os anos finais do Primeiro Reinado brasileiro foram de grande relevância na formação e consolidação do Estado Nacional e *na reformulação da dinâmica do conflito e linguagem políticos* (Pereira & Sena, 2016: 262). O projeto monárquico vitorioso, com a outorga da Carta Constitucional de 1824, por Dom Pedro I, foi frequentemente contestado. Tratava-se das disputas pelos poderes local e nacional, mas também pelo passado. Nesse intenso tempo de experiências políticas, forjaram-se as bases políticas e ideológicas que sustentaram o Império do Brasil, ao revelar a vitória do projeto liberal moderado das elites brasileiras no interior de uma sociedade escravista e estratificada, ou seja, marcada social e racialmente pela hierarquia. Após 1831, o projeto moderado das elites brasileiras, em outras palavras, a hegemonia liberal, sofreu um golpe com a ascensão do Regresso

⁸ A Guerra de 1825 tem sua historicidade antes da Independência brasileira, com as ações de Dom João VI, período no qual a província do Rio da Prata, na fronteira com Buenos Aires, foi anexada ao território brasileiro. Durante o confronto e sua conclusão negativa para o Brasil, Dom Pedro I enfrentou o aumento das críticas que o culpavam mais pelo ônus da guerra do que por sua perda.

Conservador, em 1837, que conferiu uma nova direção ao Estado Monárquico.

As circunstâncias no Brasil eram bem diversas das de Portugal, assim como em grande parte dos contextos históricos dos Estados Nacionais Modernos. Instabilidade que se passava ainda em outros países da América Latina, a exemplo de Cuba e México, sob as tentativas do Rei espanhol, Fernando VII, tio de Dom Miguel, de reconquistar esses e outros países americanos⁹.

A questão das representações políticas: conflitos entre “ser português” ou “ser brasileiro”

O periódico *A Aurora Fluminense* merece aqui atenção não só porque ocupou lugar central e teve uma longevidade e regularidade maior, mas pelo fato de que o miguelismo repercutiu nas suas páginas à luz dos exilados liberais portugueses que se instalaram no Brasil, a partir de 1828. O periódico circulou na Corte de forma ininterrupta, entre 21 de dezembro de 1827 e 30 de dezembro de 1835, e alcançou pouco mais de mil edições regulares.

Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), natural do Rio de Janeiro, tornou-se, a partir de 1829, o único redator desse jornal, e definiu-o com contornos políticos da linha moderada¹⁰. Representando a província de Minas Gerais no Parlamento Nacional durante os anos de 1830, 1834 e de 1838, Evaristo da Veiga era uma das principais lideranças do grupo dos Moderados da Câmara dos Deputados e, notadamente por meio das páginas do *A Aurora*, combatia os Exaltados e os Caramurus. Aliado com as lideranças do Norte do Império e com alguns jornalistas da Corte do Rio de Janeiro, como o Deputado

⁹ Há que se destacar o alinhamento político entre Dom Miguel, em Portugal, e Fernando VII, na Espanha. Com o retorno de Fernando VII ao trono espanhol, em 1823, seu território tornou-se um espaço privilegiado para os adeptos do Infante Dom Miguel, sobretudo os que participaram do golpe da Vila Francada (1823). Assim como em Portugal, com as tentativas de restauração da antiga ordem na Espanha, muitos espanhóis se viram forçados ao exílio pela Europa.

¹⁰ O periódico *A Aurora* foi fundado em 1826 por três pessoas, o médico francês José Francisco Xavier Sigaud, o professor Francisco Chrispiniano Valdetaro e pelo jornalista José Apolinário Pereira de Moraes. Após três anos, Evaristo da Veiga se juntou a eles, e deu ao periódico contornos políticos da linha moderada.

Bernardo Pereira de Vasconcelos – embora os dois se desentendessem frequentemente –, Evaristo da Veiga defendia, por exemplo, a limitação da autoridade de Dom Pedro I.

Como se tem dito, a presença dos exilados liberais portugueses no Brasil constituiu um contraponto aos discursos do *A Aurora Fluminense*. Esse jornal (e seu grupo político) foi um dos principais periódicos que acusavam, em tom moderado, tanto Dom Pedro quanto os exilados de absolutistas, *agentes do despotismo* etc. A intensa efervescência e discussão políticas, pode ser observada já na seguinte passagem do *A Aurora*:

Enquanto nenhuma probabilidade havia de que o tirano de Portugal fosse derrubado, iludia-se com falsas notícias, com risinhos quadros os amigos da Carta, que para aqui foram trazidos; e hoje, que as coisas mudaram para melhor, que pode contar-se razoavelmente com uma reação dos Constitucionais contra D. Miguel, quer-se fazer crer aos Portugueses, aos emigrados que nada há que deva animá-los, que se deixem estar adormecidos, que se entreguem à disposição de política tímida, talvez pérfida, e sempre interesseira! Não debalde se disse que a cabala palaciana retinha no Rio de Janeiro os emigrados, como instrumentos que supunha aptos para fins criminosos; que o Imparcial é pago por essa mesma cabala, tão inimiga das liberdades do Brasil como das de Portugal (...). O Imparcial envolvido no meio destas miseráveis intrigas, em que ele não serve, senão de torná-las mais desprezíveis; escreve, conforme lhe manda; não admira que a suas opiniões variem a todos os momentos. O que faz lástima é a curteza desses homens prejudicados que ainda o acreditam; que ainda imaginam ser coisa possível amar-se de coração a liberdade, os direitos do povo em Portugal, e curvar ignominiosamente o joelho à opressão, sustentar toda a casta de abusos, e as doutrinas da escravidão no Brasil (Aurora, 1830: 1707).

O excerto acima foi escrito em finais de 1830, um ano após o desembarque dos exilados portugueses no território brasileiro, apesar de os exilados Sá da Bandeira e João Crispim não terem chegado ao Brasil com o Exército constitucional. De 1828 a 1830, houve muitas discussões, por exemplo, a respeito da convocação, em 2 de abril de 1829, da Assembleia Geral Extraordinária feita por Dom Pedro I para noticiar a chegada das tropas portuguesas – Exército e os exilados portugueses. O posicionamento político do *A Aurora*, nessa altura, era sobre a impossibilidade de defender a

permanência dos exilados no país, uma vez que a presença deles significava certa ameaça.

Na opinião do *A Aurora*, haveria uma contradição política quando se defendia as liberdades em Portugal e, no Brasil, a *opressão* e as *doutrinas da escravidão*. Entretanto, o exilado Sá da Bandeira não só criticava a escravidão brasileira, mas queria sua abolição pois, para ele, era tanto o principal obstáculo ao progresso do país como um sistema contrário aos princípios liberais:

Metade da população é escrava e por isso pode ser um instrumento terrível na mão de quem pretenda fazer-se senhor absoluto do país, outra grande parte da população senhora da primeira e, a troco de conservar o seu domínio arbitrário sobre a primeira, pronta a coadjuvar o poder absoluto. Restam só os amigos da liberdade para a sustentarem e as suas armas devem ser a razão que eles têm por uma parte, a permanência de princípios para um fim tendo por principal plano o tirar do Brasil todos os tropeços que aqui se opõem aos princípios liberais, tirados estes com tempo virá em que todas as classes sem distinção de cor concorram para a permanência de um governo livre: o principal obstáculo é a escravidão (Figueiredo, 1976: 219).

Certamente, o grupo vinculado a Dom Pedro estava igualmente associado à escravidão, muito embora ele defendesse a abolição gradual do tráfico negreiro desde 1826¹¹. Porém, isso não significa afirmar que os exilados portugueses defendessem a instituição. Pelo menos não era o caso de Sá da Bandeira, como notado, mas convém lembrar que escravidão e Liberalismo não eram sistemas incompatíveis.

A defesa do Primeiro Imperador pelo fim gradual do tráfico negreiro está evidente na sua Carta de Lei de 23 de novembro de 1826, ratificada com a Inglaterra, já citada. Contudo, repercutiram, nas páginas de alguns periódicos, certas acusações alusivas à sua imagem e ao seu governo realizadas pela oposição. É possível identificar, por exemplo, a frequência da associação da palavra absolutismo à figura de Dom Pedro I, como pôde ser constatado já na primeira tiragem das edições do *A Aurora*, em 1827. Em

¹¹ Uma questão que se coloca diante desse tema seria em que medida a desmoralização da imagem de Dom Pedro I e de seus grupos afetados pelas suas ações ou que seriam afetados pelo decreto do fim do tráfico, como os latifundiários e os proprietários de escravos, teria sido uma construção ideológica.

breve levantamento nesse impresso, identificaram-se 54 ocorrências da palavra absolutista; já a palavra absolutismo apareceu 154 vezes. No entanto, isso não quer dizer que, do total de 208 ocorrências, todas se referissem a Dom Pedro¹².

Mas, é possível, pelo menos, afirmar que as ações do Primeiro Imperador foram contrárias às acusações que recebia à época, isto é, seus atos, inclusive a assinatura do fim do tráfico com a Inglaterra, foram fundamentalmente liberais, ainda que não signifique afirmar que ele fosse a favor da abolição plena da escravidão. Decerto, Dom Pedro I poderia ter tido uma visão autoritária do poder, sem antes ter sido um absolutista.

No trecho citado anteriormente, o *Imparcial*, a que *A Aurora* se referia, era o periódico *O Brasileiro Imparcial*, que defendia, no Brasil, o governo de Dom Pedro I e que teve regularidade somente no ano de 1830, com 104 edições publicadas, normalmente com quatro páginas por exemplar. Seu redator foi o exilado Joaquim Maia, já referido. Quando se tratava dos exilados portugueses, *A Aurora* sempre citava o *Imparcial* (e seu redator). Por ser português e pela sua posição política nos anos anteriores, Joaquim Maia era alvo das críticas e acusações do *A Aurora*.

Os debates entre *A Aurora Fluminense* e *O Brasileiro Imparcial* envolviam as dissensões entre “ser português” ou “ser brasileiro”, assunto ligado ao problema colocado em 1828, na edição do *A Aurora* de número 116: a vinda das tropas portuguesas e a intervenção de Dom Pedro I nos negócios internos de Portugal como mais um agravante para a economia brasileira. *A argumentação contrária à intervenção e à emigração rendeu à A Aurora a acusação de defender a causa de D. Miguel* (Guimarães, 2016: 43). O periódico colocava em questão que o Brasil não estava preparado para assumir os possíveis empréstimos e gastos com a causa portuguesa.

¹² É possível listar alguns elementos que caracterizaram a imagem de Dom Pedro I como absolutista durante essa época: 1) a formação do rei, que não foi “demasiadamente” dado aos livros; 2) a sua incapacidade política: o miguelismo aparece no periódico como resultado disso; 3) por ser adepto do filósofo Benjamim Constant e justificando a adoção do Poder Moderador – a atitude liberal de Dom Pedro, à primeira vista, foi entendida como um retrocesso somado à dissolução da Constituinte na qual suas ações foram compreendidas como arbitrarias e retrógradas, e seus atos vistos como despóticos diante das conquistas liberais.

Em 17 de abril de 1830, *O Brasileiro Imparcial* elaborava seus argumentos para contrapor a opinião do *A Aurora*, publicada na edição 324 do dia 14 do mesmo mês e ano. Assim, ele não admitia que o redator do *A Aurora* atribuísse aos exilados o *espírito de desconfiança*, pois, ao fazê-lo, reviveriam os conflitos entre brasileiros e portugueses. Por outro lado, acusava *A Aurora* de ser um dos *periódicos incendiários*, como se pode notar a seguir:

Em um dos periódicos publicados no dia quatorze do corrente [*A Aurora*] vem um longo artigo, inculcando doutrina reconciliadora; diz-nos, que os Brasileiros natos não têm prevenções contra os Brasileiros naturalizados; que todos devem viver em harmonia para deste modo se firmar o Governo Constitucional, e promover a prosperidade do Brasil. (...) Porém não admitimos que o Redator atribua o espírito de desconfiança, e os terrores que se tem difundido em todo o Brasil a *uns poucos de intrigantes*, que fomentam as rixas avivando antigas rivalidades, para enfraquecerem a forma do governo que possuímos, e substituir-lhe o absolutismo. A verdadeira causa desta desconfiança, e destes receios são os *periódicos incendiários* [...]. A legitimidade de S.M.I. posta em dúvida; os Ex.^{mos} Ministros transatos, e outras personagens atrozmente insultadas; as Autoridades subalternas deprimidas; a vida privada do cidadão ofendida; procurando-se introduzir a cizânia entre Brasileiros e Portugueses, entre os homens de cor, e os brancos; os Emigrados Portugueses que vieram procurar asilo confiados nas palavras que em Nome de S.M.I. lhe dirigiu o Ex.^{mos} Marquês de Barbacena, prometendo-lhes officioso agasalho, vilipendiados, e até acusado o Governo por lhes conceder o benefício de quatro loterias para se alimentarem (*Imparcial*, 1830: 124).

No mesmo ano, 1830, *A Aurora*, em sua edição 407, noticiava e acreditava na notícia, a respeito da subscrição em favor dos exilados que pretendiam regressar a Portugal, com o intuito de efetuarem alguma tentativa contra a *tiranía de D. Miguel*, porém dizia que alguns *sujeitos* que defendiam a Carta e a legitimidade de Dona Maria da Glória reprovavam tal deliberação. Incomodada com essa mudança, *A Aurora* citava o *Imparcial*, como sempre o fazia, e vice-versa, e dizia que ele *não é nem Brasileiro nem Português*. Essa desnaturalização do *Imparcial* é muito frequente dentre as passagens que foram lidas no *A Aurora*, constantemente preocupada em afirmar o nós e o eles.

Desse trecho anterior, indagava ainda *A Aurora: de que esta repugnância em consentir que os exilados Portugueses se avizinhem de seus lares e ameacem de perto o trono de ferro do destruidor das liberdades Portuguesas?* (Aurora, 1830: 1719), e reforçava – sem qualquer comprovação – que *tantos milhões dispendidos nos negócios de Portugal; o Brasil levado a pique de sua ruína com os sacrifícios que uma política insensata o obrigou a fazer (...)* (Aurora, 1830: 1719). Observa-se, então, certo interesse, por parte do *A Aurora*, no retorno dos exilados a Portugal e sua insistência nas acusações contra o *Imparcial*, inclusive de considerá-lo como uma *folha da recolonização*:

Falando do *Imparcial*, nós já fizemos pouco mais ou menos estas reflexões; contudo o *Imparcial* é apenas o órgão da facção cortesã, que toda a uma voz censura o passo que vão dar os emigrados; a ouvi-los, é este um atentado que merece os maiores castigos: bradam agora contra o comportamento de homens que sempre da sua boca receberam exagerados elogios, e parece ter feito as pazes ou antes aliança com o Rei Miguel. Nós ainda esperamos ver a apoteose deste Príncipe na folha da recolonização: ela começou já por dizer-nos que o seu trono está mais seguro do que se pensa (Aurora, 1830: 1719).

Além de considerar o *Imparcial* como um *jornalista recolonizador* (Aurora, 1830: 1417), como é possível observar claramente na edição 337, de 1830, *A Aurora* lançava uma suposição, em tom de acusação, de que ele teria se alinhado a Dom Miguel.

Ao longo do ano de 1830, as críticas e as acusações não paravam, de ambos os lados. Por exemplo, em 2 de janeiro, na segunda edição do *Imparcial*, ele refutava as asserções do *A Aurora para esclarecer o público, de que somos Brasileiros e, como tais, temos todo o direito a interferir nos negócios do Brasil como membros do corpo social* (Imparcial, 1830: 3), pois suas críticas o classificavam de *estrangeiro*. Esclareceu que se transferiu com sua família da Bahia para o Maranhão, que chegou nessa província em princípios de julho de 1823 e que, poucos dias depois, a província se incorporava ao novo corpo político que se delineava a partir do Rio de Janeiro, com a Independência.

Em decorrência disso, constituíram-se *cidadãos brasileiros*. Com as revoltas nas províncias do Norte do país, foi necessário irem à Europa para

promover a educação de seus filhos – um deles era o exilado Emílio Maia –, em princípios de 1824, *munidos do legal Passaporte do Governo*. Quando chegaram ao Porto (Portugal), apresentaram-se e foram inscritos como *Brasileiros nos registros Consulares*. Foram reclamados às Autoridades Portuguesas pelo Cônsul, em março de 1828, no ato de suas prisões. Em Londres, o ministro brasileiro Visconde de Itabaiana fez o mesmo e lhes prestou auxílios, bem como o ministro na Holanda, P. A. de Carvalho, lhes forneceu o legal passaporte que apresentaram no Rio de Janeiro, em 1829. Por fim, o *Imparcial* afirmava que:

Em verdade, nós somos Cidadãos Brasileiros: estamos na letra do Tit. 2 Art.6 § 4 da Constituição: não estamos incursos no Art. 7 § 1, 2 e 3; porque em Portugal nunca requeremos e aceitamos cargos públicos, e menos recebemos do Governo mercê, pensão, ou ordenado; apenas nos ocupamos na redação do *Imparcial*; mas nesse periódico se defendíamos os Direitos de S. M. I., e de Sua Augusta Filha àquele Reino, não menos pugnávamos pelos interesses do Brasil. Não podem acusar-nos pelos fatos que praticamos antes de aderir-nos ao Império, sem ofender o Direito Público de todas das Nações cultas [...] Esperamos que os Srs. Redatores da *Aurora*, se não quiserem desmentir o seu caráter, nos farão justiça (*Imparcial*, 1830: 3)¹³.

Com esses argumentos, *O Imparcial* (Joaquim Maia) se apresentava legalmente como cidadão brasileiro – *foi à lei clara e precisa ao nosso caso* (*Imparcial*, 1830: 16)¹⁴ –, pois estava na conformidade com o que dispunha a *Constituição Política do Império do Brasil – Carta de lei de 25 de março de 1824*. Quanto ao Art. 6º, sobre quem são cidadãos brasileiros, e ao Art. 7º, sobre quem perde os direitos de cidadão brasileiro:

4º) Todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa ou tacitamente pela continuação da sua residência. 1º) O que se naturalizar em país estrangeiro. 2º) O que sem licença do Imperador aceitar emprego, pensão ou

¹³ O periódico *O Brasileiro Imparcial* circulou entre 1826 e 1828, na cidade do Porto, e defendia, em Portugal, a legitimidade de Dom Pedro IV e de sua filha, Dona Maria da Glória. Foi interrompido, em 1828, devido à perseguição e prisão sofrida pelo redator, Joaquim Maia, durante o regime de Dom Miguel I.

¹⁴ Nessa edição, ao repetir as mesmas informações, já que *A Aurora Fluminense* ainda insistia em não o considerar cidadão brasileiro, o *Imparcial* concluía que *os Srs. Redatores da Aurora não são autoridades competentes para julgar se somos ou não Brasileiros, apenas como simples escritores, emitirão a sua opinião; neste caso a nossa autoridade é igual à sua; eles dizem – não – nós dizemos – sim. – Fiquemos nisto.*

condecoração de qualquer governo estrangeiro. 3º) O que for banido por sentença (Constituição, 1824: 2).

Considerações finais

As dissensões entre brasileiros e portugueses, no entanto, não se restringiram apenas à capital do Império, Rio de Janeiro, mas também houve casos na província do Maranhão. Esses conflitos, como evidenciou Gladys Ribeiro, foram reafirmados como construções políticas, entre 1823 a 1825 (Ribeiro, 1997: 74), e se expressavam com a chegada dos exilados liberais portugueses no Império do Brasil a partir de 1828.

Iniciou-se este artigo abordando como o movimento contrarrevolucionário português, surgido logo após a Revolução Liberal do Porto de 1820 e, posteriormente, o regime de Dom Miguel, possibilitaram a emergência do exílio político liberal. Destacou-se que essa imigração teve um caráter transnacional europeu e transatlântico nas Américas, principalmente no Brasil num contexto de intensa efervescência política.

Constatou-se que a presença de exilados portugueses no Império do Brasil causou dissensos políticos e socioculturais, como bem poderia se esperar de um país recém-emancipado, diante dos grupos políticos de tendência liberal, ao reagirem como contraponto aos seus discursos, proporem projetos políticos ao país e, em alguma medida, fomentarem as disputas de identidades entre “ser português” ou “ser brasileiro”, sob as acusações de *agentes do despotismo etc.* A defesa incontestada dos princípios liberais e do Constitucionalismo pelos exilados demonstrou como suas atuações se orientaram para a unidade do Império do Brasil.

Ao redirecionar suas ações para o Império do Brasil, ainda que forçadamente, esses exilados liberais certamente atuaram a partir de instituições e de organizações às quais estavam vinculados e se viam diante de um tempo em constantes transformações, no qual as tensões definiam suas identidades. Foi num contexto dinâmico transnacional e transatlântico que eles estiveram inseridos; e, no território brasileiro que, acima de tudo, era marcado por profundas ressignificações do vocabulário político e das

linguagens em uso, quando os seus contemporâneos passaram a explorar o significado de uma linguagem liberal moderada.

A abordagem realizada aqui sobre o exílio liberal português em confluência com o cenário brasileiro a partir de 1828, e sobretudo, dentro do contexto da queda de Dom Pedro I, converge com a constatação de que os vínculos entre Portugal e Brasil se mantiveram após a Independência brasileira, e descortina possibilidades bastante instigantes, quer para se estudar assuntos como escravidão, conflitos identitários e o papel do periodismo no Brasil, quer para se trabalhar com o tema da formação do Estado e da Nação brasileiros.

Referências Bibliográficas

Fontes documentais

A Aurora Fluminense (1827-1839).

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. Processo nº. 6, Caixa 10, 3ª Divisão, 18ª Seção. Diário de Bernardo de Sá Nogueira sobre o "Estado do Brasil". Lisboa, PT AHM/DIV/3/18/11/17/03.

Constituição Política do Império do Brasil. Carta de lei de 25 de março de 1824. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>>. Acesso: 08 jul. 2020.

MAIA, Joaquim José da Silva. *Memórias Históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto em maio de 1828 e dos emigrados portugueses em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Obra póstuma publicada por Emílio Joaquim da Silva Maia. Rio de Janeiro: Tipografia Austral, n. 13, v. 1, 1º de maio de 1844.

O Brasileiro Imparcial (1830).

Bibilografia

GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Emílio Joaquim da Silva Maia: um intelectual no Império do Brasil*. 2004. 106f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GARCIA, Lúcia Maria Cruz. *Emílio Joaquim da Silva Maia. Um intelectual no Império do Brasil*. R. IHGB, Rio de Janeiro, v. 168, n. 437, p. 67-153, out./dez. 2007.

GUIMARÃES, Nívea Carolina. *O movimento miguelista nas páginas d'Aurora Fluminense (1828-1834)*. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

LOUSADA, Maria Alexandre. *D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa*. Penélope. Fazer e Desfazer História, Lisboa, n. 4, p. 82-111, 1989.

LOUSADA, Maria Alexandre. *O miguelismo (1828-1834). O discurso político e o apoio da nobreza titulada*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1987. (Trabalho de síntese).

LYNCH, Christian Edward Cyril. *Liberal/Liberalismo*. In: FERES JÚNIOR, João (org.). *Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 141-160, 2009.

MANIQUE, António Pedro. *Discurso de Abertura*. In: Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910). Actas – Comemorações do Bicentenário do Nascimento, 21 a 23 de setembro de 1995. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1996, p. 12-18.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889)*. Locus: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007.

MARTINS DA SILVA, L. G. *Aspectos do exílio liberal em razão do regime de D. Miguel: o contexto de uma dinâmica transnacional e transatlântica (1826-1837)*. Faces de Clío, v. 6, n. 11, p. 160-190, 2 jun. 2020.

MOREL, Marco. *Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830*. Topoi, Rio de Janeiro, n. 4, p. 39-58, 2002.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006. 326p.

MOREL, Marco. *Da gazeta tradicional aos jornais de opinião: metamorfoses da imprensa periódica no Brasil*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das (org.). *Livros e impressos. Retratos do Setecentos e do Oitocentos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 153-184, 2009.

PEREIRA, Aline Pinto. *A monarquia constitucional representativa e o locus da soberania no Primeiro Reinado: Executivo versus Legislativo no contexto da*

Guerra da Cisplatina e da formação do Estado no Brasil. 2012. 302f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

PEREIRA, Luisa Rauter; SENA, Hebert Faria de. *A historicidade do político: o debate sobre representação e cidadania no Império Brasileiro (1823-1840)*. História da Historiografia, n. 22, p. 258-274, 2016.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: liberdade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. 398f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SIMAL, Luis Juan. *Liberalismo Internacional y Exilio en Europa, 1814-1834*. Seminario de Historia. Universidad Autónoma de Madrid, Madrid, p. 1-42, 2012.

SORIANO, Simão José da Luz. *Vida do Marquês de Sá da Bandeira*. Havard: Havard University: Tipografia da Viuva Sousa Neves, 596., 1888, Tomo II.

TENGARRINHA, José. *O Diário da Guerra Civil de Sá da Bandeira: o homem e a época*. In: Sá da Bandeira e o Liberalismo em Portugal (1795-1910). Actas – Comemorações do Bicentenário do Nascimento, 21 a 23 de setembro de 1995. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, p. 22-32 1996.

TENGARRINHA, José. *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*. *Recolha, posfácio e notas*. Lisboa: Coleção Seara Nova, S. A. R. L, 1976. 183p.

Histórias de escravização e busca pela liberdade no Alto Sertão de Alagoas, 1851 - 1888

 Marília Lima de Araújo*

Resumo: Este artigo objetiva investigar como pessoas escravizadas buscaram a liberdade na região sertaneja, com enfoque nas alforrias da segunda metade do século XIX. Concentramos o estudo na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, no Alto Sertão de Alagoas, para o qual, contamos com acervos locais, em que pudemos localizar documentos históricos para o período. A principal tipologia de fonte é a cartorial (testamentos, inventários e cartas de liberdade), analisada pelo viés da historiografia da escravidão, desenvolvida, em especial, a partir da década de 1980, cujo referencial analítico considera os escravizados como sujeitos históricos, e da metodologia da microanálise. O estudo tem como pretensão tecer uma rede de ligações entre fontes qualitativas e quantitativas, para reconstituir experiências de escravidão e liberdade no Alto Sertão de alagoano.

Palavras-chave: Escravidão, Alforria, Sertão, Século XIX.

Stories of enslavement and search for freedom in the Alto Sertão de Alagoas, 1851 - 1888

Abstract: This article aims to investigate how enslaved people sought freedom in the sertaneja region, focusing on the manumission of the second half of the 19th century. We concentrated the study in the parish of Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, in the Alto Sertão de Alagoas, for which has local collections where we were able to locate sources for the period. The main typology of source is the notary (wills, inventories and letters of liberty), analyzed from the perspective of the historiography of slavery, developed, especially, from the 1980s, which analytical referential considers the enslaved as historical subjects, and the microanalysis methodology. The study aims to weave a network of connections between qualitative and quantitative sources to reconstruct experiences of slavery and freedom in the Alto Sertão de Alagoas.

Keywords: Slavery, manumission, Sertão de Alagoas, XIX century.

* Mestra em História pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: mariliaaraujo.historia@hotmail.com



Introdução

Em 1852, Manoel Francisco Delgado foi chamado pelo Juízo Municipal de Água Branca, em razão de ser o testamenteiro de sua madrinha Germana Maria da Graça. A abertura do testamento representava um momento de esperança para os escravizados de sua madrinha, que alimentavam a perspectiva de serem alforriados. Germana Maria faleceu viúva e sem filhos. Selecionou entre os seus seis escravizados, João e Luciana, que ficaram livres a partir da sua morte. Havia ainda, Bertoleza que, por um acordo com Germana Maria, foi declarada como forra, apesar de que faltava a quantia de 136 mil réis para completar sua alforria (AFMAST, 1852).

O peso de generosidade evidenciado nas concessões de alforrias em testamentos, comparando-se com as realizadas por Germana Maria, é uma das questões abordadas neste artigo, que pretende contribuir para o estudo das alforrias no espaço sertanejo. Tendo em vista a sua importância para entender a sociedade escravista, esse tema vem sendo objeto de análise de diversos ângulos. A diversificação das fontes e o emprego de novas metodologias vêm, desde a década de 1980, propiciando a ampliação do debate, o surgimento de outras problemáticas e discussões para variadas realidades regionais (Zero, 2009).

As pesquisas em escravidão apontam que o ato de alforriar variava conforme o local e período, por isso, a importância de se realizar investigações em diferentes regiões e conjunturas históricas¹. Discutiremos neste estudo, o que as alforrias concedidas no espaço sertanejo podem revelar sobre a mentalidade de senhores que outorgaram carta de liberdade aos seus escravos. Visamos também, analisar as estratégias usadas pelos escravizados para alcançar um novo *status* jurídico, ou seja, passando da condição escrava para liberta.

Este artigo foi organizado da seguinte forma: na primeira parte, serão usados como fontes os testamentos e inventários de senhores que deixaram

¹ Dentre os estudos que discutem a temática ver: Mattoso (1979), Eisenberg (1987); Paiva (2001), Karasch (2000), Ferreira (2007), Rocha (2009), Zero (2009). Para o sertão, ver os estudos de Pires (2009) e Lima (2011).

alguma disposição para seus escravos, trata-se de manumissões concedidas entre 1851 e 1878. Em um segundo tópico, nossa análise tem como enfoque as cartas de liberdade registradas em tabelionato na década de 1880.

Buscamos nessas fontes cartoriais, conhecer mais do ato de alforriar, das pessoas que foram escravizadas e seus esforços para se livrarem da escravidão no Alto Sertão alagoano. Para tanto, observamos certos aspectos das alforrias, como justificativas, preço, modalidade e a presença de registros familiares, sexo e idade dos libertos.

Escravizados alforriados em testamentos e inventários

Antes de falecer, em abril de 1855, o padre Manoel Antônio Marinho Falcão afirmou em seu testamento: “minha escrava tem carta de liberdade”². Sabemos ainda que, ela recebeu do reverendo, como legado, “quatro voltas de cordão, um coração de ouro, uma moeda de prata cercada de ouro”, entre outros bens, que totalizaram 62 mil réis. O recebimento desse legado ocorreu anos depois em 1861 e, mesmo sendo liberta, o escrivão anotou: “pagamento feito a escrava do finado padre”. Tal frase ilustra que não era simples a passagem da escravidão para liberdade³.

As promessas de alforrias alimentavam a esperança dos escravizados na conquista da liberdade. Apesar que, tais registros, não foram numerosos nos inventários e testamentos pesquisados⁴. Por causa de questões envolvendo herança, assim como em outros estudos, acreditamos que senhores sem filhos tinham uma possibilidade maior de conceder a alforria. Em Água Branca, praticamente, foram as senhoras viúvas que selecionaram escravos para deixá-los libertos em testamento, ou no momento da abertura

² Optamos por atualizar a ortografia das citações extraídas dos documentos históricos, mantendo-se a pontuação original.

³ Como indício da confiança do padre estava a declaração de que a escravizada tinha sob sua guarda bens diversos referentes a doações feitas pelo reverendo para outros moradores de Água Branca. Como o escrivão não registrou o nome da ex-escrava do padre, infelizmente, não é possível obter mais informações (AFMAST, 1855).

⁴ Foi pesquisado 68 processos no período de 1851-1888. Encontramos seis inventariações em que o senhor não exigiu nenhum pagamento pela alforria, ou seja, foi condida “sem ônus”. Entretanto, a documentação tem seu limite, pois não sabemos a proporção de inventários em relação ao número de senhores no período.

do inventário *post mortem* do cônjuge. Vejamos, com mais detalhes, as concessões de alforrias que iniciamos o artigo.

Germana Maria da Graça morava no sítio Jardim, localizado em Água Branca. Em outubro de 1851, com 75 anos, essa senhora procurou um tabelião para declarar suas últimas vontades. Em testamento, ela mencionou seis escravizados, o que representava uma posse média para o sertão. Viúva e sem filhos, o alcance da alforria foi possível para dois deles, de nomes João e Luciana, que ficaram libertos após sua morte em novembro desse ano (AFMAST, 1852).

Como se percebe, João e Luciana se diferenciaram dos demais escravizados da posse. Para João, essa distinção pode ser observada quando sua senhora justificou a alforria pelos “bons serviços que me tem prestado”. Tal alegação era usada com frequência pelos senhores na escrita das cartas de liberdade. O que poderia significar a construção de valores positivos, como ser um escravo trabalhador, obediente e leal, virtudes consideradas importantes para julgar o merecimento e capacidade de viver em liberdade (Mattoso, 2003). Na alforria de Luciana, ela não escreveu uma justificativa, assim, desconhecemos sua motivação.

O que aconteceu com os outros escravizados? Ignácio (crioulo, de 50 anos), Cândido (crioulo, de 20 anos) e Aniceto receberam a “graça” da redução da metade do valor da alforria, ação justificada “por amor a Deus”⁵. Mariana (crioula, cria da casa, em torno de 20 anos) foi doada como esmola para uma sobrinha e afilhada⁶. É provável que, por Mariana ser uma mulher jovem e com idade de conceber filhos, Germana Maria pensou na continuidade da posse escrava.

A falecida senhora não citou em suas disposições testamentárias Bertoleza, crioula, que experimentava uma situação entre à escravidão e a

⁵ Em referência ao sentimento religioso era comum justificar a alforria “por amor a Deus”, desse modo, os senhores expressavam sua caridade cristã e procuravam expurgar seus pecados (Lebrun, 1991 apud Rocha, 2009).

⁶ A idade atribuída aos escravos dependia do olhar do avaliador e senhor, alguns anos poderiam ser aumentados ou diminuídos conforme a conveniência. Em geral, a expressão “cria da casa” era utilizada como referência aos filhos das escravizadas da posse.

liberdade. O testamenteiro afirmou que ela foi alforriada por Germana Maria, porém ainda faltava quantia de 136 mil réis⁷. Certamente, significava que ocorreu um acordo entre as duas para o pagamento em parcelas.

Segundo Maria de Fátima Pires (2009), o pagamento parcelado da manumissão não foi uma situação incomum no Sertão do São Francisco baiano. É semelhante ao que o historiador Eduardo Paiva chamou de coartação para Minas Gerais no século XVIII, a existência de um contrato entre senhores e escravos, que cabia o pagamento da alforria em parcelas. Esse contrato poderia ser verbal, na maioria das vezes, ou por meio de uma "carta de corte" que continha "as atestações por escrito do combinado entre senhores e escravos, traziam as regras gerais e especificidades dos acordos" (Paiva, 2006: 168). Paiva considerou que havia grandes riscos nessa situação, pois se o acordo não fosse cumprido, o coartado perdia a chance de libertar-se. Ainda conforme o autor, durante esse período, ele se responsabilizava por sua alimentação, vestimenta e saúde, além do devido pagamento da dívida.

Infelizmente, não contamos com informações minuciosas, para afirmar as disposições de um contrato verbal ou escrito entre Germana Maria e Bertoleza, ou mesmo o ofício exercido pela liberta, que permitia pagar em parcelas sua alforria. A seguir, examinaremos mais exemplos de escravizados alforriados em testamentos.

Em dezembro de 1851, faleceu Joana Vieira Sandes, membro da tradicional família Vieira Sandes e proprietária da fazenda Caiçara⁸. Por meio da transcrição de seu testamento, sabemos que Joana Vieira Sandes chegou a ter 30 escravizados. Divorciada e sem filhos, 28 deles foram deixados como herança para sobrinhos e afilhados, com exceção das escravizadas Rita e

⁷ Com a morte de Germana Maria, a dívida de Bertoleza deveria ser paga a Rosa de Jesus Maria, irmã e herdeira de sua antiga senhora (AFMAST, 1852).

⁸ Como poderia morrer de uma "ora para outra", Joana Vieira Sandes realizou o seu testamento para colocar a "alma no caminho da salvação" e deixar os "bens com o seu devido destino". Os escravizados da sua propriedade formavam famílias geracionais, com extensas relações de parentesco. Ver: Araújo (2018).

Maria, “a mais velha”, que receberam alforria “sem ônus”. E Luzia foi alforriada pela metade, com 38 anos (AFMAST, 1852).

Podemos observar a conveniência das alforrias concedidas “sem ônus”, por Joana Vieira Sandes e outros senhores da época. Na medida em que a promessa de alforria poderia ser usada para garantir que os escravos passassem longos anos, sob autoridade senhorial, pouco representava uma demonstração de generosidade (Mattoso, 2003; Pires, 2009). Para Rita, é possível afirmar que passou longos anos na propriedade de Joana Vieira, desde criança estava sob seu domínio. Na data em que conseguiu concretizar sua liberdade, Rita tinha em torno de 55 anos, idade menos produtiva, e teve três filhos e três netos doados para os herdeiros de sua falecida senhora.

Nas alforrias de Maria e Rita, Joana Vieira Sandes alegou de forma lacônica “devo-lhe esta esmola”. Desse modo, ao que parece, a disposição foi resultado de uma promessa feita anterior ao testamento. Possivelmente, fruto dos esforços das escravizadas em atender ao máximo as vontades da sua senhora. Como notou Isabel Reis, na luta pela liberdade era relevante obter algum tipo de contribuição senhorial, “o que invariavelmente implicava em muita subordinação e exploração, na medida em que o cativo tinha que satisfazer ao máximo às expectativas do seu proprietário” (Reis, 2007: 187).

Ressalta-se que as alforrias estavam inseridas no âmbito das relações entre senhores e escravos. Resultavam de negociações cotidianas, de investimentos individuais e coletivos. A diferenciação dos demais escravos da posse, requeria investimentos em habilidades, comportamentos, esforços cotidianos de atender aos anseios dos senhores. Nessa perspectiva, a concessão senhorial da alforria consistia em uma conquista dos escravizados (Paiva, 2006).

Um dos aspectos que envolvia a alforria no domínio privado senhorial era que ela poderia ser revogada. Isso foi possível até 1865, quando não foi mais admitido. Mesmo assim, a revogação continuou legal no Código Felipino (1603) em vigor, e só em 1871, ano da aprovação da Lei Rio Branco, que a

sua inaceitabilidade foi reafirmada⁹. Ou seja, antes dessa data, o senhor poderia voltar atrás na sua concessão, justificando que o escravo não cumpriu com o acordo previsto na carta de liberdade. Entre os motivos, poderia estar a falta de pagamento, e alegação de ingratidão, caso o senhor julgasse alguma atitude do ex-escravo como desrespeitosa (Lima, 2011; Mattoso, 2003).

Nas manumissões concedidas em testamentos, a concretização da promessa tornava-se instável, porque havia disposições legais que anulavam a alforria. Por exemplo, quando os senhores usavam mais da parcela permitida para doações em benefício da liberdade, os herdeiros poderiam tentar comprovar “fraude” e reivindicar a posse do escravo. A manumissão também não seria permitida se colocasse em desvantagens os credores do falecido, em outras palavras, a alforria não poderia comprometer o pagamento das dívidas presentes no inventário (Mattoso, 2003).

Não surgindo nenhuma dessas situações mencionadas, o momento da morte do senhor poderia trazer o cumprimento de uma promessa de alforria. Porém, nessa ocasião, o mais comum era a transmissão em herança dos escravizados, sendo assim, eles deveriam se adaptarem ao um novo proprietário. Ainda, ficavam diante da possibilidade de separação de familiares, quando distribuídos entre herdeiros que moravam distantes, ou com a venda dos membros da família para pagamento de credores e custas da inventariação (Chalhoub, 2011).

Essa instabilidade foi acentuada após a interrupção do tráfico transatlântico em meados da década de 1850¹⁰. Em virtude de resultar na intensificação das negociações de escravos no mercado local e na comercialização deles entre as províncias. A economia do café teve

⁹ Conforme o artigo 8º e parágrafo 9º: “Fica derogada a ordenação livro 4º título 63 na parte que revoga as alforrias por ingratidão” (Brazil. Lei. 2.040 de 28.09.1871).

¹⁰ Em 1850, foi sancionada a Lei Eusébio de Queiroz que tomou medidas rígidas contra os traficantes de escravos, reforçando a lei de 1831, que já havia proibido o comércio transatlântico, todavia, na prática não teve efeito. Na lei nº 581 de setembro de 1850: “a importação de escravos foi considerada ato de pirataria e como tal deveria ser punida. As embarcações envolvidas no comércio ilícito seriam vendidas com toda carga encontrada a bordo, sendo seu produto entregue aos apesadores, deduzido um quarto para o denunciante” (Costa, 2008: 29).

crescimento contínuo durante o século XIX e, com o fim do tráfico, passou a depender do comércio interno para satisfazer sua demanda por mão de obra. Assim, o período é marcado pela transferência de escravos das províncias do Norte e Sul para o Sudeste do país, onde a produção do café se expandia (Costa, 2008).

O preço do escravizado, que dependia de diversos fatores, como idade, sexo, ofício, etc., aumentou consideravelmente devido à abolição do tráfico, principalmente, nos municípios cafeeiros, locais de maior produtividade e demanda (Costa, 2008). Exemplificando isso para Água Branca, nos inventários *post mortem*, a maior avaliação de um escravo foi de 500 mil réis entre 1837 e 1849. No final da década de 1850, encontramos avaliações que chegaram ao dobro desse valor, um conto de réis (AFMAST). Desse modo, a passagem da condição escrava para liberta requeria mais recursos pecuniários.

Entre os anos de 1877-1879, o Norte sofreu uma severa seca. O que contribuiu para a intensificação do comércio interprovincial. A migração de pessoas atingidas diretamente pela seca (Ceará, o Sertão pernambucano e o Piauí) disponibilizou mão de obra livre e barata na região do Baixo São Francisco alagoano. Como consequência, menos prejuízos na produção era causado com a venda de escravos (Teixeira, 2016).

Nessa conjuntura de aumento do comércio interno, conseguir a alforria não somente significava se livrar da escravidão, como também diminuir os riscos de ser enviado, forçadamente, para outra província. Citaremos como exemplo, as vivências de Benedito e Florinda, que compartilhavam um cotidiano de trabalho escravo com Romana no sítio chamado Craunã.

Em 1874, Antônio Ferreira de Souza veio a óbito. Ele foi casado com Maria Angélica de Jesus. Difícil de mensurar as expectativas positivas e negativas criadas naquele momento por Romana, Florinda e Benedito, escravizados da sua posse. Sabendo eles que a situação poderia ser propícia para angariar a concessão da liberdade, mas também que seus senhores faziam negócios (empréstimos) com comerciantes ligados ao deslocamento de escravos do Norte para o Sudeste do país.

Nesse momento crucial, Benedito conseguiu obter sua manumissão, a senhora Maria Angélica financiou a liberdade dele em 700 mil reis (AFMAST, 1874). Ela não justificou sua decisão de alforriar Benedito, mesmo podendo deixá-lo como herança para três netos. Talvez, sua escolha resultasse de uma promessa feita por seu marido antes de morrer, todavia, não temos evidência na documentação que confirme essa suposição.

Benedito teve um destino diferente da escravizada Florinda. Em 1876, uma carta precatória foi enviada para Penedo, cidade do Baixo São Francisco alagoano, onde se encontrava Florinda, pedindo o retorno da escravizada para Água Branca. A carta não diz o porquê Florinda estava na casa de José Joaquim Rodrigues Guimarães, pessoa atuante no comércio interprovincial de escravos¹¹. É plausível que tal acontecimento resultasse dos conflitos surgidos no pagamento das dívidas da sua senhora com esse negociante¹². Uma escravizada adulta, entre 25 e 32 anos, poderia exercer as mais diversas atividades produtivas, e não seria difícil sua venda, seja local ou fora da Província de Alagoas.

A meação dos bens do casal era suficiente para conceder a alforria a todos os escravizados da posse, porém somente Benedito conseguiu transformar em realidade a carta de liberdade. Isso demonstra que a decisão de alforriar era seletiva. Como não contamos com justificativa, apenas podemos supor que Benedito teve êxito na construção de afeições na relação com os seus senhores, visto que Maria Angélica despendeu um valor significativo na sua manumissão. Não obstante, poderia ser conveniente para essa senhora continuar com sua autoridade senhorial e usufruindo do trabalho de Romana e Florinda.

Para os senhores, a concessão da alforria não deixou de ser uma questão de conveniência (Mattoso, 2003), como revela a motivação da manumissão da escravizada Maria, em torno de 35 anos, concedida por Severina Mendes.

¹¹ Sobre o comércio interprovincial de escravos na Província de Alagoas, ver Teixeira (2016).

¹² Antes da carta, ocorreu um erro judicial na descrição dos bens do inventário, com a avaliação de uma casa não mais pertencente a Maria Angélica, e sim, a José Joaquim Rodrigues Guimarães. Após a inventariação, em 1875, um auto de embargo nos bens de Maria Angélica foi requisitado por José Joaquim Rodrigues e José Maria Gonsalves. Para mais detalhes ver, Araújo (2018).

Em 1878, essa senhora decidiu alforriá-la, sem nenhum pagamento ou condição, diante da abertura do inventário do falecido marido (AFMAST, 1878).

Não devemos pensar nessa ação como um ato de benevolência, posto que Maria estava quase cega, nas palavras de Severina Mendes: “defeituosa de um olho e sofredora do outro”. Nessa condição de saúde, Maria tinha reduzido sua capacidade de trabalho. Outra escravizada da posse, de nome Pastora, com 15 anos, estava cega de um olho, contudo, somente Maria em estado mais grave de saúde foi liberta¹³. Examinaremos no tópico seguinte, o que cartas de liberdade mostram sobre as formas de se obter a manumissão na década da abolição.

A liberdade: “uma causa tão justa e humanitária”

Na segunda metade do século XIX, a interferência do Estado na relação senhor e escravo se intensificou. Em especial, com a aprovação da Lei Rio Branco, em 1871, que trouxe diversas questões sobre a mão de obra escrava no Império do Brasil. Entre os seus dispositivos, estava a liberdade do ventre das mulheres escravizadas, e por essa medida, de emancipação gradual, a lei ficou conhecida como “ventre livre”¹⁴.

A Lei Rio Branco foi sancionada em uma conjuntura onde os debates, sobre a manutenção da escravidão, ocuparam as ruas dos centros urbanos. Durante a década de 1860, setores diversos da sociedade passaram a ser solidários a causa abolicionista. O tema da emancipação começou a ser discutido na imprensa, criando-se jornais e clubes radicais, e o movimento abolicionista ganhou vigor (Costa, 2008).

¹³ Não descartamos a possibilidade da cegueira resultar de castigos físicos, pois o uso da força como medida disciplinar era usada pelos senhores para determinar seu domínio, e a inflição servir de exemplo para os demais escravizados (Slenes, 1997: 278).

¹⁴ Os filhos das escravas nascidos após a lei ficariam até oito anos sob autoridade dos senhores de suas mães, sendo eles obrigados a criá-los, e, depois dessa idade, poderiam entregá-los ao Estado e receberem a indenização de 600 mil réis ou permanecerem utilizando os seus serviços até os 21 anos (Brasil. Lei. 2.040 de 28.09.1871).

A aprovação da lei, além de ser uma resposta a crescente hostilidade a escravidão no país, também foi uma forma do Estado Imperial se posicionar diante da pressão externa da diplomacia britânica que confrontava a manutenção do regime escravista. Da mesma forma como outras nações “civilizadas” condenavam a instituição da escravidão, vista como ultrapassada e símbolo de atraso (Costa, 2008; Pena, 2001).

Outra consideração feita pelos pesquisadores, nessa conjuntura, refere-se a revoltas, insurreições e quilombos organizados por escravizados e libertos. Eles alimentavam o medo das autoridades imperiais, e a preocupação com a segurança colocava em discussão o fim da escravidão, porém pensada de forma etapista. Somava-se a isso, as ações cíveis de liberdade com a procura do sistema social jurídico por escravizados que se sentiam em um cativeiro ilegal. Tais ações contribuíram para que o Estado imperial encaminhasse uma emancipação gradual, administrada pelo Estado para manter a ordem pública e a economia dos proprietários, na tentativa de evitar maior radicalização, ou seja, a imediata abolição (Pena, 2001).

Então, consistia a Lei Rio Branco uma medida de emancipação gradual que pode ser interpretada como um mecanismo usado para acalmar os ânimos dos defensores de ideias consideradas radicais, ao mesmo tempo, possibilitava a permanência do trabalho escravo, pelo menos por mais duas ou três gerações. Por outro lado, em 1871, os escravizados tiveram o direito costumeiro ao pecúlio legalizado¹⁵. Bem como, poderia ser melhor explorado o direito de acionar a justiça a favor da liberdade (Chalhoub, 2011).

Nesse sentido, dentre as medidas da lei, temos a ampliação das possibilidades de obter a alforria por via judicial. Por meio de um procurador, o escravizado poderia conseguir sua liberdade em caso de comprovação de abandono do senhor ou falta de matrícula¹⁶. A justiça passou a ter função de árbitro quando havia uma discordância entre senhor e escravo sobre o valor

¹⁵ O pecúlio foi legalizado, permitindo a formação de uma economia proveniente de doações, heranças, legados e economias de trabalho que o senhor permitisse (Brasil. Lei. 2.040 de 28.09.1871).

¹⁶ Por exemplo, ver a história de Rita Francisca e seu filho Pedro, analisada em estudo anterior, eles entraram com uma ação de liberdade para obterem por via judicial suas alforrias com base na Lei Rio Branco de 1871 (Araújo, 2018).

da carta de liberdade. Além disso, as alforrias não mais poderiam ser negadas para quem conseguisse juntar o valor da indenização, conforme o artigo 4º, parágrafo 2º: “o escravo que, por meio do seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria” (Brasil. Lei. 2.040 de 28.09.1871).

Nesse contexto, Verônica conseguiu a sonhada alforria e teve como ajuda uma doação. Em testamento, ela recebeu um legado no valor de 200 mil réis do comerciante Fausto Gomes de Sá, quantia que possibilitava ser empregada na compra da alforria. Certamente o que fez. Sua carta de liberdade foi registrada quase dois anos depois, em março de 1880. Na época, Verônica tinha 18 anos e estava solteira (AFMAST, 1878; ACNRIAB; 1880).

A construção de uma “amizade” foi uma das estratégias de Verônica para aumentar suas condições de obter a liberdade. “Amizade” investida em um homem livre e de poder econômico em comparação a outros moradores de Água Branca. Como mencionou Sidney Chalhoub (2011), os escravizados sabiam, antes mesmo da lei de 1871, que a forma provável de se alcançar a liberdade era a compra, por meio da ajuda de familiares e amigos, horas extras de trabalho e empréstimos.

Contudo, a doação de Fausto Gomes significou apenas metade do esforço de Verônica que pagou inicialmente 200 mil réis e deveria conseguir o dobro dessa quantia no prazo de dois anos e meio. Algo próximo do vivenciado por Bertoleza, que pagava de forma gradual sua alforria. Entretanto, após 1871, o senhor não poderia negar a liberdade ao escravo que tivesse dinheiro suficiente de compra. Não obstante, a permissão do senhor, para acumular dinheiro em serviços extras, continuou sendo exigida.

Como o pecúlio era um direito costumeiro, não podemos entender que os senhores de uma ora para outra tornaram inviável sua aquisição¹⁷. Diante

¹⁷ Segundo a observação de Sidney Chalhoub (2011: 196), “as discussões dos parlamentares partem sempre do pressuposto de que o direito do escravo a suas economias era bastante generalizado na sociedade”. Conforme Chalhoub, a alternativa criada pelos senhores para contrapor ao direito de liberdade forçada provável que foi o aumento do valor da alforria, nesse caso havia a possibilidade do escravo recorrer à justiça para arbitramento do preço justo. Até o momento, não encontramos nenhuma ação judicial nesse sentido para Água Branca.

de antigas conquistas e novas circunstâncias, Verônica entrou em acordo com seus senhores sobre o valor e termos da sua liberdade, avaliou as possibilidades de pagar, e teve sua carta registrada em 1880.

A documentação pesquisada fornece outros exemplos de escravizados que acumularam pecúlio e pagaram por sua alforria, apesar das restrições da escravidão, como mobilidade espacial e tempo para atividades extras. Para os anos de 1880, 1882, 1883, 1886 e 1887, os registros de cartas de liberdade mostram que, a maior parte delas foram compradas pelos escravizados, 12/16¹⁸.

Foi o que ocorreu com Félix. Ele pagou 500 mil réis, o maior preço entre as cartas de liberdade. Tal valor consistia uma quantia considerável para a maioria das pessoas do Alto Sertão alagoano¹⁹. Certamente, Félix obteve esse dinheiro após vários anos de trabalho, por meio de economias acumuladas em serviços extras, em que ele deveria trabalhar mais tempo para juntar dinheiro suficiente para adquirir sua liberdade.

Deve ter sido enorme o empenho dos escravizados no sertão, que após passarem por uma severa seca em 1877-1879, conseguiram efetivamente pagar por sua alforria e tiveram suas cartas registradas em tabelionato na década de 1880. O declínio nos preços dos escravos nessa década, causado por restrições ao comércio interprovincial, provavelmente, facilitou sua aquisição.

Em Água Branca, quem obteve mais êxito na obtenção da alforria, homens ou mulheres escravizados? Conforme as cartas de liberdade pesquisadas, tanto os homens como as mulheres criaram alternativas para saírem da escravidão. Dado que, das 16 cartas de liberdade encontradas em cartório, não há uma diferenciação por sexo referente ao acesso a alforria²⁰.

¹⁸ Temos uma carta concedida para os anos de 1886 e 1887 (ACNRIAB).

¹⁹ Para o leitor ter uma compreensão do que representava essa quantia na localidade, 500 mil réis era suficiente para comprar 16 a 20 vacas ou uma casa "com duas portas e duas janelas de frente, de telha e taipa", situada na vila de Água Branca em 1883 (AFMAST, 1883).

²⁰ Emanuele Maupeou (2016) pesquisou cartas de liberdades para o Sertão pernambucano e, das 14 alforrias registradas em tabelionato do Termo de Tacaratu (1878, 1880 e 1884), 11 compreendem alforrias de mulheres, ou seja, as escravizadas eram mais beneficiadas na

Na historiografia da escravidão, no que diz respeito ao “perfil” de alforriados, as mulheres aparecem com maior potencial de aquisição da manumissão. Elas eram a minoria dentro da população escrava, porém nas pesquisas, segundo Mattoso (2003), adquiriam mais facilmente a alforria “na proporção de duas mulheres para cada homem”, nas cidades de Rio de Janeiro, Salvador e Paraty²¹.

Como mencionamos, conforme as cartas de liberdade registradas em cartório, na década de 1880, em sua maioria, as manumissões foram obtidas por compra. Então, é interessante concentrar nossa análise na acumulação de pecúlio no Alto Sertão alagoano. No entanto, o conteúdo de muitas cartas é sucinto. Não encontramos informações dos ofícios exercidos pelos escravizados, bem como aparece, de forma muito irregular, registros sobre idade, cor ou origem.

Diante disso, procuramos evidências da formação de pecúlio ou ofícios nos inventários *post mortem*. Nas listas de matrículas anexadas aos mesmos, os escravizados eram empregados pelos seus senhores, em geral, no trabalho da roça e dos serviços domésticos que poderiam incluir diversas atividades. O que estava relacionado a uma região com predomínio de fazendas e sítios, onde as principais atividades produtivas eram a criação de animais e plantação de alimentos (mandioca, milho e feijão). Nota-se ainda na região a cultura do algodão e pequenos engenhos (AFMAST).

Em uma economia rural, a possibilidade de obter dinheiro estava voltada para pequenas roças de alimentos ou a criação de animais. O que não excluía a viabilidade de outras atividades serem usadas para formação de pecúlio.

concessão da alforria. É uma divergência curiosa, pois Água Branca e Tacaratu são freguesias com características semelhantes.

²¹ Para explicar tal questão, os estudiosos formularam algumas justificativas. Entre as quais, estava o emprego de mulheres escravizadas em atividades domésticas e consequente maior proximidade dos senhores e oportunidades para desenvolver laços afetivos. Também as escravas tinham um preço menor de mercado em comparação aos homens, portanto custava menos para os senhores substituí-las. Além disso, elas monopolizaram a venda de alimentos nas cidades, como frutas, verduras, doces, entre outros produtos, desta forma, aumentaram suas condições de acumular pecúlio, em especial, as africanas (Mattoso, 2003; Karasch, 2000). Uma segunda hipótese foi sugerida por Peter L. Eisenberg, para o autor, a maior incidência de alforrias para as mulheres poderiam ser explicadas em razão do nascimento de filhos livres, desde que a condição jurídica da criança seguia a do ventre da mãe, priorizavam-se as alforrias das escravas com o intuito de obter uma descendência livre (Eisenberg, 1987).

Por exemplo, na matrícula da escravizada Maria, consta como seu ofício: engomadeira. Ela conseguiu comprar metade de sua alforria antes da morte do seu senhor (AFMAST, 1878). Pode-se supor que tal dinheiro foi obtido à custa de aluguéis dos serviços como engomadeira. Sendo assim, o aluguel do trabalho seria uma forma de obtenção de dinheiro, com atividades especializadas, como lavadeira e engomadeira.

Já a escravizada Josefa, apesar de não se contar com o registro de sua alforria, por meio de um processo-crime de 1881, foi obtida a informação de que ela vendeu farinha de mandioca a um dos seus vizinhos²². Favorável em feiras locais, a venda de alimentos poderia ter sido uma atividade utilizada na obtenção de dinheiro. Da mesma maneira, a confecção e venda de manufaturas domésticas, tais como cestos de palhas, confecção tradicional e atual da Comunidade Quilombola Serra das Viúvas. Ou ainda a costura, ocupação de três mulheres escravas na freguesia em 1872 (Araújo, 2018). Por fim, o pecúlio poderia ser resultado de doações de familiares e outras pessoas solidárias a liberdade.

A possibilidade de criar meios para o pecúlio, todavia, em nada, significava que os escravizados não tinham dificuldades para acumulá-lo. Para pessoas escravizadas, o empenho seria redobrado para obter uma renda extra (Rocha, 2009). Principalmente no sertão, que em tempos de severas secas, os roçados e os animais poderiam ser perdidos, empobrecendo os moradores. Assim, conseguir o dinheiro suficiente da manumissão poderia levar anos. Certamente, foi o caso de Domingas, que só adquiriu sua carta de liberdade em torno de 51 anos²³, pagando 90 mil réis (ACNRIAB, 1883).

De toda forma, como mostra os pesquisadores, mesmo as alforrias compradas não tinha “uma conotação meramente econômica” (Ferreira, 2007). O escravo dependia de uma negociação desigual com o seu senhor para obter o pecúlio. Isso quer dizer que, Domingas e outras mulheres, e homens que alcançaram a condição de libertos tiveram de ser, antes de tudo,

²² Para detalhes sobre Josefa, ver: Araújo (2018).

²³ A idade aproximada de Domingas foi obtida por meio do inventário *post mortem* da senhora Antônia Rosa dos Santos (AFMAST, 1876).

bem-sucedidos na construção de autonomias dentro da escravidão. O que implicava negociar tempo para exercer atividades paralelas às impostas pelo senhor, permissão para locomoção e para utilizar a maquinaria produtiva da fazenda, bem como acesso a uma porção de terra para cultivo.

A pesquisa de Wellington Silva (2017) mostra a importância do pecúlio na obtenção das alforrias no município de Assembleia (Viçosa), onde os escravos pagaram valores consideráveis, entre 600\$000 e 1:500\$000 réis, pela carta de liberdade na Província de Alagoas. O autor ainda apresentou, em seu estudo, números referentes as alforrias concedidas por particulares e pelo Fundo de Emancipação, contidos em relatório do Ministério da Agricultura de 1879. Entre oito províncias, com dados completos sobre as alforrias concedidas por particulares, Alagoas foi a única que as onerosas superaram as gratuitas; conforme o relatório ministerial; 346 alforrias gratuitas, e 570 onerosas.

Segundo essas informações, a maior parte dos escravizados conseguiram a liberdade sob alguma condição, seja o pagamento em moeda, prestação de serviço ou outra cláusula, já que não há uma especificação do título oneroso no relatório. Dessa forma, os senhores alagoanos procuraram garantir uma indenização pecuniária por sua concessão ou a exploração do escravo por mais tempo quando se tratou de alforrias condicionadas a prestação de serviços (Silva, 2017).

Uma tentativa de prolongar a exploração por prestação de serviços está contida na carta de liberdade de Lourenço. Manoel Vieira de Siqueira Torres, membro da tradicional família Vieira de Siqueira Torres, colocou uma condição na concessão da alforria: O escravizado Lourenço só poderia usufruir de sua liberdade quando esse senhor viesse a óbito (ACNRIAB, 1887).

A carta de Lourenço foi registrada em fevereiro de 1887. Como a legalidade da escravidão terminou em 13 maio de 1888, assim, certamente, a continuidade da escravização de Lourenço não teve a duração esperada por Manoel Vieira. Das 16 cartas de liberdade pesquisadas, essa foi a única carta

encontrada em que se exigia a prestação de serviço, nessa situação por um tempo indefinido.

Há um registro de uma senhora que não se negou beneficiar sua escrava na redução do valor de mercado. Essa concessão cabe algumas considerações, para tanto, vejamos um trecho da carta de liberdade de Maria do Rosário:

Joana Vieira de Siqueira Torres faz a saber aos que esta carta de liberdade virem, que tendo sido sua escrava Maria do Rosário avaliada em seiscentos mil réis e tratando está de libertar se do jugo [ferrenho] da escravidão e desejando beneficia-la nesta parte tão humanitária e justa; houve por bem conceder-lhe esta carta de liberdade mediante a quantia de trezentos mil réis; concedendo-lhe o perdão e graça da metade da quantia, em que foi avaliada, podendo de ora em diante entrar no gozo de sua liberdade, podendo usar de seus direitos (ACNRIAB, 1882).

Como podemos perceber, as palavras utilizadas por Joana Vieira de Siqueira Torres, uma mulher letrada da sociedade²⁴, acompanhava uma conjuntura menos favorável à manutenção da escravidão. A carta revela o pensamento de uma senhora que, certamente, pretendia mostrar sua "benevolência", talvez, para criar um laço de dependência com sua escravizada, ao mesmo tempo, que cobrou 300 mil réis pela sua concessão, reiterando o seu direito de proprietária. Desse modo, Joana Vieira reforçou o seu domínio senhorial no ato de alforriar. Maria do Rosário conseguiu sua liberdade, mas dependeu da sua vontade em conceder "o perdão e graça da metade da quantia".

Sobre esse último ponto, o historiador Roberto Guedes Ferreira afirmou que a interferência do Estado nas alforrias, por si só, não tinha força suficiente para "minar o poder moral dos senhores na concessão da alforria" (Ferreira, 2007). Para o autor, o costume arraigado no tempo de conceber a alforria como uma concessão não se desfez repentinamente. Não desprezando as situações desagradáveis para os senhores que a lei de 1871 podia trazer, e uma conjuntura de perda de legitimidade da escravidão, os senhores

²⁴ Segundo o Recenseamento Geral do Brasil Império de 1872, havia em Água Branca 360 mulheres que sabiam ler e escrever, o que representava 12,95% da população do sexo feminino na freguesia (Brazil, Recenseamento Geral do Império. 1872).

continuaram a enxergar as alforrias no âmbito de suas vontades - como expressa Joana Vieira de Siqueira na carta de Maria do Rosário.

Em agosto de 1883, o Coletor de Rendas de Paulo Afonso²⁵ recebeu de Maria do Rosário um requerimento. Nele, ela objetivava certificar-se da baixa na matrícula do seu marido Joaquim, preto, de 40 anos, liberto pelo Barão de Água Branca, em 1882. O motivo de desconfiança de Maria do Rosário não foi explicado. Poderia resultar da falta de registro da carta em tabelionato, escritura que trazia mais segurança, em situações de perda da carta ou tentativa de reescravização.

Algo a ser observado é que Maria do Rosário e Joaquim conseguiram a alforria, praticamente juntos, apenas, havia o intervalo de um mês de uma carta para outra. Podemos relacionar família e a conquista da liberdade?

As cartas apresentam poucas informações sobre os laços familiares, para uma delas contamos com a filiação materna e o estado civil aparece em quatro: três escravizados casados e um solteiro. Também não há descrição de ajuda familiar na compra. O que deve ser resultado da concisão das cartas, visto que na historiografia há diversos registros de libertos que retiraram da escravidão cônjuges, filhos, netos, afilhados, entre outros parentes (Lima, 2011; Mattoso, 2003).

O Fundo de Emancipação criado para libertar escravos por intermédio de quotas anuais, em sua classificação, privilegiava-os com pecúlio e família. Em 1883, o escravizado Joaquim foi alforriado pelo Fundo, com 37 anos. Ele estava casado com Teresa, liberta em 1873, quando obteve sua alforria durante o processo de inventário do falecido senhor (ACNRIAB, 1883; AFMAST, 1873).

Aponta-se um escravizado, certamente casado, com tentativas frustradas na obtenção da alforria pelo Fundo de Emancipação, chamado João Barroca. Ele depositou a quantia de 150 mil réis na Coletoria de Paulo Afonso. Em 1883, a matriarca Maria de Assumpção pedia o retorno do dinheiro que

²⁵ Em 1875, a freguesia de Água Branca passou para o estatuto de vila pertencente a Comarca de Paulo Afonso. A comarca tinha sede na atual cidade de Mata Grande, denominada na época de Paulo Afonso.

completaria a carta de liberdade dele, no valor de 300 mil réis. Naquele mesmo ano, outro escravizado, Amaro, casado com Antônia, da família de Maria de Assumpção, pagava 300 mil réis pela almejada alforria (AFMAST, 1883). Esses exemplos de escravizados casados e suas alforrias potencializam o seu alcance pela formação de laços familiares.

Como último exemplo, vemos a situação vivida por Honorata, envolvendo a Lei Rio Branco de 1871. Residindo em Água Branca, a senhora Teresa Maria de Jesus, falecida em 1875, tinha poucos bens, mas havia deixado no seu espólio uma escravizada: Honorata, parda, em torno de 17 anos. Feito uma inventariação em 1876, ninguém apareceu para reclamar a herança, então, o juiz da Comarca de Paulo Afonso decidiu passar carta de liberdade a Honorata, em conformidade com a Lei Rio Branco, artigo 6º e parágrafo 3º, que declarava libertos “os escravos das heranças vagas”²⁶.

Entretanto, em 1878, o juiz de órfão de Água Branca teve conhecimento da existência de uma irmã e sobrinhos da falecida senhora, o que o fez abrir uma portaria para declaração dos bens. O inventário que encontramos só traz de fato essa descrição na data de 1883, realizada por Rita Maria da Conceição, irmã de Teresa Maria. Nessa declaração, Honorata aparece avaliada entre os bens da inventariação. O que pode ser considerado um erro judicial, em razão existir uma carta de liberdade concedida pelo juiz em 1876. Quando o processo chegou ao conhecimento do juizado de Paulo Afonso, foi exigido a sua suspensão (AFMAST, 1878).

Nesta discussão, ainda carece maior evidência a circunstância em que se deu a alforria de Honorata. Em 1880, sua carta de liberdade foi registrada em tabelionato, consta que pagou 100 mil réis a três herdeiros da falecida Teresa Maria de Jesus (ACNRIAB, 1880). No entanto, em inventariação de 1876, ela foi julgada liberta, por falta de herdeiros. Ou seja, não havia necessidade de compra da carta, uma vez que já poderia gozar da

²⁶ Os escravos de heranças vagas tinham direito a alforria, no entanto, eles deviam ficar durante cinco anos sob a inspeção do governo, caso não exercessem alguma atividade, nas palavras da lei: “se viverem vadios”, seriam obrigados ao trabalho em estabelecimentos públicos (Brasil. Lei nº 2.040. 28/09/1871).

sua liberdade “como se nascesse de ventre livre”, registrou o juiz de Paulo Afonso.

Não sabemos se Honorata teve conhecimento da carta de manumissão passada pelo juiz da Comarca de Paulo Afonso. Tudo indica que diante de ameaças de sujeição à escravidão, com abertura de um novo inventário em 1878, ela pagou uma indenização aos herdeiros de sua falecida senhora. Assim sendo, mesmo com a ampliação das possibilidades de obter a alforria após 1871, o escravizado poderia esbarrar em interpretações distintas da lei, dependendo dos interesses dos juízes.

A presente narrativa com índices de escravidão e liberdade, pode ser interpretada como uma das situações na qual o uso da Lei Rio Branco atribuía ao Estado a concessão da alforria. Todavia, também, mostra a complexidade das vivências dos escravizados, reiteradas em novos contextos, com o aparecimento de herdeiros que reclamavam a posse escrava, na tentativa de reescravização, garantindo assim o direito de propriedade.

Considerações Finais

Para Teresa Maria de Jesus, e sua irmã Rita Maria da Conceição, o trabalho de Honorata era um significativo meio de sobrevivência. O que explicaria a pouca frequência de alforrias concedidas sem exigência de algum pagamento. Não obstante, até mesmo para as senhoras afortunadas da freguesia, a alforria seguia uma seletividade, influenciada pelas relações entre senhores e escravos.

Nas manumissões “sem ônus” realizadas, em especial, por senhoras viúvas, a concessão muito as beneficiavam. Isso porque, os escravizados tinham que esperar longo tempo para obter a liberdade. No caso da liberta Maria, sua alforria só foi concedida porque estava “defeituosa de um olho e sofredora do outro”.

Não foram poucos os meios buscados pelos escravizados para adquirirem sua carta de liberdade. Nesse sentido, foi significativo o pecúlio, uma vez que, na década de 1880, a compra mostrou-se como um meio

bastante utilizado para sair da escravidão. Destoando de alguns estudos já apresentados na historiografia, homens e mulheres aparecem com igualdade no acesso a carta de liberdade, entre eles, jovens que conseguiram dinheiro suficiente para empregarem na manumissão.

Assim, para aprofundar o tema, é importante investigar outras décadas do século XIX e, locais da região sertaneja do São Francisco. Ao final dessa discussão, acreditamos que os registros de escravização e liberdade evidenciam diferentes atuações em torno da alforria no espaço sertanejo. Os senhores procuravam reforçar o direito de propriedade, tentando garantir uma indenização pela concessão, enquanto os escravizados se empenhavam para alcançá-la, usando dos recursos possíveis para se livrarem do jugo da escravidão.

Referências Bibliográficas

Fontes

AFMAST- Acervo do Fórum Miguel Archanjo de Siqueira Torres.

BRAZIL, Império do. Recenseamento Geral do Império do. 1872. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>>. Acesso em: 10.10.2016.

BRAZIL, Império do. Lei. Nº 2.040 de 28.09.1871.

Inventário *post mortem* de Germana Maria da Graça. 1852.

Inventário *post mortem* de Joana Vieira Torres (Sandes). 1852.

Inventário *post mortem* de Manoel Antônio Marinho Falcão. 1855.

Inventário *post mortem* de Teodosio de Souza Passos. 1873.

Inventário *post mortem* de Antônio Ferreira de Souza. 1874.

Inventário *post mortem* de Antônia Rosa dos Santos. 1876.

Inventário *post mortem* de Domingos Mendes Bezerra. 1878.

Inventário *post mortem* Fausto Gomes de Sá. 1878.

Inventário *post mortem* de Teresa Maria de Jesus. 1878.

Inventário *post mortem* de Anna Correia Gomes. 1883.

Prestação de Contas dos Órfãos Manoel, Genésio, Joanna e Amélia. 1883.

ACNRIAB- Acervo do Cartório Notarial e Registral do 1º Ofício de Imóveis da Cidade de Água Branca.

Livros de escrituras públicas diversas nº 78, 79 e 80. Cartas de liberdade. 1880, 1882, 1883 e 1886, 1887.

Livro de notas nº 153. 1883.

Bibliografia

ARAÚJO, Marília Lima de. *Família e relações de parentescos de escravizados: Água Branca/Alto Sertão da Província de Alagoas (1850-1888)*". 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2018.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8. ed. São Paulo: UNESP, 2008.

EISENBERG, Peter L. Ficando livre: As alforrias em Campinas no século XIX. In: *Estudos Econômicos*, v. 17, núm. 2, 1987, pp.175-216.

FERREIRA, Roberto Guedes. A amizade e a alforria: um trânsito entre a escravidão e a liberdade (Porto Feliz, SP, século XIX). In: *Afro-Ásia*, núm. 35, 2007, pp. 83-141.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos na cidade do Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. "Pela quantia de [...] poderá gozar de sua liberdade": as alforrias no município de Sousa/PB (1792-1860). In: *Sæculum - revista de história*, núm. 25, jul./dez. 2011, pp. 27-45.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MAUPEOU, Emanuele Carvalheira de. *Cativeiro e Cotidiano num ambiente rural: O Sertão do Médio São Francisco - Pernambuco (1840-1880)*. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/>>. Acesso em: 01/01/2016.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da Vida. Tráfico e alforrias nos Sertões de Sima-BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *A Família Negra No Tempo Da Escravidão: Bahia, 1850-1888*. 2007. 277 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2007. Disponível em: <repositorio.unicamp.br/>. Acesso em: 02/03/2015.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual*. São Paulo: UNESP, 2009.

SILVA, Wellington José Gomes. *A liberdade requer limites: o fundo de emancipação e a liberdade na Província das Alagoas (1871-1886)*. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2011.

TEIXEIRA, Luana. *Comércio interprovincial de escravos em Alagoas no Segundo Reinado*. 2016. 307 f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ZERO, Arethusa Helena. *Escravidão e liberdade: as alforrias em Campinas no século XIX*. 2009. 180 f. Tese (Doutorado em Economia) Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2009.

Memórias do “20 de Novembro”: militantes negros e a reconstrução do passado Afro-Brasileiro

 José Augusto Zorzi*

Resumo: O dia 20 de Novembro, também conhecido como Dia da Consciência Negra no Brasil, foi idealizado em Porto Alegre/RS, em 1971, pelo Grupo Palmares, e reconhecido pelo Movimento Negro em 1978. A construção desta data afro-brasileira teve inúmeros desdobramentos desde sua concepção, oficializando-se em diversos estados e municípios. Neste trabalho são apresentadas entrevistas, que são recortes de memórias obtidos através da metodologia da história oral, realizadas com dois militantes históricos do Movimento Negro no Rio Grande do Sul, com intensa participação na constituição do 20 de Novembro: Antônio Carlos Côrtes, membro do Grupo Palmares nos anos 1970, e Waldemar Moura Lima, ou “Pernambuco”, protagonista de um movimento pela transformação da data em um feriado em homenagem a Zumbi dos Palmares em Porto Alegre, nos anos 2000, ambos propondo uma nova abordagem do passado afro-brasileiro.

Palavras-chave: 20 de Novembro, Movimento Negro, Memória, Militância.

“20th of November” memories: black militants and the reconstruction of Afro-Brazilian past

Abstract: November 20th, also known as Blackconsciousness’ Day in Brazil, was idealized in Porto Alegre/RS, in 1971, by Grupo Palmares, and recognized by the Black Movement in 1978. The construction of this Afro-Brazilian date had numerous ramifications since its conception, becoming official in several states and municipalities. In this work the interviews presented are clippings from the memories obtained through the oral history methodology. They were conducted with two historical activists of the Black Movement in Rio Grande do Sul, who had an intense participation in the constitution of the 20th of November: Antônio Carlos Côrtes, member of Grupo Palmares in the 1970s, and Waldemar Moura Lima, or “Pernambuco”, the protagonist of a movement to transform the date into a holiday in honor of Zumbi dos Palmares in Porto Alegre, in the 2000s, both presenting a new approach to the Afro-Brazilian past.

Key-words: November 20th, Black Movement, Memory, Militancy.

* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: jotazorzi@gmail.com



A intelectual Lélia Gonzalez apontou que as estratégias de resistência cultural e as formas alternativas de organização-social-livre presentes nos quilombos, e em seus similares no continente americano, eram um aspecto central para a compreensão da organização dos povos da diáspora (Gonzalez, 1988). Gonzalez também reconheceu como um importante movimento da luta pela emancipação das negras e negros a idealização do dia 20 de Novembro como data magna da história afro-brasileira, em homenagem a um dos heróis do Quilombo de Palmares, Zumbi (Gonzalez, 1982), na data de sua morte.

O reconhecimento de Zumbi como herói nacional, institucionalizado pelo Estado brasileiro em 1997, e da potente resistência que emanou dos quilombos ao longo da história (Moura, 1988; Nascimento, 1985), associava-se ao pensamento de Abdias do Nascimento, de que era mais do que necessário revisar as narrativas sobre o passado dos negros e, portanto, da história do Brasil, que, a partir das instituições coloniais e escravizadoras, visou sufocar o protagonismo africano e de seus descendentes na sua construção. Abdias do Nascimento argumentava que

a elite dominante sempre desenvolveu esforços para evitar ou impedir que o negro brasileiro, após a chamada abolição, pudesse assumir suas raízes étnicas, históricas e culturais, desta forma seccionando-o do seu tronco familiar africano. [Por isso,] a memória do negro brasileiro é parte e partícipe nesse esforço de reconstrução de um passado ao qual todos os afro-brasileiros estão ligados (Nascimento, 1980: 247-8).

Os esforços de inúmeras e inúmeros militantes se uniram para construir esta data que é reconhecida hoje nacionalmente como Dia da Consciência Negra. Alguns destes militantes estiveram profundamente ligados à sua construção, desde sua idealização nos 1970 até o presente.

O objetivo deste trabalho é apresentar parte da trajetória de dois militantes, especialmente em sua relação com a construção do 20 de Novembro, em diferentes momentos: Waldemar Moura Lima, conhecido como mestre Pernambuco, e Antônio Carlos Côrtes, ambos residentes em Porto Alegre/RS. Estas reflexões foram possibilitadas pelas entrevistas com eles

realizadas, no ano de 2019, durante uma pesquisa que objetivava identificar as diferentes fases da luta pela construção da data na capital gaúcha.

O registro das memórias desses militantes foi possibilitado pela metodologia da história oral. Parte-se da premissa de que as experiências são o elemento comum do processo de construção da história oral (Thomson, 2000: 51), e que tal metodologia permite ao pesquisador aproximar-se do indivíduo e de suas memórias, com a possibilidade de produzir uma história sensível e humana. Tanto Côrtes quanto Pernambuco, verdadeiros *griôs*, reúnem trajetórias de militância que se expressam por estes recortes da memória, e também pela narrativa escrita, uma vez que ambos registraram seus modos de pensar e agir em textos e livros. A reflexão aqui proposta se dará em dois momentos: primeiro, a relação de Antônio Carlos Côrtes com a idealização do 20 de Novembro nos anos 1970, assim como suas atividades mais recentes em torno da data; e, segundo, a atuação de Pernambuco enquanto agente central da tentativa de definição de um feriado em homenagem a Zumbi em Porto Alegre, no início dos anos 2000, e sua relação histórica com o “quilombismo”.

Côrtes e o Grupo Palmares: construindo uma data a Zumbi

O 20 de Novembro, reconhecido nacionalmente como Dia da Consciência Negra em 1978 pelo Movimento Negro, foi idealizado pelo Grupo Palmares, um coletivo de estudantes universitários negros de Porto Alegre, em 1971 (Domingues, 2007; Silveira, 2003). Entre os idealizadores estava Oliveira Silveira, poeta, escritor e militante histórico do Movimento Negro. O objetivo central do Grupo era o de substituir o 13 de Maio pelo 20 de Novembro como a data mais importante da história afro-brasileira, uma vez que a “Abolição da Escravidão” já era considerada uma data esvaziada de significados. Também participaram da fundação Ilmo da Silva, Vilmar Nunes e Antônio Carlos Côrtes. Ao longo de sua atuação integraram-se Anita Abade, Nara Soares, Helena Machado, Antônia Carolino e Marli Carolino. Promoveu suas atividades até 1978, quando seus integrantes passaram a militar junto

ao Movimento Negro Unificado, recém-fundado (Campos, 2006). Portanto, o Grupo Palmares integrava o Movimento Negro em sentido amplo, assim como inúmeras outras organizações, anteriores mesmo à abolição (Santos, 2013).

Antônio Carlos Côrtes, como ele próprio expressou em entrevista em 2019, era ainda “o único vivo [entre os fundadores] do Grupo Palmares” (Côrtes, 2019), tendo nascido em Porto Alegre em 1948. Como estudante de direito no final dos anos 1960, Côrtes desenvolveu profundo interesse sobre os temas da negritude. Eles ganhavam cada vez mais espaço por intermédio dos intelectuais negros brasileiros que, abordando o contexto das lutas de independência na África e o pan-africanismo, reafirmavam sua pertença étnico-racial enquanto africanos na diáspora (Campos, 2006; Nascimento, 1980).

Nesse mesmo período, ensaiando para a encenação da peça Orfeu da Conceição, que seria apresentada no Theatro São Pedro¹ – peça escrita por Vinícius de Moraes, atuada por atrizes e atores negra/os –, Côrtes teve seus primeiros contatos com a rica produção de Abdias do Nascimento, que consistia em “análise/denúncia, teatro, poesia, pintura” (Gonzalez, 1988: 75), fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN), em 1944, e vigoroso pan-africanista². Nesse tempo, Côrtes conheceu o trabalho de Edison Carneiro sobre o Quilombo de Palmares, e já passara a defender o fim das referências ao 13 de Maio, pois “a Lei Áurea, na minha visão, [e] meu grupo aceitou, era uma lei oca, uma lei vazia [...]; não tinha sequer uma justificativa

¹ Localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, é o teatro mais importante do Rio Grande do Sul, inaugurado em 1858.

² A estreia da peça Orfeu da Conceição aconteceu em 25 de setembro de 1956 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com atores e atrizes integrantes do Teatro Experimental do Negro, entre eles Abdias do Nascimento, que veio a se afastar na segunda temporada da peça. Entre os motivos desse rompimento estava a discordância de Abdias com a postura de Vinícius de Moraes em afirmar que aquela havia sido a primeira oportunidade dramática concedida a um elenco de atores negros, sendo que, só no Teatro Municipal do Rio, o TEN havia apresentado inúmeras peças desde 1944, tornando latente o não reconhecimento da dramaturgia negra, naquele episódio (Nascimento, 2014).

do quê que aconteceria com aqueles negros escravizados, aqueles negros libertos, que 'inclusão social' teria, então isso me indignava" (Côrtes, 2019).³

Foi com base nessas leituras que a figura de Zumbi ganhou força. A partir da sistematização daquelas ideias iniciais do Grupo, pôde-se, efetivamente em 1971, realizar as primeiras evocações em torno do 20 de Novembro.

Por que o 20 de Novembro de Zumbi? Porque eu tentei – o grupo também –, descobrir a data de nascimento de Zumbi, e isso foi muito difícil, não se encontrou, mas encontramos a data da morte de Zumbi, que seria 20 de novembro, pelo menos [era] o que se tinha conhecimento: 20 de novembro de 1695. E a partir dali começamos então a dizer não ao 13 de Maio e sim ao 20 de Novembro de Zumbi. Não aceitamos aquela data escolhida pelo escravizador, e sim uma data escolhida por nós [...], porque o Quilombo de Palmares, embora não fosse o único quilombo existente no país, [foi] o que nos chamou mais atenção, porque lá viviam índios, negros e brancos, que fugiam do colonialismo (Côrtes, 2019).

A interpretação dada pelo Grupo, ao que indicou Côrtes, destacava a diversidade abrigada em Palmares, indicada por vasta bibliografia (Carneiro, 1947; Moura, 1988; Nascimento, 1985), e que opunha o modelo de organização comunitária dos quilombos – ressignificado e nominado em alguns contextos como "quilombismo" (Lima, 1988; Nascimento, 1980) –, ao modelo vigente tanto no período colonial quanto no período imperial, firmado sob a égide branco-luso-europeia.

Interessante observar que, embora os integrantes do Grupo Palmares se reunissem para suas discussões em espaços familiares, nos bairros Bonfim e Centro de Porto Alegre, portanto não periféricos, Côrtes e Oliveira Silveira, na época em que o Grupo promovia suas discussões, foram "chamados a depor na Polícia Federal, porque eles fizeram ligação do nosso nome Palmares

³ Tal "vazio" é expresso pelo texto original da Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888: Art. 1º É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

com o grupo subversivo VARPalmares⁴; [...] depois nos deixaram de lado e tal; eram os riscos que tinha que se correr” (Côrtes, 2019).

Como escreveu Lélia Gonzalez, no período da ditadura militar, falar em discriminação racial “era proibido [...], uma vez que se estaria ferindo a Lei de Segurança Nacional por crime de subversão” (Gonzalez, 1982: 17); logo, quando falava-se em “pacificação da sociedade civil”, para a população negra e o silenciamento imposto aos setores populares e sua representação política, significava o mesmo que “repressão” (Gonzalez, 1982: 11). Abdias do Nascimento também apontou o recrudescimento das estruturas racistas do Estado durante o período militar, não só reprimindo a população negra, mas também fortalecendo o falso mito da “democracia racial”, no Brasil e no exterior, censurando a participação de negras e negros em eventos internacionais, em África e Estados Unidos (Nascimento, 1980). Em suma, qualquer movimentação destes setores representava um risco ao regime, caracterizando a força das contestações e a perseguição às ações promovidas pelo Movimento Negro.

Uma das atividades desenvolvidas pelos jovens que viriam a fundar o grupo que idealizaria o 20 de Novembro era a pesquisa e o estudo de biografias de personagens negras da história brasileira. Como relatou Côrtes, “nós pegávamos as datas de José do Patrocínio, Luiz Gama, e fazíamos discussão em cima da biografia deles, [por]que a historiografia oficial não falava de nós – essa é a razão que levou à fundação do Grupo Palmares” (Côrtes, 2019). Assim como insistira em diferentes momentos Abdias do Nascimento, em quem Côrtes reconheceu a influência na sua constituição enquanto militante e para as ideias do seu Grupo, a história e o passado de negros e negras no Brasil deveria ser reescrito, exigindo uma nova abordagem historiográfica – uma vez que a oficial e acadêmica era, ainda mais àquele tempo, notadamente centralizada por intelectuais brancos de estratos privilegiados. Essa história negligenciava o protagonismo negro, muitas vezes submetendo-o à forma de estudo que Guerreiro Ramos (1955)

⁴ VAR-Palmares, ou Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, foi um grupo atuante na luta armada contra a ditadura militar brasileira (1964-1985), entre os anos de 1969 e 1972.

definira como “negro-tema”, objeto de análise dos pesquisadores brancos (Cardoso, 2008). Recontar esse passado, de acordo com Côrtes, exigiria povoá-lo, sobretudo, com essas biografias invisibilizadas pelas narrativas oficiais, com uma nova abordagem das experiências ancestrais negras. Dever-se-ia também reformular os esquemas de representação, reconhecendo seus próprios heróis, como Zumbi dos Palmares, e mesmo construir uma data magna no rol das comemorações nacionais.

A entrevista de Côrtes, registrada através da metodologia da história oral, permite observar a profunda relação da construção do sujeito histórico a partir da memória, uma vez que esta se configura como um dos próprios fundamentos da identidade: a dialética da memória permite reconhecer, no presente, o papel de sujeito histórico que Côrtes desempenhou ao longo de cinquenta anos. Se a História é compartilhamento de experiências, assim como Côrtes fizera em relação àquelas biografias junto de seus companheiros de grupo no passado, “a memória, por sua vez, como um dos fatores presentes no resgate da história compartilhada, é esteio para o autorreconhecimento” (Delgado, 2010: 51), possibilitando a própria autorreinscrição na história enquanto sujeito positivo.

Nesse processo de releitura do passado e da história afro-brasileiras, com efeitos fundamentais na “memória coletiva e cultural” dos grupos e seus indivíduos (Assman, 2016), tendo como um dos núdulos a idealização de uma data como referencial simbólico, Côrtes mensurou a amplitude que as ideias dos jovens do Grupo Palmares pode alcançar nacionalmente.

Em função dessa repercussão e valorização do 20 de Novembro e não ao 13 de Maio, o êxito maior foi que teve repercussão fora do estado [RS]. O Movimento Negro brasileiro [...] começou a celebrar a data, porque nós aqui batíamos em não se falar mais no 13 de Maio, pelo menos – “não vamos rasgar a história, mas não admitimos festejos em relação ao 13 de Maio”. E com isso a imprensa começou a silenciar aos registros do 13 de Maio, mas ressaltando o 20 de Novembro. Isso [permitiu o] agregamento de vários grupos negros [ao redor do país] (Côrtes, 2019).

Em 1978 o Movimento Negro reconheceu a simbologia da data em nível nacional. A partir desse momento, ela se tornou um marco de referência da

luta negra por emancipação e contra o racismo. Em 2011 o 20 de Novembro foi reconhecido como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra pela Lei Federal nº 12.519/2011; em 2017 mais de mil cidades do Brasil tinham a data definida como feriado, assim como seis estados brasileiros (Zorzi, 2019), provando a força da ideia lançada pelo Grupo Palmares em 1971.

Um dos desapontamentos destacados por Côrtes foi o não reconhecimento do feriado ao Dia da Consciência Negra em Porto Alegre. Alvo de uma intensa disputa entre 2001 e 2019, envolveu trâmites no Legislativo e Executivo Municipais e no Judiciário Estadual, tendo como resultado a definição de inconstitucionalidade da lei que reconheceu o feriado, em duas oportunidades (2003 e 2015). O mesmo desfecho se deu em outros municípios do Rio Grande do Sul no início dos anos 2000. Entre os motivos apontados por Côrtes de o 20 de Novembro ter sido mais rapidamente reconhecido ao redor do Brasil, sofrendo maior resistência no Rio Grande do Sul, é “que nós vivemos no estado mais racista do Brasil [;] só perdemos [por] Santa Catarina; [...] isso prova da dificuldade [em se reconhecer a data], tanto que não é feriado até hoje em Porto Alegre” (Côrtes, 2019).

Esse contexto de evidenciação do racismo, ressaltado por Côrtes, pode ter caracterizado o Movimento Negro no Rio Grande do Sul e, analogamente, a gênese do Grupo Palmares, a partir de uma especificidade: o número reduzido da população negra, se comparado proporcionalmente a outros estados brasileiros e ao contingente autodeclarado branco, permitiu a construção de matizes racistas e competitivas entre esses segmentos, produzindo o que José Antônio dos Santos conceitualizou como “guetização”, onde os negros se organizaram de forma restrita em territórios rurais, vilas, clubes e associações, o que “colaborou para uma maior conscientização racial e étnica dentre eles” (Santos, 2016: 12). Num contexto de produção de identidades segmentadas, no qual o grau de exclusão pode favorecer a organização e a ação coletivas, “a solidariedade e a identificação étnico-racial foram dispositivos acionados para a unidade política [...]”, favorecendo a afirmação comum de um sentido de “negritude”, como forma de “ressaltar a movimentação cultural e o protagonismo negro no Brasil” (Santos, 2013: 48).

Hamilton Cardoso reconheceu esta peculiaridade regional, fazendo referência ao centenário “Clube Floresta Aurora, do Rio Grande do Sul, estado de baixo índice de negros, mas de tradição militante no movimento negro” (Cardoso, 1981, *apud* Gonzalez, 1982: 21).

A atuação de Côrtes como agente de construção da data permaneceu ativa, cinco décadas após sua idealização. Nos debates mais recentes sobre a definição do feriado do 20 de Novembro em Porto Alegre (entre 2013 e 2019), registraram-se tanto as emoções da conquista de um objetivo de extremo significado para o Movimento Negro localmente, mas também as resistências colocadas ao reconhecimento de uma “data afro-brasileira”, consequências do persistente “racismo estrutural”.⁵ Esse movimento pôde ser observado, por exemplo, quando o próprio Côrtes foi “procurado por lideranças do comércio, tentando negociar [...] com relação aos processos judiciais, [pois] eles estavam tentando colocar [o feriado] num domingo: mas de jeito nenhum, não tem por que se realizar num domingo” (Côrtes, 2019).

Sob a justificativa de sérios prejuízos à economia com “mais um feriado”, setores da indústria e do comércio impediram sua efetivação, com base em argumentos como o da inconstitucionalidade da lei, o limite do número de feriados municipais, e até mesmo questionando a especificidade de um feriado aos negros. Esses representantes dos setores econômicos buscaram encontrar legitimidade para esvaziar a proposta do feriado justamente junto ao idealizador histórico da data, para que ela fosse registrada em um domingo, evitando a paralisação das atividades. A postura afirmativa de Côrtes, em conjunto com a articulação de organizações negras e vereadores na Câmara Municipal⁶, o feriado foi aprovado no Legislativo e sancionado pelo Prefeito em dezembro de 2015 (Lei Municipal nº 11.

⁵ Esta perspectiva observa o racismo e a utilização da “raça” como elementos não apenas circunscritos à determinadas práticas ou episódios cotidianos, mas como constituintes das estruturas sociais, históricas e políticas do Ocidente: o racismo manifesta-se individual e institucionalmente; através de caracteres ideológicos; está presente na constituição do Estado moderno; nas teorias liberais; na gênese e sustentação do capitalismo, etc (Almeida, 2019).

⁶ Em especial o vereador Delegado Cleiton (PDT), entre os anos de 2013 e 2015, que foi o proponente do feriado nessa fase mais recente do processo.

971/2015) (Zorzi, 2019). O ato de sanção da lei do feriado foi o ápice de uma luta de quase cinquenta anos.

Ali naquele ato, na Prefeitura de Porto Alegre, tinha participação muito grande dos negros, e aí naquele momento eu me emocionei muito, eu chorei, e muita gente que ali estava chorou, até parlamentares, [...] porque era um momento histórico; independente do que aconteceu depois era um momento histórico, que se conseguiu passar pela Câmara, que era uma barreira, chegar no prefeito e o prefeito sancionar. Então se seguiu todo o rito, mas, mesmo assim, depois, as ações decorrentes do poder econômico barraram (Côrtes, 2019).

Outro motivo apresentado para o não reconhecimento do feriado era o de que a data não possuía caráter religioso, uma vez que a legislação federal exige tal característica para a definição de feriados municipais. Todavia, durante o processo legislativo, mesmo quando se propôs homenagear as religiões de matriz africana, com forte presença no Rio Grande do Sul, em associação ao 20 de Novembro, os desdobramentos da disputa ainda assim questionaram a validade da lei (Zorzi, 2019). Côrtes atribuiu as resistências colocadas pelos setores econômicos ao “racismo, à segregação [e] ao preconceito, em conjunto atuando” (Côrtes, 2019), o que inviabilizou a definição do feriado.

De todo o modo, apesar destas “efemeridades”, Côrtes identificou nessa fase recente um desdobramento importante do movimento lançado nos anos 1970 pelo Grupo Palmares, prova da força das agências negras em autoafirmarem-se, também a partir da reconstrução de seu passado histórico.

Mas eu acho que [a derrota] não é motivo de a gente deixar de continuar lutando. Tem que continuar lutando até que um dia isso possa ter... Porque independente de ser feriado ou não, as discussões continuam não só no dia 20 de novembro, mas se faz uma Semana da Consciência Negra, se faz um Mês da Consciência Negra, e muitos eventos acontecem. [...] É, só que fica bem evidente [...]: como é que o 20 de setembro é feriado?⁷

⁷ O 20 de Setembro é a data magna do Rio Grande Sul, em referência ao dia do início da Guerra dos Farrapos (1835-1845), ou “Revolução Farroupilha”. É um dos episódios mais celebrados no imaginário sul-riograndense, presente em diversos aspectos da “identidade gaúcha”, a partir da elaboração de um passado “quase mítico”, com culto às figuras de seus principais líderes, como Bento Gonçalves e Giuseppe Garibaldi. Os “farroupilhas”, compostos

Aí houve toda a boa vontade em aprovar o 20 de setembro, feriado. Nada contra o regionalismo, o tradicionalismo, mas por que [o negro] não pode ter o mesmo? [...]; por que que a mesma regra não é aplicada também com a matriz africana e aos negros, que são maioria no país? Então me parece que a resposta é muito clara: é o preconceito, é o racismo (Côrtes, 2019).

Abdias do Nascimento, em 1980, catalisando a proposta do Grupo Palmares, propusera, para o mês de novembro, a realização da Semana da Memória Afro-Brasileira. Do dia 14 ao dia 20 abordar-se-iam conteúdos diversos, como o estudo das civilizações africanas; as ações coloniais das potências europeias e o tráfico transatlântico; a vida africana e afro-brasileira na América, e a história dos quilombos e revoltas negras contra a dominação colonial e imperial, enfatizando o papel dos valores africanos na resistência, culminando com a celebração à figura de Zumbi, o herói negro brasileiro. Com essa programação em novembro, os negros e negras poderiam honrar seus antepassados, reforçando sua coesão e identidade, recuperando sua memória. Todo esse movimento ampliaria e fortaleceria o “quilombismo em sua filosofia, teoria e prática de libertação” (Nascimento, 1980: 278). Como pontuou Côrtes, influenciado na sua juventude pelo próprio Abdias, desde a proposta de um dia de reflexão, construiu-se uma semana e um mês da Consciência Negra. Ambos concordavam sobre a importância da data para a luta do Movimento Negro e para “reflexão, pra que possamos fazer seminários, congressos, enfim, tudo que possa discutir a situação do negro no Brasil” (Côrtes, 2019).

Antônio Carlos Côrtes manteve uma trajetória ligada à afirmação da negritude e da promoção da justiça racial, mesmo que o Grupo Palmares tenha se dissolvido em 1978, após “conseguir o debate da data, [...] porque o nosso objetivo era aquele” (Côrtes, 2019). Posteriormente, Oliveira Silveira deu continuidade à diferentes articulações. Nessa trajetória de Côrtes, os temas com os quais se identificou quando jovem seguiram presentes em seus

por uma elite fronteiriça, em sua maioria, pautavam-se em ideais liberais, porém jamais questionaram a manutenção da escravidão, uma vez que a força de trabalho nas charqueadas era sustentada na exploração do negro escravizado (Kuhn, 2007).

escritos⁸, e em sua atuação como advogado, sendo pioneiro na judicialização de crimes de injúria racial e racismo no Rio Grande do Sul. Em uma de suas publicações, Côrtes fez referência ao 20 de Novembro de Zumbi como “a data escolhida por nós para homenagear nosso mártir” (Côrtes, 2014: 22).

Tendo em vista a inviabilidade da “reterritorialização geográfica” no pós-abolição, uma vez que a população negra permaneceu privada de direitos, inclusive à terra, Deivison Campos, que produziu trabalho historiográfico fundamental sobre o Grupo Palmares, e do qual as reflexões aqui são tributárias, defendeu que a “reafricanização do negro” deu-se pela construção de novos espaços, agora simbólicos, como referenciais, tanto a partir de elementos locais quanto globais (Campos, 2009), considerando a abordagem pan-africanista e as lutas na diáspora. Assim, a partir da observação do acúmulo de capital referencial em torno da ideia e da construção do 20 de Novembro, em seus diferentes momentos, e através dos movimentos de reescrita e ressignificação do passado afro-brasileiro, produziu-se o que o autor denominou de “reterritorialização simbólica” (Campos, 2006), com todo o potencial historiográfico e epistemológico que tal conceitualização engendra.

Pernambuco e o Movimento Quilombista

Tão longínquo militante quanto Côrtes, Waldemar Moura Lima, o mestre Pernambuco, também reúne uma longa trajetória vinculada à construção do 20 de Novembro. Nascido em Garanhuns, no estado de Pernambuco, em 1935, estabeleceu-se no Rio Grande do Sul em 1948. Desenvolveu inúmeras atividades na área da cultura, atuando como professor, diretor de teatro e espetáculos musicais, e especialmente na popularização do carnaval. Entre as tantas ações de Pernambuco ao longo de uma militância de mais de meio século no Movimento Negro, teve papel central na construção de uma lei na Câmara de Porto Alegre no início dos

⁸ Livros de crônicas como “Bailarina do Sinal Fechado” (2014), “Rua da Praia 40º” (2015) e “Degraus da Vida” (2018).

anos 2000, para transformar a data em feriado municipal, inspirado nas proposições lançadas pelo Grupo Palmares.

As fases mais recentes da luta pela construção do 20 de Novembro em Porto Alegre presenciaram a atuação de Pernambuco (2001-2003) e a de Côrtes (2015). As experiências destes agentes povoam a história do Movimento Negro e a história brasileira. Embora as entrevistas realizadas nesta pesquisa tenham sido de caráter temático, direcionado especificamente à data, aprofundaram-se outros temas relacionados a sua simbologia.⁹

A evocação à figura de Zumbi, por parte de Pernambuco, se deu fundamentalmente pelo contato com determinados pensadores e historiadores que, na segunda metade do século XX, se dispuseram a repensar o passado brasileiro e as resistências negras. A partir destas leituras e da compreensão do que veio a ser conhecido como “quilombismo”, Pernambuco passou a orientar-se no sentido de transformar o presente e sua realidade sócio-histórica.

Essa tomada de consciência [foi] me levando a começar a ter uma sustentação teórica sobre isso, e [...] começamos a estudar, eu fui avançando nesse campo, e me deparei com uma série de pensadores, um deles o Décio Freitas, que pra mim é marcante na minha trajetória de militante negro, [...] com seu trabalho sobre os quilombos palmarinos. Depois me deparo com Abdias do Nascimento, e [...] eu me torno quilombista. Começo a ter consciência de que realmente o processo é revolucionário para o negro, tem que ser desconstituir a sociedade que está posta, porque essa sociedade não foi criada para os oprimidos: negros, pobres, brancos, não; essa sociedade foi criada para a manutenção do *status quo* e a manutenção daqueles [...] que eu chamo de predadores, os que estiveram na África, que nos trouxeram de lá (Lima, 2019).

Os princípios do quilombismo são calcados na herança da ancestralidade africana, fortemente referenciada na experiência do Quilombo de Palmares. Muito propagados por Abdias do Nascimento, principalmente a partir de uma publicação em 1980 (Nascimento, 1980), já estavam presentes

⁹ A intensa atuação de Pernambuco na condução do processo legislativo, com base nos registros oficiais, pode ser verificada de forma mais detalhada em outros trabalhos dedicados ao tema (Zorzi, 2019; 2020). O objetivo, aqui, concentra-se no produto da entrevista cedida pelo militante do Movimento Quilombista.

em suas obras anteriores, ao menos desde a fundação do Teatro Experimental do Negro.

O Movimento Quilombista, do qual Pernambuco foi e continua sendo um dos principais articuladores, organizou-se a partir destes princípios. Faz parte, assim, do Movimento Negro em sentido amplo, como uma entre tantas outras entidades que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra (Pereira; Maia; Lima, 2020; Santos, 2013). Com este intuito, Pernambuco organizou um livro em 1988 (Lima, 1988), onde sintetizava os princípios que orientavam a constituição e a perspectiva filosófica e política do Movimento Quilombista no Rio Grande do Sul. Tinha como objetivos centrais propor uma nova abordagem histórica sobre o passado negro, o reconhecimento da sua participação na construção da nação, a denúncia do racismo em todos os segmentos da sociedade, e a promoção de uma verdadeira justiça social. Para sua ação presente advogava pelo plurirracismo e pelo pluralismo partidário, a ideia de ser um movimento cultural, pautado na cultura popular, com estratégias de poder político. E firmava como valores éticos do quilombismo a justiça, a liberdade, a dignidade, a fraternidade e a paz (Lima, 1988). As ideias aqui reunidas lançavam mão de uma nova abordagem do passado afro-brasileiro, porém associada a uma estratégia de orientação política para a contemporaneidade.

Pernambuco menciona que o contato com os autores acima referidos, e em especial Abdias do Nascimento, foi determinante para sua tomada de consciência enquanto ser negro: “quando a gente se descobre negro aqui nesse país, ou melhor, na diáspora negra, normalmente é um choque muito grande, porque aí você começa a sentir o quanto a violência do racismo é impeditiva pra que você possa crescer dentro da sociedade” (Lima, 2019). A sociedade é conduzida por um “sistema”, recorrentemente destacado por Pernambuco, estruturado pela herança da colonização, forjado no capitalismo, e conduzido pelo branco europeu, que perpetuou suas práticas em diferentes momentos da história brasileira, inclusive na política contemporânea, tendo como consequência a própria caracterização do Estado

e suas formas de exercício do poder. Dentro desse sistema, negros e outros subalternizados encontrar-se-iam na mesma condição de “escravizados”:

como quilombista é que eu tenho certeza que eu sou escravizado, e vejo os meus irmãos escravizados, [...] mas pelo menos sou um escravizado consciente; [... não] sou um escravizado [...] alienado, que acha que é livre, não. Eu tenho consciência da minha escravização, por isso vou lutar e vou estimular irmãos meus brancos e negros pra nós lutarmos e sairmos dessa armadilha criada [...], antes pelo mercantilismo, pelo capitalismo, que é onde nós estamos (Lima, 2019).

Seu posicionamento frente a este sistema se deu pela tomada de consciência, através de uma nova abordagem do passado e do estudo da experiência dos quilombos. Pernambuco deu destaque à filosofia e à tradição africanas, a partir das quais se deu a possibilidade de construir sua atuação no presente, como forma de combate às malignidades desse sistema.

[na] filosofia africana [...] tem um símbolo chamado *sankofa* que diz exatamente isso: você precisa retomar o seu passado, pra ter consciência do seu presente e projetar o futuro. Então, eu bebo na minha fonte, que [são] os quilombos palmarinos [...]; com essa fonte eu visualizo e me situo dentro desse sistema, que é um sistema que tenta me desumanizar; conseguiram em parte, mas não o todo (Lima, 2019).

A movimentação de Pernambuco foi fundamental na retomada da construção do feriado do dia 20 de Novembro em Porto Alegre, em 2001. Nesse momento, como mostrado anteriormente, a data já havia ganhado diferentes graus de institucionalização ao redor do país, inclusive transformando-se em feriados em algumas capitais e estados. A ação do Movimento Quilombista, com o protagonismo de Pernambuco, com tal proposta, foi capaz de colocar em discussão os esquemas de representação locais e nacionais, que pouco ou nada contemplam a matriz afro-brasileira, mas também de propor o reconhecimento do trabalho realizado pelo Grupo Palmares nos anos 1970.

quando a gente vai tomando essa consciência a gente vê que pra que haja um mínimo de reconhecimento da nossa história, nós precisaríamos ter algumas referências: Zumbi é a nossa referência, libertária, Zumbi é aquele que se doou, doou sua vida pra que nós hoje tivéssemos a oportunidade de fazer essa entrevista. Então ele é nosso ícone, ele é aquela pessoa, aquele ser humano que de uma forma ou de outra esqueceu de si mesmo pra trabalhar no sentido de mostrar

para os negros que [...] eles precisariam preservar sua humanidade (Lima, 2019).

Pernambuco, com uma militância de mais de sessenta anos junto ao Movimento Negro, acompanhou a atuação do Grupo Palmares nos anos 1970, mesmo não se definindo um militante político à época. No entanto, era bastante ligado à cultura popular e ao carnaval (Campos, 2006). Esse dado também revela a diversidade de organizações e formas de atuar do Movimento Negro amplo, presentes no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XX.

Quando acionou a Câmara de Vereadores, em seus discursos e pareceres ao longo do processo legislativo, no período de 2001 a 2003, Pernambuco referendou a atuação do Grupo Palmares, como um movimento da “sociedade afro-gaúcha”, e a figura proeminente de um de seus fundadores, Oliveira Silveira (Zorzi, 2019). Essa profunda conexão entre fases diferentes da construção do ideário do 20 de Novembro como data magna afro-brasileira, tinha em comum a premência de elevar a figura de Zumbi como herói da resistência negra. Pernambuco, a esse respeito, comentou:

com essa tomada de consciência, a gente começou a despertar que nós precisaríamos de ter esse ícone sendo respeitado pela sociedade. Hoje nós sabemos quem o Zumbi é, está lá no Pantheon dos heróis; mas entre estar no Pantheon dos heróis e os seus filhos, vamos dizer nós negros, que somos filhos de Zumbi e estamos na senzala chamada Brasil [há uma grande diferença]. Então é fundamental que a gente estimule, faça com que essa grandeza de humanidade do Zumbi se espalhe, chegue junto aos nossos irmãos negros e brancos, sendo entendida como algo muito importante: isso aí é simbólico. [...] ter uma data referenciada, pra nós negros, [...] seria algo muito importante, porque seria a justiça se fazendo (Lima, 2019).

A importância simbólica que teria uma data comemorativa, na forma de um feriado, fica evidente em sua fala. A historiadora Beatriz Nascimento ressaltou a ação do Grupo Palmares (especialmente com a publicação de um artigo no *Jornal do Brasil* em 1974), como um movimento em prol do reconhecimento da história afro-brasileira, mas também de contestação das

narrativas vigentes, o que colocava em questão a própria realidade social vivida pelos negros no Brasil.

Não chega a ser exagero afirmar que entre 1888 e 1970, com raras exceções, o negro brasileiro não pôde expressar-se por sua própria voz na luta pelo *reconhecimento* de sua participação social. [...] Os negros puderam inaugurar um movimento social baseado na verbalização ou discurso veiculado à necessidade de auto-afirmação [sic] e recuperação da identidade cultural. Foi a retórica do quilombo, a análise deste como sistema alternativo, que serviu de símbolo principal para a trajetória deste movimento. Chamamos isto de correção da nacionalidade. A ausência de cidadania plena, de canais reivindicatórios eficazes, a fragilidade de uma consciência brasileira do povo, implicou numa rejeição do que era considerado nacional e dirigiu este movimento para a identificação da historicidade heroica do passado (Nascimento, 1985: 47; grifo meu).

A perspectiva do reconhecimento é extremamente potente para a construção da cidadania e para a plena interação dos indivíduos e grupos dentro de uma sociedade – reconhecimento que se dá mutuamente com um “outro”. Nesse sentido, Frantz Fanon arguiu que é “do reconhecimento deste outro que dependem seu valor e sua realidade humana” (Fanon, 2008 [1952]: 180).¹⁰ Se o processo de reconhecimento tende a ser positivo, o não-reconhecimento tende a produzir o inverso: ou seja, é capaz de reinstalar a anomia dos sujeitos, quando não de aprofundar o desmonte da autoestima e mesmo impossibilitar o “autorreconhecimento”. Inserida nesta perspectiva, a reflexão de Pernambuco permite observar o significado associado a uma data *oficialmente reconhecida*, pelo Estado e pela sociedade de modo geral, e mesmo o impacto em que a ausência de reconhecimento redundava.

[Um feriado no 20 de Novembro] teria, e terá futuramente, o efeito simbólico [...] de uma magnitude imensa, imensa; porque nós temos que convir que nós negros fomos ensinados primeiro a ‘não ser negros’, ter vergonha de ser negro, esse é o problema; eles destruíram nossa autoestima, acabaram com a nossa autoestima. [...] No Brasil, nós aprendemos que o negro foi escravo: a começar disso aí, porque isso é um absurdo, nós nunca fomos escravos. No entanto, nossos filhos vão pra sala de aula pra ouvir a professora: “olha, os negros foram escravos...”; mas como, que escravo?! [...] nós fomos

¹⁰ A noção de “reconhecimento” é bastante presente na filosofia de Hegel (1770-1831), e abordada posteriormente por Frantz Fanon em “Pele negra, máscaras brancas” (2008 [1952]). Desde os anos 1990, ela passou a ser reinterpretada por teórico/as ligado/as aos campos do multiculturalismo e da teoria crítica, entre outro/as.

escravizados, é outro papo. Ser escravo é se submeter (Lima, 2019).

O debate em torno do “ser escravizado” ou do “ser escravo” foi bastante retomado na explanação de Pernambuco, sendo assim um nódulo fundamental para a narrativa que veio a construir o 20 de Novembro e todo o seu escopo simbólico. Quando relembra o fato de que “ser escravo é se submeter”, ressalta as agências negras nos períodos colonial e imperial brasileiros, como formas insurgentes, e experiências que combatem, inclusive, o argumento da leniência ou do não enfrentamento pelos negros às formas de opressão promovidas pelo sistema escravista, uma vez que o quilombo, cultuado nesta nova celebração, constituía um exemplo tácito desta resistência.

Ao longo desse processo, restara latente a fragilidade do dia 13 de maio como data de referência à liberdade, mesmo que por muito tempo tenha sido celebrada pelos negros (Santos, 2013; 2018), como resultado também da luta do movimento abolicionista. Como perguntou e respondeu Pernambuco, “por que que veio o 13 de maio? Porque os negros começaram a queimar as fazendas, porque eles [proprietários de escravizados] não tinham mais como sustentar, porque o Exército se negava a prender os negros, fugidos... então esses negros [...] forçaram o 13 de maio” (Lima, 2019). Essa data “forçada” tornara-se esvaziada quando do reconhecimento desse protagonismo. Se a experiência de resistência de Palmares era um fato importante, mas desprestigiado oficialmente, deveria passar a ser o momento mais marcante da história do negro no Brasil (Campos, 2006). Assim, a memória deste episódio passava a servir como “fundamento de identidades, mediante um processo dinâmico, dialético e potencialmente renovável, que contém no seu âmago as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente” (Delgado, 2010: 50).

A atuação de Pernambuco e de Côrtes colocou em questão o esquema de representações simbólicas nacional, regional e localmente. Ambos os militantes fizeram menção, em suas entrevistas, ao “20 de setembro”, a data magna do Rio Grande do Sul, dia do início da Guerra dos Farrapos (1835-

1845), ainda que tal conflito não tenha sido vitorioso para as forças da elite regional contra o centro imperial, e registre em sua história o trágico massacre de guerreiros negros na Batalha de Porongos.¹¹

A gente vê alguns feriados meio absurdos, como esse aqui do 20 de [setembro] [...], é um feriado um pouco estranho, pra mim muito estranho, porque você tá homenageando uma guerra que você perdeu. [Por que não] homenagear alguém que realmente merecesse ser homenageado pela sua trajetória, pela sua luta, pela sua perseverança no respeito à humanidade, do outro e dele mesmo? (Lima, 2019).

Mesmo demonstrando respeito à data magna estadual, Côrtes e Pernambuco colocavam em questão seus significados históricos, principalmente diante da resistência implacável dos setores políticos, econômicos e do Judiciário, em acatar a demanda do Movimento Negro para definir um feriado no 20 de Novembro em Porto Alegre. Isto desnudava os entraves maciços ao reconhecimento do protagonismo negro-africano na história regional e na história do Brasil, ao mesmo tempo que não colocavam em questão os significados e os privilégios de outras simbologias.

O que estes dois militantes históricos evidenciaram foi a premência de se modificar um aspecto central da vida nacional: as formas de representação e de constituição dos seus quadros simbólicos (Oliveira, 1989; Nora, 1993), sejam eles símbolos, signos, memoriais, lugares, datas comemorativas, hinos, tradições, entre outros. Marcava-se, desse modo, presença na disputa de narrativas em torno do passado, por parte de sujeitos e de grupos subalternizados.

Esses quadros simbólicos são processos construídos historicamente, atravessados pelas ideologias dominantes em um determinado tempo/contexto, e, por isso, são retratos dos esquemas de poder vigentes. Por outro lado, enquanto processos históricos, são passíveis de reformulação, ressignificação, readaptação a novos contextos e demandas, possibilitando

¹¹ Ocorrido em 14 de novembro de 1844, quando os Lanceiros Negros, um grupo de libertos e escravizados que lutava junto ao exército farroupilha, foram covardemente assassinados. Havia a promessa de liberdade aos escravizados que lutassem junto aos revoltosos, após o término da guerra (Oliveira; Carvalho, 2009).

formas de representação mais democráticas, para contemplar diferentes atores sociais, posições políticas, composição étnico-racial, sendo assim determinantes para a promoção do reconhecimento, da cidadania, e da justiça social e histórica.

Neste tema das simbologias historicamente construídas, quando perguntado sobre a correlação destas às resistências colocadas por setores hegemônicos – estes detentores do monopólio das representações – à homenagem a Zumbi, Pernambuco levantou a problemática inserida no hino do Rio Grande do Sul:

aqui é um estado com uma presença muito forte do europeu [...]. O racismo é essa visão [...] plasmada em todo o território nacional. [...] Qualquer atitude racista, ela não é simplesmente racista, ela é desumanizadora. [...] Essa é a ideia, é o que está posto no hino do Rio Grande do Sul: "quem não tem virtude, acaba por ser escravo".¹² [...] Então querem dizer que os meus antepassados não tiveram virtude? Eles têm virtude? Eles que estupraram, roubaram, assassinaram... Eles são os virtuosos? Aí eles têm o 20 de setembro. É isso, é essa a virtude pra espalhar pra toda a terra? (Lima, 2019).

Portanto, resta evidente a necessidade de se colocar em questão esses esquemas simbólicos estabelecidos, principalmente os que referenciam passados gloriosos, porém construídos sobre os escombros da exploração de determinados grupos, e que mantêm, escancarados ou nas suas entrelinhas, protótipos e linguagens criados pelo racismo, mesmo que de outros tempos.

Na sua dura avaliação sobre o "sistema", e apesar de cancelar a importância do fortalecimento do 20 de Novembro, Pernambuco pautava a necessidade de transformações mais profundas na estrutura social e política, para além da legislação, a fim de se evitar os desgastes e o esvaziamento de algumas "conquistas", sinônimos de algumas "derrotas", já aprendidas com o episódio, por exemplo, da Lei Áurea:

Eu faço parte desse movimento há sessenta e seis anos [e] vejo algumas migalhas que o sistema deixa cair pra nos manter em pé. Essas leis são leis protelatórias assim como foram [...] a Lei

¹² Estrofe do hino do Rio Grande do Sul, com letra de Francisco Pinto da Fontoura (1816-1858), e adotado oficialmente em 1966: "Mas não basta pra ser livre/Ser forte, aguerrido e bravo/Povo que não tem virtude/Acaba por ser escravo".

Áurea, a Lei do Sexagenário, a Lei do Ventre Livre [...]. Só é pra manutenção. Elas realmente não produziram o efeito que deveria produzir (Lima, 2019).

Pernambuco destacou nessa fala as diferentes maneiras com as quais o Estado opera suas complexidades raciais, construindo regimentos “protelatórios”. No seu entendimento, as leis apenas surtirão efeito quando houver intensa “pressão popular” para que elas de fato surtam efeito, uma vez que “a lei se constitui [...] na batalha”. A partir da perspectiva quilombista, que Pernambuco define como “uma filosofia de vida política”, o impacto significativo no “sistema” passa pela assunção das “mulheres para que elas nos representem nos parlamentos”, considerando que as escusas em relação à participação na política, para os quilombistas, são uma “percepção equivocada” (Lima, 2019).

Com base nestas reflexões, pôde-se perceber que a atuação militante de Pernambuco ao longo de mais de seis décadas, articulando a política e os ideais de sua coletividade enquanto um “agente étnico” (Weber, 2014), contribuíram para a construção e modificação das simbologias vigentes, ao promover o reconhecimento de uma data afro-brasileira entre os feriados de Porto Alegre – majoritariamente católicos. Apesar de o tão sonhado e justo feriado a Zumbi nunca ter sido comemorado na capital do Rio Grande do Sul, Pernambuco, ao fazer a leitura de sua própria trajetória, assenta suas aspirações em um devir promissor: “a minha perspectiva de futuro é de liberdade, não pra mim, porque esse é um processo longo, mas se eu deixar algumas sementes com essa ideia, eu acho que eu estou cumprindo o [meu] papel” (Lima, 2019).

Últimas considerações

As vitórias e as derrotas angariadas pelo Movimento Negro no Rio Grande do Sul, nesse longo processo de luta por reconhecimento, teve como resultados significativos a importância de se questionar os esquemas simbólicos vigentes, que ausentam as representatividades afro-brasileira, indígena, entre outros setores subalternizados. Retomando Lélia Gonzalez,

ao reproduzir a convocatória para o ato público contra o racismo, em 1978, este que seria o evento de criação do Movimento Negro Unificado, chamava “todos os setores democráticos que lutam contra o desrespeito e as injustiças aos direitos humanos” (Gonzalez, 1982: 44) a se juntarem à luta da comunidade afro-brasileira contra o racismo, o que sinalizava a inevitabilidade de se alcançar o reconhecimento (nos termos de Frantz Fanon). Dizendo não ao 13 de maio, o então Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial reconheceu o 20 de Novembro como “nossa verdadeira e efetiva data” (Gonzalez, 1982: 58).

As memórias e as trajetórias destes dois militantes, reunidas através da história oral, tornaram-se uma oportunidade de ampliar o conhecimento sobre a militância e o Movimento Negro no Rio Grande do Sul, conhecendo-se alguns pormenores da construção coletiva do 20 de Novembro, por diferentes entidades, organizações e agentes, ao longo de meio século. A importância desse debate também se dá em função de a data ter sido idealizada pelo Grupo Palmares em 1971, em *Porto Alegre*, posteriormente tendo alcançado alta significação nacional, e ainda assim permanecer “apagada” em âmbito local. Esse exemplo evidencia a necessidade de readequação do quadro de datas comemorativas em estados, municípios, e em nível federal.

Desde 2015, o Congresso Nacional discute a possibilidade de definição do 20 de Novembro como feriado nacional, ação que Pernambuco e Côrtes afirmaram ser fundamental em suas entrevistas.¹³ Estes militantes e seus movimentos marcaram a trajetória da diáspora africana no Brasil, trabalharam no sentido de promover a “reterritorialização simbólica” (Campos, 2009) através da reconstrução do passado afro-brasileiro, provando a potência do quilombo enquanto “símbolo que abrange conotações de resistência étnica e política” (Nascimento, 1985: 48), e pautando a disputa em torno da “hegemonia da memória nacional” (Santos, 2013: 57).

¹³ Projeto de Lei nº 296-C, de 2015, proposto pelo Deputado Federal Valmir Assunção (PT/BA), na Câmara dos Deputados.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- ASSMAN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. In: *História Oral*, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.
- BRASIL. Lei nº 12.519, de 10 de nov. de 2011. *Institui o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra*. BRASÍLIA, DF, nov 2011.
- CAMPOS, Deivison de. O Grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, PUCRS, Porto Alegre/RS, 2006.
- _____. A construção do território simbólico afro-brasileiro: a legitimação do discurso de pertencimento do Grupo Palmares pela imprensa. In: *XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009*. Anais Eletrônicos XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2935-1.pdf>>. Acesso em: 21/05/2019.
- CARDOSO, Lourenço. *O branco "invisível": um estudo da emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra. Coimbra, 2008.
- CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- CÔRTEZ, Antônio Carlos. *Bailarina do Sinal Fechado*. Porto Alegre: Evangraf, 2014.
- _____. *Côrtés e o 20 de Novembro* [30.09.2019]. Entrevistador: José Augusto Zorzi. Porto Alegre: escritório de advocacia.
- DELGADO, Lucília. *História Oral: memória, tempo, identidades*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 33-66.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: *Tempo* [online], v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008 [1952].
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

KUHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul*. 3. Ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LIMA, Waldemar Moura. *Movimento Quilombista*. Negritude em Ação. Porto Alegre: Edição Própria, 1988.

_____. *Pernambuco e o Movimento Quilombista Contemporâneo* [16.09.2019]. Entrevistador: José Augusto Zorzi. Porto Alegre: Praça da Alfândega.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na Senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas. 4. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. *Quilombismo*. Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: *Afrodíáspora*. Rio de Janeiro, v. 6 e 7, p. 41-49, abr./dez. 1985.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Abdias do Nascimento*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 347 p. (Grandes vultos que honraram o Senado).

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; CARVALHO, Daniela Vallandro de. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos [orgs.]. *RS negro* [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 63-82.

PEREIRA, Amilcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os "rolês" do movimento negro brasileiro na atualidade, nas "pegadas" da educação. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 75, p. 162-183, abr. 2020.

RAMOS. Alberto Guerreiro. Patologia social do "branco" brasileiro. *Jornal do Commercio*, jan, 1955.

SANTOS, José Antônio dos. História e Cultura Afro-brasileira e Movimento Negro. In: *Momento*. Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 39-64, jul./dez. 2013.

_____. Movimento Negro no Rio Grande do Sul: apontamentos de uma história II. In: *XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS*. Anais eletrônicos. 2016. Santa Cruz do Sul/RS. Disponível em: <<http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>>.

_____. *Liga da Canela Preta: a história do negro no futebol*. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2018.

SILVEIRA, Oliveira. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto [orgs.]. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003, p. 23-42.

THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos, uma perspectiva internacional da História Oral. In: ALBERTI, Verena; FERNANDES, Tânia & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, pp. 47-65.


WEBER, Regina. Líderes, intelectuais e agentes étnicos: significados e interpretações. In: *Diálogos* [online]. Maringá, v. 18, n. 2, p. 703-733, mai./ago. 2014.

ZORZI, José Augusto. A construção do feriado do Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (2001-2019): luta e política do reconhecimento. 2019. 207 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre/RS, 2019.

_____. Um feriado a Zumbi: a tentativa de reconhecimento do 20 de Novembro em Porto Alegre (2001-2003). In: *Em Tempo de Histórias* [online], Brasília/DF, n. 36, p. 469-487, jan./jun. 2020.

O conceito de cultura política: das origens na ciência política norte-americana à historiografia contemporânea

 Carolline da Silva Soares*

 Leonardo Baptista**

Resumo: Por meio deste trabalho propomos uma breve discussão acerca da trajetória do conceito de cultura política, partindo das suas primeiras formulações na ciência política norte-americana – com os trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba – e enfatizando seus usos, apropriações e reconstruções pela historiografia contemporânea. Neste sentido, buscamos perceber em que medida o referido instrumento conceitual tem se inserido no contexto dos debates e trabalhos realizados no campo da Nova História Política, atentando para as possibilidades e os limites de sua exploração nas análises históricas dos fenômenos políticos. Como exemplos de caso, destacamos, mesmo que brevemente, algumas análises acerca da História do regime militar no Brasil (1964-1985).

Palavras-chaves: Cultura Política, História, Nova História Política.

The concept of political culture: from its origins in American political science to contemporary historiography

Abstract: Through this article we propose a brief discussion about the history of the concept of political culture, starting from the first formulations of north-american political science – with the works of Gabriel Almond and Sidney Verba – and emphasizing its uses, appropriations and reconstructions by contemporary historiography. In this sense, we seek to understand to what extent this conceptual instrument has been inserted in the context of debates and works carried out in the field of The New Political History, paying attention to the possibilities and limits of its exploration in the historical analyses of political phenomena. As examples of the case, we highlight, even briefly, some analyses about the history of the military regime in Brazil (1964-1985).

Keywords: Political Culture, History, New Political History.

* Carolline da Silva Soares é doutora em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente cumpre pós-doutorado no mesmo programa, sob a supervisão do Prof. Gilvan Ventura da Silva e apoio da CAPES. E-mail: carollines@gmail.com

** Leonardo Baptista é mestre em História Social das Relações Políticas (PPGHIS), pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: leobapt@gmail.com



O conceito de Cultura Política e suas primeiras formulações teóricas¹

Entre as décadas de 1950 e 1960, a ciência política norte-americana deu os primeiros passos para uma formulação sistemática do conceito de cultura política. A obra "The civic culture: political attitudes and democracy in five nations" (1963), de Gabriel Almond e Sidney Verba, é concebida pelos especialistas como a referência inicial e obrigatória sobre o tema (Rennó, 1998; Kuschnir; Carneiro, 1999; Motta, 2009).²

As incertezas em torno do futuro das democracias ocidentais e a previsão de sua difusão pelas nações emergentes, no pós-Segunda Guerra Mundial, lançaram os pesquisadores norte-americanos, fundamentalmente, à busca por melhor compreender o desenvolvimento e as condições favoráveis para a consolidação dos sistemas democráticos participativos. É diante dessa preocupação que emerge o trabalho de Gabriel Almond e Sidney Verba, ao qual nos referiremos nas próximas linhas.

Preocupados em definir os fatores que possibilitariam a formação de regimes políticos estáveis, aqueles pesquisadores buscaram a construção de um novo paradigma para a compreensão dos fenômenos políticos. Nessa direção, partiram de um enfoque multidisciplinar que combinou as perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia³. Dessa forma, destacaram a importância das dimensões subjetivas dos indivíduos para explicar suas respectivas orientações e atitudes políticas, e propuseram um estudo dos fatos políticos por meio de uma abordagem comportamental

¹ O texto em questão foi apresentado no V Encontro Internacional UFES/Paris-Est: Seres vivos, representações, narrativas e histórias, que ocorreu entre os dias 27 e 30 de abril de 2015, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e publicado no Anais do evento na forma de resumo completo. No entanto, o texto aqui apresentado sofreu alterações e adições de informações para se transformar em artigo científico e poder ser publicado nesta revista.

² Gabriel Almond (1980: 1-6) esboça um quadro histórico onde afirma que conceitos e categorias que envolvem o estudo das culturas políticas já estavam implícitos em textos mais antigos que remontam, por exemplo, a Aristóteles, Platão, Maquiavel, Montesquieu, Rousseau e a Tocqueville. Porém, a obra a que nos referimos é considerada como marco inaugural de uma tentativa de sistematização de um arcabouço teórico em torno do conceito.

³ Almond (1980) e Verba (1980) destacam as disciplinas e áreas do conhecimento que influenciaram suas formulações, tais como: teorias macrosociológicas de Weber e Parsons; estudos de opinião pública; psicologia social; psico-antropologia; e o desenvolvimento das técnicas de pesquisa de *survey*.

(Kuschnir; Carneiro, 1999: 227). Diante desses pressupostos é que se formula o conceito de cultura política, elemento central de suas análises.

Segundo Almond e Verba (1963: 12-13), o termo cultura política se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto atores políticos. Tal concepção se assentava numa noção de cultura incorporada da antropologia, mas de viés psicológico, pela qual ela seria uma "orientação psicológica para objetos sociais". Por orientações, entendem-se os aspectos interiorizados dos objetos e das relações pelos indivíduos. De acordo com essas premissas, para esses pesquisadores, quando se fala em cultura política de uma nação, reporta-se à forma pela qual o sistema político é interiorizado e expressado nas cognições, nos sentimentos e nas avaliações dos membros da sociedade.

A noção de cultura política utilizada por Almond e Verba atribui grande importância ao processo de socialização como lugares de definição do comportamento político dos indivíduos e grupos. Tal fenômeno se daria em espaços sociais distintos como a família, a escola e o trabalho (Kuschnir; Carneiro, 1999: 228).

A construção do conceito de cultura política emergiu da necessidade de se tentar abarcar as dimensões subjetivas que explicariam os comportamentos políticos dos indivíduos diante do sistema político. É dessa forma que valores, crenças, sentimentos e conhecimentos passam a ser apontados como elementos motivadores e norteadores das orientações e das atitudes políticas dos atores políticos. Assim, Almond e Verba se lançam ao "estudo da cultura política democrática e as estruturas sociais que a sustentam" (Almond; Verba, 1963: 1). Suas pesquisas deram forma a uma tipologia baseada em diferentes culturas políticas que se originariam das distintas formas de orientação política dos sujeitos e das classes de objetos políticos para as quais elas se destinariam.

A avaliação subjetiva que os indivíduos fazem do sistema político que gere a sociedade poderia ser dividida em três tipos de orientações: 1)

orientação cognitiva, pautada nas crenças e conhecimentos sobre o sistema político e o papel dos sujeitos em relação ao mesmo; 2) *orientação afetiva*, baseada nos sentimentos individuais perante a estrutura política; 3) *orientação valorativa*, referente à apreciação que o indivíduo faz a partir da combinação de elementos cognitivos e afetivos que permitem o julgamento e a emissão de opinião em relação ao sistema político. Em seguida, surgem como fatores de diferenciação das culturas políticas os objetos políticos para os quais aquelas orientações (cognitiva, afetiva, valorativa) se direcionam: o sistema político “geral” e seus elementos constituintes, e os papéis dos indivíduos na estrutura política.⁴

Com base nesses elementos, Almond e Verba (1963: 16-18) postularam três tipos principais de cultura política que se desenvolveriam em diferentes sociedades e sistemas políticos. A *cultura política paroquial* ocorreria em sociedades de organização simples, nas quais estão ausentes as instituições políticas especializadas, e há pouca diferenciação entre as esferas política, econômica e religiosa, e se apresenta um baixo nível de participação política. A *cultura política de sujeição* marcaria as sociedades nas quais os indivíduos focalizam suas orientações para as estruturas executivas e administrativas, encarregadas de dar respostas aos anseios individuais e coletivos. Essa seria um modelo típico de estados autoritários, nos quais se observaria um alto grau de passividade dos atores sociais perante o sistema político. Por último, a *cultura política participativa*, que caracterizaria as sociedades orientadas para os processos políticos nos quais os cidadãos têm papel ativo e opinam sobre a política, sendo ela específica dos sistemas democráticos.

⁴ Os autores assim definem esses objetos: “Ao classificar os objetos da orientação política, começamos com o sistema político ‘geral’. Lidamos aqui com o sistema como um todo e incluem sentimentos como o patriotismo ou a alienação, [...] e da classe política [...]. No outro extremo nós distinguimos orientações ao ‘eu’ como ator político; o conteúdo e a qualidade das normas da política pessoal da obrigação, e o conteúdo e a qualidade do sentido da competência pessoal perante o sistema político. Ao tratar os elementos do sistema político distinguimos as primeiras, três classes largas de objetos: (1) papéis ou estruturas específicas, tais como corpos legislativos, executivos, ou burocracias; (2) encarregados das funções, tais como, em particular, monarcas, legisladores, e administradores, e; (3) em particular, as políticas públicas, decisões, ou execuções das decisões. [...]” (Almond; Verba, 1963: 14-15, tradução nossa).

Almond e Verba observavam que a cultura política de uma sociedade tinha impacto sobre o funcionamento dos sistemas políticos. Doravante, analisaram as orientações políticas individuais para relacioná-las aos fenômenos da estrutura política. Ademais, almejavam a construção de modelos explicativos para a convergência entre a cultura política e a organização de sistemas políticos estáveis. A questão era verificar que tipos de práticas de socialização são suscetíveis para a produção de culturas políticas apropriadas a sistemas políticos estáveis, e que qualidades fundamentais são necessárias para que isso aconteça no desenvolvimento dos regimes democráticos.

A partir desses pressupostos, o objetivo dos pesquisadores era inferir o conteúdo da cultura democrática, não por meio das características de suas instituições e nem das condições sociais prevalentes, mas das atitudes individuais observadas empiricamente em diferentes democracias (Kuschnir, Carneiro, 1999: 231). Nessa direção, Almond e Verba escolheram como amostra os sistemas democráticos de cinco países: Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Itália e México. Nessa direção, empreenderam uma análise comparativa à luz dos contornos e problemas peculiares de cada nação, através de entrevistas e enquetes – os *surveys* – almejando obter a descrição da história de vida política dos indivíduos. No exame dos dados, tratou-se da micropolítica, ou seja, das orientações políticas e comportamentos individuais, mas não para compreendê-los isoladamente, e sim como integrantes de um sistema social complexo. Dessa forma, tentaram relacionar as atitudes dos atores políticos com a maneira na qual os sistemas políticos operam, expressando a estreita relação entre a cultura política e o funcionamento dos sistemas políticos: ela seria o elo entre as orientações-atitudes políticas individuais (dimensão micropolítica) e as estruturas políticas (dimensão macropolítica) da sociedade.

A partir dos dados coletados e analisados, Almond e Verba (1963: 20) sustentaram que um maior grau de estabilidade do sistema político ocorreria a partir da congruência entre este e uma cultura política consistente que o sustentasse. Assim, identificavam como padrão máximo desse fenômeno a

emergência do que categorizaram como *culturas cívicas*, outro elemento central em suas formulações.

A cultura cívica, segundo Almond e Verba, teria aparecido pela primeira vez na Grã-Bretanha já no século XIX (Almond; Verba, 1963: 5-6), e é identificada à democracia norte-americana de então. Esse modelo cultural seria caracterizado por uma extensão máxima da cultura política participativa, pela qual os cidadãos têm participação ativa, racional, com base nas informações que acumulam por meio da experiência política e dos espaços de socialização política (família, trabalho, escola, etc.). Combinando elementos modernos e tradicionais do desenvolvimento histórico das sociedades, a cultura cívica demarca uma condição histórica em que a cultura política de participação, agregada às instituições democráticas, possibilitaria o máximo de estabilidade para o regime democrático e seu pleno desenvolvimento (Almond; Verba, 1963: 29-30).

Das críticas ao modelo proposto por Gabriel Almond e Sidney Verba

Depois de lançarmos perspectiva sobre alguns dos aspectos mais importantes da construção teórica sobre o conceito de cultura política em "The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations" (1963), achamos importante, neste momento, apresentarmos uma síntese das principais críticas lançadas ao modelo proposto por seus autores nesse texto.⁵ As apreciações e revisões críticas em torno das elaborações conceituais que seguiram a essa obra foram importantes para as reformulações e aprofundamentos em torno do tema.⁶

⁵ Como afirma Lúcio Rennó (1998: 71), os principais enfoques sobre os estudos de cultura política, desde a década de 1960, foram influenciados pelos temas definidos nessa obra, assim como as críticas que se sucederam às formulações de Gabriel Almond e Sidney Verba. Esse autor chega a definir o arcabouço teórico esboçado nesse livro como uma "tradição dominante" da teoria de cultura política.

⁶ Como destacou Verba (1980: 395-394), os críticos às formulações teóricas daquela obra usam-na como base para dar passos futuros sobre o tema. O autor ainda destaca que as deficiências teóricas e metodológicas que abriram espaço para tais críticas resultaram do pioneirismo da abordagem proposta à época, que tinha como escopo uma análise comparativa

Revisando as principais críticas às formulações sobre cultura política fundada em Almond e Verba, Rennó (1998) identificou que, já desde anos 1960, tal modelo sofreu fortes ataques de distintos movimentos acadêmicos – à esquerda e à direita. Sumariamente, as críticas centrais se referem a questões que estão entrelaçadas nesse arcabouço teórico, sendo elas: a relação indeterminada entre cultura política e estrutura política; o viés liberal democrático das formulações; e, a capacidade explicativa do comportamento político da análise a partir da cultura política (Rennó, 1998: 77).

A relação entre cultura e estrutura política é central ao debate (Rennó, 1998: 78). Sobre essa questão, Moisés (2008: 16) afirma que o modelo proposto por Almond e Verba foi criticado pelo determinismo cultural que estaria presente em suas formulações. O argumento era de que, ao buscar explicar a consolidação dos regimes políticos, esses pesquisadores afirmariam que tal fenômeno dependeria, em qualquer situação, da existência prévia de valores culturais congruentes com as suas instituições. E mais: que as instituições políticas existiriam e assumiriam suas formas na dependência de uma cultura política que lhe fosse convergente. No entanto, em relação a esse aspecto, esse autor ressalva a teoria dos norte-americanos, ao afirmar que eles

[...] teriam adotado o suposto segundo o qual estrutura e cultura se influenciam mutuamente, ou seja, valores afetam a escolha de instituições (seu desenho e sua missão) e o funcionamento positivo ou negativo destas moldam a cultura política, contribuindo para sua continuidade ou mudança (Moisés, 2008: 17).

Segundo Rennó (1998), essa flexibilidade causal da relação entre cultura política e estrutura política foi ignorada pelos críticos do modelo de Almond e Verba. Nessa direção, por exemplo, posicionaram-se os intelectuais marxistas, entre os anos 1960 e 1970, defendendo que a cultura política é efeito e não causa da estrutura política e socioeconômica. Doravante, também questionaram a capacidade explicativa dessa tradição teórica em relação ao comportamento político ao afirmarem que a ausência das variáveis

de alcance transnacional, e o uso de técnicas de pesquisa ainda em desenvolvimento – os surveys.

socioeconômicas na abordagem impediria a avaliação dos interesses e preferências políticas dos atores (Rennó, 1998: 75-06). Por outro lado, críticos à direita ignoravam a variável cultural, definindo-a como um dado e não um problema de análise. Baseados na teoria da escolha racional, argumentavam que o comportamento político e a estrutura resultavam do cálculo racional e econômico dos atores em relação ao custo e benefício de suas escolhas, que buscavam a maximização dos seus interesses em curto prazo (Rennó, 1998: 72-73).⁷

Almond e Verba também foram criticados por proporem uma análise comparativa que, tomando o modelo da democracia liberal como referência, deixava implícita a ideia de que os sistemas políticos norte-americano e britânico eram ideais, hierarquicamente superiores, e o padrão a ser alcançado por nações que não teriam atingido tal condição (Motta, 2009: 16). Assim, também se criticava o caráter etnocêntrico da teoria dos pesquisadores norte-americanos. Isso porque, considerando o contexto de produção da obra, na conjuntura dos conflitos ideológicos da Guerra Fria, evidencia-se na teoria de Almond e Verba seu aspecto ideologizado, no sentido de reforçar as democracias ocidentais frente ao bloco socialista soviético. Para tanto, percebe-se a elevação da cultura cívica democrática, base das sociedades britânica e norte-americana, como um estágio a ser alcançado por qualquer nação no desenvolvimento da sua história política (Dutra, 2002: 15-16).

Além desses aspectos, a própria tipologia das culturas políticas, que as enquadrava em três modelos – paroquial, súdita e participante –, foi criticada, na medida em que apontava para um roteiro esquemático e funcionalista, o que soava para muitos estudiosos como uma redução da realidade complexa

⁷ Sobre a questão, Gabriel Almond defendeu que seria incorreta a crítica de que em "The Civic Culture" fora definido que a estrutura política resultava da cultura política. O autor argumenta que na obra se atesta que o "[...] desenvolvimento de padrões culturais específicos é explicado por referência a experiências históricas específicas [...] a cultura política é tratada como uma variável independente e dependente, como causadora de estrutura e como sendo causada por ela [...]" (Almond, 1980: 29). Ademais, o autor destaca uma premissa importante ao se considerar o possível papel da cultura política como fonte dos comportamentos políticos, ao afirmar que "[...] o poder explicativo das variáveis da cultura política é uma questão empírica, aberta a hipóteses e testes" (Almond, 1980: 26).

dos fenômenos políticos. Contudo, Motta (2009: 17) defende, em termos, Almond e Verba dessa crítica. Esse historiador afirma que, apesar de enfatizarem o espaço nacional, preocupando-se com culturas políticas que amalgamariam toda uma sociedade em determinado país, o que indicaria uma visão homogeneizante, eles não seriam tão simplificadores do fenômeno político. Considerando a heterogeneidade do fenômeno das culturas políticas, por exemplo, os pesquisadores norte-americanos teriam apontado para a existência de subculturas políticas⁸ em determinadas nações. Assim, no seio de uma cultura política haveria elementos de outras matrizes, gerando a situação na qual diferentes orientações políticas podem subsistir no seio de uma cultura política.

Apesar dessas críticas, Rennó (1998: 88) destaca que, tomando cuidados com essas problemáticas e realizando algumas correções, a abordagem analítica e conceitual de Almond e Verba continua a oferecer um arcabouço útil para o estudo dos fenômenos políticos. Nesse sentido, esse autor destaca que, na ciência política, as pesquisas que passaram a enfatizar as noções de heterogeneidade cultural e mudanças da cultura política a partir dos anos 1990 contribuíram no sentido de aumentar a precisão na análise de um determinado grupo, principalmente a partir do estudo das subculturas políticas. O autor afirma:

Aumentar a precisão nos estudos de cultura política significa, basicamente, esclarecer o tipo de relação existente entre cultura e estrutura. Nesse sentido, o estudo sobre a formação de subculturas políticas permite definir com maior clareza essa relação, já que se trata de um esforço de análise da influência de variáveis estruturais econômicas, sociais e políticas para a definição das preferências culturais. O destaque para a convivência de valores novos com antigos também é fundamental (Rennó, 1998: 89).

⁸ Segundo Almond e Verba (1963: 27, tradução nossa), "primeiramente, o termo [subcultura política] pode ser usado para se referir aos estratos da população que são, persistentemente, orientados em sentido único para entradas e saídas da política, mas são orientados 'allegiantly' para a estrutura política. Assim, nos Estados Unidos, a esquerda do Partido Democrático e a direita do Partido Republicano aceitam como legítimo as estruturas da política e do governo americanos, mas se diferem persistentemente um do outro sobre uma série de questões de política interna e externa. Nós nos referimos a elas como subculturas políticas".

Assim, se encaminharam as análises baseadas na concepção de "racionalidade cultural"⁹, que tenta articular as formulações originárias de Almond e Verba à teoria da escolha racional. Tal modelo analítico parte da premissa de que:

[...] Quando ligada diretamente ao comportamento político do cidadão, a esfera cultural constitui um instrumento relevante de análise da realidade política. Nesse sentido, o objetivo desse enfoque passa a ser a caracterização dos valores distribuídos por uma população e as maneiras como esse conjunto de orientações subjetivas afeta a ação política desse cidadão e o funcionamento de todo o sistema político. Descarta-se a intenção de classificar culturas em relação a um tipo ideal. Com isso, qualquer acusação de viés anglo-americano toma-se obsoleta (Rennó, 1998: 88-89).

Ao mesmo tempo, ao focalizar as interações sociais e a relação dos indivíduos com o sistema político-social, essa abordagem permitiria melhor precisar a relação entre cultura política e estrutura política. Considera-se que os atores atuam social e politicamente influenciados também pelos valores culturais. O cálculo dessa ação pelo indivíduo considera sua posição no contexto cultural e estrutural. O custo e o benefício das suas preferências são calculados dentro do campo de possibilidades do ambiente cultural e histórico onde ocorrerá a tomada de decisão (Rennó, 1998: 89).

A despeito das críticas e até mesmo das possíveis incompreensões que emergiram do contato com as formulações teóricas de Gabriel Almond e Sidney Verba, o fato é que esses pesquisadores trouxeram significativas contribuições para os estudos do político. Dessa forma, a abordagem do político por meio do conceito de cultura política, como propuseram pioneiramente, descortinou um campo privilegiado para a compreensão das relações entre as dimensões micro e macro da política em sociedade, na

⁹ Segundo Rennó (1998: 85-87), o conceito de "racionalidade cultural" foi concebido pelo pesquisador Aaron Wildavisky e adotado por Ruth Lane, onde se associa a teoria tradicional de cultura política e a teoria da escolha racional. Trata-se de um modelo de análise da cultura política que enfoca explicar o funcionamento e a elaboração de valores e atitudes dos indivíduos ao invés de descrevê-los, partindo de quatro proposições-chaves: a cultura política é uma racionalidade (racionalidade cultural) entre outras possíveis na realidade, como a econômica, por exemplo; ela se constrói de forma incremental; assim, uma nação é formada por um conjunto de culturas políticas; e há um número limitado de culturas políticas determinado pelas circunstâncias históricas de cada sociedade.

medida em que tinha como meta, justamente, compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional (Almond; Verba, 1963: 31-32). Ademais, eles desenvolveram questões basilares que lançaram a análise dos fenômenos políticos para abordagens teóricas e metodológicas que considerassem cada vez mais a influência dos aspectos culturais e subjetivos nos comportamentos políticos dos indivíduos em sociedade. Cabe-nos agora, voltarmos à atenção para alguns dos usos e apropriações realizados pelos historiadores acerca do conceito, assunto que desenvolveremos a seguir.

A Cultura Política e a Nova História Política

O diálogo entre historiadores e cientistas sociais ao longo do século XX permitiu a apropriação do conceito de cultura política pela História. Isso ocorreu entre os anos 1980 e 1990, no contexto de renovação e crescimento dos estudos históricos do político, que originou a chamada “Nova História Política”.¹⁰

Partindo do entendimento que o fenômeno político está inserido e articulado – até mesmo gerindo, influenciando e sendo influenciado – às outras dimensões da vida coletiva e individual (social, econômico, cultural, etc.), a produção da História Política intensifica as relações interdisciplinares. Assim, afirma-se a impossibilidade de se praticá-la de forma isolada. Dessa forma, dos empréstimos tomados de outras disciplinas – conceitos, técnicas de pesquisa, vocabulário – novos objetos e abordagens emergem em torno do político, conferindo-lhe grande fôlego nas pesquisas histórica das últimas décadas (Remond, 2003: 29).

Motta (2009: 13-14) afirma que as mudanças pelas quais passou a História Política decorreram da hegemonia que o paradigma culturalista

¹⁰ René Remond (2003) atestou tal fenômeno historiográfico, que se irradiou dos historiadores franceses para o mundo acadêmico desde a década de 1980, e foi importante para o retorno do político como um dos enfoques preferenciais da historiografia contemporânea.

passou a exercer sobre os historiadores nas últimas décadas. Desde então, a compreensão histórica dos fenômenos políticos buscou nos fatores culturais elementos para sua reflexão, abrindo novas perspectivas de análise. É nessa conjuntura que o conceito de cultura política ganha espaço, ao permitir uma abordagem cultural das relações de poder.

Segundo Berstein (1998: 349), a cultura política emerge como objeto dos historiadores a partir do interesse pela compreensão dos comportamentos políticos. Assim, seria a partir da cultura política que os pesquisadores poderiam se aproximar das motivações que conduzem os atores a assumir um determinado ato político. Mas o que seria cultura política?

No campo da nova historiografia dos objetos políticos, o desenvolvimento dos estudos sobre culturas políticas tentou se distanciar dos elementos problemáticos das formulações pioneiras de Almond e Verba (1963), que apontamos anteriormente, principalmente do seu caráter etnocêntrico, esquemático e funcionalista. No entanto, o que percebemos é que, junto das novas perspectivas, apropriações e reformulações, também existem aproximações às ideias-chaves desenvolvidas pela ciência política norte-americana. No campo da História, são de significativa relevância as reflexões teóricas do historiador francês Serge Berstein sobre o conceito.

Berstein (1998: 350-351) define a cultura política como um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações difundidas e compartilhadas pelos indivíduos na sua experiência num dado ambiente histórico e cultural. Em torno delas, homens e mulheres se identificam e aderem aos seus símbolos e ritos. E, dessa forma, por elas, seus sentimentos e opiniões políticas são mobilizados, assim como suas ações políticas são orientadas, graças às leituras de mundo, de passado, de futuro, e de uma sociedade ideal que a cultura política lhes fornece.¹¹

¹¹ Nos termos de Berstein (1998: 350-351): [...] a cultura política [constitui] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo,

Dentro dessa perspectiva, a cultura política figura como um dos elementos da cultura global de uma sociedade, referindo-se especificamente à sua dimensão política. Assim, seu estudo possibilita aos historiadores uma chave de compreensão

[...] das motivações dos atos dos homens num momento da história, por referência ao sistema de valores, de normas e crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade. Todos os elementos respeitantes ao ser profundo que variam em função da sociedade em que são elaborados e que permitem perceber melhor as razões dos atos políticos que surgem, pelo contrário como epifenômenos (Berstein, 1998: 363).

Em teoria, a origem de qualquer cultura política nas diferentes realidades históricas está vinculada às necessidades de resposta que os indivíduos buscam formular para os problemas do seu tempo, mas quando bem enraizadas, podem atravessar gerações. Dessa forma, ela resulta da experiência histórica de homens e mulheres. Estes interiorizam os elementos constituintes de uma determinada cultura política por diversos vetores (canais) de socialização, como a família, a educação formal, a igreja, o ambiente de trabalho, o serviço militar, a mídia, entre outros. Assim, a cultura política emerge de diferentes propostas que são adquiridas no mundo cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de racionalidades, que acabam por serem interiorizados, sensibilizando-o à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes (Berstein, 1998: 355-357).

No Brasil, os estudos do pesquisador José Murilo de Carvalho em torno da influência da cultura política brasileira – e das elites em particular – para

as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significativo.

formação das instituições políticas nacionais e da cidadania destacam-se pela ancoragem sobre o conceito de cultura política (Kuschnir; Carneiro, 1999: 236). Mattos (2014) atestou a retomada da história política articulada à história cultural entre os historiadores brasileiros nas primeiras décadas do século XXI, pela qual as abordagens a partir do conceito de cultura política é significativamente presente. Por essa via, por exemplo, diversos trabalhos emergiram voltados para a história política do pós-1930 e para a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).¹² Sobre esse último tema, algumas dessas pesquisas têm contribuído ampliando discussões e perspectivas sobre o regime militar em seus diversos aspectos.¹³

Nessa direção, por exemplo, Daniel Aarão Reis Filho (2014) se propôs a questionar o caráter “excepcional” que parte da historiografia atribuiu, na história do Brasil, ao regime ditatorial vigente entre 1964 e 1985. Para tanto, buscou inserir esse processo político numa perspectiva histórica-temporal de longa duração e evidenciar os aspectos desse governo pertinentes a contextos anteriores e posteriores à sua vigência. Nessa direção, Reis partiu da hipótese de que o período histórico-político em questão seria um, entre outros, desde os anos 1930, marcado pela vitalidade de determinada cultura política: a cultura política nacional-estatista.¹⁴

Dessa forma, seu problema se resumia em verificar em que medida a cultura política nacional-estatista teria vigorado com nuances antes, durante

¹² Para uma síntese dessas produções, ver Mattos (2014).

¹³ Em virtude dos limites deste trabalho, nos ateremos, a seguir, aos estudos de Reis Filho (2014) e Motta (2014) com o objetivo de explicitar a maneira como o uso do conceito de cultura política, em trabalhos mais recentes, ampliou as perspectivas historiográficas sobre determinado processo histórico, sendo, neste caso, o período da Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil.

¹⁴ Nesse estudo, a referência teórica de Reis Filho (2014: 14-15) é na definição de cultura política de Berstein, que anteriormente apresentamos. Reis Filho afirma que a cultura política nacional-estatista nasceu durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945) liderada por Getúlio Vargas, fundamentando ações governamentais e empolgando parte da população. Em síntese, tal cultura política se pautava nos seguintes práticas e valores: a defesa da centralização estatal subordinando interesses regionais e individuais; um ideário nacionalista e unificador; o apoio das Forças Armadas ao poder estatal; a realização de amplas alianças sociais controladas pelo Estado; o ideário da modernização e industrialização; uma política externa de afirmação nacional. A conjugação desses elementos, segundo o autor, criou um novo “modelo civilizatório”, uma cultura política no qual se afirmam como positivas as peculiaridades da história e da formação do povo brasileiro exaltando suas potencialidades, e gerando uma atmosfera otimista sobre os destinos da nação (Reis Filho, 2014: 18).

e depois da ditadura entre as elites dirigentes do país. Como recorte de análise, o pesquisador selecionou quatro momentos distintos: a ditadura do Estado Novo (1937-1945); o Governo Juscelino Kubitschek (1955-1960); o Governo Médici (1969-1974) e os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Observando discursos e ações governamentais, Reis Filho (2014) verificou que os elementos da cultura política nacional-estatista no todo ou em parte, com maiores ou menores modificações, atravessaram a direção do Estado brasileiro naqueles diferentes contextos políticos. Assim, nortearam políticas públicas em diferentes frentes, com destaque para os planos de desenvolvimento e modernização econômica-industrial. Ao mesmo tempo, estiveram presentes no discurso e na propaganda governamental, confluindo para moldar, em certa medida, a relação do Estado e suas lideranças para com a sociedade. Assim, nesses contextos, somado aos resultados das ações governamentais em algumas áreas, fomentou-se um clima de orgulho nacional e crença positiva sobre o futuro do país junto à parte da população.

Dessa forma, verificando as permanências da cultura política nacional-estatista que atravessou também o regime ditatorial entre 1964-1985, Reis Filho (2014: 29) defende que esse processo político não teria sido uma “exceção à regra” na história política nacional.

Também, Rodrigo Patto Sá Motta tem contribuído significativamente para as discussões em torno do conceito de cultura política no país. No artigo “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia” (2009), Motta enfatiza as implicações teórico-metodológicas que decorrem de suas apropriações pela historiografia e define cultura política como um

[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do

passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (Motta, 2009: 21).¹⁵

Para Motta (2009), o historiador precisa verificar que as culturas políticas são fenômenos que só podem existir na média e na longa duração do tempo histórico, haja vista estarem arraigadas à cultura de um grupo (crenças, mitos, tradições, valores, etc.), e que assim não há lugar para o efêmero.¹⁶ Além disso, Motta considera que uma cultura política não se constitui de forma isolada. Seus elementos práticos e representacionais são formulados na sua relação com a realidade e com culturas políticas concorrentes, podendo ser por elas influenciadas, principalmente quando as mesmas dispõem de características que têm grande aceitação social.¹⁷

Outro aspecto da argumentação de Motta (2009: 23) que nos parece fundamental diz respeito ao fato de as culturas políticas não se manifestarem exclusivamente pelas representações. Elas ganham vida nas inter-relações entre práticas e representações, na lógica de uma via de mão dupla. A restrição dos estudos de cultura política às representações pode empobrecer a compreensão de um fenômeno baseado numa mútua determinação, e não em oposição.¹⁸

Entre outros trabalhos, destacamos aqui a pesquisa de Motta que, à luz dessas formulações, desenvolveu o estudo intitulado “As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária”

¹⁵ Percebemos que a definição de Motta para o termo em questão alcança elementos formulados pela ciência social norte-americana dos anos 1950 e 1960, mas está profundamente ancorada nas postulações já discutidas de Serge Berstein.

¹⁶ Berstein (1998: 355-356) retira do efêmero e do imediato o processo de formação de uma dada cultura política, ao afirmar que as propostas que fundam as culturas políticas demoram a se impor. Normalmente, ousadas e inovadoras, tais respostas necessitariam de um espaço de duas gerações para que de uma nova solução se transformem numa corrente estruturada que origina um conjunto de representações normativas que penetre no espírito dos indivíduos e neles se tornem evidentes.

¹⁷ Nesse argumento, entendemos que Motta (2009) dialoga com as concepções de heterogeneidade cultural e de mudanças na cultura política que têm sido um caminho dos estudos do fenômeno político a partir do conceito de cultura política, como esboçamos brevemente em tópico anterior.

¹⁸ Motta (2009: 23) afirma que: “As ações influenciam as representações, que nelas se inspiram e buscam forma, e também garantem sua reprodução através de práticas rituais. Porém, as representações, ou os diferentes modos como os grupos figuram o mundo, são determinantes para suas escolhas e ações, pois os homens agem a partir de apreensões da realidade [...]. Influenciados por tais representações, os homens orientam suas ações, e, às vezes, agem movidos por paixões que a cegam”.

(2014). Nessa obra, o autor analisa a política universitária durante a Ditadura Militar (1964-1985), verificando, nesse âmbito, uma expressão da faceta ambígua e paradoxal de um regime político complexo que mesclava modernização, conservadorismo e autoritarismo em suas ações.¹⁹

Como uma das formas de se compreender tal fenômeno, Motta (2014: 13) argumenta que a moldura modernizadora, conservadora e autoritária do regime militar se conformou sob o impacto de algumas tradições que, entre outras, constituiriam a cultura política brasileira. Assim, neste contexto, reproduziam-se comportamentos políticos comuns à parte das elites dirigentes do país, que, historicamente tenderam à conciliação e acomodação²⁰ de grupos, objetivos e interesses, por vezes, distintos e antagônicos, a fim de evitar conflitos, tensões e rupturas radicais; escamoteando os problemas políticos e mantendo a ordem social tradicional, desigual e elitista.²¹ Também, repetiam-se as práticas de relações personalistas que privilegiavam laços e fidelidades pessoais em detrimento das leis, das instituições impessoais e de projetos políticos de interesse coletivo.

¹⁹ Motta (2014: 15) esboça esse quadro ambíguo e contraditório do regime autoritário que se expressou numa política universitária pautada numa "modernização autoritário-conservadora". Dessa forma, havia um eixo modernizador baseado na [...] racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. [...] No eixo conservador, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo o mais que achasse perigoso e desviante – e, naturalmente, os defensores dessas ideias; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou as Assessorias de Segurança e Informação para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcir valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon".

²⁰ Em artigo posterior à obra aqui citada, Motta (2018) afirma e justifica a preferência pelo termo acomodação para definir tal tradição de comportamento político brasileiro. Entendido como um traço da cultura política brasileira, em síntese, ele define uma histórica tendência aos acordos explícitos ou arranjos tácitos entre dois campos ou lados, num jogo de mútuas concessões e numa relação de poder quase sempre assimétrica, que permitiram e permitem acomodar conflitos e tensões em diferentes espaços, situações, e diversos segmentos populacionais (Motta, 2018: 119-120).

²¹ Motta (2014: 14) afirma que podemos encontrar a manifestação de tendências conciliatórias em vários momentos da história brasileira, entre eles: no processo da Independência; na implantação da República em 1889; durante o Estado Novo; nos resultados da crise de 1964; na transição pós-autoritária; na ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.

Empiricamente, entre outras observações, o autor sustenta essa hipótese, verificando que, fundado sob um apoio político e social heterogêneo, a política universitária formulada a partir de 1964 buscou conciliar propostas, objetivos e interesses distintos.²² Ao mesmo tempo, observa que nas universidades públicas, para além das ações repressivas, as relações entre a ditadura e os meios acadêmicos foram atravessadas por “jogos de acomodação”, pelos quais, numa via de mão dupla – mas assimétrica – por exemplo, agentes do estado e parte da elite intelectual flexibilizaram suas posturas e ações. Assim, por exemplo, observou-se uma “ditadura anticomunista” que, por um lado, expurgou docentes considerados “subversivos” das universidades públicas. Por outro, realizou acordos informais para proteger alguns intelectuais marxistas ou contratou professores com tal perfil. Dessa maneira, o Estado pode contar com esses profissionais, considerados importantes para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. E esses davam prosseguimento às suas carreiras acadêmicas, mesmo sob os limites de evitar posturas de oposição explícitas ao regime (Motta, 2014).²³

É válido destacar o foco de análise nas permanências de culturas políticas por distintos quadros históricos, políticos e institucionais dada por Reis Filho (2014) e Motta (2014) em suas pesquisas. Tal perspectiva traz à tona alguns elementos do debate teórico em torno da relação entre cultura política e estrutura política. Assim, esses estudos explicitam o fenômeno pelo qual as mudanças estruturais não implicaram no desaparecimento de determinados elementos da cultura política estudada. Ao mesmo tempo, não significou a total independência dessa em relação à estrutura (política, econômica e social) com a qual dialogava. A complexidade dessa relação é evidenciada na medida em que as culturas políticas observadas se adaptaram

²² Para esse estudo, Motta pautou sua investigação na coleta e análise de documentos oficiais do regime ditatorial e na formulação e apreciação de 50 entrevistas. O uso do conceito de cultura política e a reflexão acerca de uma cultura política nacional na qual personalismo e práticas de acomodação seriam uns dos seus elementos, emergiu a partir da abordagem de métodos comparativos que cotejaram a experiência ditatorial brasileira com outras congêneres do Cone Sul. Para mais detalhes sobre esse percurso ver Motta (2018).

²³ Apresentamos apenas um dos exemplos dessa estratégia de acomodação evidenciados por Motta (2014) em virtude dos limites desse trabalho. No entanto, ressaltamos que outras relações nesses termos são identificadas pelo pesquisador para sustentar sua hipótese.

e foram nuançadas, sofrendo modificações, mas permaneceram. Nota-se que a manutenção dessas culturas políticas ao longo do tempo encontra sustentação na reprodução de seus elementos por determinados grupos da sociedade que com elas se identificavam e as incorporavam, reconhecendo a vitalidade de seus valores e os resultados de suas práticas.²⁴

Ademais, o fato de duas análises abordarem culturas políticas com suas características e experiências históricas próprias sobre um mesmo período histórico, apontam para a realidade heterogênea que compõem o universo cultural do qual também se configura o mundo político de uma sociedade.

Considerações Finais

Por meio deste artigo tentamos brevemente discutir alguns aspectos da trajetória do conceito de cultura política a partir de sua formulação inicial na ciência política norte-americana e da sua apropriação pela historiografia contemporânea, mais basicamente, em relação às discussões e trabalhos realizados no campo da Nova História Política.

Nessa direção, verificamos que, para além dos limites e das críticas apontadas para as formulações de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963), não podemos desconsiderar o fato de que esses estudiosos fundaram as ideias elementares acerca do conceito de cultura política, dando início aos debates teóricos em torno do termo que possibilitarão seus usos, revisões e apropriações no campo da ciência social e política.

Dessa forma, no âmbito da História, identificamos alguns aspectos relevantes das apropriações e formulações próprias acerca do conceito por parte de alguns historiadores contemporâneos. Verificamos, nesse aspecto,

²⁴ Neste caso, é válido citar a explicação desse quadro dada por Motta (2014; 14-15) em seu estudo: “[...] A conciliação e a acomodação fazem parte do repertório de estratégias à disposição dos que disputam os jogos de poder no Brasil – ou seja, elas integram a cultura política do país –, e, como há larga tradição e vários exemplos bem-sucedidos, muitos líderes são incentivados a escolher tal caminho, na esperança de construir projetos políticos estáveis”.

que as proposições teóricas feitas pela historiografia apontam novas direções que geram distanciamentos em relação ao conceito chave de Almond e Verba. No entanto, a partir do que averiguamos, existem também diversos pontos de aproximação com as postulações teóricas daqueles estudiosos americanos. Nessa direção, vale destacar a pertinência de uma ideia fundamental para o estudo do político por meio da cultura política: o reconhecimento que, por meio de elementos subjetivos e culturais, podemos compreender os fatores motivadores dos comportamentos políticos.

Acreditamos que a manutenção dos debates em torno dos usos e apropriações do conceito de cultura política entre os historiadores é bastante pertinente para a historiografia contemporânea. Isso porque é possível verificar, nas últimas décadas, uma profusão de trabalhos que se fundamentam nesse arcabouço conceitual. Por um lado, observa-se a produção de pesquisas inovadoras sugerindo novos objetos e olhares sobre os fenômenos políticos. Por outro, o uso demasiado também pode incorrer na banalização do instrumental teórico, resultando em distorções e em aplicações inapropriadas, decorrentes, muitas vezes, dos impactos dos modismos intelectuais sobre os espaços acadêmicos.

Em relação aos usos potenciais do conceito de cultura política nas análises históricas dos fenômenos políticos, destacamos que são necessários cuidados teóricos e metodológicos por parte do historiador, no sentido de evitar um possível determinismo cultural. Como alerta o historiador Serge Berstein (1998: 349):

Forçoso é verificar que o historiador, aplicando a situações políticas precisas estas grelhas de análise [conceito de cultura política], é levado a concluir que elas não lhe permitem explicar, salvo de maneira parcial, fenômenos complexos de compreender. E se a cultura política responde melhor a sua expectativa é por que ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.

No entanto, na análise da construção conceitual realizada por Berstein, Mattos (2014: 85) verifica que o próprio não foge ao risco que em certa

medida alerta. Segundo o historiador, Besrtein, ao abordar a cultura política como sistema de representações coletivas partilhados por um grupo social expressivo, sendo ela uma chave explicativa essencial para a compressão do fenômeno político, coloca em segundo plano os conflitos sociais, os interesses objetivos ou as ideologias para explicar a ação coletiva.

Mattos (2014) postula que o avanço do uso do conceito de cultura política, em parte significativa da historiografia contemporânea, tem resultado em abordagens deterministas.²⁵ Assim, os trabalhos dessa linha sobrevalorizam a cultura como fator fundamental – senão único – para a explicação do mundo político, em contrapartida à pequena – ou ausente – atenção dada às relações da cultura e outras dimensões.²⁶

Nessa direção, por exemplo, as historiadoras Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Fontes (2012) identificam que sob uma matriz culturalista, a partir dos anos 1970 e com mais amplitude nos anos 1990, emerge uma nova historiografia que secundariza o papel do Estado e das elites na análise dos fenômenos políticos.²⁷ Ademais, para essas historiadoras, essa “nova história política” partiria de uma imprecisa e abrangente concepção de cultura política. Adotando esse norte, muitos pesquisadores passaram a concentrar seus esforços analíticos em representações, ritos, símbolos e adornos do poder, em detrimento dos objetivos materiais do mesmo e suas implicações.

Dessa forma, a ênfase numa abordagem culturalista da história, por meio do conceito de cultura política, pode resultar em trabalhos que

²⁵ Mattos (2014) define como *culturalismo* a perspectiva determinista pela qual algumas análises historiográficas alçam a dimensão cultural de forma supervalorizada, senão unívoca, para explicar os fenômenos políticos. Nesses termos, em contrapartida, tal postura científica tenderia a desvalorizar ou mesmo anular os aspectos relativos aos interesses econômicos e sociais mais objetivos, e, principalmente, os conflitos sociais que os compõem. O pesquisador ressalta que, para além de uma moda acadêmica, a *via culturalista* é a base para formulação de políticas que interferem diretamente no cotidiano dos indivíduos.

²⁶ Mattos (2014) insere o determinismo cultural que verifica, em parte da historiografia atual, como um influxo do paradigma pós-moderno sobre a historiografia.

²⁷ Mendonça e Fontes (2012) destacam a influência de Michel Foucault sobre os historiadores a partir dos anos 1970, a partir do qual a atenção se volta para a análise dos micropoderes capilarizados no cotidiano, ao analisar as relações de poder. Por este caminho, nas décadas seguintes, os fenômenos políticos são observados por parte significativa dos historiadores relegando o Estado e os grupos dominantes a um segundo plano.

supervalorizam os aspectos representacionais e subjetivos do comportamento político, relegando a um segundo plano – ou mesmo se ignorando – a influência dos elementos materiais e estruturais da realidade para a construção das relações de poder, as escolhas, interesses, e posições dos indivíduos e grupos que as constituem. Nesse sentido, consideramos oportunos os questionamentos do historiador Ciro Flamarion Cardoso (2012: 52) sobre as elaborações de Serge Berstein acerca da “realidade” das culturas políticas enquanto manifestações do mundo representacional:

Tais formulações desnudam deficiências metodológicas, curiosas por sua (pelo menos aparente) ingenuidade. Em primeiro lugar, partilham um defeito presente desde o início nos estudos derivados dos *Annales* em matéria de temas como mentalidades, representações ou imaginários coletivos: considerá-los como antônimos da ‘realidade’. [...] Em segundo lugar, se nos momentos sociais de ‘traumatismo’ grave, ou nos ‘períodos críticos’, a realidade – e nos exemplos dados por Berstein fica claro que ela inclui proeminentemente aspectos estruturais do tipo econômico – social – é tão decisiva para o nascimento e a desagregação das culturas políticas, com que direito foi, então, evacuada da análise em favor das representações, se precisa ser invocada novamente nas explicações mais importantes de todas como uma espécie de fator externo? E não entrará tal fato em contradição com pretensão do autor no sentido de as culturas políticas, encaradas como representações sociais/individuais estruturadas, proporcionarem uma explicação melhor do que as que se baseiam nos aspectos estruturais?

Nesses termos, propor uma compreensão da dimensão política da sociedade por meio de uma perspectiva cultural não deve significar que os elementos culturais possuem um valor explicativo maior ou exclusivo para os fatos políticos em detrimento das outras esferas da vida. Na busca pelas motivações das ações dos atores políticos, as culturas políticas não devem ser vistas de forma isolada de outros aspectos da realidade (econômicos, políticos, sociais, etc.) em que se inserem os indivíduos. É na relação complexa e de mútuas influências entre cultura e estrutura que elas devem ser compreendidas. Mais do que isso, as culturas políticas não podem ser exaltadas como o único elemento explicativo e de leitura dos comportamentos dos sujeitos em relação ao político.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (orgs.). *The civic culture revisited: An analytic study*. Little Brown and Company, 1980, p. 1-36.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture revisited: An analytic study*. Little Brown and Company, 1980.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J-P.; SIRINELLI, J. F. (orgs.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-363.

CARDOSO, C. F. História e poder: uma nova história política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-55.

DUTRA, E. R. de F. História e culturas políticas: definições, usos e genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, p. 13-28, 2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b56a786db43e1a02f3d0b/1462458024090/01_Dutra%2C+Eliana+R+de+Freitas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2015.

MENDONÇA, S. R. de; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MATTOS, M. B. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, D. B. (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 67-98.

MOISÉS, J. A. Cultura Política, Instituições e Democracia. Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2015.

MOTTA, R. P. S. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Revista Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 109-137, 2018.

_____. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2014.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. P. S. (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-39.

REIS FILHO, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 71-92, 1998.

VERBA, S. On revisiting the Civic Culture: a personal postscript. The civic culture revisited. In: ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney *The civic culture revisited: An analytic study*. Little Brown and Company, 1980, p. 394-410.

Oliveira Vianna, acción política e interpretaciones del Brasil en 1930: *Problemas de política objetiva* 90 años después

 Gabriel Duarte Costaguta*

Resumen: Informado con las lentes interpretativas de la historia intelectual, este artículo tiene el objetivo de analizar el momento intelectual de Oliveira Vianna (1883-1951) en el año 1930 a partir del análisis del texto *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) (1930), publicado en un contexto de importantes transformaciones políticas y sociales en Brasil. Se defiende que el lugar discursivo ocupado por Vianna presentó aspectos que oscilaron entre su calidad de *todavía* intérprete nacional por excelencia y la de *todavía-no* pensador político estricto, como agente burocrático del Estado. En este sentido, se busca identificar la relación dialógica existente entre sus proyecciones políticas —vía institucionalización de consejos técnicos— y las reactualizaciones de la historia nacional —la aproximación al orden político del Segundo Reinado— en aquel momento.

Palabras clave: Pensamiento político y social, Oliveira Vianna, Brasil República, Historia intelectual.

Oliveira Vianna, ação política e interpretações do Brasil em 1930: *Problemas de política objetiva* 90 anos depois

Resumo: Informado nas lentes interpretativas da história intelectual, este artigo tem por objetivo analisar o momento intelectual de Oliveira Vianna (1883-1951) no ano de 1930 a partir do exame do texto *Problemas de política objetiva* (1930), publicado em um contexto de importantes transformações políticas e sociais no Brasil. Defende-se que o lugar discursivo ocupado por Vianna apresentou questões que oscilaram entre o *ainda* intérprete nacional por excelência e o *ainda-não* pensador político estricto, nos termos de um agente burocrático do Estado. Nesse sentido, busca-se identificar a relação dialógica existente entre suas projeções políticas - via a institucionalização de Conselhos Técnicos - e as reatualizações da história nacional - em aproximação à ordem política do Segundo Reinado - naquele momento.

Palavras-chave: Pensamento Político e Social, Oliveira Vianna, Brasil República, História Intelectual.

* Cursa Doctorado de Historia Contemporánea impartido por la Universidad Autónoma de Madrid (UAM-ES). Miembro del "Grupo de Investigación en Historia Social y Cultural Contemporánea (GIHSCC)" (UAM/Madrid), coordinado por Florencia Peyrou, y del grupo de investigación "Autoritarismo e corporativismo em perspectiva comparada" (Autoritarismo y corporativismo en perspectiva comparada) (PUCRS/BR), coordinado por Luciano Aronne de Abreu. Máster en *História das Sociedades Ibéricas e Americanas* (Historia de las sociedades ibéricas y americanas) por la Pontificia Universidad Católica de Río Grande do Sul (PUCRS). E-mail: gabriel.duarte@uam.es



Habida cuenta de que no es un mero documento, un texto complementa la realidad existente, a menudo señalando la debilidad de las definiciones prevalecientes de ésta.

(Dominick LaCapra)

a) Introducción

Ya sea por sus amplias reflexiones históricas y sociales, o por el conjunto de alternativas políticas de Brasil diseñadas a lo largo de la primera mitad del siglo XX, los textos de Oliveira Vianna¹ pueden ser considerados clásicos de la literatura de la formación nacional brasileña, debido a las constantes relecturas realizadas por parte de investigadores del campo del pensamiento político y social brasileño durante los últimos cincuenta años (Silva, 2008: 293). Se percibe, sin embargo, una tendencia interpretativa recurrente con relación a su obra, según la cual la tendencia marcadamente política —en el sentido de considerar la actuación política del autor determinante en sus elaboraciones intelectuales— se volvió hegemónica. Según señaló Ángela de Castro Gomes en un artículo escrito para la revista de la Facultad de Letras de la Universidad de Coímbra en 2010,

[...] es posible constatar los fuertes deslizamientos políticos que el análisis del pensamiento político de Vianna provocaba desde el inicio de la década de 1950. Se combatía más al teórico del corporativismo que al intérprete de las causas del “retraso” brasileño² (Gomes, 2010: 291).

De acuerdo con lo que alertaba Castro Gomes, se puede argumentar que, una vez que la actuación político-burocrática de Oliveira Vianna se toma como parámetro hermenéutico de todo su pensamiento, las tintas de lo político pasan a teñir un repertorio importante para este intérprete brasileño, como, por ejemplo, su lectura histórica y social. Esta tendencia interpretativa

¹ Francisco José de Oliveira Vianna he nacido en Palmital de Saquarema, Río de Janeiro (Brasil), en una familia de agricultores. Se ha graduado en Derecho en 1906 por la Universidade de Río de Janeiro. Ha ocupado varios cargos en la vida pública y política, como el cargo de director de desarrollo agrícola en Río de Janeiro (1926); miembro del consejo asesor de Río de Janeiro (1931); asesor jurídico del Ministerio de Trabajo (1932-1940), siendo destacado como el principal elaborador del sindicalismo y de la política social del primer gobierno de Vargas (1930/45), institucionalizando la justicia laboral y la consolidación de las leyes laborales (CLT/1943). Entre 1940 y 1951, ha ocupado el cargo de Ministro del Tribunal Federal de Cuentas. Como intelectual, ha sido miembro del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño (IHGB) y miembro de la Academia Brasileña de Letras. Estas informaciones se encuentran en el archivo del CPDOC-FGV.

² Todas las citas fueron traducidas por el autor.

también la constata el historiador Daniel Machado Bruno, para quien “se restringió toda la producción del autor —su perspectiva de crítico de la cultura e intérprete de la sociedad de antes y después del período varguista— en detrimento de sus posiciones políticas autoritarias” (Bruno, 2019: 87).

Así como Castro Gomes y Bruno, José Murilo de Carvalho alertó —en texto que proponía una visita a Vianna a los “infiernos” en los que el intelectual fluminense, según él, aún se encontraba en los años 1990— que “Oliveira Vianna había quedado marcado por su participación en el gobierno Vargas, por el apoyo a la dictadura de 1937” (Carvalho, 1991: 83). Se suma a esto el hecho de que parte de las investigaciones sobre el pensamiento de Vianna tienen el objetivo de comprender la dimensión ideológica por detrás del régimen varguista (Vieira, 1981; Costa, 1999; Gentile, 2016; Martinho, 2016) —rotulando al intelectual como responsable por elaborar la arquitectura jurídico-corporativa de ese régimen—. Tal vez por este motivo, Francisco Weffort, en *A formação do pensamento político brasileiro* (La formación del pensamiento político brasileño), dedicó la introducción del capítulo “*Oliveira Vianna: transição da Primeira à Segunda República*” (Oliveira Vianna: transición de la Primera a la Segunda República) exclusivamente a la biografía de Getúlio Vargas (Weffort, 2011: 233-234), estableciendo un claro vínculo entre el pensamiento vianniano y el régimen varguista.

Es importante destacar que no estamos proponiendo una relectura que sugiera una exención de Oliveira Vianna o separarlo de un régimen del que, como se sabe, fue atento colaborador, sino argumentar que su pensamiento fue más amplio de lo que sugieren las interpretaciones que colocan a este intérprete del país lado a lado con las memorias del autoritarismo nacional. A nuestro modo de ver, desde esta óptica, se ofuscan dimensiones de su pensamiento que pueden ofrecer ángulos alternativos de acceso a un contexto en el cual se dieron importantes transformaciones políticas y sociales en Brasil, los años 1920/40.

A fines de la década de 1920, Oliveira Vianna era un pensador reconocido en Brasil que, según José Murilo de Carvalho referenciando las

palabras de Capistrano de Abreu, “grassava” (transitó) con gran prestigio en el ambiente intelectual del país (Carvalho, 1991: 82). Desde el comienzo de su producción en 1920, hasta el momento de su integración en las comisiones técnicas del Ministerio de Trabajo en el año 1932³, publicó *Populações meridionais do Brasil* (Poblaciones meridionales de Brasil) (1920), *Pequenos estudos de psicologia social* (Pequeños estudios de psicología social) (1921), *O idealismo na evolução política do Império e da República* (El idealismo en la evolución política del Imperio y la República) (1922), *Evolução do povo brasileiro* (Evolución del pueblo brasileño) (1923), *O ocaso do Império* (El ocaso del Imperio) (1925), *O idealismo da Constituição* (El idealismo de la Constitución) (1927), *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) (1930) y *Raça e assimilação* (Raza y asimilación) (1932).

De los textos citados, *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) (1930), además de iniciar la serie de textos titulados “problemas” que componen su obra⁴, se destaca tanto por la aproximación de Vianna a temas político-institucionales con la propuesta de soluciones representativas vía consejos técnicos —y consecuentemente, con cierto distanciamiento en relación a los trabajos de carácter (más) sociológico que retomará en la década de 1940 (Carvalho, 1991: 82)—, como por ser el único de los textos “Problemas” que el autor elabora estando distanciado de cargos institucionales/estatales del régimen varguista. Sin embargo, se hace necesario destacar que Oliveira Vianna ha sido director del Instituto de

³ De acuerdo con la nota que se encuentra en el archivo del CPDOC, “en 1932, durante el Gobierno provisorio de Getúlio Vargas, [Oliveira Vianna] pasó a integrar las comisiones técnicas del Ministerio de Trabajo, creado el año anterior bajo la jefatura de Lindolfo Collor, con la función de elaborar y sistematizar la legislación social y laboral brasileña, de la cual fue el principal mentor. Permaneció como consultor jurídico y ‘asesor técnico en economía social’ del Ministerio de Trabajo hasta 1940. En ese periodo, en 1937, fue electo miembro de la Academia Brasileña de Letras”. Se puede acceder la nota referente a la vida de Oliveira Vianna en: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>.

⁴ El conjunto de los textos denominados “problemas” son: *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) (1930); *Problemas de direito corporativo* (Problemas del derecho corporativo) (1938); *Problemas de direito sindical* (Problemas de derecho sindical) (1943) y *Problemas de organização e problemas de direção* (Problemas de organización y problemas de dirección) (1952).

Fomento e Economía Agrária del estado del Rio de Janeiro y se ha tornado miembro del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño en 1924⁵.

Aun con la propuesta de indicar “rumbos” para el país, el texto está repleto, como veremos, de relecturas históricas, tema muchas veces negligenciado en medio a la búsqueda de proyectos políticos, se podría decir, “bien acabados” en su obra. Adelantándonos a ese cuadro y respetando los límites de este artículo, buscamos emprender un movimiento interpretativo que alcance la dialógica existente entre la mirada a la historia nacional (reactualizaciones del pasado brasileño) y las propuestas políticas proyectadas para el país (en la condición de soluciones pragmáticas para el presente vivido y el *deber ser* políticoinstitucional brasileño), movimiento intelectual que, cabe decir, caracteriza el pensamiento de Oliveira Vianna en este texto. De este modo se realiza, inspirados en el historiador británico Quentin Skinner, “una tentativa de pensar, en la medida de lo posible, como pensaban nuestros antepasados [en nuestro caso, Oliveira Vianna] y mirar las cosas como ellos las miraban” (Skinner, 2002: 68), es decir, buscamos sumergirnos en el Brasil de 1930 a partir de la óptica vianniana.

En primer lugar, hay que dejar claro que no buscamos separar de forma rígida y permanente la producción intelectual de Oliveira Vianna en diferentes fases intelectuales, sino proporcionar otro ángulo interpretativo sobre un texto publicado en un momento importante de la historia de Brasil. Además, se busca argumentar que ese texto en particular representa un espacio discursivo singular en relación al conjunto de los textos del autor.

Defendemos que ese período —fines de los años 1920— representa un momento intelectual excepcional, situado entre dos contextos de producción que se ampararon en diferentes expectativas de actuación: uno en el cual su posición como intelectual/intérprete de la realidad configuraba su preocupación nuclear; otro, en el que acercó su pensamiento al pragmatismo político que los cargos burocráticos desempeñados a lo largo de los años

⁵ Sobre la actuación en cargos públicos en los años 1920, consultar: VENANCIO, Gisele Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Coleção História e Historiografia. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.

pasaron a exigir, como, por ejemplo, en *Problemas de direito corporativo* (Problemas del derecho corporativo) (1938), texto publicado en respuesta a las críticas del diputado federal Waldemar Ferreira. En este sentido, informados con las lentes interpretativas de la Historia Intelectual, buscamos analizar el momento intelectual de Oliveira Vianna en el año 1930 a partir del análisis del texto *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva). Por último, es necesario advertir que este texto (*Problemas de política objetiva*) es compuesto por un conjunto de textos escritos a lo largo de la década de 1920. En 1930, estos textos han sido reunidos y publicados por el autor. Como ha declarado Oliveira Vianna en el prefacio escrito en 1930, "el objetivo principal de este libro es precisamente mostrar cómo sería posible corregir esta ignorancia [de Brasil] y los males que se derivan de él" (Vianna, 1930: 10). En este sentido, es teniendo en cuenta su movimiento hacia la organización y publicación de la obra, en el año 1930, que pretendemos leer y analizar este texto.

b) El rediseño del texto sobre el espejo del tiempo y la lectura histórica como orientación para la actualidad política vivida

En uno de los primeros textos que trató de sistematizar el campo del pensamiento político brasileño, Bolívar Lamounier afirmó que el movimiento intelectual que caracterizó el pensamiento autoritario en los años 1930, del cual Oliveira Vianna fue uno de sus exponentes, "comienza con amplias reflexiones histórico-sociológicas sobre la formación colonial del país, se extiende en el diagnóstico del presente —en el caso, la República Vieja— y culmina con la propuesta de algún modelo alternativo de organización político-institucional" (Lamounier, 1990: 371). Sin embargo, al analizar *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva), se nota que las "amplias reflexiones histórico-sociológicas sobre la formación colonial del país" a las que se refiere Lamounier, dan espacio a reinterpretaciones de la historia nacional orientadas por las ambiciones políticas del presente, más específicamente en lo que se refiere al poder centralizador observado en el período monárquico brasileño.

No estamos defendiendo la idea de que el pensamiento de Oliveira Vianna no pueda ser considerado *autoritario* —algo que demandaría mayor espacio para argumentación y una cuidadosa revisión teórico-conceptual de este aspecto— sino que, como veremos a lo largo del trabajo, se observa una visión claramente *conservadora*, puesto que el autor defiende ciertas *reactualizaciones* de fragmentos específicos de la historia nacional y no un retorno a ellas. Del mismo modo, argumentamos que el acercamiento del autor a temas políticos hizo que la mirada hacia el pasado fuera orientada por las expectativas proyectadas al futuro nacional desde el presente vivido e interpretado.

Así, en Vianna se percibe la construcción de un doble desafío en el sentido político, valioso para el pensamiento conservador que se volvió hegemónico en ese contexto: por un lado, su mirada hacia las experiencias políticas extranjeras buscando conocer las “soluciones” existentes en países considerados modernizados (países europeos y los EE.UU.), tomando como medida las adecuaciones de sus regímenes políticos a los ambientes histórico-formales en los cuales tuvieron vigor (Vianna, 1930; Amoroso Lima, 1935; Amaral, 1938); por otro, la atención volcada a la interpretación de la historia nacional y al diagnóstico de una lógica política personalista e insolidaria que, según el autor, determinó la formación histórico-social brasileña (Vianna, 1920; 1922; 1927; 1930). Estas características, por lo tanto, tendrían que ser tomadas como condición primera para los nuevos proyectos políticos propuestos durante la década de 1920, bajo amenaza, en caso de no hacerlo, de previsible fracaso. Sobre este movimiento intelectual —la búsqueda en el presente de un pasado orientador de proyecciones políticas, así como proyecciones políticas que indican qué pasado seleccionar⁶— Oliveira Vianna propone la creación de consejos técnicos (las proyecciones políticas desde la actualidad) y ofrece un debate sobre la estabilidad política existente durante

⁶ Aquí se destaca la referencia a su inspiración en la lectura de las categorías elaboradas por el historiador alemán Reinhart Koselleck. Ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Pasado: Contribuição à semântica dos tempos históricos* (Futuro pasado: contribución a la semántica de los tiempos históricos). Río de Janeiro: Contraponto, 2006.

el Segundo Reinado brasileño (la actualización del pasado) en *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva).

Para Fábio Gentile, "*Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) (1930) [es] un verdadero divisor de aguas entre su producción de los años veinte y la de los años treinta" (Gentile, 2014: 92). En el mismo sentido, Luz Castro Faria afirma que este "libro tiene [...] el carácter de proyecto político, de indicador de rumbos y de soluciones" (Faria, 2002: 75), teniendo en cuenta que propone la institución de representación política vía consejos técnicos en sustitución del sistema liberal-representativo vigente durante la Primera República (1889-1930). Valiéndonos de estas constataciones, entendemos que el análisis de *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) caracteriza una vía transitoria que acorta la distancia entre el reconocido intérprete del Brasil⁷, de vasta producción histórico-sociológica y aspectos políticos en efervescencia a fines de los años 1920, en la medida en que el intérprete nacional acerca su producción intelectual a la actuación política. Incluso no siendo (todavía) un "hombre de Estado", se nota en el texto, como veremos más adelante, un pensamiento que, pleno de lecturas históricas y sociales, está volcado a la actuación política.

La preocupación de Vianna con los hechos de su época queda clara cuando analizamos algunas reediciones de sus textos. En *O idealismo da Constituição* (El idealismo de la Constitución), por ejemplo, el cuidado con algunas alteraciones revela a un intelectual atento a las transformaciones políticas y sociales en curso. En el prefacio de la primera edición (1927), Vianna afirma que,

⁷ Sobre el lugar de Oliveira Vianna como uno de los intérpretes de Brasil, ver: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil* (El encanto de la ciencia y la seducción de la objetividad: Oliveira Vianna entre intérpretes del Brasil). São Paulo: UNESP, 2005. En líneas generales, esa interpretación se contrapone a las ideas inscriptas en el texto que se volvió canónico, escrito por Antonio Cândido, en el prefacio de la 5ª edición de *Raízes do Brasil* (Raíces de Brasil) de 1969, que había colocado en el "panteón" de los intérpretes nacionales solamente a la tríada Gilberto Freire (*Casa grande e senzala*, (La casa principal y la casa de los esclavos) de 1933), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil* (Raíces de Brasil), de 1936) y Caio Prado Junior (*Formação do Brasil contemporâneo* (Formación del Brasil contemporáneo), de 1942), excluyendo, deliberadamente, a Francisco José de Oliveira Vianna.

Existe la presencia viva de un movimiento de interés en torno a la vieja tesis de la democracia. Se reviven antiguos debates sobre la soberanía del pueblo, sobre el derecho al sufragio, sobre la representación política, sobre el principio de la libertad (Vianna, 1927: 9).

Ya en la segunda edición, ampliada en el año 1939 —por lo tanto, en un contexto de vigencia del régimen estadonovista (1937/45), del cual formó parte importante—, Vianna realiza las siguientes alteraciones:

Existe la presencia viva de un movimiento de interés en torno a la vieja tesis de la "democracia liberal" y a la nueva tesis de la "democracia autoritaria". Se reviven antiguos debates sobre la "soberanía del pueblo"; sobre el "sufragio universal"; sobre la "representación política"; sobre el "principio de la libertad"; sobre el Estado totalitario, contrapuesto al Estado liberal; sobre el "principio del jefe"; sobre las "nuevas fuentes de la opinión democrática"; sobre la "organización corporativa", etc. (Vianna, 1939: 11).

Aunque Vianna muchas veces defiende la "atemporalidad" y la "objetividad" de sus textos, autorreferenciándose y reforzando algunos de sus argumentos inscriptos en obras anteriores, al volver a publicarlos en diferentes coyunturas, en los fragmentos anteriormente destacados se percibe una nueva relación dialógica entre la elaboración textual del autor y el contexto en que había sido escrito —criterio en el que se basa el análisis que buscamos, amparado en la historia intelectual—. En este sentido, si estamos hablando de un "nuevo" contexto, en este caso posterior a 1937 —momento de la promulgación de la Carta Constitucional que amparó al "nuevo" régimen en principios autoritarios y corporativistas—, se alteran los paradigmas discursivos que determinan texto y contexto de producción.

Aún en el texto seleccionado, Vianna —defendiendo la concepción de que el conocimiento histórico sería el imperativo realista y coordinador de los paradigmas de (re)construcción nacional—, buscó en el análisis de lo que llamó "cien años de experiencia democrática" (Vianna, 1927: 11-12), o sea, en el período de post-Independencia, escenarios de estabilidad política y social que, según él, le legarían a su generación "una mina de un valor incalculable, rica en el más puro mineral informativo" (Vianna, 1927: 12). Luego, refuerza su pensamiento —orientado por una visión de análisis de la

historia/pasado— al afirmar que “de mí, digo que solo sé trabajar en esta mina” (Vianna, 1927: 12).

Así propuesto, el análisis de las experiencias brasileñas —reconocido, por el autor, como una “mina” orientadora de la cual sus contemporáneos tendrían necesariamente que extraer aspectos positivos para la (re)arquitectura nacional en curso—, se volvió el hilo conductor con el que tejió argumentos que sostuvieron sus ambiciones políticas y, en consecuencia, su propuesta de reformulación del Estado nacional brasileño durante el transcurso de los años 1930. En este sentido, afirma que,

De las nuevas generaciones podemos decir que, con los pequeñitos granos de verdad recolectados en las yacidas de nuestra experiencia social, podrán construir las eternidades de nuestra estructura política (Vianna, 1927: 12).

Así como lo ha expuesto el autor, el entendimiento de un pasado que (aún) hace eco en el tejido social, iluminaría el presente en dirección al *deber-ser* de la reorganización política nacional. En vista de ello, argumenta que,

De ese conocimiento nuestro, más íntimo, más concreto, más objetivo, más científico, de nuestras cosas, de nuestro medio, de nuestra historia, de todo ese glorioso esfuerzo investigador, una nueva cultura americana, propia, nativa, genuina, surgirá y florecerá, trayendo ahora el olor de la tierra americana. Esta cultura repleta así de nuestra savia, de nuestro aire, de nuestra luz, de nuestro espíritu, será la flor más radiante de nuestra grandeza. En ella encontraremos las fuentes más puras de nuestro idealismo, de donde emanará, para satisfacer nuestra sed de renovación, una corriente perenne, rica en inspiraciones y genuinamente americana (Vianna, 1927: 148).

Este fragmento, inscripto en la última página de *O idealismo da Constituição* (El idealismo de la Constitución), expone un movimiento intelectual valorizado por Oliveira Vianna, que orientó gran parte de sus textos de carácter marcadamente político, por no decir su obra. Defiende la movilización de las experiencias nacionales como subsidios empíricos a proyecciones políticas renovadoras, en un tono fervoroso y optimista apreciado en esa época, del horizonte sociopolítico brasileño, en contraposición a lo que llamó “utopismo” constitucional asentado en la forma de pensar los rumbos políticos nacionales de las generaciones intelectuales y

élites políticas anteriores, en crisis en el período. Vianna retrataría de la siguiente manera la "mentalidad" utópica de los constituyentes republicanos

El rasgo más distintivo de esa mentalidad [la de los constituyentes del 91] era la creencia en el poder de las fórmulas escritas. Para esos soñadores, poner en letra de molde una idea era, en sí, realizarla. Escribir en el papel una Constitución era volverla inmediatamente viva y actuante: las palabras tenían el poder mágico de dar realidad y cuerpo a las ideas por ellas representadas (Vianna, 1927: 25).

Para Oliveira Vianna, por lo tanto, el contexto de transición (cronológicamente localizado entre los años 1920/30) se caracterizó por presentar una transformación en el ambiente intelectual que, cabe advertir, permitió que el propio autor se posicionara como uno de los exponentes de lo que llamó *Idealismo orgánico* (Vianna, 1927). En este sentido, el propio contrapunto de Vianna en relación a las generaciones anteriores es lo que sostenían sus asertivas. En las palabras del autor,

El que compare la mentalidad de nuestras élites dirigentes de veinte años atrás con la mentalidad que estas mismas élites revelan hoy, es quien podrá comprender la enorme mutación operada en su sistema de ideas políticas. El centro de la gravitación de esas ideas realizó una traslación tan acentuada que la impresión que se tiene es que su posición de hoy está casi en un sentido opuesto a su posición de hace veinte años (Vianna, 1927: 57).

Se refiere así, al movimiento intelectual que según sus términos se había desplazado del "puro idealismo utópico" de los constitucionalistas republicanos brasileños del final del siglo XIX, a una visión política realista y orgánica, hacia la que la (re)formulación de órdenes sociales y políticas debería partir. Según él, estos "idealistas utópicos" fueron "excelentes traductores de males extraños; pésimos intérpretes de nuestros propios males" (Vianna, 1927: 26), en que solo trasplantaron un conjunto de leyes exógenas en "desacuerdo entre los dogmas de su ideología y la realidad nacional" (Vianna, 1927: 38).

Si en *O idealismo da Constituição* (El idealismo de la Constitución) (1927) la crítica al idealismo utópico fue la tónica predominante, en *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva) (1930), texto posterior, se suman soluciones políticas consideradas "objetivas", ancladas

en la mirada volcada a la “mina” de enseñanzas históricas. A partir de esta lógica expone que,

El objetivo principal de este libro es justamente mostrar de qué forma sería posible corregir ese desconocimiento [de la tierra y del pueblo] y los males que de él provienen, buscando traer a los centros del gobierno y la administración, por medio del ingenioso mecanismo de los Consejos Técnicos, la colaboración de todos los hombres de buena voluntad, prácticos, con experiencia, que aun no perteneciendo a la clase política, estén, sin embargo —[...]— en contacto más directo con nuestra realidad y, por ello, más dueños de sus idiosincrasias, de sus intimidades y de sus secretos (Vianna, 1930: 3-4).

Según lo expuesto anteriormente, las experiencias históricas brasileñas serían la fuente de aprendizaje de donde deberíamos tomar “lecciones” en el presente y a partir de las mismas elaborar las propuestas políticas técnicas a futuro. Defiende, por lo tanto, una lectura retrospectiva de la historia nacional como brújula orientadora de proyecciones a futuro y, al mismo tiempo, como veremos, esas proyecciones indicarán *cuál* pasado reactualizar. Dicho de otra manera, se identifica en sus anhelos políticos (los horizontes de expectativa política) la lectura y la reactualización orientada de rasgos específicos de la historia del país.

c) La experiencia monárquica brasileña: un pasado a ser revisitado

En *O idealismo na evolução política do Império e da República* (El idealismo en la evolución política del Imperio y de la República) (1922), afirmó que “en nuestro pasado histórico reciente están los moldes aún calientes, donde se fundieron esas idiosincrasias que nos estremaman y singularizan como pueblo, entre todas las naciones” (Vianna, 1922). En *Evolução do povo brasileiro* (Evolución del pueblo brasileño) (1923), retomando la importancia política del conocimiento histórico y social del país, reiteró su concepción de historia, afirmando que “la historia es maestra de la política” (Vianna, 1923), en clara referencia a la definición clásica ciceroniana.

Como diagnóstico social brasileño de 1930, Vianna identificó en la “ausencia de un ideal nacional, la debilidad del sentimiento del interés

colectivo, la debilidad del instinto político; [...], la exacerbación del espíritu del localismo, faccionalismo y caciquismo" (Vianna, 1930: 29-30), rasgos del "carácter nacional" que, por su parte, impedían la adecuación de dispositivos políticos exógenos al contexto nacional, como por ejemplo, el sistema liberal representativo. Constatando que vivíamos "en la fase del patriotismo tribal, la solidaridad del clan personal, principalmente del clan rústico, parental, señorial o electoral" (Vianna, 1930: 39), el liberalismo político nacional incurría en el error, "desde hacía más de cien años", de proporcionar libertad política (por medio del sufragio universal) a un pueblo sin libertad civil (dada su sumisión a caciquismos localistas), siendo, por lo tanto, "el gran equívoco de nuestros agitadores liberales" (Vianna, 1930: 79-86). Así, tendríamos de proponer nuevos rumbos políticos alineados a la "realidad nacional", es decir, adecuando la justicia nacional a las costumbres de la nación (aún) en formación.

Esos diagnósticos que se le atribuían a la sociedad brasileña serían, para Vianna, uno de los legados del periodo colonial de este país, en el cual la ausencia de un poder fuerte y centralizador favoreció el afianzamiento de mandatarios regionales, generando "espíritus facciosos", "caudillismos políticos" y "amorfia social" (Vianna, 1930). A la reparación de estos "males" nacionales, la historia del país ofrecería ejemplos a ser presentificados con el objetivo de corregir los sucesivos equívocos de viejos tiempos.

Al analizar lo que llamó "los últimos cien años de democracia en el país" (Vianna, 1930: 10), de la post-independencia al final de los años 1920, Vianna identificó un proceso de adaptación de las instituciones políticas a la realidad de Brasil. Para él, el parlamentarismo "exógeno" adoptado por la monarquía nacional durante el Primer Reinado sufrió un proceso de adecuación a la realidad nacional a lo largo del Segundo Reinado. La creación de un poder moderador, por lo tanto, conducido por D. Pedro II, se colocó, según Vianna, por encima de las "facciones localistas" gestadas en el seno del colonialismo portugués, posibilitando, en aquel momento, estabilidad política. En sus palabras,

Para corregir, de algún modo, los maleficios que el parlamentarismo estaba produciendo entre nosotros, fue preciso, en efecto, corromperlo, abrasilerándolo con la célebre máxima de Itaboraí, formulada como contraposición a la del programa liberal, que era de pura extracción británica: 'el rey reina, gobierna y administra', lo que equivalía, en la práctica, a la negación del propio régimen parlamentario (Vianna, 1930: 42-43).

Más adelante, Vianna vuelve su mirada a las experiencias constitucionales de la monarquía buscando seleccionar lo que admite ser el factor de estabilización política.

En la vieja Constitución Imperial, todavía se contraponía a estas costumbres y a estas fallas la acción rectificadora de un alto poder, intangible por la majestad de su ascendencia y superior al interés de los partidos: - "poder moderador" de la Corona. Este, en las manos honestas de Pedro II, fue una de las más admirables fuerzas de coordinación y moralización política, que jamás hayamos tenido (Vianna, 1930: 43).

Se percibe, así, la (re)actualización de un (cierto) pasado nacional, un sumergirse en el campo de las experiencias brasileñas, en el sentido koselleckiano, a servicio de proyecciones políticas desde el presente. Es de destacar que para el historiador alemán Reinhart Koselleck, "la experiencia es el pasado actual. [...] Además, en la experiencia de cada uno, transmitida por generaciones e instituciones, siempre está contenida y se conserva una experiencia ajena." (Koselleck, 2006: 308).

Así, a partir del análisis de los fragmentos interpretados de la historia brasileña en la actualidad de 1930, recuperar la lógica política del Segundo Reinado, con la cual el país experimentó su período más armónico (Vianna, 1930: 43), pasó a ser visto por Vianna como uno de los "remedios" posibles para la resolución de los problemas nacionales generados por la imposición de órdenes políticas no acordes al ambiente brasileño. Son esos los rastros del pasado procurados y resignificados por Vianna con el objetivo de presentar alternativas de futuro político al contexto nacional. Para el presente político brasileño, por lo tanto, propone que,

Del mismo modo, hoy, con el régimen presidencial, para que éste pueda producir aquí sus beneficios, lo que necesitamos hacer es lo que ya hicimos con el régimen parlamentario:

corromperlo, deformarlo, abrasilero, para adaptarlo a nuestra mentalidad e índole (Vianna, 1930: 42-43).

De acuerdo a lo expuesto en el fragmento anterior, si en el pasado la solución de "abrasilerar" el régimen rindió sus beneficios, la actualidad debería reconsiderar esta lógica operativa, o mejor, "abrasilerar" el régimen presidencial vigente. La analogía ofrecida por Vianna buscaba reforzar la idea de que el papel desempeñado por el monarca brasileño (D. Pedro II) tendría que ser, necesariamente, *resignificado* considerando la agenda de problemas de aquel momento histórico. Proponía, así, delegarle al cargo de presidente de la república poderes semejantes a los que otrora fueron desempeñados por el rey y, en este sentido, adecuar la reorganización de la justicia nacional a las costumbres del país (Ferreira, 2010). Por estos motivos, la lectura que hace de su tiempo lo coloca, según nuestra percepción, en la condición de un conservador reformista, puesto que no considera rupturas abruptas en la esfera política (en sentido revolucionario) y, al mismo tiempo, no defiende simplemente un retorno al pasado monárquico (en sentido reaccionario)⁸.

Siendo así, se les da sustento a sus expectativas políticas. Nos basamos nuevamente en Koselleck, para quién "la expectativa se realiza en el hoy, es futuro presente, que mira el *aún no*, lo no experimentado, lo que solo se puede prever" (Koselleck, 2006: 308), se percibe así que el movimiento de rescate de la lógica de la política imperial (del poder moderador) ampara el horizonte de expectativas sociopolíticas del autor, este futuro-presente en el campo de posibilidades en el año 1930.

Si a los ojos de Vianna el Segundo Reinado había presentado mecanismos de neutralización y estabilización social y política, la República

⁸ El historiador José Murilo de Carvalho comprende las modificaciones político-institucionales en los años 1930 a partir del concepto de "modernización conservadora" (*modernização conservadora*), puesto que las propuestas de modernización en el período varguista se han apoyado en la conservación de rasgos político-institucionales. Esta interpretación de José Murilo nos ayuda a percibir un movimiento intelectual importante no solo para el contexto analizado, sino también para la comprensión del pensamiento por detrás del varguismo, una vez que cuando Vargas toma el poder central en 1930, es Oliveira Vianna el elegido para componer el cuadro burocrático del régimen. Sobre estas cuestiones, ver: CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.; También es posible consultar los textos clásicos de Raymundo Faoro titulados: FAORO, Raymundo. *A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento*. In: "Os Donos do Poder". Porto Alegre: O Globo, 1975.; y FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. Estudos Avançados, vol.16, nº14, 1992.

iniciada en 1989 había instituido nuevamente dispositivos políticos disonantes con el ambiente del país, a partir de la institucionalización de una Constitución liberal “exógena” que no condice con una sociedad “insolidaria” como la brasileña. Así, solo la (re)institucionalización de un poder político semejante al poder moderador, reactualizado según la orden republicana, solucionaría los “males” provenientes del idealismo utópico de los constitucionalistas de fines del siglo XIX. En este juego de proyecciones condicionantes del pasado se da, para nosotros, la selección de vestigios de la historia nacional a partir de la propia interpretación del autor en su presente del año 1930.

d) Consideraciones Finales

El año 1930 ha quedado caracterizado por la historiografía nacional como un importante marco histórico para el Brasil. En la atmósfera intelectual y política del contexto de la época -se puede decir que se estaba en un límite de las críticas a la Primera República y el consecuente diagnóstico de crisis del sistema democrático representativo brasileño-, se observaba la efervescencia del nacionalismo y se vivía la pretensa ruptura institucional con la llamada “Revolución de 1930”, liderada por Getúlio Vargas (Fausto, 1976). Según señalan Lilia Schwarcz y Heloisa Starling, el año 1930 se convirtió en un marco para los historiadores nacionales, “por los resultados que produjo en los años siguientes en la economía, la política, la sociedad y la cultura, cambios que transformaron radicalmente la historia del país” (Schwarcz; Starling. 2016: 577). En aquel año, con la publicación de *Problemas de política objetiva* (Problemas de política objetiva), Oliveira Vianna —que ya había diseñado un extenso cuadro interpretativo de Brasil en *Populações meridionais do Brasil* (Poblaciones meridionales de Brasil) (1920)—, se acercó a temas políticos, dejando silentes los análisis del período colonial brasileño y buscando en la historia nacional (con más detenimiento en el periodo imperial) ejemplos prácticos que orientaran sus proyecciones políticas en aquella actualidad.

En condición de complementariedad con las interpretaciones historiográficas sobre el pensamiento político del autor, como ya ha sido

dicho, defendemos a lo largo de este artículo que las miradas de Vianna hacia “el porvenir” orientaron simultáneamente la identificación, la interpretación y la selección de fragmentos del pasado que se alineaban a las proyecciones políticas lanzadas por el intelectual, o sea, se estableció una relación dialógica entre las expectativas políticas y la movilización de las experiencias nacionales. A partir de la relación tensional entre movilizaciones de experiencias del pasado (un pasado actual) y expectativas de futuro nacional (un futuro que constituía el presente), se notó la vía por la cual la reinterpretación de las experiencias monárquicas orientaban proyecciones políticas de futuro para el país y, a la vez, esas proyecciones auxiliaron en la selección y reorganización del pasado en el presente, una vez que la temática colonial, apreciada por el pensador fluminense, recibió menos atención.

Reforzamos que, desde nuestra perspectiva, no es la simple interpretación del pasado la que orientó, linealmente, las proyecciones políticas de Vianna, sino que el autor se valió de reactualizaciones de vestigios del pasado brasileño para extraer ejemplos de utilidad política y organización social.

El problema político de Brasil no estaría, para Vianna, ni en la forma de gobierno (republicano), ni aun en el régimen político (presidencialista), sino en la imposición de un modelo político exterior (exógeno) a una realidad no compatible —es decir, a la realidad brasileña concebida por él—, generando un distanciamiento entre la funcionalidad de las operaciones políticas y la realidad social. En la idea de “abrasilerar” el sistema político nacional, o sea, su adecuación a la formación nacional, la historia ofrecería las herramientas y los caminos por los cuales, necesariamente, el país tendría que andar.

e) Referencias bibliográficas

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Río de Janeiro: Ed. José Olympio, 1938.

AMOROSO LIMA, Alceu. *No Limiar da Idade Nova*. Río de Janeiro: Ed. José Olympio, 1935.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político Brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 2008.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: UNESP, 2005.

BRUNO, Daniel Machado. *O lugar de "Raízes do Brasil" no pensamento político e social brasileiro*. Tesis (Maestría). Programa de postgrado en Historia. PUCRS, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A utopia de Oliveira Vianna*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *A Armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

FARIA, Luiz Castro. *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói. O autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, núcleo de Antropologia de la Política/UFRJ, 2002.

FAORO, Raymundo. *A viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento*. In: "Os Donos do Poder". Porto Alegre: O Globo, 1975.

_____. *A questão nacional: a modernização*. Estudos Avançados, vol. 16, nº14, 1992.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

FERREIRA, Gabriel Nunes; BOTELHO, André. *Revisão do Pensamento Conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

GENTILE, Fábio. *Uma apropriação criativa: fascismo e corporativismo no pensamento de Oliveira Vianna*. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes. *A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. *A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda*. Revista Portuguesa de História, Lisboa, XLI, n.41, 2010.

IANNI, Octavio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACAPRA, Dominick. *Repensar la historia intelectual y leer textos. Giro Lingüístico e Historia intelectual*. Buenos Aires, Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento autoritário na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Elites políticas e intelectuais e o Ministério do Trabalho*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.42, n.2, mayo/ago., 2016.

SILVA, Ricardo. *Liberalismo e democracia Liberalismo e democracia na Sociologia na Sociologia Política de Oliveira Vianna*. Sociologias, Porto Alegre, año 10, nº 20, jul./dic., 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SKINNER, Quentin. *Visões da Política: Sobre os Métodos Históricos*. Cambridge: Press of University of Cambridge, 2002. v.1.

VENANCIO, Gisele Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Coleção História e Historiografia. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.

VIANNA, Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Companhia Editorial Nacional, 1938 [1923].

_____. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Edição de Terra de Sol, 1927.

_____. *Problemas de Política Objetiva*. São Paulo: Editora Nacional, 1930.

_____. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1938.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1981.

WEFFORT, Francisco. *Formação do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 2011.

O coração e a cabeça do corpo: percepções espaciais em Portugal e na América portuguesa (Séc. XVI-XVIII)

 Leonardo Paiva de Oliveira*

Resumo: A sociedade portuguesa do Antigo Regime era marcada por um grande processo de hierarquização social. Essa estrutura de desigualdades não se limitava apenas na representação das pessoas, ela estava presente em diversos campos, sendo o espaço, de uma forma geral, um deles. Ao se pensar na estrutura administrativa da gestão dos territórios que o reino de Portugal era responsável, é necessário ter em mente que essa gestão era baseada em um componente hierarquizador, dotando seus espaços com valores desiguais de acordo com uma série de elementos responsáveis por essa valoração. Tendo isso em vista, esse trabalho tem como objetivo discutir as diferentes formas de percepção espacial na sociedade de Antigo Regime ibérico, mais especificamente o português, apontando o reconhecimento das desigualdades entre os territórios como um elemento base da visão de mundo das pessoas daquela época.

Palavras-chave: Espaço, Hierarquias, Administração.

The heart and the head of the body: spatial perceptions in Portugal and Portuguese America (16th-18th centuries)

Abstract: The Portuguese society of the Ancien Regime was marked by a great process of social hierarchy. This structure of inequalities was not limited to the representation of people, it was present in several fields, being the space, in general, one of them. Thinking about the administrative structure management of the territories for which Portugal kingdom was responsible for, it is necessary to keep in mind that this management was based on a hierarchical component, endowing its spaces with unequal values according to a series of elements responsible for this valuation. Thus, this work aims to discuss the different forms of spatial perception in the society of the Ancien Iberian Regime, particularly the Portuguese, pointing out the recognition of inequalities between territories as a basic element of the worldview from that time.

Keywords: Space, Hierarchy, Administration.

*Doutorando em História pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: leonardopaivalpo@gmail.com



Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha em uma reflexão sobre o quadro espacial português no período moderno afirmaram o seguinte:

Hoje em dia, em sociedades social e culturalmente mais integradas, esta polissemia do espaço passa mais despercebida. Mas, nas sociedades tradicionais como a do Antigo Regime português, era claro que o espaço não era o mesmo para toda gente nem para todos os efeitos. Cada grupo (ou cada indivíduo, em cada papel social que desempenhava) via um espaço diferente: diferentemente limitado, diferentemente organizado, diferentemente Hierarquizado” (Silva; Hespanha, 1998: 35).

Essa afirmação é bastante significativa para o que se pretende explorar nesse artigo. Ela aponta para as diferentes formas de percepção espacial que existia naquela sociedade e como essa categoria, o espaço, era algo plural. O mesmo recorte espacial poderia ser visto e interpretado de formas diversas. Isso demonstra a complexidade que essa categoria possuía e, portanto, a necessidade de uma maior compreensão sobre ela. Dessa forma, a escolha por iniciar esse trabalho com esse trecho teve como objetivo conceder ao leitor um eixo norteador do que será discutido nas próximas páginas.

Em seu artigo “Soberania e territorialidade colonial”, Iris Kantor fez uma importante reflexão sobre a experiência e o uso dos espaços por parte da Coroa portuguesa na América. Ela chamou atenção para o fato de que no território do reino português as circunscrições espaciais eram muito limitadas, pois estavam atreladas a uma série de prerrogativas históricas envolvendo a Coroa e a alta nobreza, o que permitia uma menor liberdade de experiência espacial. Na Índia, Portugal também não teve um espaço amplo de prática espacial, pois estava limitado pelas estruturas políticas de outros povos que já estavam instalados naquele território. No entanto, com a América a situação foi diferente. Apesar da existência dos indígenas, e dos vários conflitos decorrentes disso, foi na América que Portugal pôde ter uma experiência diferenciada, ou, nas palavras da autora, “um laboratório de novas soberanias” (Kantor, 2009: 234).

Ao analisar as negociações do Tratado de Utrecht sobre a Colônia do Sacramento, Iris Kantor destacou uma fala do padre Manoel Caetano de

Souza, membro da Academia Real de História Portuguesa, sobre sua concepção de território. Segundo ele:

[...] muitos mais estudos e muitos mais livros que os que eu tenho, pois não basta a gramática, é necessária a geografia e a história, o direito civil e canônico, a política e a teologia porque a todas estas artes e ciências toca para algum lado a verdadeira inteligência da palavra território. Toca à teologia que trata das leis municipais que não obriga em consciência fora do território. Toca à política para distinguir os confins dos estados. À ciência canônica para se saber onde se acham lugares em que se estenda a jurisdição dos prelados, e a obrigação dos párocos. Ao direito civil para regular o poder dos magistrados. A História para dar a conhecer a extensão dos domínios, à geografia para a descrição das terras e finalmente à gramática para dar inteligência dos autores, juízo da palavra território (Kantor, 2009: 237).

Essa fala é de grande relevância para a reflexão sobre a concepção do espaço por parte da Coroa portuguesa e de seus agentes. O padre Manoel Caetano de Souza expressou de forma quase poética a complexidade que é tratar do significado de território, que está atrelado intimamente ao entendimento do espaço. Como se verá ao longo da análise aqui desenvolvida, essa categoria tão ampla e complexa não apenas para os dias de hoje, mas também para homens que serão objetos de análise, possuía múltiplos fatores de determinação e reconhecimento, de percepção e entendimento. Dessa maneira, o leitor precisa ter em mente que as afirmações feitas aqui não serão definitivas, mas sim apenas mais uma percepção sobre esse emaranhado de possibilidades.

Representação espacial e hierarquia política

Em 1580, quando Felipe II, rei da Espanha, assumiu o trono português, um conjunto de medidas foi tomado para evitar desagradar a nobreza portuguesa nesse processo de incorporação do reino. Dentre elas, destaca-se a confecção do novo brasão no qual seria adicionado as armas de Portugal junto as dos demais reinos que faziam parte da monarquia espanhola. Dentre as várias propostas de como deveria ser o novo brasão, uma delas colocaria o símbolo português equiparado às armas de Aragão e Castela, proposta prontamente descartada. Felipe II decidiu então colocar na metade superior

do brasão, mas não no mesmo nível que Aragão e Castela, que era considerada um “ponto de honra”. Dessa forma, sem contestar a superioridade dos principais reinos espanhóis, o novo monarca tentou transmitir a ideia de que o reino português ocuparia um lugar de destaque em seu governo (Cardim, 2014: 137). Tal atitude demonstra como uma “simples” posição de uma imagem em um brasão era motivo de discussão e preocupação dentro da corte, revelando um aspecto das disputas internas da monarquia hispânica em torno da preeminência do conjunto espacial. Apesar dessa questão se tratar de princípios da heráldica, defende-se que esse tipo de debate estava associado de forma direta às representações das hierarquias espaciais. Pode-se perceber, dessa forma, como a distribuição espacial é um elemento extremamente significativo naquela sociedade. O espaço ocupado simboliza o espaço representado, que conseqüentemente resulta em um jogo de poderes que interfere nas dinâmicas políticas e sociais.

A união de Portugal à Espanha implicou em uma situação única para os portugueses que até então nunca tinham dividido o seu rei com nenhum outro reino. Esse processo, logo de início, marcou um comportamento defensivo por parte dos portugueses que comparavam suas condições relacionadas ao estatuto político de seu território com as condições dos demais territórios, que possuíam alguns estatutos políticos semelhantes, outros diferentes (Cardim, 2014: 17). Tal fato demonstra como as pessoas tinham consciência da implicação que representava a hierarquia espacial diretamente em suas vidas, logo, não estavam alheias a esse tipo de percepção. Pedro Cardim destaca que ao longo dos debates sobre o estatuto político de Portugal dentro dessa nova configuração política envolvia principalmente três elementos: em primeiro lugar, os portugueses que estavam sempre “vigilantes” ante sua condição e direitos garantidos; em segundo lugar os demais vassallos dos Áustria, que estavam empenhados em não receber nenhum tipo de desprestígio ou perda de valor após a entrada do novo reino; e por fim, o círculo régio que tinha como maior preocupação garantir a governabilidade de seus reinos envolvendo esse conjunto de demandas e preocupações (Cardim, 2014: 17-18).

A respeito das discussões sobre o estatuto político que Portugal deveria ter ao ficar sob domínio espanhol, de início Filipe II e seus conselheiros não sabiam se Portugal seria integrado como uma assimilação horizontal (aequer principaliter), ou uma união vertical, normalmente aplicada em situações de conquistas. Essas formas de integrações implicavam em um tratamento diferenciado ao território. Enquanto no primeiro caso os dois reinos são tratados como iguais, preservando os costumes, tradições e direitos, o segundo caso implicava em uma imposição de cima para baixo e supressão da legitimidade enquanto reino autônomo do território conquistado. Importante destacar, no entanto, que nesse segundo caso não havia necessariamente a perda total da dignidade do território enquanto corpo individual, ele continuava a existir, mas sendo classificado de uma maneira inferior em termos hierárquicos (Cardim, 2014: 19-20).

Ao longo de toda a sua análise, Cardim aponta diversas falas de juristas, religiosos e outros tipos de pensadores sobre a condição política de Portugal frente a união com a Espanha. E nessas falas é possível perceber como eles procuravam legitimar, seja historicamente ou religiosamente, a importância de Portugal na península Ibérica como um todo, em uma clara tentativa de valorização do território português, temendo a perda de privilégios e reconhecimentos caso ocorresse alguma diminuição no estatuto político daquele reino.

Alterações no estatuto político dos territórios era algo que podia acontecer mesmo após a união deles, como no caso de Aragão, que em 1590 iniciou uma rebelião separatista, sem obter sucesso, terminou perdendo direitos inicialmente garantidos na incorporação, e também por muito pouco não aconteceu com Portugal, quando em 1637, após a derrota de alguns motins separatistas, o círculo de Olivares discutiu se deveria ocorrer um rebaixamento no estatuto de Portugal, deixando de ser um reino unido à Espanha e se tornando uma mera província (Cardim; Miranda, 2014: 59). Da mesma maneira, guardadas devidas peculiaridades e proporções, essas modificações podem ser observadas dentro da América portuguesa com os processos de reorganização político-territorial, criando capitânicas anexas e capitânicas principais, podendo um tipo se tornar o outro e vice-versa. Vale

destacar, no entanto, que as razões dessas mudanças ocorridas na América portuguesa não foram de um caráter punitivo, mas sim político-administrativo.

Cardim observou como as mudanças na hierarquia dos espaços ocorria em uma escala menor, como nas cidades. Por meio da análise dos lugares ocupados pelos representantes municipais nas reuniões de corte, ele chegou à conclusão de que as cidades consideradas mais importantes tinham lugares mais próximos ao rei, e que ao longo dos anos, mudanças na localização desses lugares ocorreram de acordo com o contexto hierárquico em que se encontrava a cidade no momento da convocação das cortes (Cardim; Miranda, 2014: 61). Joaquim Veríssimo Serrão também chegou à conclusão de que a reconfiguração dos lugares ocupados na reunião das cortes era um elemento explícito da representação da hierarquia espacial em termos municipais no reino de Portugal. Para demonstrar isso ele destacou que durante os conflitos provenientes da Guerra de Restauração, mudanças ocorreram no posicionamento dos representantes dos municípios, tendo destaque a cidade de Angra, que passou a ocupar a segunda fileira de bancos devido aos feitos militares recentes de sua população (Serrão, 1991: 141-142). Um caso muito representativo dessa situação foi quando em 1668 os oficiais da câmara de Salvador escreveram uma carta ao rei D. Pedro II solicitando para ocuparem o primeiro banco das cortes. Alegavam eles:

[...] se deu assento a esta cidade da Bahia no segundo banco e nos achamos obrigados a pedir a Vossa Alteza seja servido fazer-lhe mercê de que tenha seu lugar no primeiro e nos mais actos que se celebrarem pois concorrem nella todas as razoens de merecimento para esta honra que podem pedirse e não serem maiores as da cidade de Goa a quem se concedeo porque este estado do Brazil he da grandeza e importância ao serviço de vossa alteza e esta cidade cabeça delle e lealdade tão nascida de seu amor [...] demais de todas estas razoens e que so persistem todo o merecimento ha a de Vossa Alteza se immortalar Principe do Brazil que parece obriga Vossa Alteza a que o honre com maior lugar que a que pedimos e mais tendo esta cidade do Porto que nas cortes tem o primeiro banco (Marques, 2016: 30).

Essas constatações mostram como a questão da hierarquia espacial possuía uma representatividade para além do espaço circunscrito do território

em análise, ultrapassando barreiras geográficas e alcançando legitimidade por meio do reconhecimento régio. Além disso, é importante chamar atenção para a preocupação que os agentes envolvidos nesses processos de hierarquização possuíam sobre suas condições no espaço a ser ocupado. Assim como o lugar que um símbolo de armas iria ocupar em um brasão era motivo de apreensão entre os diversos reinos que estavam envolvidos, o lugar em que os representantes municipais iriam sentar na reunião das cortes também era motivo de preocupação, demonstrando como de fato as pessoas envolvidas nessas situações estavam alertas quanto a posição hierárquica que estavam representando, dando atenção não apenas aos seus lugares, como também dos outros agentes, podendo-se perceber dessa maneira a existência de espaços concorrenciais de poder.

Reorganização e representação espacial

A partir dessas reflexões feitas até aqui, o estudo de António Manuel Hespanha sobre o espaço político ajuda a esclarecer e dar maior destaque a esse agente histórico tão polêmico que é o território como espaço. Hespanha chega à conclusão de que o território é dotado de uma dignidade de sujeito político, demonstrando como ele é um elemento fundamental nas reflexões históricas, deixando de ser um mero coadjuvante, ou então, em interpretações mais tradicionais, um simples palco onde as ações humanas aconteciam. Por isso, a divisão/representação territorial é vista como mais do que um plano meramente técnico-administrativo, é uma questão política fundamental que está associada à criação de novos poderes e que estava em constantes divergências em sociedades baseadas em uma estrutura tradicional de dominação, aos moldes Weberianos, tal qual a portuguesa do período moderno (Hespanha, 1993: 104-105).

Segundo Ana Cristina Nogueira da Silva a organização espacial do reino português era marcada por 3 características principais: "a irregularidade e desigualdade das circunscrições, em termos de superfície e população"; a "descontinuidade geográfica e pela diversidade de estatutos jurídico-políticos

das unidades territoriais”; e por fim, “pela sobreposição das circunscrições administrativas, fiscais e judiciais referentes aos exercícios dos diversos poderes” (Silva, 1998: 51). Para a autora, esse tipo de organização espacial traduzia uma ausência de um projeto global de divisão do território. O seu foco é apenas no reino, mas ao se analisar os processos de reconfiguração territorial nas capitanias da América portuguesa, é possível perceber um esboço de projeto que vai se desenvolvendo a partir das experiências ocorridas principalmente ao longo da segunda metade do século XVII, e que viria a se consolidar no século XVIII, de uma maior racionalização no quadro espacial a partir do desenvolvimento de centros de influência que viriam a se tornar responsáveis pelas áreas periféricas ao redor deles, constituindo-se dessa forma, um sistema de pluricapitalidades (Chambouleyron, 2016) a partir de uma “política das capitanias anexas”.¹

É importante destacar, no entanto, que apesar de se defender nesse trabalho que existiu um projeto de divisão territorial na América portuguesa que se consolidou no século XVIII pelo sistema de pluricapitalidade, ou policentrismo (Amadori, 2016), não se pretende afirmar que isso foi um plano pré-estabelecido desde o início do processo colonial, ou em meados do século XVII, visando, a Coroa portuguesa, desde o princípio estabelecê-lo. Pode-se dizer que existiram, na verdade, diversos projetos de reconfiguração territorial, nos quais a partir das experiências obtidas por eles, levaria ao desenvolvimento do sistema de pluricapitalidades.

Da mesma forma concluiu Catarina Madeira dos Santos, que afirmou como muitas vezes na historiografia Goa já é vista automaticamente como um centro político de irradiação de influência por toda a Índia portuguesa, e desde princípio foi planejado para que assim o fosse, o que é um erro, pois não leva em consideração toda a complexidade do processo histórico de capitalização daquele território frente aos demais (Santos, 1999: 20). Essa reflexão é importante ao se pensar na construção de hierarquias espaciais dentro do Império Português. Não se pode pensar que a Coroa portuguesa,

¹ José Inaldo Chaves Junior faz uso dessa ideia para tratar dos processos de anexação que ocorreram na América portuguesa ao longo do século XVIII (Chaves, 2016).

desde o início do processo de conquistas do ultramar já tinha desenhado toda uma esquematização hierárquica de seus territórios.

As características destacadas por Ana Cristina Nogueira da Silva demonstram quão complexo era o sistema de organização espacial, como de fato é possível de se perceber esses reflexos nas Capitanias do Norte, como bem analisaram Mozart Menezes (Menezes, 2006: 11-26) e Marcos Fonseca (Fonseca, 2018: 801-819), demonstrando como as divisões jurisdicionais das diversas instituições eram complexas e não obedeciam a uma um recorte espacial devidamente circunscrito e padronizado. Dentre os três principais aspectos destacados pela autora, interessa principalmente para o trabalho aqui desenvolvido a “diversidade de estatutos jurídico-políticos”, pois essa característica é que trata diretamente da questão das hierarquias espaciais de acordo com o conceito trabalhado por Pedro Cardim (Cardim, 2014).

O século XVIII, principalmente na segunda metade, seria marcado por uma ideia voluntarista e de racionalização dos espaços, substituindo uma ideia de constituição natural, que estava atrelada a uma visão orgânica corporativa da sociedade, por uma reformista da ordem social. “A construção de uma nova sociedade passava pela alteração do ordenamento do espaço, que seria tão racional quanto a sociedade idealizada”. Para isso era necessário o equilíbrio entre “a proximidade, a centralidade e a equidistância das capitais administrativas [...]” (Silva, 1998: 67). É possível de se fazer um paralelo de tal contexto na organização hierárquica aplicada na América portuguesa, tendo o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco como essas “capitais administrativas” ao longo de todo o século XVIII.

A questão das hierarquias espaciais estava presente em todos os níveis de divisão administrativa/política. Ana Cristina Nogueira da Silva muito bem percebeu isso em sua análise sobre os processos de união jurisdicional dos concelhos em Portugal. Esse processo foi marcado por muitos debates, isso porque era a oportunidade de alguns concelhos se transformarem em cabeças dos novos julgados, ou o contrário, se tornarem “membros inferiores”, como chamava o provedor de Lamego se referindo às vilas que seriam anexadas. Isso era uma marca da “cultura política onde a representação antropomórfica

dos corpos políticos era estruturante e remetia para uma repartição hierárquica de funções na qual o papel de primazia assumido pela cabeça nunca era esquecido.” (Silva, 1998: 90). Muito interessante é o caso da vila de Meda que ao justificar a impossibilidade de se unir a outras vilas vizinhas, seus camarários simplesmente afirmaram que elas eram todas “inferiores” (Silva, 1998: 90).

Para o entendimento da argumentação utilizada pelos agentes envolvidos nas remodelações jurisdicionais, a autora usa o termo “gramática da reorganização territorial”, que muito bem auxilia na construção da análise argumentativa. Dentre os argumentos mais utilizados para fundamentar as mudanças, a distância foi um dos principais (Silva, 1998: 104). A Coroa procurava por meio da diminuição do espaço e do tempo necessário para se alcançar as comarcas por parte dos moradores, dinamizar o funcionamento da justiça. Esse elemento também foi bastante utilizado na argumentação de agentes régios nas Capitanias do Norte, ainda na primeira metade do século XVIII, que procuravam remodelar as jurisdições daquele espaço, tendo destaque o pedido do governador de Pernambuco, José Felix Machado, para que Itamaracá ficasse completamente sujeita ao seu governo. Em consulta no Conselho Ultramarino em 1712 sobre essa questão, alguns conselheiros se posicionaram favoravelmente ao pedido, alegando que a curta distância de Pernambuco faria com que os problemas judiciais ou políticos fossem resolvidos de maneira mais efetiva.²

Outro argumento utilizado nessa remodelação foi o do declínio da autoridade. Quanto mais distante estivesse o território do centro de poder, no caso em específico analisado pela autora, as sedes judiciais, menor seria a autoridade dos oficiais nesses lugares, fazendo com que todo tipo de problema surgisse sem que pudesse ser devidamente controlado pela ideia da não presença da autoridade naquele espaço (Silva, 1998: 132-133). Assim como a questão da distância também foi um elemento que apareceu nas

² Carta do governador de Pernambuco Felix José Machado expondo que convém que a capitania de Itamaracá seja sujeita àquele governo no político assim como no militar e na Fazenda. Coleção Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 98, p. 115.

propostas de reorganização espacial na América portuguesa, o argumento da presença de uma maior autoridade também foi utilizado. Na mesma consulta analisada no parágrafo anterior é possível identificar esse elemento. Antes é preciso lembrar que naquele ano, 1712, a capitania de Itamaracá estava sujeita em três esferas diferentes a três capitanias. No militar estava sujeita a Pernambuco, no político à Bahia e na justiça à Paraíba. A questão da distância era completamente óbvia, pois Pernambuco de fato era muito mais próximo do que a Bahia. No entanto, com relação a autoridade, os conselheiros não afirmaram que o governador da capitania Duarte possuía maior autoridade do que o governador-geral, mas sim que eles, governadores de Pernambuco, “costumam ser pessoas de maior graduação e autoridade que os capitães-mores da Paraíba, os quais (...) poderão com mais autoridade e eficácia, conter aqueles homens no respeito e obediência devida às leis e ordens de Vossa Majestade (...)” (Oliveira, 2018: 29).

A consulta feita a partir do pedido de José Felix Machado é um interessante exemplo para demonstrar como os argumentos utilizados na remodelação do espaço jurisdicional podiam se modificar de acordo com o lugar que estivesse sendo posto em perspectiva. Quando se tratava de distância, a Bahia era utilizada em comparação a Pernambuco, no entanto quando se falava de autoridade, não mais a sede do governo-geral era utilizada, mas sim a capitania da Paraíba. Distância e autoridade seriam dois elementos dessa “gramática da reorganização territorial” que estavam intimamente interligados e refletiam, seja de uma maneira direta ou indireta, a questão da dignidade territorial que cada capitania possuía.

Uma consulta do Conselho Ultramarino de 1698 é muito significativa para demonstrar a relação entre distância e autoridade. Os camarários de São Paulo escreveram uma carta ao rei solicitando que aquela capitania ficasse sujeita ao governo do Rio de Janeiro, não mais ao da Bahia. Como justificativa para esse pedido, alegaram que a distância entre São Paulo e Bahia era muito grande e que muitos problemas demoravam para ter resposta devido a isso, fazendo com que a comunicação envolvendo resolução de problemas gerais demorasse cerca de um a dois anos, enquanto no Rio de Janeiro eles tinham respostas de seus pleitos em um pouco mais de um mês.

Além disso, eles afirmaram que essa grande distância levava a não obediência de muitas ordens que vinham da Bahia, o que representava a diminuição da autoridade central.³

O parecer do conselho para essa consulta foi negativo. Afirmaram os conselheiros que isso iria diminuir a autoridade do governador-geral, uma vez que sob sua jurisdição estavam muitas outras capitanias que possuíam a mesma distância da de São Paulo. Somado a isso, ainda disseram que capitania do Rio de Janeiro era subordinada à Bahia. Essa resposta é muito elucidativa para poder se comparar duas concepções de autoridade, uma dos camarários de São Paulo, e outra dos conselheiros do Conselho Ultramarino. Na visão dos camarários, a longa distância do principal centro de autoridade, representava a diminuição dela em sua capitania, o que parecia ser um pensamento comum da época como já foi visto. Para os conselheiros, no entanto, se o rei confirmasse essa solicitação, isso implicaria na diminuição da autoridade do governo-geral, pois retiraria de sua jurisdição uma capitania que seria incorporada a outra subordinada. Dessa forma, é possível perceber que a concepção de autoridade poderia variar de acordo com o agente e o espaço envolvido.

Na análise dos argumentos contrários ou a favor das mudanças jurisdicionais das sedes judiciais no território de Portugal, Ana Cristina Nogueira da Silva conseguiu identificar um caso bem simbólico sobre associação da dignidade de uma cidade com a extensão dos poderes do corregedor dela. Em pleno processo de reordenamento, o corregedor e provedor do Porto alegava que por esta cidade ser a segunda mais importante do reino, era "inadmissível que sua comarca fosse a mais diminuta em territórios" (Silva, 1998: 163). Isso demonstra como na visão daquele oficial, quanto mais importante fosse o lugar, maior deveria ser a zona de influência das autoridades sediadas nesse espaço. Dessa mesma maneira pode ser interpretado as frequentes queixas dos governadores-gerais do Estado do

³ CONSULTA do Conselho Ultramarino sobre o que escrevem, em carta de 4 de Março de (1698), os oficiais da Câmara de São Paulo, acerca do prejuízo que tem, em estar aquela capitania sujeita ao governo da Bahia, que lhe fica muito distante, e da grande conveniência que por este motivo tinham em ficar subordinada ao governo do Rio de Janeiro. AHU-SP (Alfredo Mendes Gouveia), Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 50.

Brasil, que alegavam ter sua autoridade diminuída pela influência crescente dos governadores de Pernambuco e do Rio de Janeiro, pois na visão desses governantes, como autoridades máximas daquele lugar, sediados na “cabeça do estado”, o seu poder deveria ser estendido por todo o território, não aceitando poderes concorrentes. Ou seja, a hierarquia espacial deveria refletir diretamente no poder dos agentes, mostrando dessa maneira, mais uma vez, como a questão das hierarquias dos espaços implicava diretamente nas configurações dos poderes políticos, judiciais e econômicos.

Ao analisar o conjunto dos argumentos utilizados, seja pelos camarários, ou outros agentes régios, a autora chegou a seguinte reflexão:

De facto, quer as lógicas das compensações territoriais quer a do reconhecimento do prestígio relativos das respectivas capitais pressupunham a preservação dos (des)equilíbrios existentes. Esses desequilíbrios eram, por sua vez, o espelho de uma ordem territorial que hierarquizava entre si as cidades, as vilas e os respectivos magistrados, mas também os donatários que passariam a apresenta-los em algumas destas comarcas (Silva, 1998: 165).

Essa afirmação resume muito bem a complexidade das hierarquias espaciais e como elas estavam presentes em diversos campos, influenciando no dia a dia das pessoas, sendo essa ordem territorial apenas mais um reflexo de toda uma lógica hierarquizadora de uma sociedade de Antigo Regime, que mesmo em fins do século XVIII, com todo um movimento de racionalização das ações governativas, continuava muito forte.

Por fim, outro elemento que faria parte dessa “gramática da reorganização territorial” seria o da centralidade. Em meio a discussão da reformulação espacial das comarcas portuguesas, o argumento da centralidade como elemento racional da reconfiguração territorial foi recorrente, no entanto, essa centralidade não necessariamente possuía o sentido geométrico que implicava em medidas de distâncias de Norte a Sul e Leste a Oeste, mas sim simbólico no conjunto de outros aspectos, o que demonstrava mais um elemento hierarquizador daquela sociedade de Antigo Regime. Como será visto, essa centralidade poderia ser identificada por meio de representações corporais. Muito significativa é a fala de João Bapstista de Castro ao descrever Lisboa como o coração de Portugal:

Lisboa, como corte do Reino Português, é o coração da sua monarquia, não tanto pela vantagem do felicíssimo sítio, em que está, quanto pela grande capacidade e conveniência do comércio, que tem; onde à maneira do coração dos corpos viventes, que é o principal fundamento que vivifica todos os seus membros, assim Lisboa, com uma fácil, e contínua distribuição comunica e reparte a substância vital dos cabedais a todas as partes mais remotas de suas comarcas; ou já pelas veias dos portos, e trajectos dos rios, ou pela das vidas das estradas, por meio das quais recebe também com recíproca afluência a fertilidade e regalo dos frutos, que todas as terras deste continente estão lhe tributando, como a princesa (Silva, 1998: 199).

Lisboa é referida não apenas como coração, mas também como princesa da monarquia portuguesa, dentre os fatores que levaram essa cidade a tais categorias, segundo o autor, o grande destaque seria a capacidade comercial dela que reflete em sua grande riqueza e com isso conseguia “vivificar” todos os seus “membros”, demonstrando dessa forma que a centralidade daquele lugar refletia na sua capacidade de distribuir e repartir a “substância vital dos cabedais” para os demais territórios, extrapolando sua influência para além dos limites geográficos da cidade. Para além de demonstrar mais um elemento que justificaria uma maior importância a determinados espaços, chama atenção a associação de Lisboa ao coração da monarquia. A percepção do espaço, assim como daquela sociedade de uma forma geral, estava dotado de uma noção corporativa, associando o corpo humano à organização estruturante espacial e social. No entanto, esse caso é interessante de uma forma singular, pois normalmente a parte do corpo que está associada ao mais alto nível hierárquico é a cabeça, aqui no entanto, coloca Lisboa como o coração.

A referência ao coração também foi utilizada na América portuguesa, mais especificamente, na Bahia, quando Frei Vicente Salvador, em 1627, afirmou que Tomé de Sousa tinha como objetivo “erguer uma cidade que fosse como coração no meio do corpo, donde todas [as capitanias] se socorressem e fossem governadas” (Marques, 2016: 17). Apesar dessa associação, seria como cabeça que melhor ficaria conhecida essa cidade, principalmente ao longo do século XVII, como bem escreveu o padre Eusébio de Mattos, em 1672, em um sermão: “se esta preciosa coroa honrava magestosamente esse dilatado corpo de todo o estado do Brasil, com tudo

mais particularmente estava assentada a coroa nesta Cidade da Bahia, illustre cabeça de todo esse dilatado corpo.” A partir dessas associações fica bastante claro como a visão do espaço como um corpo político era partilhada por diversos agentes. “Tais imagens são usuais, e a linguagem política desse período testemunha amplamente a influência da metáfora corporal” (Feitler; Souza, 2016: 136-137).

Sobre essa concepção é muito relevante também a fala de Antônio Rodrigues da Costa, conselheiro do Conselho Ultramarino, ao analisar a situação em que se encontrava a capitania de Pernambuco após os levantes do início do século XVIII, que segundo ele, o rei deveria ter cuidado para conservar “esta parte tão nobre do corpo da monarquia” (Lisboa, 2017: 64). Lisboa, Salvador e Pernambuco, três espaços distintos que, no entanto, possuem em comum o fato de fazerem parte desse corpo político, possuindo cada uma delas uma valoração que as distingue hierarquicamente em relação aos demais lugares.

Seja no reino, seja no ultramar, a metáfora corporal estava presente. O curioso é que dentro desse corpo poderia existir mais de uma cabeça, ou coração, dependendo do autor, tendo em vista que tanto a Bahia, quanto Lisboa são reconhecidas como a mesma parte desse corpo, o que gera uma importante reflexão sobre o policentrismo como marca da gestão governativa da Coroa portuguesa, o que poderia ser comparado, nas palavras de Pablo Ortiz Gutierrez, a uma “hidra com várias cabeças” (Gutiérrez, [s.d]: 4). Certamente, em termos simbólicos, Lisboa era considerada mais importante do que a Bahia, no entanto, essa diferenciação de valores não impediu que ambas exercessem uma função de centralidade frente aos demais espaços. Centralidade essa, importante destacar, que não era absoluta, pois existiam ainda outros centros de poderes concorrentes que davam dinâmica à gestão governativa.

Referências bibliográficas

AMADORI, Arrigo. Los territorios americanos y su integración en el mundo hispánico: itinerarios historiográficos entre el paradigma colonial y la monarquía policéntrica. In: Portal Interuniversitario de Historia Política, 2016. Disponível em: <http://www.historiapolitica.com/dossiers/los-territorios-americanos-y-su-integracion-en-el-mundo-hispanico-itinerarios-historiograficos-entre-el-paradigma-colonial-y-la-monarquia-policentrica/> Acesso em: 22 de maio de 2019.

CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal. Valladolid: Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014.

CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Coleção O Brasil Colonial: 1580-1720*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Prefácio. In: LISBOA, Breno Almeida; MIRANDA, Bruno; SOUZA, George; SILVA, Hernique. (org.) *Essa parte tão nobre do corpo da monarquia: poderes, negócios e sociabilidade em Pernambuco colonial*. Século XVI –XVIII. Recife: Editora UFPE, 2016.

CHAVES JR, José Inaldo. *As duras cadeias de hum governo subordinado: poder e sociedade na Paraíba colonial*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. Uma metrópole no ultramar português. A igreja de São Salvador da Bahia de todos os santos. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia*. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX). Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA ,2016.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. Anexas ou capitánias-gerais? Propostas de modificações espaço-jurisdicionais nas Capitánias do Norte (primeira metade do século XVIII). In: XIII Semana de História Política. 2018. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: 2018.

GUTIÉRREZ, Pablo Andrés Ortiz. El estado en Sspaña colonial: De monarquías compuestas a policentricas. In: Seminario teórico sobre el Estado Colonial – Heraclio Bonilla Mayta, Universidad Nacional de Colombia. [s.d.].

HESPANHA, António Manuel. “*El Espacio político*”. *La gracia del Derecho*. Economía de la cultura en la Edad Moderna. Madrid. Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

KANTOR, Íris. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América portuguesa (1720). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Temas setecentistas: governos e*

populações no Império português. Curitiba: UFPR-SCHLA/Fundação Araucária, 2009.

LISBOA, Breno Almeida Vaz. *Uma das principais dos domínios de Vossa Majestade: Poder e Administração na capitania de Pernambuco durante o reinado de D.João V. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2017.*

MARQUES, Guida. "Por ser cabeça do Estado do Brasil". As representações da cidade da Bahia no século XVII. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo Ribeiro da (orgs.). *Salvador da Bahia. Retratos duma cidade atlântica (século XVII-XIX)*. Lisboa/Salvador: Cham/EDUFBA, 2016.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas Capitanias do Norte. *Saeculum* (UFPB), v. 14, 2006.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das Capitanias do Norte: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)*. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia: Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Volume V: A Restauração e a monarquia absoluta*. Lisboa: Verbo, 1991.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, António Manuel. O quadro espacial. In: MATOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Portugal: Editorial Estampa, 1998, vol. 4.

_____. *O modelo espacial do Estado Moderno: reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Conjuntos Urbanos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: reflexões a partir de uma escrita do patrimônio no Piauí

 Daniel Barreto Lopes*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo propor reflexões acerca de uma escrita patrimonial que subsidiou processos de patrimonialização dos Conjuntos Urbanos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca o estado do Piauí entre 2006 a 2013. Tais cidades fazem parte da constituição de uma rede de patrimônio cultural no Piauí por meio de uma atribuição de valor cultural da interiorização e urbanização do território, circunscrito ao processo de conquista e colonização dos sertões do Nordeste pela implantação das fazendas de gado a partir do século XVII. Pretendo aqui discutir, sobretudo, as referências históricas como escrita do patrimônio inerente às cidades-patrimônio do Piauí, identificando como os usos do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

Palavras-Chave: Urbanização, Patrimônio, História.

Complejos Urbanos Históricos y Paisajísticos de Parnaíba, Oeiras y Piracuruca: reflexiones de una escritura de patrimonio en Piauí

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo proponer reflexiones sobre una escritura patrimonial que subsidió los procesos de patrimonialización de los conjuntos urbanos históricos y paisajísticos de Parnaíba, Oeiras y Piracuruca, estado de Piauí entre 2006 y 2013. Dichas ciudades forman parte de la constitución de una red de patrimonio cultural. en Piauí a través de una atribución de valor cultural a la interiorización y urbanización del territorio, limitado al proceso de conquista y colonización del interior del noreste a través de la implantación de granjas ganaderas del siglo XVII. Pretendo aquí discutir, sobre todo, los usos del pasado como escritura del patrimonio inherente a las ciudades patrimoniales de Piauí, identificando cómo los usos del pasado fueron tratados en forma de patrimonio por el Instituto Nacional de Patrimonio Histórico y Artístico - IPHAN.

Palabras clave: Urbanización, Patrimonio, Historia.

* Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural-PEP/MP/IPHAN. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC. E-mail: danielblopes18@gmail.com



Patrimônio e Escrita

As narrativas construídas em torno dos processos de patrimonialização são fortemente marcadas pela emergência epistemológica iluminista conferente ao “progresso das artes e das ciências do Homem”, oriundo da instrumentalização dos vestígios do passado pelos Estados Nacionais. Esse passado é utilizado como matéria-prima dos discursos em prol de uma memória nacional, sendo estetizado, nacionalizado e visibilizado em espaços públicos e privados.

É significativa a discussão acerca das políticas de patrimônio, em constante expansão e inseridas em determinadas ordens de mediações acerca do futuro do passado na contemporaneidade. O conceito de patrimônio como herança do passado, atravessado pela experiência contemporânea do presente, se estende tanto em direção ao futuro quanto ao passado:

Em direção ao futuro: pelos dispositivos da precaução e da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível, pelo apelo à noção de patrimônio e a de dívida, que reúne e dá sentido ao conjunto. Em direção ao passado: pela mobilização de dispositivos análogos (Hartog, 2003: 258).

A ação no presente que o patrimônio carrega pode ser visto como tentativas cada vez mais pungentes de superar os transtornos e medos causados pela intensa sensação de “aceleração” e perda de identidade num mundo cada vez mais globalizado.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN foi formalmente criado em 1937, quando da reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública no contexto do Governo de Getúlio Vargas, poucos meses antes do início do Estado Novo. Ainda em 1937 foi publicado o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro, que instituiu o instrumento jurídico do “tombamento”, organizado a partir da instituição de quatro “Livros do Tombo”. Os bens considerados de interesse para o país deveriam ser inscritos nos Livros do Tombo, ficando então “tombados” bens culturais selecionados como patrimônio nacional e devendo ser preservados em nome de um interesse coletivo.

O tombamento foi estruturado sob a lógica da seleção e atribuição de valor aos bens culturais, o que permite manter-se atual até os dias de hoje, mesmo com a ampliação dos conceitos e a incorporação de novas categorias ao rol do patrimônio protegido.

A partir de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais, ainda em 1936 haviam sido iniciados os trabalhos de pesquisa e documentação dos bens considerados de interesse nacional.

Centrado em operações de preservação preocupadas no resgate de documentos históricos representativos de manifestações culturais que remetem às origens da nação (período colonial brasileiro), o IPHAN inscreveu nos Livros do Tombo um expressivo número de bens culturais como conjuntos urbanísticos e arquitetônicos, igrejas católicas, casas de câmara e cadeia, sobrados, casario de antigas fazendas de engenho e de café, antigas fortificações, obras de arte com destaque para peças sacras, entre outros bens culturais.

A busca de uma identidade nacional no período colonial expõe alguns princípios historiográficos que nortearam e continuam norteando trabalhos de classificação e preservação do patrimônio cultural, lançados à tarefa de resgate do passado.

A maneira como se lê e interpreta os valores culturais do patrimônio pautados na prática autorizada do IPHAN nem sempre encontram correspondência social. Como exemplo, a crítica contundente da arquiteta e urbanista Lia Motta:

As primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído. Esta abordagem resultou numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados (Motta, 1987: 108).

Ao apontar a preservação e conservação do patrimônio urbano de Ouro Preto centrada essencialmente no valor arquitetônico consagrada no cânone belo-artístico, a crítica acima reverbera-se nas intervenções pontuais baseados em valores “reificados” que não levavam em consideração uma abordagem histórica que dialogasse com a diversidade de valores existentes na cidade.

Mesmo que cidades patrimonializadas fossem vistas e conservadas como “obras de arte”, não deixavam de expressar valor de “documento histórico”, considerados testemunhos da formação do povo brasileiro e de sua evolução sociocultural

É conhecido que nos primeiros tombamentos a visão que se tinha era da cidade como “monumento artístico”, e que, por esse motivo, eram justificados alguns critérios de preservação, como mostra abaixo a arquiteta Márcia Sant’Anna:

Faziam jus a essa inscrição as áreas que apresentassem as seguintes características: homogeneidade do conjunto, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e principalmente, XVIII; integridade do conjunto, isto é, poucas alterações nos elementos arquitetônicos das edificações ou no sistema construtivo; e traçado urbanístico mais ou menos espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante na América portuguesa durante o período colonial (Sant’Anna, 2014: 177).

Apesar do Iphan concentrar sua ação nos valores arquitetônicos mais relevante esteticamente, a seleção de Conjuntos Urbanos ao longo do tempo perpassa diversas narrativas, trazendo-nos modos de ler as cidades pela miríade de valores que os constituem, tornando leituras de conjuntos urbanos para além da concepção estética.

Quanto aos valores atribuídos, houve uma ampliação de valores, notadamente aos conjuntos urbanos relacionado ao valor de testemunhos históricos da ocupação do território, da evolução das cidades e de sua paisagem.

Da releitura de conjuntos urbanos como documentos históricos, abriu-se caminho para novos caminhos do patrimônio, tornando possível pensar a

cidade de uma maneira integrada ao tecido urbano passível de transformações.

Nesse contexto, é delimitado a conjuntos urbanos um lugar no mapa do patrimônio nacional configurado pelo IPHAN. Foram construídas ações de preservação no território piauiense identificadas numa perspectiva de rede de conjuntos urbanos e seus respectivos bens culturais (sítios arqueológicos, bens arquitetônicos, museus, arquivos e o patrimônio imaterial registrado).

Conjuntos Urbanos como Patrimônio

O Iphan começou a atuar no território piauiense por meio do trabalho pioneiro do arquiteto Paulo Thedim Barreto, que identificou no território do sertão piauiense elementos e referências culturais acerca dos saberes sertanejos na construção das casas rurais piauienses. No artigo publicado na Revista do Patrimônio nº 2 de 1938, intitulado "O Piauí e sua Arquitetura", Barreto resalta os troncos de carnaúba na construção de casas afeitas ao clima semiárido do sertão piauiense.



Casa de Fazenda Canela, Oeiras-PI. Foto de Murilo Cunha, 2012.

A referência cultural dos usos da Carnaúba presente nas práticas de construção habitacional nas casas populares sertanejas é um dos significativos elementos culturais identificados, que resultou em pesquisas sobre o desenvolvimento material e a formação urbana nos sertões piauienses.

Foram tombados três conjuntos urbanos no Piauí (Parnaíba, Oeiras e Piracuruca) ligados ao processo de ocupação do território a partir dos “caminhos do gado” no sertão piauiense. Esses bens foram reconhecidos como testemunhos da ocupação do interior do Brasil durante o período colonial, a partir de uma proposta de se trabalhar com conjuntos urbanos “em Redes”, compreendê-los de forma relacionada com o espaço onde estão inseridos e com outros bens que complementam seu significado e ampliem seu valor.

Operacionalizando uma narrativa historiográfica pautada por macroprocessos econômicos, pela contextualização histórica de conjuntos urbanos testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, o IPHAN identificou de sítios paleontológicos, sítios arqueológicos, caminhos históricos, fazendas de gado, arquiteturas vernaculares, cidades históricas, comunidades quilombolas e antigas ocupações indígenas de relevância cultural.

A identificação de bens culturais no território piauiense foi possibilitada pela instrumentalização de uma escrita da história somada ao amplo recorte temático da expansão da atividade agropecuária nos sertões do Nordeste, privilegiando uma narrativa contínua e evolutiva que reúne traços culturais regionais sob um projeto de construção de um patrimônio nacional.

A proposta de criação de uma “rede” de cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o Século XVIII trata de uma representação historiográfica de um capítulo que se insere no mapa histórico e geográfico do patrimônio nacional.

Analisando imagens fotográficas do acervo do IPHAN¹ referentes às cidades piauienses estudadas aqui, o valor histórico é pautado no processo evolutivo das cidades, sobretudo como documento para a história urbana do país pelo papel desempenhado em função de sua localização no processo de expansão das fronteiras urbanas.



Porto das Barcas, Parnaíba-PI. Foto de Margareth Leite, 2006.

¹ As imagens encontram-se disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/>



Casa Eclética, Parnaíba-PI. Foto de Margareth Leite, 2006.



Cineteatro, Oeiras-PI. Foto de José Paulo Lacerda, 2012.



Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, Oeiras-PI. Foto de Cristiano Mascaro, 2012.



Piracuruca-PI. Foto: Acervo Iphan.



Casario urbano, Piracuruca-PI. Foto de Margareth Leite, 2012.



Estação Ferroviária, Parnaíba-PI. Foto de Margareth Leite, 2006.

Analisando as imagens destacadas acima, podemos visualizar que as cidades fazem parte de um mosaico cultural, sendo que as cidades se conectam culturalmente pelo patrimônio urbano edificado. Seus espaços de tombamento são definidos de acordo com as características arquitetônicas e urbanísticas, tendo como padrão a praça central, ou a chamada praça da catedral matriz.

A natureza portuária de Parnaíba com saída costeira do município lhe propiciou a adoção de modelos arquitetônicos do litoral, acolheu a arquitetura ferroviária do início do século XX e uma linguagem ornamental de inspiração eclética: inglesa de chalés, bangalôs e casas de porão. A estrutura urbana identificada em Oeiras é caracterizada pela sucessão de quadras criadas a partir do núcleo original, a Praça Nossa Sra. das Vitórias, e por ruas estreitas. Oeiras ainda guardou um patrimônio histórico com seus casarões coloniais monumentos dos séculos XVIII e XIX. A área de tombamento de Piracuruca compreende o centro da cidade, onde se destacam remanescentes urbanos e

arquitetônicos desde o início da ocupação de seu território até por volta da década de 1960.²

As ruas das cidades são também lugares de manifestações e celebrações culturais que permanecem vivas no seio da comunidade de Oeiras, como a Procissão dos Passos, a Procissão do Fogaréu, o Congo de Oeiras.

Parnaíba, Oeiras e Piracuruca

O processo de patrimonialização de conjuntos urbanos concernentes às cidades de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca (iniciados entre 2006 a 2012 e realizados em conjunto por técnicos da 19^o Superintendência Regional/IPHAN-PI e do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM) destaca a temática histórica da urbanização do interior do Brasil a partir do processo de conquista e colonização dos sertões do Nordeste pelas implantações das fazendas de criação de gado.

A questão a se pensar no tombamento de conjuntos urbanos no Piauí por macroprocessos históricos e econômicos nos mostra aqui uma direção institucional em estabelecer uma narrativa sistêmica e coesa:

[...] a metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que até hoje guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da formação do Brasil colonial e imperial, cuja gênese não se desvincula dos capítulos congêneres e coevos da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão, só para citar quatro exemplos de estados e regiões vizinhas do Piauí que já foram estudados e contemplados com atos de tombamento federal (Andrès, 2017: 231).

Pela análise acima referente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba³, aponta-se alguns elementos importantes que identificam uma rede

² Informações coletadas diretamente do portal do IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

³ Processo nº 1554-T-2008, referente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, instruído entre novembro de 2006 e abril de 2008, foi o primeiro de uma série de estudos que visa integrar a criação do sistema de "Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil durante o Século XVIII", trabalho que embasou a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. O principal documento que embasou as propostas de tombamentos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca foi o Dossiê de Tombamento, elaborado entre os meses de outubro de 2006 e

de urbanização que ligam o Piauí aos demais estados. Parnaíba está como diretamente ligada ao Rio que lhe empresta o nome, por onde foram chegando os primeiros sesmeiros criadores de gado vindos dos sertões, instalando currais e fazendas.

Nessa área geográfica encontram-se as cidades constituintes do atual território piauiense, apontando assim toda uma organização sociocultural, associada à cultura material e imaterial de ressonância camponesa lusitana.

Os valores culturais identificados em Parnaíba, consubstanciado pela dimensão historiográfica de seu processo de escrita patrimonial, tem como objetivo servir de modelo para identificação de outras cidades que dialoguem com a mesma argumentação histórica utilizada. O tombamento de Oeiras (processo nº 1602-T-18. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras) segue esse parâmetro.

Tido como centro estratégico de controle territorial, a antiga vila da Mocha passa à condição de cidade sob o nome de Oeiras em 1759. Sendo então a capital administrativa da capitania do Piauí, Oeiras é visto como um importante centro articulador de uma ampla rede de caminhos antigos e povoações em ribeiras.

Assim, Oeiras é representado como conjunto urbano fortemente alinhado com o patrimônio nacional tendo em vista sua função histórica de núcleo urbanizador do território dos sertões.

O processo de mudança de capital no Piauí, de Oeiras para Teresina, em 1852, é tido como um dos marcos representativos das transformações urbanísticas ocorridas no Brasil. Esse é um dos pontos importantes do processo de tombamento, na qual Oeiras se integra ao entendimento de rede de cidades ligados ao ideário de cidade planejada:

Oeiras em 1762, Teresina em 1852, Brasília em 1960: edificadas sob regimes políticos, preceitos e escalas díspares, mas que guardam em comum o esforço de ocupação do

março de 2008 por técnicos da 19ª Superintendência Regional/IPHAM-PI e técnicos do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM, e que reconheceu como de interesse para a preservação as cidades de Teresina, Amarante, Campo Maior, Pedro II, Piracuruca, Oeiras e Parnaíba, as três últimas destacadas no presente trabalho.

interior do país e de espelhar, como capitais, o projeto político-ideológico vigente, cada uma, ao seu tempo, modernas e promessas de desenvolvimento, utopias que o tempo se encarregou de desconstruir (Iphan, 2009: 21)

De antigo centro urbano, Oeiras se insere na linha histórica evolutiva das cidades brasileiras oriundas de um projeto colonial de interiorização, que se liga aos projetos de interiorização da capital da então agora República, que culmina com a construção de Brasília no centro-oeste brasileiro, que passou a ser a capital federal em 1960.

Piracuruca também é apresentada como parte de uma rede de conjuntos urbanos, que se materializou na expansão da colonização do território a partir do litoral, associada à interiorização da criação do gado baiano e pernambucano, fundado às margens da bacia do rio Parnaíba.

O discurso da modernização e industrialização pela via ferroviária é analisado como forma de integração econômica das cidades do Piauí, uma vez que o encurtamento das distâncias entre a rede de cidades é um fator de crescimento e progresso:

A inauguração da Estação Ferroviária de Piracuruca e do trecho que a ligava à cidade a Parnaíba, com aproximadamente 148 km de extensão. Posteriormente, com a construção de uma ponte metálica, ligou-se também a Piripiri e avançou em direção ao sul do Estado, chegando a Teresina em 1966 (Iphan, 2008a: 33).

Os valores históricos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca são sintetizados assim pela visão de conjunto urbano que comporta diversas temporalidades, destacando a presença de vários planos urbanísticos que foram se projetando ao longo do tempo a partir da modernização econômica nos sertões.

Atribuição de Valor Histórico aos Conjuntos Urbanos Tombados no Piauí

Um olhar sobre o recorte temporal e espacial utilizado pela Rede de Patrimônio nos remete de imediato a proposta historiográfica do enquadramento de ritmos temporais: uma “longa duração” que remete a relação homem/meio ambiente; uma “média duração” que remete as

mudanças econômicas do capitalismo; e uma “curta duração” que remete aos eventos políticos cotidianos, conforme vemos abaixo na estruturação histórica montada pela arquiteta Anna Finger, que trabalhou diretamente nos processos de tombamentos analisados aqui:

A arqueologia visa compreender e estudar os primórdios dessa ocupação (com um trabalho já consistente relacionado a sítios como a Serra da Capivara, Pedro II e Pedra do Castelo, onde as pesquisas realizadas mudaram as teorias sobre a permanência do homem nas Américas), a cultura indígena (relacionadas às formas de construir que deixaram marcas na arquitetura piauiense, e também aos hábitos alimentares, hoje reconhecidos através da identificação dos sistemas ligados ao caju, iniciado pela cajuína), o contato com os colonizadores a partir do século XVIII, com a expansão do gado para o interior, uma política oficial de colonização desenvolvida pela Coroa Portuguesa (onde se situam os bens analisados neste momento) e a trajetória do Estado até os dias atuais (o comércio da carnaúba, a mudança da capital, entre outros) (Finger, 2010: 71).

A contextualização do território se dá pela linha histórica contínua que situa: arqueologia e os primórdios da ocupação humana; a cultura material formada pela hibridização cultural entre europeus, indígenas e africanos; atividades econômicas empreendidas no território pela intervenção humana; a formação de tradições culturais, celebrações religiosas, produtos artesanais, culinária; a paisagem do meio natural e cultural; e eventos que marcaram a política oficial da coroa portuguesa.

A utilização dessa escrita é esboçada no sentido de inserir os bens culturais do Piauí num projeto de construção de um patrimônio nacional:

[...] cabe aos interesses nacionais voltar a atenção para o Estado do Piauí, buscando o reconhecimento dos valores expressos em raízes locais e regionais que são integrantes e elucidativos de outras facetas de uma identidade brasileira, promovendo, ainda, uma revisão da historiografia nacional, pouco descritiva a respeito daquele mosaico do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico (Iphan, 2008b: 12).

A amplitude dessa escrita dialoga com a proposta de integração patrimonial experimentada e executada pela Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

Vemos assim que a atribuição de valor de documento histórico utilizada pelo Iphan tem um diálogo bem próximo com as concepções historiográficas

ao longo do século XX e que perpassou a produção de história no Brasil, como aponta a nota abaixo:

[...] a valorização que foi feita dos processos históricos, como os da estrutura econômica – os famosos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, café, etc, por exemplo, abordados pelo IPHAN com o tombamento de diversos bens –, deve ser vista como fugindo de uma visão de história mais tradicional, voltada apenas para a crônica das questões políticas, diplomáticas e militares (Castro 2009: 4).

Indo desde a adoção de uma historiografia mais “tradicional” pautada em datas, fatos e heróis pátrios até a adoção de análises das estruturas econômicas da sociedade, a noção de documento histórico vem sendo utilizada pelo IPHAN.

Para uma análise comparativa, os estudos realizados pelo arquiteto Clovis Ramiro Jucá Neto sobre o processo histórico de implantação de normativas urbanísticas das vilas cearenses de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati apontam para os fatores importantes à implantação do traçado urbanístico:

Diante do pouco investimento tecnológico e de capital [devido à baixa capacidade de acumulação de economia da atividade pecuarista colonial se comparado com o litoral açucareiro, com a zona de mineração e o sul da Colônia. Além disso, a maior parte dos lucros da atividade pecuarista da capitania cearense era transferida para a Capitania de Pernambuco, a qual o Ceará ficou anexo até 1799], as vilas do Ceará apresentaram uma forma atípica ao idealizado no século XVIII para os demais núcleos criados no período em território brasileiro. Mesmo com as cartas régias apontando para o planejamento da vila em sua estrutura global, associando-o ao ideal de beleza setecentista – ou seja, a centralidade da praça, a regularidade dos traçados, a valorização do papel das fachadas e a adoção de modelos arquitetônicos uniformes – as condições locais transgrediram o ideal propagado pela Coroa, por um movimento de reação àquilo que ainda não lhe era próprio (Jucá Neto, 2014: 377-378).

Os condicionantes físicos do lugar (sertão semiárido) materializaram uma estrutura urbana própria, que se distancia das objetivações reguladoras e homogêneas, reconhecendo-se assim a presença de vários planos urbanísticos que foram se projetando ao longo do tempo.

Vemos assim como a escrita da história se articula com os diferentes modos de visualização e narrativas do passado. A título de esquematização destaco dois marcos históricos em relação a patrimonialização de conjuntos urbanos:

- Atribuição de valor histórico do processo civilizatório brasileiro que elencava o desenvolvimento da civilização material no Brasil; visão de conjunto arquitetônico e urbanística de forma homogênea, ou seja, por terem ficado à margem de processos de crescimento e adensamento urbano;
- Compreensão da história da urbanização e interiorização do Brasil pela interação entre ambiente urbano e território; ênfase nas diversas transformações do traçado urbano original e as diversas temporalidades arquitetônicas congruentes na paisagem urbana histórica;

Vemos assim como a identificação da instrumentalização da pesquisa histórica elaborada sobretudo por técnicos do IPHAN, em sua maioria por arquitetos e urbanistas, nos ajuda a visualizar formas de leituras articuladas e integradas em nível territorial, cuja preservação de conjuntos urbanos no estado no Piauí acaba por sacralizar e confirmar a opção por ciclos econômicos como escrita do patrimônio.

Considerações Finais

Tendo em vista o que foi discutido, a patrimonialização de conjuntos urbanos abre discussões para se pensar a cidade em seus múltiplos olhares, representações e subjetividades. As cidades, e seus respectivos conjuntos urbanos, possuem grande poder expressivo, que congrega em si uma vasta rede de intercomunicações culturais. Uma das principais características dos espaços urbanos é o seu poder de síntese dialógica.

A pesquisa histórica tem sido requisitada como metodologia de investigação e produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural de conjuntos urbanos. O campo da escrita do patrimônio analisada aqui trabalha

com diversas perspectivas, estabelecendo diálogos com as referências históricas locais.

A compreensão de que as cidades históricas do Piauí estão conectadas em rede é uma chave de leitura para compreendermos formas de escrita patrimonial, e pensar nas diferentes maneiras sob as quais esses restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio cultural.

A proposição do estudo é lançar discussões futuras sobre o modo de operacionalizações do passado nas práticas de patrimonialização de conjuntos urbanos pelo IPHAN, e de como esta instituição lida com o desafio de considerar os vestígios do passado como um valor cultural para a nossa existência no presente se projetando para o futuro.

O que o presente modelado pelo passado nos pode lançar luz para a nossa vida enquanto ser social? Creio que enquanto participantes do processo de atuação e transformação dos lugares de memórias, devemos refletir sobre o passado não como algo externo à nossa temporalidade do presente, mas enquanto presente em nossas interações sociais, porque o passado só existe na medida em que há elementos no presente que nos permitem conhecê-lo e imaginá-lo e é com esse passado, no presente, que nós dialogamos.

A escrita do patrimônio subsidia diretamente a forma como esse passado será visibilizado, daí a importância de trabalhos que analisem as formas de escritas e utilização de estudos históricos no campo do patrimônio, alimentando assim dimensões problematizadoras e avaliadoras das práticas de patrimonialização.

Referências Bibliográficas

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (parecer: 1555-T-2008). In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). *Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos*. Brasília: IPHAN, 2011. v. 1.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Parecer 06/09/Proteção/DEPAM, 21 de julho de 2009, *processo de tombamento nº 1577-T-09*. Arquivo DEPAM.

FINGER, Anna. O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba como uma das Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil Durante o Século XVIII. Patrimônio: *Práticas e Reflexões*. Rio de Janeiro: IPHAN, v.4, p. 69-84, 2010.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IPHAN. Processo nº 1602-T-10. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2009.

_____. Processo nº 1562-T-08 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2008a.

_____. Processo nº 1554-T-08 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2008b.

_____. Ata da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 27 de novembro de 2008. [Nova numeração].

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Heranças Medievais Portuguesas no Traçado das Vilas de N. As. Da Expectação do Icó e de S. Cruz do Aracati. In.: *Cultura, Políticas e Identidades: Ceará em perspectiva*. Organização Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Moraes da Silva. Fortaleza: Iphan, 2014.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 108-122.

REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Brasília: IPHAN, 2011. v. 1.

SANT'ANNA, Marcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade Documento - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Oiti Editora, 2014.

A utilização do jogo de tabuleiro e seus reflexos no processo de ensino-aprendizagem do licenciando em História em sua formação docente

 Marcus Pierre de Carvalho Baptista*

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a utilização do jogo de tabuleiro no Ensino Superior e a percepção dos discentes sobre sua utilização, para a discussão do conteúdo das disciplinas, bem como na sua formação enquanto docentes. O problema que norteou a pesquisa foi o seguinte: De que forma o jogo de tabuleiro poderia ser utilizado como material didático no Ensino Superior, considerando a formação docente dos discentes em História? Os principais referenciais teóricos utilizados foram Libâneo (2006), Bittencourt (2008), Fonseca (2013) e Giacomoni (2013). Como metodologia empregou-se a pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários. Concluiu-se que os discentes do Curso de História da Instituição de Ensino Superior investigada corroboram com a utilização do jogo de tabuleiro enquanto relevante para sua formação docente.

Palavras-chave: Ensino de História, Jogo de Tabuleiro, Formação de Professores.

The use of the board game and its reflexes in the teaching-learning process of the undergraduate student in History in their teacher formation

Abstract: This article aims to reflect on the use of the board game in Higher Education and the perception of students about its use, for the discussion of the content of the subjects, as well as in their formation as teachers. The problem that guided the research was the following: How could the board game be used as teaching material in Higher Education, considering the teacher formation of students in History? The main theoretical references used were Libâneo (2006), Bittencourt (2008), Fonseca (2013) and Giacomoni (2013). As a methodology, bibliographic research and questionnaires were used. It was concluded that the students of the History Course of the Higher Education Institution investigated corroborate the use of the board game as relevant to their teacher formation.

Keywords: History teaching, Board game, Teacher Formation.

* Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2019). Atualmente é professor substituto do curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Maranhão no Centro de Estudos Superiores de Caxias (CESC/UEMA). E-mail: marcus_pierre@hotmail.com



Considerações Iniciais

De que forma a utilização do jogo de tabuleiro pode fomentar o processo de ensino-aprendizagem? Como o professor pode se apropriar de recursos didáticos lúdicos em sua prática docente? De que maneira o docente pode estimular os discentes a desempenharem um papel ativo no processo de ensino-aprendizagem não sendo apenas meros receptáculos de informações. Como o professor pode ser responsável por orientar e organizar momentos de aprendizagem através do protagonismo dos alunos? (Libâneo, 2006).

As respostas para estas questões dependem do tempo e do espaço nos quais os sujeitos encontram-se inseridos. Da mesma forma que a Escrita da História¹ está relacionada a um lugar social, a prática docente também se encontra vinculada a um determinado contexto socio-histórico, atendendo às necessidades postas a ela de acordo com este.

É preciso ter em mente também que as diferenças presentes e que vão inferir no processo de ensino-aprendizagem não se referem apenas no que concerne às conjunturas vivenciadas tanto por docentes como por discentes, mas também no nível de ensino no qual o professor irá atuar. As metodologias e materiais didáticos² utilizados, os aportes teóricos escolhidos e que devem sustentar as aulas, a prática em si, deve estar adequada de acordo com a modalidade de ensino, seja ela Infantil, Fundamental, Médio, no caso da Educação Básica ou Graduação e Pós-Graduação no caso do Ensino Superior.

Dito isto, a presente pesquisa parte de um questionamento feito em duas turmas distintas em certa Instituição de Ensino Superior (IES) no Curso de Licenciatura Plena em História no segundo semestre de 2019 durante o

¹ De acordo com Certeau (1982) o exercício do ofício do historiador, ou seja, o desenvolvimento de uma pesquisa em História e da elaboração de uma narrativa não é algo feito em um vácuo, mas articulado a partir de um lugar produzido socialmente, culturalmente, economicamente e politicamente, estando o historiador desta forma cercado por meios sociais e culturais que influenciarão na escolha de seu método, nos interesses de sua pesquisa, nas fontes a serem utilizadas, bem como nas questões a serem realizadas.

² Compreendemos material didático a partir da perspectiva de Bittencourt (2008) que considera estes enquanto ferramentas de trabalho para docentes e discentes, sendo essenciais no processo de ensino-aprendizagem na área de História.

desenvolvimento das disciplinas de História da América Colonial e História da América Contemporânea.

E qual foi este questionamento? Perguntamos as duas turmas se gostariam de trabalhar com uma metodologia diferente. Até então, estávamos trabalhando com aulas expositivas dialogadas e, mesmo tendo uma participação efetiva dos discentes, ao sugerirmos a mudança do método utilizado obtivemos uma resposta positiva.

Deste modo, optou-se por trabalhar os conteúdos discutidos através de um jogo de tabuleiro criado pelo próprio professor da disciplina, com o intuito de dinamizar o processo de ensino-aprendizagem em ambas as turmas. O objetivo desta pesquisa, então, foi refletir sobre a utilização do jogo de tabuleiro no Ensino Superior e a percepção dos discentes sobre a sua utilização, tanto para a discussão do conteúdo das disciplinas, bem como na sua formação enquanto docentes.

A metodologia empregada se pautou na pesquisa bibliográfica objetivando discutir sobre a prática docente no Ensino Superior, particularmente do professor de História e como este pode e deve agregar em si diferentes abordagens visando o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. Utilizou-se para isto autores como Libâneo (2006), Bittencourt (2008), Giacomoni (2013), Fonseca (2013), dentre outros.

Aplicou-se ainda questionários³ produzidos a partir dos Formulários *Google*, tanto em função de sua praticidade, bem como para garantir o

³ Segundo Chaer, Diniz e Ribeiro (2011) o pesquisador nas ciências humanas possui um leque variado de procedimentos de coleta de dados, podendo utilizar a observação, a entrevista, o questionário, dentre outros. Além disso, apontam que o questionário permite tanto uma pesquisa qualitativa como quantitativa, tendo em vista a possibilidade de se ter perguntas fechadas e abertas no mesmo questionário. Não obstante isto, esta técnica de coleta de dados para os autores possibilita ainda trabalhar com um número elevado de pessoas, garante o anonimato dos participantes e não influencia nas respostas obtidas pela presença direta do pesquisador. Considerando ainda o teor desta pesquisa julgamos que a aplicação de questionários seria mais interessante para que os alunos se sentissem livres para expor suas ideias sem nenhum tipo de constrangimento perante o pesquisador que também foi o professor destes discentes. Desta forma, as fontes orais utilizadas nesta pesquisa foram colhidas diretamente através de questionários que foi elaborado com base em roteiro de entrevista temática previamente organizado e considerando os cuidados que o pesquisador deve ter indicados por Alberti (2005). A opção pela entrevista temática havia sido feita em razão de tratar "[...] prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido." (Alberti,

anonimato dos discentes que responderiam a estes. Os questionamentos presentes que possibilitaram a elaboração deste artigo focaram-se na percepção dos discentes acerca da utilização de jogos didáticos pelo professor no Ensino Superior, como este contribuiu em sua formação docente e se o utilizaria na Educação Básica, considerando que o curso de Licenciatura Plena em História da referida IES tem como objetivo último a formação de professores de História para atuarem no Ensino Fundamental e Médio.

No desenvolvimento da pesquisa infere-se que, de modo geral, os discentes consideram relevante a incorporação por parte do docente de outros métodos de aprendizagem no Ensino Superior que excedam a simples utilização das aulas expositivas dialogadas, alertando para uma ausência de metodologias distintas na citada IES por parte de outros docentes, salientando também sua importância para o processo de ensino-aprendizagem e para a formação destes discentes enquanto docentes.

Reflexões sobre a prática docente em História

A partir dos anos 1980, de acordo com Bittencourt (2008), a disciplina escolar de História entra em um processo de crítica de suas metodologias de ensino “[...] em razão de sua caracterização como disciplina que exige do aluno apenas ‘saber de cor’ nomes e datas de fatos e personagens ilustres” (Bittencourt, 2008: 227). Neste momento, intensifica-se a problemática em torno da utilização apenas de técnicas expositivas, predominante no Ensino de História e, a partir disso, produz-se reflexões sobre o significado das relações estabelecidas entre Conteúdo e Método, até então vinculadas a uma associação autoritária entre professor e aluno.

A ideia de uma História, enquanto disciplina escolar que não estimulava uma reflexão crítica por parte dos discentes do seu lugar social, presente no Ensino de História entra em crise e os docentes, a partir de novos desafios e realidades vivenciadas em sala, começam a ponderar sobre a necessidade de

2005: 37), tendo sido utilizadas no questionário as mesmas perguntas que seriam realizadas nas entrevistas.

se renovar tanto o método como os conteúdos a serem trabalhados com os discentes, na medida em que se percebe um distanciamento entre a experiência prática do discente com os temas abordados em sala, bem como a necessidade de renovação metodológica que atendesse a inserção destas novas questões.

Nesta perspectiva, segundo Bittencourt (2008), no caso do Ensino de História, uma das críticas realizadas ao que comumente identifica-se enquanto “método tradicional” refere-se a sua ineficácia na formação de sujeitos críticos, capazes de compreenderem e refletirem sobre o contexto sócio-histórico no qual se inserem, tendo em vista o distanciamento dos conteúdos com a realidade do alunado, bem como a própria ideia de um ensino pautado na transmissão e absorção de conteúdos.

Deve-se ressaltar que de acordo com Sefnner (2010) a aula de História, a nível de Educação Básica, tem por objetivo principal produzir conhecimentos de natureza histórica que possuam algum significado para o discente, seja para que este indivíduo se perceba enquanto sujeito histórico ou que torne-se capaz de problematizar a sua vida social, como família, amigos, valores, ou seja, o contexto no qual encontra-se inserido. Neste sentido, a aula de História serve para que o aluno seja capaz de compreender o mundo no qual vive, sendo que isto só se torna possível a partir da vinculação dos conteúdos trabalhados com as experiências vivenciadas pelos alunos. Para que a aula de História propicie aos discentes da Educação Básica estas questões o professor de História, por sua vez,

[...] deve ter o domínio mais completo possível dos conhecimentos da disciplina, o que implica uma boa formação inicial (um bom curso de licenciatura em História, com leituras, seminários, discussões, grupos de estudos, debates de filmes, etc.) e implica também um esforço de formação continuada ao longo dos anos, através da leitura de revistas e artigos, da discussão com colegas, da presença em seminários e congressos, e outras atividades que propiciem a manutenção do “gosto” por ler e conhecer História (Sefnner, 2010: 214).

Isto é, o licenciando em História precisa ter uma boa formação para a construção não apenas de uma prática docente que atenda as necessidades pertinentes ao currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio, mas também

para que seja possível a sua identificação enquanto docente⁴, particularmente enquanto professor de História.

Desta forma, Rocha (2001) alerta para o cuidado que o professor universitário de História deve ter no que concerne à utilização excessiva de aulas expositivas, tendo em vista que estas podem acarretar na produção de discentes com um baixo nível de criticidade, afetando, assim, diretamente sua formação e prática docente. Em sua perspectiva

Um fato que merece reflexão na prática do professor de História é o uso abusivo das aulas expositivas. O hábito é assimilado já no 1º e 2º graus e depois consolidado na universidade, quando o aluno de História passa a assistir a brilhantes explanações de seus mestres. O exagero no uso do método certamente conduz à produção de um alunado de baixo senso crítico, uma vez que este é colocado na condição de objeto a ser moldado (Rocha, 2001: 55).

Neste sentido, se a partir dos anos 1980 essa reflexão em torno da prática docente do professor de História promove uma discussão acerca de como a disciplina escolar de História estava estruturada e presente na formação dos licenciados em História, a partir dos anos 1990 e 2000, a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, a Resolução CNE/CP nº 2, de 1 de julho de 2015, responsável por instituir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica nos cursos de Licenciatura e o Parecer CNE/CES nº 492/2001, responsável por definir as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, tiveram por objetivo a formação de outro perfil de professor⁵.

⁴ Deve-se apontar que exercer um ofício não significa necessariamente se identificar com este. Segundo Castells (2006), o sujeito na contemporaneidade assume papéis sociais atribuídos pelas organizações e instituições presentes na sociedade a qual este encontra-se inserido. Neste contexto, por mais que estes papéis influenciem a vida e o comportamento destas pessoas não necessariamente tornam-se fontes de significado para estas. É necessário que o sujeito atribua algum significado para uma determinada função exercida por este para que então possa se construir uma Identidade com aquele ofício. "Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções." (Castells, 2006: 23). Esta identificação do sujeito com a profissão, ou seja, com a docência para Corsetti e Canan (2010) é parte necessária para que o sujeito se perceba enquanto professor de História, sendo preciso "[...] pensar a formação docente (a inicial e a continuada) como momentos de um processo contínuo de construção de uma prática docente qualificada e de afirmação da identidade, da profissionalidade e da profissionalização do professor." (Gerhardt; Nodari, 2010: 78).

⁵ Para Corsetti e Canan (2010), no entanto, esses documentos e, particularmente, o Parecer CNE/CES nº 492/2001 reforça uma dicotomia existente entre a Licenciatura e o Bacharelado na medida em que "[...] reafirma a separação e contraria a concepção de um profissional de

De modo geral prevê a formação de um docente que estimule o ensino crítico, que respeite e promova a diversidade e o trabalho em grupo, bem como a valorização de novos métodos e técnicas de ensino que levem em conta a realidade e o contexto no qual os discentes encontram-se inseridos, além de destacar a importância da pesquisa no ensino, considerando que ser professor envolve a capacidade de articular os conhecimentos historicamente constituídos em sala de aula e a compreensão de como se deu a sua produção, valorizando a formação de um professor-pesquisador.

Pode-se dizer, então, que o professor de História é aquele que detém não apenas os conhecimentos pertinentes a área da disciplina escolar de História, mas também o conhecimento da historiografia, a disposição e organização dos currículos, as perspectivas e tendências da Pedagogia, bem como a experiência prática adquirida através do exercício de seu ofício. Desta forma, o historiador, licenciado em História, é aquele que compreende tanto as diferentes formas como se dá a produção do saber histórico, bem como as diferentes habilidades e competências necessárias para a atuação na docência (Corsetti; Canan, 2010).

Deste modo, é pertinente e necessário uma contínua reflexão sobre a prática docente em todos os campos do conhecimento, inclusive na História, bem como a necessidade da percepção do protagonismo do discente no processo de ensino-aprendizagem e do papel do professor enquanto orientador deste, agregando práticas plurais no ambiente da sala de aula, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior. Esta perspectiva envolve assim a prática do docente de História no Ensino Superior e permite ao professor de História a incorporação de recursos didáticos diversos, a exemplo de jogos, como o jogo de tabuleiro.

Tendo em vista que o Ensino de História também perpassa por essa reformulação pedagógica no Brasil a partir dos anos 1980, com reflexos na

História capacitado para o exercício do trabalho em suas múltiplas funções.” (Corsetti; Canan, 2010: 44) não possibilitando a articulação entre o saber histórico e o saber educacional. Para as autoras, o documento valorizaria uma formação voltada para o ambiente do trabalho ignorando na discussão a relação entre a teoria e a prática, além de enfatizar uma formação docente focada no quantitativo, naquilo que seria possível de mensurar através de avaliações, ignorando uma formação processual e qualitativa.

legislação brasileira nas décadas seguintes, e considerando ainda os cuidados que o docente deve ter ao incorporar novos materiais didáticos, seria possível utilizar o jogo de tabuleiro enquanto um material didático que fomentasse o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de História? A atividade lúdica pode favorecer a formação dos licenciandos em História?

Antes de adentrar esta discussão deve-se lembrar de que o professor de História na contemporaneidade possui a sua disposição diferentes materiais didáticos e diversas possibilidades de uso na produção de sua prática docente, como recursos audiovisuais, jogos digitais, jornais, pinturas, romances, documentos etc. A partir do momento que, segundo Burke (1992: 11), “[...] a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana [...]” tudo vira História e, desta forma, toda e qualquer fonte histórica, a exemplo das já supracitadas, torna-se um material possível a ser utilizado pelo licenciado em História no exercício de sua profissão.

Podemos considerar os materiais didáticos ainda enquanto “[...] mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina – no nosso caso, da História” (Bittencourt, 2008: 296). A utilização de materiais didáticos distintos possibilita ao discente, tanto o licenciando em História como o aluno da Educação Básica, o exercício de sua criticidade, através da formulação de indagações e novas percepções orientadas pelo professor e direcionadas a estes recursos. Desta forma, intenciona-se

[...] transformar o estudante de mero espectador em um participante ativo, atento e formulador de questões e de diferentes leituras sobre os filmes, os anúncios, os jogos, os programas de televisão, etc. Ainda que as mídias, em sua maioria, tenham um viés de mão única, a sala de aula deve ser o espaço para dialogar com elas e constatar suas intenções ou possibilidades (Castro, 2010: 283).

No tocante ao uso de jogos no Ensino de História a possibilidade que se apresenta é a de produção de novos materiais didáticos, tanto pelo docente, no sentido de orientar os alunos, como pelos discentes, enquanto reflexo do domínio dos conteúdos que foram discutidos no decorrer da disciplina. Para

Bittencourt (2008: 297-298) ao considerar a utilização destes materiais no Ensino de História

Além da criação de materiais didáticos pelos professores, há também as produções feitas pelos alunos, constituídas de textos escritos diversos, como dissertações, monografias, narrativas, relatórios ou esquemas, painéis, **jogos**, mapas, maquetes, etc. Esse tipo de produção por parte dos alunos consiste numa forma de criação de material didático resultante do domínio do conhecimento obtido no decorrer do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, a produção de materiais didáticos pelo próprio aluno deve ser uma das metas do trabalho docente (grifo nosso).

Assim, o jogo enquanto um dos materiais a serem produzidos pelos docentes e pelos discentes possibilita dinamizar e fomentar o processo de ensino-aprendizagem, permite também, através do jogar, a criação de novos conceitos por parte dos alunos e a partir deste ato os “[...] estudantes estão na origem dos conceitos, pois que ali, no ato, conceitos históricos se gestam e passam a dar forma à vida, aos modos de vida, aos antigos presentes” (Pereira e Giacomoni, 2013: 19). Para os autores o ato de aprender conceitos históricos pelos discentes não se resume a mera repetição destes, mas sim a criação de um novo conceito, uma nova interpretação, por parte destes, bem como a possibilidade de expansão de visão do mundo a partir desta criação e interpretação.

Desta forma, na medida em que alunado e o professor incorpora no dia-a-dia da sala de aula o jogo há a possibilidade da criação de novos conceitos históricos a partir do momento que este recurso didático permite o surgimento de realidades alternativas ou mesmo de alterações na “História”, dependendo do tipo de jogo utilizado e do caminho seguido pelos alunos. O jogo, deste modo, torna-se “[...] um espaço para o imprevisível. Mas um imprevisível que forma conceitos, uma capacidade de ler tanto realidades muitas vezes distantes no espaço e no tempo, como outras muito próximas da nossa [...]” (Pereira e Giacomoni, 2013: 19-20).

Permite, deste modo, a criação de representações em torno deste passado, em torno dos conceitos históricos que estão sendo discutidos em sala de aula pelos discentes, favorecendo assim o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a partir da perspectiva de Huizinga (2000)

entendemos a importância que a atividade lúdica detém nos diversos aspectos que compõem as civilizações humanas, portanto, a necessidade e relevância de sua incorporação à Educação, particularmente, ao Ensino de História. Compreendemos ainda o jogo a partir da perspectiva de Meinerz (2013: 103) que o define enquanto

[...] prática cultural que pressupõe a interação social, e exploramos essa temática a partir do reconhecimento do potencial presente na apropriação do lúdico em experimentações pedagógicas de construção do conhecimento histórico na escola, justamente pela capacidade de criar vínculos entre os pares (jovens estudantes), dos pares com os mestres (adultos professores) e de ambos com os saberes e fazeres que circulam dentro e fora da sala de aula.

Assim, o professor de História ao utilizar diferentes materiais didáticos, no caso em específico o jogo, em sua prática docente reforça não apenas a relação existente entre os saberes produzidos na escola/universidade, as culturas presentes nestes espaços e o próprio contexto sociocultural compartilhado pelos discentes, como também a importância de renovar constantemente seus conhecimentos pedagógicos, bem como produz laços afetivos com os seus discentes fomentando também as discussões realizadas. Em tempos líquidos, onde tudo se transforma tão rápido, há uma necessidade por parte do docente de atualizar continuamente suas metodologias de ensino, adequando-as as realidades encontradas, além de uma contínua pesquisa, variação de fontes e aspectos da cultura moderna que podem ser utilizadas no ambiente escolar, tendo o cuidado devido em como utilizá-las (Guimarães, 2013).

Neste contexto, o jogo de tabuleiro torna-se um dos diferentes materiais que podem ser utilizados pelo professor de História em seu cotidiano na sala de aula no Ensino Superior, tendo em vista não apenas as formas como este docente pode e deve empregar este recurso em sua prática docente, mas também a relevância que este pode vir a ter na formação docente dos licenciandos em História.

A utilização do jogo de tabuleiro no Ensino Superior pelo professor de História: um relato de experiência

Considerando, então, a discussão realizada até o momento de que forma utilizamos o jogo de tabuleiro enquanto material didático em nossa prática docente no curso de Licenciatura Plena em História na citada IES? E como este refletiu no processo de ensino-aprendizagem dos licenciandos em História? Antes de mais nada deve-se esclarecer como era este jogo, como foi produzido e como foi aplicado nas duas disciplinas. Utilizamos este material didático no decorrer de três aulas, duas dessas na disciplina de História da América Colonial⁶ e uma na disciplina de História da América Contemporânea⁷.

Em História da América Colonial o conteúdo trabalhado foi a organização político-administrativa da América Espanhola nos séculos XVI e XVII sob o reinado dos Habsburgo e as transformações decorrentes com o reinado dos Bourbons no século XVIII e suas consequências na América Espanhola. Já em História da América Contemporânea o tema utilizado para a elaboração do jogo de tabuleiro foi a Revolução Cubana, tendo em vista a discussão da disciplina acerca dos movimentos revolucionários latino-americanos ocorridos no decorrer do século XX.

Deve-se lembrar que, de acordo com Giacomoni (2013), depois de definido o tema do jogo é necessário que o docente defina os objetivos, devendo estes serem: pedagógicos e lúdicos. Os primeiros remetem a disciplina trabalhada, ou seja, o que exatamente o professor deseja alcançar no que se refere à História, seja a compreensão de determinados conteúdos, revisão, avaliação, dentre outros. Com relação ao objetivo lúdico ou do jogo este refere-se às regras do jogo, isto é, o que os alunos devem realizar e alcançar para completar o jogo, lembrando que os objetivos pedagógicos e lúdicos devem ser desenvolvidos conjuntamente.

Dito isto, a proposta e as regras do jogo eram bastante simples. Elaborou-se um tabuleiro a partir do programa *Microsoft Excel*, o qual era

⁶ Ementa da disciplina a partir de 2019: Os processos econômicos, sociais, políticos e culturais que atravessaram a consolidação do regime colonial no continente americano

⁷ Ementa da disciplina a partir de 2019: Revolução Mexicana, capitalismo e marxismo na América Latina, populismo, movimentos revolucionários, raça, classe e gênero, militarização, Estados Unidos.

exibido a todos das salas através do *Data-Show* e neste tabuleiro havia um caminho a ser seguido pelos jogadores. Em função da quantidade de alunos presentes em cada sala, bem como o tempo disposto para a atividade, optou-se por dividir a turma de América Colonial em 4 grupos, tendo em vista que nesta disciplina dispúnhamos de 4 horários seguidos, portanto, mais tempo para aplicar a atividade, e a turma de América Contemporânea em 2 grupos, visto que nesta disciplina possuíamos apenas 2 horários, além da turma possuir quase o dobro do número de alunos que América Colonial. A figura 1 apresenta o jogo utilizado em História da América Contemporânea referente a discussão sobre a Revolução Cubana de 1959.

Figura 1 – Jogo de Tabuleiro Revolução Cubana⁸



Fonte: Baptista (2019a).

⁸ Com relação ao processo de elaboração do jogo no *Microsoft Excel* este foi feito a partir dos seguintes passos no Windows XP: 1 – Abrir o programa “*Microsoft Excel*”, 2 – Clicar na aba “Arquivo”, 3 – Clicar em “Novo”, 4 – Clicar em “Jogos”. O programa irá abrir um modelo e a partir deste o professor pode modificar como achar melhor. Além desse, existem diversos modelos diferentes de jogos feitos no Excel disponíveis na internet, os quais os docentes podem baixar e modificar de acordo com o conteúdo ou discussão que querem fazer, este sendo apenas um dos modelos possíveis de jogo de tabuleiro a ser utilizado.

O caminho a ser percorrido pelos grupos segue uma lógica similar aos jogos de tabuleiros tradicionais. Os grupos devem jogar um dado e para que possam andar a quantidade de casas referentes ao número do dado devem responder uma pergunta. Por exemplo: Se o grupo 1 tirasse 6 no dado poderia andar 6 casas no tabuleiro caso respondesse corretamente uma pergunta referente a temática trabalhada.

Se o grupo não soubesse responder a pergunta, os outros grupos poderiam responder e ganhar a movimentação. Além disso, o caminho presente no jogo também possuía diferentes obstáculos e benefícios dependendo da casa na qual os grupos caíssem, podendo ser obrigados a retornarem ou avançarem no caminho do jogo. Todos os obstáculos e benefícios eram referentes à temática do jogo com o intuito de tornar mais dinâmico este, bem como se apropriar da possibilidade que o lúdico tem de “[...] nos transportar para realidades diversas às nossas [...]” (Giacomoni, 2013: 145).

Os questionamentos feitos e responsáveis por movimentar o jogo foram realizados a partir de bibliografias sugeridas para as discussões, sendo que essas obras foram disponibilizadas previamente, visto a impossibilidade da realização da atividade sem a leitura prévia por parte dos discentes.

Com relação ao teor das perguntas elaborou-se tanto perguntas simples como: “Comente a categoria ‘povo’ para Fidel Castro e por que esta era importante para o movimento revolucionário.”, bem como algumas mais complexas a exemplo de: “Comente a seguinte afirmação: ‘A revolução de 1959 tem profundas raízes na trajetória histórica nacional, com antecedentes que remontam ao período independentista’”.

Elucidado como se deu o funcionamento do jogo a foto 1 permite a visualização dos discentes durante a realização da atividade e como se organizaram. A cada rodada um novo representante do grupo era escolhido para jogar o dado, retirava um dos cartões contendo as perguntas e lia em voz alta para a turma.

Foto 1 – Discentes participando da atividade



Fonte: Baptista (2019b).

Embora tenhamos já levado o jogo pronto para a aplicação em sala a ideia era promover o debate entre os discentes sobre o conteúdo a ser trabalhado, o que terminou acontecendo em ambas as turmas. Na maioria das rodadas os discentes comentavam a resposta dos colegas, alguns apontando equívocos e outros completando as assertivas, sendo a interferência do docente bastante reduzida.

Além disso, tínhamos por objetivo a sugestão que os discentes também elaborassem uma proposta didático-pedagógica para a Educação Básica a partir do conteúdo discutido nas disciplinas e considerando que estão formando-se enquanto professor de História, fomentando assim sua prática docente. Encerrado as atividades aplicamos um questionário nas duas turmas acerca da experiência que tiveram na realização da atividade didático-pedagógica.

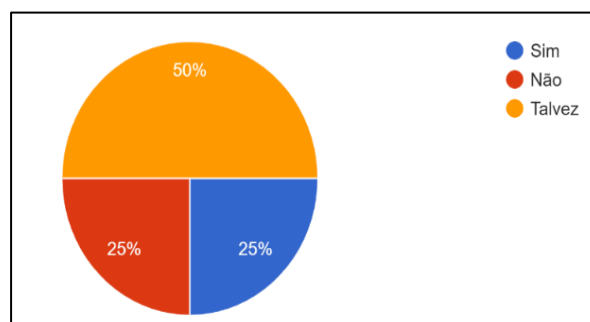
Considerando que na turma de América Contemporânea havia 40 alunos e na de América Colonial 23 alunos, totalizando 63 alunos que participaram da atividade lúdica 12 alunos se dispuseram a responder o questionário e assim obtivemos uma amostragem de 20%. O questionário

possuía 9 perguntas, sendo os resultados apresentados nas tabelas e gráficos seguintes com as respostas correspondentes.

As questões de 1 a 2 correspondem respectivamente a faixa etária e o bloco no qual o discente estava cursando, sendo que a maioria dos questionados inserem-se na faixa etária entre 18 e 22 anos com 83,3%, 8,3% entre 23 a 27 anos e 8,3% entre 28 a 32 anos. Com relação ao bloco que estavam cursando no momento da pesquisa as respostas foram variadas, sendo que a predominância foi do sétimo bloco com 33,3%, 25% do terceiro bloco, 16,7% do sexto bloco, 16,7% do quarto bloco e 8,3% do oitavo bloco.

Na sequência as questões de 3 a 9 trataram sobre o foco específico desta investigação, relacionadas as experiências dos discentes no tocante a atividade realizada e como esta refletiu em sua formação enquanto docente em História. O gráfico 1 demonstra o resultado da terceira questão acerca da utilização de outras técnicas de ensino, além da aula expositiva dialogada pelos professores de História da referida IES, com a resposta talvez correspondendo a 50%, sim e não a 25% cada uma.

Gráfico 1 – Utilização de técnicas de ensino além da aula expositiva dialogada pelos professores da IES



Fonte: Baptista (2020).

Neste caso, na quarta pergunta questionou-se também quais seriam as técnicas utilizadas para além da aula expositiva dialogada, sendo que as respostas obtidas dentre os que responderam de forma afirmativa foram: "Filmes, passeios dentre outros."; "Utilizam filmes, música para análise relacionada ao conteúdo, documentários, jogos didáticos que tem relação

com o assunto abordado” e “Jogos.”. Ressalta-se que uma das respostas negativas foi a seguinte: “À academia universitária ainda é positivista”.

Deve-se salientar que esta era a única questão presente no instrumento aplicado que não era obrigatória ser respondida e por isto o número reduzido de informações decorrentes. Além disso, é interessante apontar que metade dos discentes não soube identificar qual técnica de ensino o professor utilizava que não fosse a aula expositiva dialogada, o que, talvez, possa evidenciar limitações na formação pedagógica dos estudantes.

Quanto aos que responderam sim as respostas foram convergentes, principalmente, quanto ao uso de filmes e jogos, o que aponta que a prática docente dos professores da citada IES corrobora com as discussões pedagógicas contemporâneas no tocante a utilização de materiais didáticos a luz dos referenciais teóricos citados nesta pesquisa. Em relação a resposta negativa é relevante registrar que o discente em questão identificou que ainda persiste em alguns docentes uma prática tradicional⁹ de ensino.

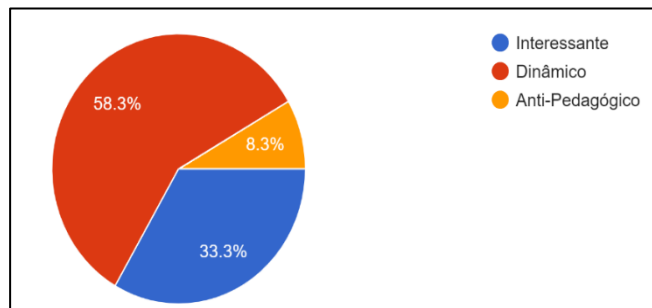
Deve-se destacar também que não houve um questionamento sobre a produção de uma discussão conceitual em sala com os discentes em cada disciplina que os professores utilizaram outras técnicas de ensino além da aula expositiva. No entanto, reforçamos o pensamento de Bittencourt (2003) sobre a necessidade de se produzir e refletir sobre os materiais didáticos que os professores utilizam em sua prática docente tendo em vista a importância destes na formação dos licenciandos em História.

A quinta questão, por sua vez, indagou sobre a utilização de jogos pelos professores no Ensino Superior obtendo-se o seguinte resultado: 58,3%

⁹ De maneira geral, a “Pedagogia Tradicional” refere-se a ideia de que o professor e o aluno estabelecem entre si uma relação de transmissor e receptor, na qual o docente seria o responsável por transmitir ao discente o “[...] saber constituído na tradição e nas grandes verdades acumuladas pela humanidade e uma concepção de ensino como impressão de imagens propiciadas ora pela palavra do professor ora pela observação sensorial.” (Libâneo, 2006: 61), enquanto a este último, cabe simplesmente o papel de absorver aquilo que está sendo repassado a si, sem a possibilidade de questionar, refletir ou sequer problematizar com base em suas próprias experiências e realidades. Segundo Bittencourt (2008), docentes e discentes ao citarem o “método tradicional”, geralmente, o vinculam a utilização de determinados recursos didáticos, como a lousa, o giz (atualmente o quadro acrílico e o pincel) e o livro didático ou a uma prática docente pautada em aulas expositivas.

responderam consideraram o emprego de jogos como dinamizador, 33,3% como interessante e 8,3% antipedagógico, conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Utilização de jogos pelo professor no Ensino Superior

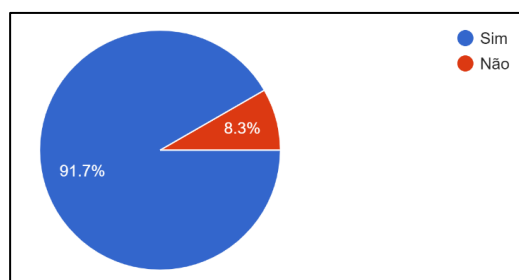


Fonte: Baptista (2020).

Com relação a resposta dos discentes é interessante que dos 12 questionados apenas 1 indicou o jogo enquanto uma ferramenta antipedagógica, destoante com as discussões contemporâneas realizadas no âmbito do Ensino da História com relação a apropriação do Professor de História de novos materiais didáticos no processo de ensino-aprendizagem, ao tempo que os outros 11 discentes reforçaram a importância da utilização destes materiais em sala de aula ao indica-los como dinâmicos e interessantes.

Questionou-se a seguir se os discentes acreditavam que o jogo de tabuleiro poderia ser utilizado no processo de ensino-aprendizagem pelo professor do Ensino Superior, tendo um percentual de 91,7%, 11 alunos, indicando sim e apenas 8,3%, 1 aluno, respondendo que não. O gráfico 3 apresenta este resultado.

Gráfico 3 – Utilização do jogo de tabuleiro pelo professor no Ensino Superior



Fonte: Baptista (2020).

Para esta questão foi solicitado aos participantes da pesquisa que justificassem suas respostas e o quadro 1 reúne estas sendo transcritas da forma como responderam sem qualquer tipo de correção.

Quadro 1 – Justificativa da resposta acerca da utilização do jogo de tabuleiro pelo professor no Ensino Superior

Discente	Resposta
1	Muitas vezes é irrelevante
2	Acedido que qualquer forma de torna as aulas mas dinâmicas para os alunos e professores melhoram a aprendizagem e o ensino de história para ambas as partes.
3	É uma forma de dinamizar conteúdos complexos e assim ter um melhor aproveitamento nas disciplinas.
4	Estimula demais o aprendizado do aluno, fazendo com que a aula seja mais prazerosa.
5	Além de se tornar uma motivação, a forma criativa e dinâmica de manter o diálogo sobre o assunto entre professor e aluna, por chamar bastante atenção.
6	Não só o jogo de tabuleiro, mas também outros tipos de jogos são uma boa opção para o ensino aprendizagem de alunos que estão na Universidade, exatamente pela complexidade dos temas abordados e os jogos são as ferramentas para a melhor compreensão dos conteúdos!
7	Sim, pois ajuda na competição entre os alunos e também ajuda na interação entre a sala de aula e o professor, levando uma dinâmica diferente e saindo do comodismo.
8	É uma forma de tornar as aulas mais dinâmicas, bem como fugir da mesmice.
9	Pois possibilita ao aluno uma nova aprendizagem com base no jogo, uma vez que o jogo tem como principal objetivo conter a total atenção do aluno.
10	Sim, pq trará ao aluno uma dinamicidade no ensino, estimulando assim os processos de ensino, uma vez que, o aluno se envolverá mais na proposta para possíveis resultados.
11	Porque os jogos facilitam fixação de conteúdos, tornando o estudo mais prazeroso, além de permitir que os graduandos adaptem os jogos para uso nas salas de aula após sua formação.
12	Pode ser um aliado na compreensão dos assuntos trabalhados em sala de aula.

Fonte: Baptista (2020).

De modo geral os pontos ressaltados pelos discentes sobre a utilização do jogo de tabuleiro pelo docente no Ensino Superior permite-nos inferir que, na percepção dos alunos, a utilização deste material didático possibilita uma aula mais dinâmica, criativa e prazerosa, fomentando o processo de ensino-aprendizagem e a compreensão dos conteúdos trabalhados, além de

estimular a competição saudável e do trabalho em grupos entre os próprios alunos. Neste sentido, a incorporação do jogo de tabuleiro na prática docente, na experiência da maioria dos discentes que responderam o questionário, estaria em consonância com as discussões contemporâneas acerca do Ensino de História e como o docente nesta área pode articular o processo de ensino-aprendizagem.

Deve-se apontar ainda que um único aluno considerou a prática irrelevante por acreditar ser mais adequada uma prática docente que explore as aulas expositivas em detrimento ao emprego de técnicas de ensino distintas ou utilização de materiais didáticos diferenciados, como foi o caso do jogo de tabuleiro.

Talvez fosse interessante indagarmos o por quê disto. Nas perguntas anteriores um único aluno afirmou que a utilização do jogo não apenas não fomentava o processo de ensino-aprendizagem como também seria "antipedagógico". Ao pedirmos que os discentes justificassem o motivo das respostas apenas um apontou que esta prática seria irrelevante, sem explicar com maiores detalhes.

A experiência deste discente em questão remete a dois questionamentos realizados por Seffner (2013) no tocante a prática docente. Os alunos estão aprendendo? Isto vai provocar alguma transformação na vida do discente? Seffner (2013) aponta a importância da contínua reflexão por parte dos professores destas questões com o objetivo de fomentar o processo de ensino-aprendizagem.

Estas questões são particularmente complicadas quando se pensa em uma disciplina específica, no caso a de História. Elas envolvem não apenas debates de natureza pedagógica, mas também indagações acerca do compromisso político do professor, da compreensão de escola que se teme dos objetivos da disciplina de História; envolvem igualmente saber de que alunos nós estamos falando, de qual o contexto social, cultural, político e econômico da comunidade escolar em que as aprendizagens da história estão acontecendo. Se nada sabemos das vidas atuais e possíveis carreiras futuras de nossos alunos, temos também poucos elementos para saber se o que ensinamos tem chance de fazer algum sentido. Em verdade, são tantos fatores que intervêm que parece ser praticamente impossível ter segurança de que as estratégias

pedagógicas empregadas permitem a garantia de aprendizagens significativas (Seffner, 2013: 29).

Ou seja, é preciso considerar a realidade do discente e suas experiências antes de adotar qualquer técnica ou metodologia de ensino. É necessário também adaptar e fazer mudanças em nossa prática docente tendo em vista os diferentes contextos que estão presentes em uma mesma sala de aula.

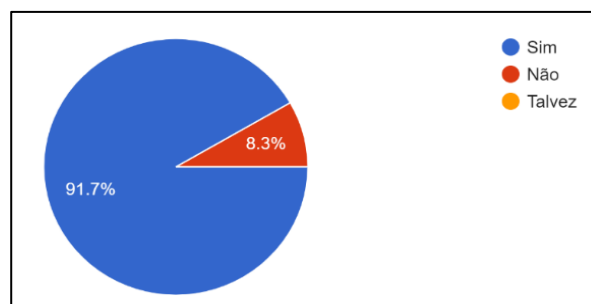
Outra possibilidade também se refere a forma como o recurso didático, isto é, o jogo foi aplicado pelo docente. Embora o discente não tenha inferido os motivos que o levaram a perceber o jogo enquanto algo “antipedagógico” dando por preferência a aula expositiva é preciso lembrar os cuidados que o docente deve ter ao se utilizar deste recurso. Para Antoni e Zalla (2013: 157) é necessário que se possa

[...] potencializar o aproveitamento do jogo em termos de conhecimento histórico, além de selecionar os tópicos de estudo e os conteúdos conceituais, o professor deve ter em mente quais habilidades e competências estão relacionadas a eles. Isto permitirá maior domínio do processo de construção do jogo, uma reflexão cuidadosa sobre seu uso e uma avaliação adequada dos objetivos alcançados

Desta forma, o jogo didático não deve ser utilizado pelo docente sem um planejamento prévio. É preciso considerar as experiências dos discentes, os objetivos destes, bem como refletir sobre o processo de elaboração e aplicação do jogo, além dos resultados alcançados posteriormente. Se tratando da formação do licenciando em História é necessário ponderar ainda, além dos conteúdos trabalhados, de que forma o alunado pode estar se utilizando destes recursos na Educação Básica, ou seja, como a sua formação será afetada pela prática do professor da disciplina.

Assim, o questionamento seguinte, buscou indagar se a utilização do jogo de tabuleiro contribuiu de alguma maneira no processo de ensino-aprendizagem do aluno, sendo que obtivemos um percentual de 91,7% dos questionados que disseram sim, ou seja, 11 alunos e 8,3% que disseram não, 1 aluno. O gráfico 4 apresenta o resultado desta pergunta.

Gráfico 4 – Contribuição no processo de ensino-aprendizagem da aplicação do jogo de tabuleiro para discussão dos conteúdos trabalhados na disciplina



Fonte: Baptista (2020).

Requisitou-se também nesta questão que os alunos que participaram da pesquisa justificassem o porquê de suas respostas e o quadro 2 reúne estas sem qualquer tipo de correção ou modificação.

Quadro 2 – Justificativa da resposta acerca de que forma o jogo de tabuleiro contribuiu no processo de ensino aprendizagem dos discentes

Discente	Resposta
1	Muitas vezes inovação é um empecilho ao processo de ensino-aprendizagem.
2	No meu caso, o jogo serviu como ensino aprendizagem em relação à mais uma ferramenta que eu como futura professora, poderei utilizar nas minhas aulas para uma melhor compreensão do assunto por parte dos meus futuros alunos.
3	O jogo contribuiu de forma positiva para meu processo de aprendizagem visto que a utilização dessa ferramenta de ensino possibilitou um melhor entendimento sobre a temática estudada.
4	Estimula demais o aprendizado do aluno, fazendo com que a aula seja mais prazerosa.
5	Tem uma relevância muito grande na fixação do conteúdo.
6	Antes de ir para o jogo em si, tem-se a curiosidade por parte do aluno de saber do conteúdo que será trabalhado, assim, torna-se imprescindível a leitura do conteúdo.
7	Ambos os grupos durante os jogos contribuíam com respostas que completavam as questões, e a competitividade fez com que todos se dedicassem em conhecer os conteúdos fixando-os com maior facilidade.
8	Foram aulas muito interessantes, dinâmicas, que serviram para um entendimento melhor do conteúdo.
9	Pois eu pude aprender melhor sobre o assunto que foi proposto no dia do jogo que no caso foi revolução cubana.
10	Contribui pois em suma o aluno iria ter a sua atenção focalizada no jogo, com base nisso, iria estudar os conteúdos para assim ganhar o jogo.

11	Ajudou a fixar melhor o conteúdo e tornou a aula dinâmica.
12	Uma motivação para a leitura dos textos e sua compreensão para participar do jogo

Fonte: Baptista (2020).

Ao que tudo indica, as respostas presentes no quadro 2 seguiram um caminho comum às do quadro 1, bem como com as discussões realizadas neste artigo no tocante ao Ensino de História, com os discentes ressaltando não apenas a relevância da atividade para o seu processo de ensino-aprendizagem, mas também a importância que teve para dinamizar a aula, favorecer o trabalho em grupo e também na utilização futura deste material didático em suas práticas docentes.

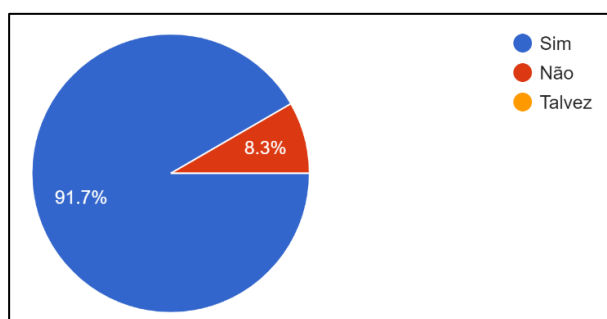
No entanto, deve-se ressaltar que também neste caso 1 aluno inferiu novamente a preferência por uma tendência pedagógica provavelmente mais focada em aulas expositivas, ao apontar que a inovação, por vezes, pode ser um “empecilho” ao processo de ensino-aprendizagem. Embora o discente não tenha especificado de que forma isto pode acontecer, Bittencourt (2008) comenta sobre os cuidados que o professor de História deve ter ao utilizar um material didático, tanto no sentido de não reforçar o que a autora aponta enquanto “prática tradicional”, mas também de ter o efeito contrário ao esperado, como foi o caso deste aluno em específico.

Fortuna (2013) corrobora com esta questão ao apontar as dificuldades que alguns docentes têm de relacionar o “aprender” com o “brincar”. Para a autora os professores que atuam no ensino fundamental, médio e superior têm como foco o estudo e, por vezes, ao buscar agregar em sua prática docente a atividade lúdica terminam reforçando “[...] esta dicotomia, [...] pois, com frequência, a relação jogo-aprendizagem invocada privilegia a influência do ensino dirigido sobre o jogo, descaracterizando-o, ao sufocá-lo” (Fortuna, 2013: 66-67).

A pergunta seguinte do questionário buscou a compreensão se a utilização do jogo de tabuleiro em sala de aula teria contribuído de alguma maneira na formação docente dos alunos do curso de Licenciatura Plena em História da referida IES. Deve-se ressaltar que mesmo que o material didático tenha favorecido o processo de ensino-aprendizagem, fomentado

discussões sobre o conteúdo, articulado o trabalho em grupo, estimulado a criticidade e criatividade, bem como tornado a aula mais dinâmica, isso não significa dizer que a proposta didático-pedagógica tenha colaborado de alguma forma com a formação docente dos discentes, visto que estes poderiam simplesmente não ter se identificado com a atividade e não levá-la para a sua prática docente, contrariamente ao objetivo que nós propomos. O gráfico 5 apresenta o resultado referente a esta pergunta.

Gráfico 5 – Contribuição da utilização do jogo de tabuleiro enquanto proposta didático-pedagógica na formação docente



Fonte: Baptista (2020).

Nesta questão também foi solicitado que os participantes da pesquisa explicassem sua resposta, indicando de que forma o jogo de tabuleiro teria contribuído ou não na formação docente de cada um. O quadro 3 reúne as respostas obtidas sem qualquer tipo de modificação ou correção.

Quadro 3 – Justificativa da resposta acerca de que forma o jogo de tabuleiro contribuiu ou não na formação docente dos discentes

Discente	Resposta
1	Prefiro o método tradicional.
2	O jogo foi utilizado na minha turma como ferramenta para sabermos se realmente conseguimos aprender algo sobre se não me engano o País de Cuba e sua revolução. No jogo, respondemos várias perguntas em relação ao assunto e percebemos que sim, com o jogo a compreensão do conteúdo foi muito mais fácil.
3	A proposta de trazer outras ferramentas didáticas para a sala de aula possibilitou uma contribuição enorme para as práticas de ensino que pretendo utilizar na minha formação enquanto docente.
4	Estimula demais o aprendizado do aluno, fazendo com que a aula seja mais prazerosa.

5	Ajuda no sentido de o professor ter mais de uma ferramenta pedagógica para utilizar na sala de aula.
6	Contribuiu positivamente já que nos inventiva a não ser um professor repetidor e sim um professor que trará propostas inovadoras para nossos futuros alunos
7	Em ver que é possível dinamizar as aulas em sala através do uso de jogos trazendo os alunos para perto da disciplina sem achá-la cansativa.
8	Foi muito aproveitada, uma vez que, foi uma forma de complementar a leituras de textos feitas fora da sala. O jogo tinha como foco os principais pontos dos textos, facilitando o entendimento dos conceitos do conteúdo.
9	Contribuiu no que diz respeito à posição minha enquanto futura docente que posso utilizar que ferramentas como essa para trabalhar melhor a competitividade da minha turma e estabelecer um vínculo amigável com os alunos.
10	O professor sairia da aula expositiva partindo para algo mais prático, pois como sabemos diversos alunos possuem o déficit de atenção e com a utilização do jogo pedagógico seria um aperitivo para os alunos e para o professor como mediar capaz de proporcionar novas perspectivas para o corpo alunado aprender.
11	Deixou claro que um professor pode valer-se de métodos diferentes em sala e quebrar um pouco a rotina do livro didático.
12	Porque pode ser uma ferramenta dinâmica que posso utilizar em sala de aula, por se tratar de uma dinâmica e desperta o interesse dos alunos, muito mais que aula apenas expositiva

Fonte: Baptista (2020).

No quadro 3 observamos algumas diferenças em relação ao quadro 1 e 2, tendo em vista que é possível observar que algumas respostas apontam para uma incompreensão da pergunta realizada. Dentre estas, 3 indicaram novamente que o jogo fomentou a compreensão do conteúdo sem, no entanto, sem refletir como este poderia contribuir em sua formação docente. Já outros 8 alunos corroboram com a perspectiva de que o jogo contribuiu de alguma maneira em sua formação docente, seja através da intenção de aplicá-lo futuramente no decorrer de sua prática ou simplesmente através da percepção que o professor pode e deve utilizar outros métodos e materiais em sala para além da aula expositiva. Além disso, manteve-se 1 aluno inferindo que a utilização deste material não contribuiu de maneira nenhuma em sua formação enquanto professor, visto que este tem preferência pelo "método tradicional" e, mesmo que não defina o que seria este, o compreendemos enquanto a aula expositiva, sem ou com pouca interação com os alunos.

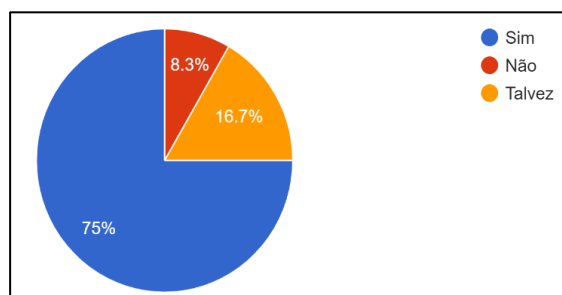
A ausência de uma reflexão mais profunda acerca das contribuições de recursos lúdicos na formação docente por parte dos discentes indica a

necessidade de se discutir mais em sala de aula sobre o jogo enquanto recurso didático. Fortuna (2013) aponta ainda a importância e necessidade que o professor tem de compreender conceitualmente o “brincar”, “ludicidade”, “jogo”, “brincadeira”, antes de realizar sua prática e produzir uma relação entre o ensino e aprendizagem e a atitude de brincar.

Desta forma, é necessário que não reflitamos sobre os recursos lúdicos apenas em disciplinas pedagógicas, mas também que organizemos as disciplinas específicas de História de modo a trabalharem os conteúdos presentes na ementa, a forma como este conhecimento foi construído, bem como as diferentes maneiras que o professor de História pode trabalhar com estes conteúdos na Educação Básica. Tanto em História da América Colonial, quanto em História da América Contemporânea, na referida IES, há uma ausência nas ementas sobre questões pedagógicas, cabendo ao docente de cada disciplina realizar ou não estas inferências.

Por fim, a última pergunta realizada no questionário buscou compreender se os discentes utilizariam o jogo de tabuleiro em sua prática docente, seja no estágio ou enquanto futuros professores, solicitando também que explicassem o motivo de sua resposta. O gráfico 6 traz o resultado deste questionamento.

Gráfico 6 – Utilização do jogo de tabuleiro na prática docente na Educação Básica



Fonte: Baptista (2020).

Solicitou-se, então, a última explicação do questionário acerca das respostas obtidas pelos discentes, no caso, requisitando que indicassem como utilizariam ou não o jogo de tabuleiro em sua prática docente na

Educação Básica. Assim, o quadro 4 organiza as respostas obtidas sem qualquer alteração ou correção.

Quadro 4 – Explicação sobre a utilização do jogo de tabuleiro na prática docente dos discentes na Educação Básica.

Discente	Resposta
1	Deve-se permanecer o ensino tradicionalista
2	Utilizaria o jogo principalmente em aulas em que o conteúdo é bastante grande e complexo isso faria com que os alunos se interessassem mais pelo conteúdo.
3	Estimularia o aprendizado do aluno, fazendo com que a aula fosse mais prazerosa.
4	Procuraria utilizar no assuntos ditos difíceis, proporcionado ao aluno uma certa facilidade para aprender o conteúdo
5	Porque vejo como uma excelente prática na fixação de conteúdos e de interação em sala.
6	Seria uma forma facilitadora de ministra conteúdos que geralmente os alunos acham complicado.
7	Utilizaria como forma de uma ajuda na nota final o que ajudaria meus alunos e também seria algo fora do corriqueiro despertando uma curiosidade nos alunos sobre do que se trata a dinâmica onde todos aprenderiam juntos.
8	Utilizaria, hoje mais do que nunca, os alunos tendem a não ter total atenção na aula, e com o auxílio do jogo pedagógico, poderia ser interessante para ambas as partes.
9	Utilizaria o jogo em conjunto com perguntas, e a cada acerto o discente iria mudar de fase. Buscaria também dividir a turma em grupos para facilitar a dinâmica.
10	Através da performance de perguntas (passa ou repassa)

Fonte: Baptista (2020).

Por fim, a percepção dos discentes sobre a utilização ou não do jogo de tabuleiro na Educação Básica é o ponto no qual mais se obteve respostas distintas. Inicialmente nem todos têm certeza se utilizariam este tipo de material. No gráfico 6 observa-se que 75%, 9 alunos, responderam que sim, 8,3%, 1 aluno, respondeu que não e 16,7%, 2 alunos responderam talvez.

Se nos questionamentos anteriores mais de 90% dos questionados tiveram uma percepção do jogo de tabuleiro e da utilização de técnicas distintas no Ensino de História de maneira positiva, estimulando a criatividade, criticidade, trabalho em grupo e dinamização da aula, no tocante a se utilizariam este material em sua prática docente a porcentagem já recai para 75% dos que utilizariam. Ou seja, alguns dos que tiveram uma percepção positiva deste material didático não se sentiram seguros ou

atraídos para utilizá-lo, enquanto um dos discentes, novamente reforça sua perspectiva de que não utilizaria este tipo de material e diz que o deveria prevalecer é o que nomeia de “método tradicional”.

Com relação a como os discentes utilizariam o jogo na Educação Básica as respostas também foram distintas, mas no geral este material seria utilizado pelos licenciados em História na Educação Básica para garantir que a turma se interessasse mais no conteúdo trabalhado, estimular o aprendizado, facilitar a compreensão do conteúdo, auxiliar na avaliação, dinamizar a aula, trabalhar em grupos.

Deve-se indicar ainda que esta última pergunta referente a explicação de como utilizariam o jogo na Educação Básica não era obrigatória, portanto, obtivemos apenas 10 respostas e pelo teor destas é perceptível que os 2 discentes que responderam talvez se eximiram em explicar o porquê.

Tendo em vista que no decorrer da pesquisa identificamos que mais de 90% dos discentes consideraram relevante a utilização de recursos lúdicos no exercício de sua prática docente, bem como importantes para a discussão dos conteúdos da disciplina, corroboramos com Meinerz (2013: 103) no tocante à relevância da “[...] inclusão de situações didáticas constituídas a partir do uso de jogos de tabuleiro, jogos digitais ou de dinâmicas de grupo, nos planejamentos e nos processos de ensinar História na Educação Básica.” Para tanto, trabalhar mais com o jogo em sala de aula nas diferentes disciplinas do curso de História no Ensino Superior, tanto no que concerne à discussão conceitual como a elaboração do jogo em conjunto com os discentes e aplicação prática em sala de aula.

Através desta pesquisa, então, foi possível não apenas refletir sobre a importância da utilização de materiais didáticos distintos no Ensino de História, particularmente o jogo de tabuleiro, mas também se os licenciandos em História, futuros professores da Educação Básica, utilizariam esta proposta e se a percebem enquanto uma ferramenta pedagógica importante para o Ensino de História, tendo em vista as discussões pertinentes a este a partir da década de 1980, bem como as perspectivas de Bittencourt (2008), Castro (2010), Corsetti e Canan (2010),

Fonseca (2013), Gerhardt e Nodari (2010), Seffner (2010), Pereira e Giacomoni (2013), Seffner (2013), Fortuna (2013), Meinerz (2013), Giacomoni (2013) e Antoni e Zalla (2013).

Considerações Finais

Deste modo, de que forma a utilização do jogo de tabuleiro pode fomentar o processo de ensino-aprendizagem? Como o professor pode se apropriar de recursos didáticos lúdicos em sua prática docente? Retomando aos questionamentos feitos no início desta discussão inferimos que no contexto que vivemos atualmente e através das discussões presentes no decorrer deste artigo percebe-se que a utilização do jogo de tabuleiro vincula-se a possibilidade do desenvolvimento de aulas dinâmicas que estimulem a criticidade dos alunos, o trabalho em grupo, a criatividade e que coloquem o aluno enquanto o protagonista do processo de ensino-aprendizagem.

No tocante a percepção dos discentes do Curso de Licenciatura Plena em História da referida IES a pesquisa indicou que há uma corroboração com esta perspectiva no que se refere ao Ensino de História e a formação docente destes alunos, sendo imperioso apontar que apenas um indicou a não utilização de recursos didáticos, como o jogo, preferindo aulas expositivas.

Além disso, os discentes também corroboraram com o jogo de tabuleiro enquanto um material didático capaz de produzir diálogos e reflexões no tocante ao Ensino de História, além de reforçarem a importância da utilização deste no Ensino Superior, bem como em sua futura prática docente na Educação Básica.

Desta forma, encerramos este artigo ressaltando a importância do professor de História, seja do Ensino Superior ou da Educação Básica, em sair de sua zona de conforto, em utilizar técnicas de ensino, metodologias e materiais didáticos distintos, favorecendo, assim, o processo de ensino-aprendizagem. Este, por sua vez, não se trata de um texto definitivo sobre como utilizar o jogo de tabuleiro no Ensino de História, apenas um relato de experiência que a partir da participação e aceitação dos discentes do Curso

de Licenciatura Plena em História de uma IES teve resultado positivo. Citando Fortuna (2013: 89) “[...] é preciso apostar no brincar [...]”.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ANTONI, Edson; ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.148-166.
- BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho Baptista. *Jogo de Tabuleiro Revolução Cubana*. 2019a. 1 gravura, color., 10,61 × 14,52 cm. Coleção particular.
- BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Discentes participando da atividade*. 2019b. 1 fotografia.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 5. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2006 (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v. 2).
- CASTRO, Nilo André Piana de. Leitura midiática na sala de aula e nos cursos de extensão: interpretando e construindo conhecimento através de imagens em movimento. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010. p.279-291.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael Rosa Pereira; RIBEIRO, Elisa Antônia. A técnica do questionário na pesquisa educacional. *Evidência*, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.
- CORSETTI, Berenice; CANAN, Silvia Regina. A formação docente na área de História: reflexões a partir da análise das diretrizes curriculares para a formação de professores da Educação Básica. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010. p.41-55.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

FORTUNA, Tânia Ramos. Brincar é aprender. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.64-98

GERHARDT, Marcos; NODARI, Eunice Sueli. Aproximações entre História Ambiental, Ensino de História e Educação Ambiental. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010. p.57-72.

GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

GIACOMONI, Marcello Paniz. Construindo jogos para o Ensino de História. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.118-147.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LIBÂNIO, José Carlos. *Didática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História na sala de aula. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.100-117.

ROCHA, Ubiratan. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sonia Maria Leite (org.). *Repensando o ensino de história*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Nilton Mullet; GIACOMONI, Marcello Paniz. Flertando com o Caos: os jogos no Ensino de História. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.10-24.

SEFFNER, Fernando. Aprender e ensinar história: como jogar com isso?. In: GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (org.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.26-46.

SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do ensino de História. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (org.). *Ensino de história: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST, 2010. p.213-229.

Do conflito ao acordo: as relações dos monarcas portugueses com o clero (1185-1325)

 Láisson Menezes Luiz*

Resumo: Durante a Idade média, as relações entre o poder monárquico e o poder eclesiástico foram muito complicadas, e no reino português não foi diferente. As relações entre os monarcas portugueses e o clero foram marcadas por inúmeros conflitos no reinado de D. Sancho I (1185-1211), e posteriormente agravados nos reinados de D. Afonso II (1211-1223), D. Sancho II (1223-1248) e D. Afonso III (1248-1279). Depois de vários anos de disputas e intrigas envolvendo a coroa e o clero, os problemas só foram amenizados durante o reinado de D. Dinis (1279-1325). Neste sentido, buscamos com este artigo compreender as principais causas desses conflitos e o porquê se demorou tanto tempo até que as partes chegassem a uma solução para as divergências que vinham se arrastando a muito tempo.

Palavras-chave: Portugal, Idade Média, Conflitos, Reis, Clero.

From conflict to agreement: the relationship of Portuguese monarchs with the clergy (1185-1325)

Abstract: During the Middle Ages, the relationship between monarchical power and ecclesiastical power was very complicated, and the Portuguese kingdom was no different. The relations between the Portuguese monarchs and the number were marked by numbers of conflicts during the reign of D. Sancho I (1185-1211), and later worsened in the reigns of D. Afonso II (1211-1223), D. Sancho II (1223-1248) and D. Afonso III (1248-1279). After several years of disputes and intrigues involving a crown and a clergy, the problems were alleviated during the reign of D. Dinis (1279-1325). In this sense, we seek with this article to understand how the main causes of these conflicts and the reasoning process will take so long before parties reach a solution to differences that have been dragging on for a long time.

Keywords: Portugal, Middle Ages, Conflictis, Kings, Clergy.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES/FAPEG. E-mail: laissonmenezes@gmail.com



Em meados do século XII, observa-se uma mudança no panorama político do Ocidente medieval, onde a disputa pelo poder entre os monarcas e os eclesiásticos já não se encontrava apenas no campo político, mas também no jurídico (Fernandes, 2000: 39). Na Península Ibérica, percebemos esses elementos, que dentre outras características ficou marcado por uma retomada política com relação ao processo de fortalecimento do poder nas mãos da monarquia.

No caso do reino português, o poder estava dividido entre o clero, monarquia e senhores. Em algumas regiões, ainda havia o poder concelhio. Quando os monarcas buscaram fazer presente sua autoridade por todo território do reino, passavam a utilizar a legislação com o objetivo de fortalecer o poder monárquico e a organização administrativa, o que acabou gerando inúmeros conflitos (Paes Filho, 2008: 38). Nesse sentido, o intuito desse artigo é refletir, sobre algumas dessas desavenças ocorridas entre a segunda metade do século XII até a primeira metade do século XIV no reino português. Mais especificamente durante os reinados de D. Sancho I (1185-1211), D. Afonso II (1211-1223), D. Sancho II (1223-1248), D. Afonso III (1248-1279) até a assinatura das concordatas no tempo de D. Dinis (1279-1325). Portanto, buscamos compreender as principais causas desses conflitos e o porquê se demorou tanto tempo até que as partes chegassem a uma solução para as divergências que vinham se arrastando a muito tempo.

D. Sancho I (1185-1211)

D. Sancho I, conhecido como *O Povoador*, reinou em um momento no qual, na Península Ibérica, eram travadas diversas guerras entre cristãos e mulçumanos e entre os próprios reinos ibéricos. Foi também um momento difícil para o jovem reino português e para o próprio monarca, que quase entrou em guerra com o clero e o papa, além de estar envolvido em fortes tensões com a alta nobreza (Duarte, 2010: 59-66).

D. Sancho I nasceu em Coimbra, no dia 11 de novembro de 1154, e faleceu em Santarém, no dia 29 ou 30 de março de 1211. Era filho de D.

Afonso Henriques (1179-1185)¹ e D. Mafalda, condessa de Saboia (1146-1157). Passou a desempenhar um papel importante no reino depois que seu pai voltou ferido durante a tentativa de conquista da cidade de Badajoz frente aos mulçumanos, em 1169. Essa iniciativa ficou conhecida como o “desastre de Badajoz”, uma vez que D. Afonso Henriques fracassou, não conseguindo conquistar a cidade, além de ter sido aprisionado pelo rei de Leão, Fernando II (1157-1188) e ter contraído uma grave ferida em uma das pernas. Em razão desses infortúnios, sobretudo, o ferimento na perna que impossibilitou D. Afonso Henriques, entre outras coisas, de montar a cavalo e, principalmente, de se locomover pelo reino, fez com que cessasse as ações militares do primeiro monarca português (Sousa, 2010: 38).

A ascensão de D. Sancho I ao trono ocorreu após a morte de seu pai em Coimbra, em 6 de dezembro de 1185. O novo monarca assumiu o reino em 9 de dezembro do mesmo ano. Durante os primeiros anos de seu reinado, teve que enfrentar uma resistência por parte dos filhos bastardos de seu pai. Além da disputa pela sucessão, entre os anos de 1190 e 1210, o reino português foi assolado por pestes e pelas destruições causadas pelas invasões almóadas nos anos de 1184, 1190 e 1191, dentre outras calamidades. Todos esses fatores contribuíram para que diversos conflitos fossem desencadeados. Foi durante esse período que D. Sancho I começou a ter problemas com o clero, abrindo caminho para uma série litígios envolvendo os reis portugueses e o clero, que durou até meados do século XIV (Mattoso, 1997: 90-92).

Muitos desses conflitos se deram por interferência de D. Sancho I nas questões clericais, em assuntos que não eram de sua jurisdição, agindo em muitos casos com extrema violência:

[...] seja o conflito entre a Sé de Coimbra e o Mosteiro de Santa Cruz, ou entre os eternos litígios entre a cidade do Porto e o seu bispo (e, pior, entre o bispo do Porto e os seus cônegos) (Duarte, 2010: 102).

¹ Afonso Henriques, também conhecido como Afonso I, com o cognome de “o Conquistador”, foi o primeiro monarca de Portugal. Proclamou-se rei em 1139 após a vitória na batalha de Ourique, mas a independência do reino só foi reconhecida em 1179, pelo papa Alexandre III (1159-1181), através da bula *Manifestis Probatum*, expedida em 23 de maio de 1179, na qual confirmou o título de rei a Afonso Henriques e seus sucessores.

A primeira querela envolvendo D. Sancho I e o bispo do Porto, D. Martinho Rodrigues (1191-1235), ocorreu por causa da distribuição das rendas da diocese e do cabido, em que os cônegos acusaram o bispo de ter falsificado o acordo feito entre eles. O arcebispo de Braga teve que intervir, até que finalmente o bispo e o cabido chegaram a um consenso no qual ficou decidido que seria nomeado, pelas partes envolvidas, uma pessoa responsável para administrar a renda no tocante aos cônegos. Ao que tudo indica, para que chegassem a um acordo, os cônegos tiveram que recorrer à proteção do rei, o que provavelmente deve ter desagradado o bispo do Porto (Almeida, 1967: 169).

As discórdias voltaram a ocorrer. Dessa vez a situação foi mais grave pois, segundo Fortunato de Almeida (1967: 169), D. Martinho Rodrigues teve que fugir da cidade e refugiar-se em Roma. O ápice ocorreu durante o casamento do príncipe Afonso com Urraca de Castela, em 1208. Na ocasião, o bispo se recusou a receber os recém-casados quando estes passaram pela cidade do Porto. Os nobres, incentivados pelos oficiais régios, agiram contra os eclesiásticos e saquearam os bens daqueles que apoiavam o bispo, que temendo maiores danos ficou trancando em sua residência, sem sair de lá, “[...] até que resolveu fingir aceitar um acordo com o rei e, depois de libertado, fugiu para Roma” (Mattoso, 1997: 92). A notícia do conflito entre os dois acabou chegando aos ouvidos do papa Inocência III (1198-1216) que, por meio da bula *Graves oppressiones* de 1210, nomeou o bispo de Zamora para pôr fim aos desentendimentos entre D. Sancho I e D. Martinho Rodrigues. O monarca aprovou os termos e prometeu observar a composição da bula *Justis petentium desideriiis* de 1210.²

Mesmo com a intervenção do papa, os conflitos envolvendo o monarca e os eclesiásticos não cessaram. D. Sancho I voltou a ter problemas com os bispos portugueses, principalmente com o bispo de Coimbra, D. Pedro Soares que, aproveitando as discórdias entre o monarca e o bispo do Porto, resolveu

² Parte das bulas *Graves oppressiones* e *Justis petentium desideriiis*, estão publicadas em: SANTARÉM, Visconde de. *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*. Tomo IX. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1884, p. 36-38.

expor algumas queixas. O bispo acusou D. Sancho I por desrespeitar as liberdades e imunidades eclesiásticas. Além disso, o bispo conimbricense queixava-se, entre outras coisas, de que o rei de Portugal usurpava as jurisdições eclesiásticas e que dava e confirmava benefícios sem ter poder para isso, privando os que estavam canonicamente habilitados. Contudo, parece que a questão se agravou depois de um desacordo quanto aos direitos a serem pagos ao rei por uma aldeia de domínio episcopal. O pagamento não havia sido realizado e, em resposta, os oficiais régios invadiram e saquearam as alfaias da Igreja. D. Pedro Soares lançou o interdito sobre a diocese e apelou para Roma. Em contrapartida, o rei mandou confiscar todos os bens dos eclesiásticos e prender o bispo de Coimbra, evitando que saísse do reino e fosse reclamar para o papa, como havia feito o bispo do Porto (Mattoso, 1997: 93).

Entretanto, devido provavelmente a uma doença e, conseqüentemente, ao medo de morrer em conflito com o poder eclesiástico, D. Sancho I mandou soltar o bispo de Coimbra e acabou aceitando as exigências do clero, restituindo o que os seus oficiais tiraram dos religiosos. Porém, o rei veio a falecer no final de março de 1211 e só depois, mais exatamente em maio do mesmo ano, chegou em Portugal uma carta do papa Inocência III absolvendo o monarca das censuras eclesiásticas e confirmando seu testamento. Podemos notar que o que estava em jogo nos conflitos envolvendo o poder monárquico e o poder eclesiástico em Portugal, durante o reinado de D. Sancho I, não era apenas a autonomia do temporal sobre o espiritual, mas também um conflito de jurisdições.

D. Afonso II (1211-1223)

Com a morte de D. Sancho I, o trono português passou a ser ocupado por seu filho D. Afonso II. Que foi rígido em relação aos bens da coroa e, para evitar a usurpação indevida das propriedades do reino, tomou algumas medidas, como as chamadas *Inquirições* e *Confirmações*, realizadas entre os

anos de 1220 e 1221³. Tais ações visavam conhecer a origem das terras que foram dadas como herança, doadas ou títulos de coutos, isto é, foi estabelecida uma investigação nas propriedades que não faziam parte dos bens da coroa. Essa investigação foi motivada pelo fato de que as propriedades pertencentes à nobreza tinham crescido demasiadamente, o que acabava prejudicando o recolhimento dos impostos pelo reino. Essa atitude também pretendia determinar a origem e os limites dos padroados das igrejas e a situação das terras reguengas, com o intuito de evitar que mosteiros e ordens religiosas comprassem ou recebessem bens em grande quantidade, o que gerava inúmeros danos ao reino. E foi justamente devido a essa política exercida por D. Afonso II que o clero, assim como a nobreza, se sentiu ameaçados (Serrão, 1990: 119-120).

Logo no primeiro ano de seu reinado, o monarca reuniu uma cúria notável que buscou a supremacia do poder judicial e legislativo do monarca. D. Afonso II não se restringiu apenas à ação normativa, mas partiu para a ação concreta, expressa pelas Inquirições que visavam fazer o registro dos bens e rendas do patrimônio da coroa, com o objetivo de evitar usurpações por parte de nobres e eclesiásticos. Sua ação também é evidente nas Confirmações, exigindo que os senhores e os concelhos apresentassem provas que fundamentassem suas imunidades. Isso fez com que o monarca criasse uma chancelaria para organizar toda essa atividade burocrática, fazendo surgir um dos mais antigos registros de diplomas régios. Com a valorização do ato escrito, D. Afonso II lançou as bases de um notariado com a função de escrever e dar fé aos documentos (Coelho, 1997: 31-32).

³ Sobre o papel das inquirições durante o reinado de D Afonso II, ver os seguintes trabalhos: COELHO, Maria Filomena. Inquirir em nome de Afonso II: a jurisdição régia a serviço da aristocracia cristã (Portugal, século XIII). *Tempo*, v. 26, n. 1, Niterói, jan./abr. 2020. VILAR, Hermínia Vasconcelos. As Inquirições no contexto do reinado de Afonso II. In: ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês (Eds.). *Inquirir na Idade Média: espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV)*. Tributo a Luís Krus. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, p. 81-98.

D. Sancho II (1223-1248)

Após um breve reinado de apenas 12 anos, D. Afonso II veio a falecer em 25 de março de 1223, deixando um reino fortalecido internamente, mas com o problema das fronteiras não resolvido. Seu herdeiro, futuro D. Sancho II, ainda não havia chegado à maioridade, tinha apenas treze anos, e por isso não podia assumir o trono, ficando sob a tutela de seus vassallos até a sua emancipação. Tal fato pode ter contribuído para que os conflitos se generalizassem e se intensificassem, uma vez que os próprios tutores, entre outros membros da nobreza, aproveitaram da menoridade do monarca para prejudicar os menos favorecidos. O que se verificou, sobretudo, entre a nobreza, que se sentiu prejudicada durante o reinado de D. Afonso II, foi a disputa pelo controle do reino por meio de alianças e pactos, fato que fez o poder transitar de mão em mão, causando prejuízos ao reino (Ventura, 1992: 430-432). Durante o reinado de D. Sancho II, os problemas internos foram intensificados devido aos abusos da nobreza e aos conflitos entre o clero e o monarca, que acabou perdendo o controle do reino, culminando em sua deposição do trono.

O monarca havia herdado muitas dessas divergências do reinado de seu pai. Recebeu um reino com uma situação complicada, principalmente pela política de fortalecimento do poder régio implementada por D. Afonso II, gerando inúmeros problemas envolvendo a nobreza e o clero e fazendo com que o reino ficasse sob interdito. Além disso, estavam:

[...] descontentes muitos senhores, feridos nos seus interesses pelo processo das inquirições; e como se tudo isto fora pequeno encargo para El-Rei, ainda impúbere, renovava-se, ou mantinha-se aceso de tempos anteriores, o conflito com as infantas D. Teresa, D. Sancha e D. Branca [...] (Almeida, 2003: 114).

Desde os primeiros anos do reinado de D. Sancho II, a situação entre o rei e o clero foi complicada. Houve diversos problemas com a Sé de Lisboa, na qual há referências de queixas do episcopado sobre desmandos e violações dos direitos eclesiásticos por parte dos laicos e oficiais régios. Assim, em 1224, o papa Honório III (1216-1227) expediu uma carta na qual mandou o

monarca ressarcir o bispo de Lisboa pelos danos causados por ele e por seu pai (Varandas, 2003: 520).

Podemos observar que o problema envolvendo a monarquia e a Igreja durante o reinado de D. Sancho II, parte dos conflitos aconteceram de-se, sobretudo, quando o monarca começou a interferir nas imunidades do patrimônio eclesiástico e nas liberdades dos membros do clero. D. Sancho II procurou logo no início de seu reinado um apaziguamento com o poder eclesiástico, quando em 1223 convocou uma reunião em Coimbra para assentar uma concórdia entre as partes, resultando na elaboração de um documento composto por dez artigos⁴, no qual o monarca comprometeu-se a manter e proteger privilégios e imunidades eclesiásticas. Assim, ficou decidido, entre outras coisas, que “nas terras de foro eclesiástico a justiça do rei não deverá intervir, a não ser que nenhuma justiça seja feita” (Varandas, 2010: 174-175). Aproveitando a fragilidade em que o poder régio se encontrava, os eclesiásticos buscaram garantir condições favoráveis, principalmente no que diz respeito à interferência nas imunidades eclesiásticas.

Portanto, as fragilidades do reinado de D. Sancho II não se limitavam apenas à sua menoridade, mas também um conjunto de fatores que contribuíram para que elas ocorressem e que envolviam o rei, o clero, a coroa, os nobres e os concelhos. Que foi herdado da política centralizadora exercida por seu pai, o que fez por

[...] chocar com os interesses das elites eclesiásticas do reino. D. Sancho II, o rei *infans*, não recebeu só o trono antes do “seu” tempo. Herdou também as dinâmicas que contra a monarquia se vinham afirmando nos reinados anteriores (Varandas, 2010: 176).

As causas para a deposição de D. Sancho II do trono português são inúmeras, pois como destacamos, desde o início de seu reinado esse monarca teve que enfrentar diversos problemas envolvendo a nobreza. Desde 1226 há evidências de conflitos e, a partir de 1233, há várias menções de lutas envolvendo os burgueses do Porto e o seu bispo, de vários bispos entre si a

⁴ O documento está publicado em: BRANDÃO, Fr. António, Crônicas de D. Sancho II e de D. Afonso III, Porto, Livraria Civilização, 1945, p.345-347.

propósito dos limites de suas dioceses, de membros do clero secular contra as ordens mendicantes e de bispos contra as ordens monásticas. Além disso, José Mattoso (1985: 63) aponta várias querelas graves perpetradas contra igrejas e mosteiros devido aos abusos do poder senhorial.

A insatisfação do clero e da nobreza com o reinado de D. Sancho II, acabou resultando na chamada “guerra civil” envolvendo o monarca e seu irmão e futuro rei de Portugal, D. Afonso III. Ocorrida em 1245, teve início quando os bispos do reino, os ricos-homens, entre outros, reuniram-se e solicitaram ao papa um novo governante ao reino. Os escolhidos para transmitir essa mensagem ao papa foram o arcebispo de Braga e o bispo de Coimbra, que sugeriram o nome do infante Afonso de Bolonha. Seu nome foi citado depois de ganhar notoriedade ao participar da Batalha de Saintes como vassalo de Luís IX, em 1242, e por ter empreendido uma peregrinação a Compostela, fazendo com que seu nome fosse conhecido na cúria pontifícia. A situação de D. Sancho II se complicou depois que o papa Inocêncio IV mandou que se separasse de sua esposa, D. Mécia Lopes de Haro (1245-1270). Segundo o papa, eles se casaram sem a dispensa de consanguinidade. A acusação que partiu do conde de Bolonha, que tinha o intuito de evitar que D. Sancho II e a rainha tivessem filhos legítimos, o que poderia atrapalhar seus planos de assumir o trono do reino português.

Logo depois, o papa expediu a bula *Inter alia desiderabilia*⁵ na qual descreve a situação em que se encontrava o reino, acusando D. Sancho II de causar sérios danos à Igreja e do não cumprimento da justiça. O papa exigiu uma atitude do monarca, e caso este não corrigisse os erros, seriam tomadas duras providências. Após quatro meses, o papa emitiu a bula *Grandi non immerito*⁶ depondo D. Sancho II e nomeando o conde de Bolonha para administrar o reino português. A partir desse momento, mais precisamente em agosto de 1245, foi instalada uma guerra civil no reino português. Houve

⁵ Esta bula está publicada em: COUTO, Johnny Taliateli do. Rei, reino e papado: a destituição de Sancho II de Portugal (Séc. XIII). 2015, 199 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, UFG, Goiânia. 2015, p. 187.

⁶ Esta bula está publicada em: VARANDAS, José. “Bonus rex” ou “Rex inutilis” – As periferias e o centro: redes de poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248). 2003. 905 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Letras, UL, Lisboa. 2003, p. 343-346.

diversos combates envolvendo os nobres que apoiavam o rei e os que apoiavam o conde de Bolonha, resultando na vitória do último. Por fim, vendo que não teria êxito, D. Sancho II abandonou o reino português em 1247, vindo a morrer em Toledo no ano seguinte (Mattoso, 1985: 57-75).

D. Afonso III (1248-1279)

D. Afonso III assumiu o trono após seu irmão D. Sancho II ser deposto devido à pressão exercida pela nobreza e pelo clero, que sentiram seus interesses ameaçados pela instabilidade social instalada no reino durante a administração de D. Sancho II. Porém, antes de subir ao trono, D. Afonso III teve que fazer o juramento de Paris, no qual se comprometeu,

[...] a cumprir tudo aquilo que seu irmão não havia feito e que foram causa de sua deposição. Assim sendo, obriga-se a fazer justiça no reino e a combater a anarquia que então imperava, prejudicando todos os seus súditos e notadamente os clérigos (Malacarne, 2008: 99).

Ainda segundo Cassiano Malacarne, o clero depositava no novo monarca grande confiança, pois este já se mostrava um defensor da Igreja. Entretanto, destaquemos que D. Afonso III encontrou um reino sob grande tensão devido aos conflitos envolvendo a coroa, o clero e a nobreza. Por isso, um dos objetivos iniciais desse monarca foi a restauração da estabilidade política e a consolidação de sua autoridade. Para tal, recompensou aqueles que o auxiliaram na luta contra os apoiadores de D. Sancho II, além de iniciar uma espécie de inspeção pelas principais regiões do reino, como Lisboa, Coimbra, Guimarães, Braga, Ponte de Lima e Arouca, buscando resolver os problemas ali existentes e obter apoio (Mattoso, 1997: 115); (Ventura, 1996: 124).

Durante essas visitas por todo o reino, D. Afonso III verificou que algumas partes estavam em completa desordem. As Inquirições de 1258 revelaram imensos abusos de administração, com os quais a autoridade real sofria. Títulos falsos e outras fraudes eram alguns desses abusos cometidos por parte do clero, dos nobres e de alguns integrantes da cúria régia. Esses fatos exigiram uma atitude mais severa de D. Afonso III, com a finalidade de acabar com as desordens e regalias no reino.

Os eclesiásticos passaram a acusar o monarca de praticar violências contra os religiosos, do confisco de bens e propriedades de clérigos e nobres, da prisão, da eliminação de alguns direitos do clero, do não pagamento de dízimos, entre outras queixas. Em suma, acabou por não cumprir o que havia jurado em Paris em 1245. As discórdias envolveram todos os bispos do reino, inclusive aqueles que foram nomeados pelo próprio monarca e achavam-se na cúria pontifícia entre os anos de 1267 e 1268, lançando cada um o interdito sobre a sua diocese e apresentando ao papa um documento contendo 43 artigos⁷, com diversas queixas contra o monarca, como:

[...] o desprezo pelas sanções eclesiásticas por parte dos juízes e meirinhos régios; a resistência das autoridades régias e concelhias contra a implantação do dízimo pelo clero, nos lugares que ainda não o pagavam, e que eram muitos; a oposição a uma extensão dos privilégios eclesiásticos previstos no direito canónico e que as autoridades seculares procuravam reduzir ao mínimo; a oposição régia à extensão da propriedade e da jurisdição eclesiástica em detrimento das terras e dos direitos da coroa (Mattoso, 1997: 124).

Como resposta às acusações, o rei enviou à cúria papal Afonso Peres Farinha e Mestre Tomé com algumas cartas de diversos concelhos do reino que elogiavam a boa governança do monarca. Além disso, propôs uma viagem à Terra Santa. Diante da iniciativa de D. Afonso III, Clemente IV (1265-1268), em 31 de julho de 1268, levantou o interdito que havia sido lançado pelos bispos portugueses, por seis meses. Porém, segundo José Mattoso (1997: 125), uma série de acontecimentos contribuiu para que a situação envolvendo o clero e D. Afonso III se arrastasse por um longo tempo. Um desses acontecimentos foi a morte do papa Clemente IV em 1268, impedindo o avanço das negociações, sem contar que a cadeira pontifícia ficou sem ser ocupada até março de 1272, quando Teobaldo Visconti foi sagrado papa com o nome de Gregório X (1272-1276). D. Afonso III aproveitou esse período de vacância da Santa Sé para descumprir o que havia prometido ao papa Clemente IV, como a ida à Terra Santa.

⁷ O documento está publicado em: MARQUES, Maria Alegria Fernandes. O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279). 1990. 581 f. Tese (Doutorado em História da Idade Média). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1990, p. 499-521.

O papa Gregório X retomou esse assunto somente em 1273, quando enviou ao monarca uma bula o recordando dos principais abusos que eram praticados contra os eclesiásticos no reino português e pediu ao monarca que garantisse segurança aos bispos para que estes retornassem ao reino sem medo de represálias. O papa nomeou como seus delegados os superiores das ordens franciscana e dominicana, com o objetivo de levantar o interdito por sete meses caso o monarca promettesse corrigir seus erros. Entre 1273 e 1274, D. Afonso III reuniu as Cortes em Santarém para cuidar do tema em questão, onde também estavam presentes os delegados papais. Em resposta, o monarca declarou que desejava obedecer ao papa e nomeou uma comissão composta de 35 nobres e eclesiásticos para tratarem do assunto e reparar as queixas contra os religiosos. Os delegados do papa, representados pelo prior dominicano e o guardião franciscano, comunicaram ao pontífice a boa vontade do rei em reparar os danos causados aos eclesiásticos. Até meados de 1275 a situação apaziguou-se, também pelo fato de o papa estar envolvido com o Concílio Ecuménico de Lyon de 1274.

Ainda em 1275, o papa emitiu a bula *De Regno Portugaliae*, em que defendia os bispos e outros eclesiásticos das perseguições realizadas pelo rei. Menciona os conflitos envolvendo os reis de Portugal no tempo de D. Afonso II, D. Sancho II e D. Afonso III. Com isso, recordava a disposição de D. Afonso III em defender a fé cristã, quando este ainda era o conde de Bolonha, assim como o juramento que ele havia feito em Paris, em 1245, de acordo com o que estava prescrito nas bulas de Honório III e Gregório IX (Duarte, 2007: 2). Além de considerar as Cortes realizadas em Santarém uma farsa, colocando prazos para o rei resolver a situação, caso o monarca não viesse a cumprir, seria aplicado a ele e ao reino uma série de duras penas canônicas, ou seja:

[...] três meses depois de receber o documento, cairia o interdito sobre os lugares onde ele estivesse; ao fim dos quatro meses seguintes, incorreria em excomunhão e perdia todos os direitos sobre os seus bens de padroado eclesiástico; um mês mais tarde, alargar-se-ia o interdito geral a todo o reino; finalmente, ao cabo dos três meses seguintes, o papa dispensaria todos os súbditos do rei do juramento de fidelidade e de qualquer obrigação de obediência à sua autoridade (Mattoso, 1997: 125).

Porém, o papa Gregório X veio a falecer em janeiro de 1276. Para ocupar seu lugar, foi eleito Pierre de Tarentaise, em 21 de janeiro de 1276, adotando o nome de Celestino V. Mas seu pontificado foi breve, durou apenas cinco meses. Em relação às discórdias entre D. Afonso III e o clero, este teria enviado à Portugal Frei Nicolau Hispano com a Bula *De Regno Portugaliae*, do papa Gregório X, seu predecessor, destinada a D. Afonso III. Provavelmente, devido à morte de Celestino V, o frei regressou à Roma sem ter cumprido sua missão. As negociações voltaram a ocorrer no pontificado do português Pedro Hispano, que levou o nome de João XXI (1276-1277), que incumbiu novamente o franciscano Frei Nicolau Hispano a cumprir a missão dada ainda por Celestino V. Após diversas tentativas frustradas, em 6 de janeiro de 1277, Frei Nicolau voltou a insistir com o monarca:

[...] diante dos infantes, de seus altos funcionários, para que lhe desse o documento, conforme o exigido na bula de Gregório X, o rei mais uma vez se esquivou, alegando que era intenção do papa João XXI abrandar a ordenação de seu predecessor (Duarte, 2006: 2558).

Todavia, o enviado do papa deu sua missão por encerrada e como resultado deixou “[...] um país interdito, um rei excomungado, os súbditos desligados do juramento de fidelidade e da homenagem ao rei, circunstâncias que não se alterariam até à morte do rei, em 16.II.1279” (Marques, 1990: 413).

Por isso, em 17 de janeiro de 1278, D. Afonso III chamou à sua presença D. Durando, bispo de Évora, Pedro Martins, seu tesoureiro, Vicente Anes, chantre de Évora, frei Mendo, prior dos frades pregadores, frei Domingos, guardião dos frades menores de Lisboa e os fidalgos da corte. Perante estes, o monarca prometeu acatar as solicitações da Santa Sé, restituindo todas as coisas que foram retiradas dos eclesiásticos, sobretudo as terras. Mas, D. Afonso III não conseguiu amenizar as relações com tais grupos, morrendo excomungado e deixando o reino sob interdito papal. Como herança, D. Afonso III deixou para o seu sucessor questões a serem resolvidas entre o reino e o clero.

D. Dinis (1279-1325)

D. Dinis, segundo filho de D. Afonso III e de D. Beatriz de Castela (1253-1279), foi o sexto monarca português e governou o reino por 46 anos. Nasceu em berço ilegítimo, pois seu pai, quando contraiu matrimônio com D. Beatriz de Castela, ainda estava casado com a condessa D. Matilde de Bolonha, desrespeitando assim as ordens da Igreja, que acabou punindo D. Afonso III com um interdito sobre o reino. Segundo Américo Cortez Pinto (1982: 29), quando D. Dinis nasceu era filho ilegítimo tanto na esfera civil quanto na canônica e, conseqüentemente, não tinha direito ao trono. Foi com essa acusação que seu irmão, o infante D. Afonso, contestou a legitimidade de D. Dinis, reclamando para si o direito ao trono. Mas, em 1263, por meio da bula *Qui celestia simul*, de 19 de junho, expedida pelo papa Urbano IV (1261-1264), D. Afonso III conseguiu obter a legitimação matrimonial, encerrando assim um período de conflitos com o papado (Santos, 2010: 248). O que não deve ter saído barato para D. Afonso III, pois como consta na *Crônica dos sete primeiros reis de Portugal* (2009: 252), “[...] custou a elRey a legitimação do Jffante D Denjs que era já nado, muj grande aver dos seus tesouros”.

D. Dinis subiu ao trono após a morte de seu pai em 16 de fevereiro de 1279, tinha cerca de dezoito anos quando se tornou rei. A tarefa que tinha pela frente não era fácil. Herdou uma coroa e um reino desestabilizados devido às discórdias entre seu pai e o clero, pairando sobre todo o reino o interdito papal. Desde o final do reinado de D. Afonso III, parte dos bispos portugueses encontravam-se em Roma, entre eles, D. Martinho, bispo de Braga, D. Egas, bispo de Coimbra, D. Mateus, bispo de Viseu, D. Mateus, bispo de Lisboa, D. Vicente, bispo do Porto e D. Rodrigo, bispo da Guarda (Marques, 1990: 390).

A solução dos conflitos com o clero não foi uma tarefa simples e rápida. Foram realizadas muitas discussões e os primeiros acordos foram estabelecidos somente dez anos após a subida de D. Dinis ao trono. Ao todo foram promulgadas três concordatas durante o reinado dionisino: duas no ano de 1289, uma com 40 e outra com 11 artigos, e uma terceira em 1309,

contendo 22 artigos. Entre os assuntos abordados por esses documentos, destacamos o desrespeito aos privilégios, liberdades e bens eclesiásticos, além de queixas relativas ao lançamento de um interdito ou excomunhão pelo clero, isenção do foro eclesiástico e abusos cometidos contra o patrimônio das igrejas portuguesas. Há ainda reclamações contra às Inquirições anteriormente lançadas, contra a cobrança indevida de impostos, como a terça para a manutenção de muralhas, bem como contra as limitações impostas pelo monarca aos escambos feitos entre instituições religiosas.⁸

O rei seria absolvido de todas as penas e o interdito retirado, se no espaço de quatro meses aceitasse a concordata, o que aconteceu nas Cortes que se reuniram em Lisboa, no dia 4 de agosto de 1289, onde o monarca firmou o compromisso de nunca mais hostilizar a Sé Apostólica, o que em parte não cumpriu. Prova disso, foi que 20 anos depois, em 1309, houve a promulgação de mais uma concordata, dessa vez, envolvendo apenas D. João Martins de Soalhães (1294-1312), bispo de Lisboa, e o seu cabido, na qual D. Dinis era cobrado do que ele havia prometido nos documentos de 1289.

O reinado de D. Dinis, além de favorecer a amenização das divergências entre a coroa portuguesa e o clero, o monarca implantou várias mudanças na sociedade, na economia e no comércio, que tiveram grande desenvolvimento. O rei também se preocupou com a defesa do reino, construindo novos castelos e muralhas nas cidades, foi responsável pela organização e desenvolvimento do sistema marítimo, contratando o genovês Manuel Pessanha, a quem deu o cargo perpétuo e hereditário de almirante (Marques, 2010: 201-202).

Após um reinado de quase meio século, D. Dinis veio a falecer aos 64 anos. Não é difícil imaginar que o monarca, já idoso, estivesse com a saúde bastante debilitada. D. Dinis faleceu em 7 de janeiro de 1325 e foi sepultado no Mosteiro de São Dinis de Odivelas, construído em 1295 a pedido do rei.

⁸ Para um melhor entendimento do papel das concordatas no reinado de D. Dinis ver: COSTA, António Domingues de Sousa. As concordatas portuguesas. *Itinerarium*, ano XII, nº 51, p. 24-46, 1966. Conferir também o estudo que fizemos a respeito desse assunto: LUIZ, Láisson Menezes. As concordatas: abusos e violências cometidas contra os clérigos em Portugal ao tempo de D. Dinis (1279-1325). *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v. 1, n. 2, p. 58-72, 2012.

Deixou o governo do reino para seu filho, D. Afonso IV, que estava presente em seu leito de morte, assim como a rainha D. Isabel, os filhos bastardos, D. Pedro Afonso, D. João Afonso, entre outros membros da corte.

Considerações finais

Observamos, que os conflitos envolvendo os primeiros monarcas portugueses e o clero foram gerados por diversos motivos, tendo sido grande parte das hostilidades ocasionadas pela política de fortalecimento do poder régio, principalmente nos reinados de D. Afonso II e D. Afonso III. Política que visava limitar o patrimônio e privilégios da nobreza e sobretudo dos eclesiásticos.

O resultado dessa política, levada a cabo pelos monarcas portugueses, desencadeou uma série de graves conflitos entre os dois poderes, que se arrastaram por um longo tempo sem que houvesse qualquer entendimento entre as partes. Neste sentido, destacamos o papel desempenhado por D. Dinis ao longo de seu reinado, pois este monarca realizou um grande esforço de conciliação com o clero, obtendo, diferentemente de seus antecessores, resultados mais satisfatórios, conseguindo exercer seu poder e, ao mesmo tempo, amenizar e estabelecer uma boa relação com o poder eclesiástico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fortunato de. *História de Portugal*. Volume I. Porto: Portugalenses Editora, 1967.

_____. *História de Portugal – Desde os tempos pré-históricos a 1580*. Lisboa: Bertrand Editora, 2003.

COELHO, Maria Helena da Cruz. O poder na Idade Média: um relacionamento de poderes. In: SILVEIRA, Luís Nuno Espinosa da (Coord.). *Poder central, poder regional, poder local: uma perspectiva histórica*. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 27-46.

COUTO, Johnny Taliateli do. *Rei, reino e papado: a destituição de Sancho II de Portugal (Séc. XIII)*. 2015, 199 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, UFG, Goiânia. 2015.

CRÔNICA dos sete primeiros reis de Portugal. Volume II. Edição crítica por Carlos da Silva Tarouca. 2ª edição. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2009.

DUARTE, Luís Miguel. D. Sancho I. In: *História dos reis de Portugal: da fundação à perda da independência*. Volume I. Lisboa: QuidNovi, 2010, p. 57-104.

_____. Os franciscanos e o ensino da Teologia na universidade, em Portugal, ao tempo de D. Dinis. In: *Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da educação*. 17 a 20 de abril de 2006, Uberlândia, p. 2553-2562.

_____. D. Frei Tello e o sínodo bracarense de 1281. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. História e Multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. 15 a 20 de junho de 2007, São Leopoldo, p. 1-7.

FERNANDES, Fátima Regina. *Comentários à legislação medieval portuguesa de Afonso III*. Curitiba: Juruá. 2000.

MALACARNE, Cassiano. A prática do direito adversário: as infrações institucionais de D. Dinis às leis canônicas (1279-1325). 2008. 535 f. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre. 2008.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes. O papado e Portugal no tempo de D. Afonso III (1245-1279). 1990. 581 f. Tese (Doutorado em História da Idade Média). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1990.

MATTOSO, José. A crise de 1245. In: *Portugal medieval: novas interpretações*. Lousã: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 57-75.

_____. *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PAES FILHO, Flávio Ferreira. *A práxis político-administrativa nos textos legais dos monarcas portugueses (Séculos XIII-XIV)*. 2008. Tese. 389 f. (Doutorado em História Medieval e do Renascimento). Faculdade de Letras, UP, Porto. 2008.

PINTO, Américo Cortez. *Diónisos: poeta e rey*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

SANTOS, Maria José Azevedo. D. Dinis, o lavrador (1279-1325). In: *História dos reis de Portugal: da fundação à perda da independência*. Vol. 1. Lisboa: QUIDINOVI, 2010, p. 246-298.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Estado, Pátria e Nação (1080-1415)*. 4ª edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1990.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. Idade Média (Séculos XI-XV). In: RAMOS, Rui (Coordenador). *História de Portugal*. 4ª edição. Lisboa: A esfera dos livros, 2010, p. 15-197.

VARANDAS, José. "Bonus rex" ou "Rex inutilis" – As periferias e o centro: redes de poder no reinado de D. Sancho II (1223-1248). 2003. 905 f. Tese. (Doutorado em História). Faculdade de Letras, UL, Lisboa. 2003.

VENTURA, Leontina. A nobreza de corte de Afonso III. 1992, 2 volumes. (Doutorado em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1992.

_____. Afonso III e o desenvolvimento da autoridade régia. In: *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 123-144.

“Será muito justo dar-se regimento aos governadores”: o regimento dos governadores de Pernambuco e a reestruturação do Estado do Brasil (1654-1670)

 Marcos Arthur Viana da Fonseca*

Resumo: A conjuntura posterior a Restauração da dinastia de Bragança no trono português, em 1640, e a expulsão dos holandeses de Pernambuco, em 1654, foi caracterizada pela reorganização político-administrativa da América portuguesa. A Coroa planejava uma reorganização das hierarquias políticas das capitanias do Estado do Brasil. Os governadores de Pernambuco, no entanto, representavam um entrave aos objetivos da monarquia. Sem uma jurisdição precisa, a administração destes governadores incomodava aos poderes locais e aos governadores-gerais da Bahia, que desejavam limitar a sua autoridade. Este artigo propõe-se a analisar o processo de produção do regimento de governo da capitania de Pernambuco diante do contexto político de conflito jurisdicional entre Pernambuco e Bahia e das demandas apresentadas pelas elites locais, por meio de arbítrios, ao monarca português.

Palavras-chave: Regimento, governadores, Pernambuco, hierarquias.

“Será muito justo dar-se regimento aos governadores”: the regiment of the governors of Pernambuco and the restructuring of the State of Brazil (1654-1670)

Abstract: The scenario after the restoration of Bragança dynasty on the Portuguese throne, in 1640, and the expulsion of the Dutch Rule from Pernambuco, in 1654, was characterized by the political and administrative reorganization of Portuguese America. The Crown planned a reorganization of the political hierarchies of the captaincies of the State of Brazil. The governors of Pernambuco, however, represented an obstacle to the goals of the monarchy. Without a precise jurisdiction, the administration of these governors disturbed the local authorities and the Governors General of Bahia, who wished to limit their authority. This article seeks to analyze the process of production of the government regiment of the captaincy of Pernambuco in the face of the political setting of jurisdictional conflict between Pernambuco and Bahia and the requests presented by local elites, through discretions, to the Portuguese monarch.

Keywords: Regiment, governors, Pernambuco, hierarchies.

* Doutorando pelo programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e bolsista de demanda social pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS). Membro do Laboratório de Experimentação em História Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (LEHS-UFRN) e do Núcleo de Estudos de História Moderna (NEHMO-UERJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: marcos_megi2@hotmail.com



O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de produção do regimento dos governadores de Pernambuco, entre as décadas de 1650 e 1670, de acordo com reforma político-administrativo empreendida pela Coroa neste contexto e de acordo com as demandas e exigências das elites locais. A historiografia que analisou o tema da jurisdição do governador de Pernambuco apontou para o contexto das disputas jurisdicionais entre os governadores desta capitania e o governo-geral da Bahia pelas Capitanias do Norte e pela hegemonia sobre os provimentos de patentes militares e provisões de ofício (Acioli, 1997: 81-134; Mello, 2003: 21-61; Chaves Júnior, 2017: 63-98; Curvelo, 2019: 117-152). Partindo desta discussão, o presente trabalho pretende apontar como as demandas e exigências das elites locais também pressionaram a produção do regimento dos governadores de Pernambuco por parte da Coroa. Para esta análise, serão analisadas fontes documentais inéditas constituídas por arbítrios políticos que foram registrados em diferentes arquivos nacionais, tais como o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional da França.

A recente historiografia sobre a administração na América portuguesa tem apontado para a importância da reconfiguração administrativa ocorrida no Estado do Brasil após a Restauração, em 1640. Alguns autores têm demonstrado a importância do regimento, enquanto um instrumento jurídico normativo, como principal instrumento jurídico utilizado nessa reestruturação governativa (Gouvêa: 2001: 285-315; Cosentino, 2009; Ribeiro, 2016: 103-132; Araújo, 2018; Ribeiro, 2019: 107-126). Desta forma, como apontou a historiografia, era por meio dos regimentos que a jurisdição governativa dos governadores e capitães-mores da América portuguesa era instituída (Cosentino, 2009: 65-85, 203-217; Vianna Júnior, 2014: 89-133). Compreende-se neste trabalho que os regimentos eram documentos normativos capazes de delegar a autoridade real e instituir as jurisdições dos ofícios governativos. Por meio deste documento, a Coroa portuguesa definia a jurisdição modelar de determinado cargo administrativo, de acordo com a conjuntura e circunstância de produção do documento, e estabelecia hierarquias políticas entre os diferentes cargos governativos ao limitar a

jurisdição de determinadas autoridades em detrimento de outras. Importante salientar, no entanto, que os regimentos não significavam documentos estáticos. Concorde-se neste ponto com Hugo Araújo de que os regimentos eram documentos dinâmicos, adaptáveis as diversas conjunturas da governação ultramarina (Araújo, 2018: 78-83).

A ascensão da casa ducal de Bragança ao trono português, em 1640, trouxe novas mudanças político-administrativas para o Estado do Brasil. Maria de Fátima Gouveia apontou que após 1640 a monarquia portuguesa começou a implementar políticas de governabilidade que permitissem a retomada do governo da Coroa diante do conjunto imperial, após a transição da nova dinastia e o fim da integração de Portugal na monarquia compósita hispânica. A governabilidade consistia em um reordenamento institucional das hierarquias políticas do Atlântico Sul português e perpassava pela criação de instituições ou de mecanismos e estratégias administrativas que permitissem o melhor exercício do por parte dos reis portugueses (Gouvêa, 2001: 285-299). Nesse sentido, aponta-se para a criação do Conselho Ultramarino, órgão da monarquia polissinodal criado em 1642 e em funcionamento em 1643, como um dos principais mecanismos da monarquia para a administração, negociação e pactuação entre o poder central e as elites locais no Império (Caetano, 1967; Barros, 2008; Rocha, 2013; Loureiro, 2014; Moreira, 2015; Cruz, 2015; Bicalho, Costa, 2017: 137-158).

A reforma político-administrativa empreendida pela Coroa não esteve resumida somente à criação de órgãos e tribunais reinóis. Pelo contrário, a política empreendida pelos Bragança pressupunha uma ampla reorganização das próprias instituições político-jurisdicionais e das hierarquias espaciais da América portuguesa (Oliveira, 2018). Cerca de dois meses após a assinatura do tratado de rendição das forças holandesas estacionadas no Recife, em 31 de março de 1654, o Conselho Ultramarino se reuniu para discutir a reordenação das circunscrições político-jurisdicionais do Estado do Brasil. Como apontou Hugo Araújo, em sua análise sobre esta consulta, a principal proposta do Conselho era a de reorganizar as jurisdições militares do Estado do Brasil, daí a importância do léxico utilizado pelo conselho para se referir as capitanias: províncias. Segundo o autor, a escolha deste vocábulo estava

intimamente relacionada a percepção dos conselheiros de que os territórios ultramarinos na América eram equivalentes as províncias do Reino, encarregada a governadores de armas (Araújo, 2018: 85-90).

Segundo a consulta apresentada pelos conselheiros, “parece necessário dar forma ao governo político e militar de todas elas [capitanias do Brasil]” (AHU-PE, D. 466). O Conselho sugeriu que o governo das armas das províncias fosse exercido por uma só pessoa que possuísse valor, qualidade e experiência para que exercesse o governo militar daquelas circunscrições. De acordo com os conselheiros, não era razoável e nem prático que a liderança militar fosse dividida entre mestres de campo, cabos e sargento-mores, pois poderia proporcionar ocasiões de discórdias, controvérsias e paixões desenfreadas. O melhor modo de se proceder com a organização política era a de não se inovar, já que “não há melhor ciência, nem razão de Estado, que usar dos meios com que se ganhou” (AHU-PE, D. 466).

Sobre o modo de governo particular da capitania de Pernambuco, os conselheiros ultramarinos acharam suficiente que para o governo daquela capitania e suas dependências fosse nomeado um mestre de campo general. O posto militar referenciado pelos conselheiros era uma das principais patentes das tropas militares portuguesas. Segundo os tratadistas militares da Restauração, Antonio Gallo e João de Medeiros Correa, o mestre de campo general era responsável pelo governo de diversos terços, um agregado composto de companhias de infantaria, e hierarquicamente inferior somente ao capitão-general e aos governadores de armas. Os nomeados para este posto geralmente contavam com origem fidalga e *status* social elevado (Cosentino, 2012: 725-753). No contexto da guerra contra os holandeses, a Coroa portuguesa nomeou o fidalgo Francisco Barreto de Meneses como mestre de campo general de Pernambuco, com o comando dos terços da capitania, para liderar a guerra contra a Companhia das Índias Ocidentais (Mello, 2018: 28-29; Fonseca, 2019: 20-21). Neste sentido, a decisão de se manter Francisco Barreto de Meneses como governador da capitania de Pernambuco, sugerida pelo Conselho Ultramarino, apontava para o temor de que a Companhia das Índias Ocidentais voltasse a atacar a capitania e aí a

necessidade de se manter um oficial com alta patente militar no governo e, por outro lado, a de que a administração da capitania ainda não exigia um grande aparato político-institucional. Assim, justificavam os conselheiros que “os negócios que se oferecerem, ao menos nestes primeiros anos quase todos serão militares, [...] Parece ao Conselho, que a pessoa que tiver o governo militar, tenha juntamente o político” (AHU-PE, D. 466).

Diante da reorganização político-administrativa da capitania, o Conselho apontou que não havia a necessidade de se implantar um complexo aparelho jurisdicional, a princípio. De acordo com os conselheiros, o rei evitava grandes inconvenientes em modificar as jurisdições existentes no Estado do Brasil, principalmente as do governo-geral. Assim, concluíam o parecer argumentando que “desta maneira, fica também sem queixa a jurisdição suprema do governador-geral do Estado, que se não derroga, nem altera em nada” (AHU-PE, D. 466). Portanto, a proposta de reorganização do Conselho Ultramarino pressupunha uma estruturação das hierarquias espaciais da América portuguesa que conservasse as antigas jurisdições já existentes.

Em voto separado, o conselheiro Salvador Correia de Sá e Benevides propôs uma divisão dos “governos das províncias largas”, para que o rei pudesse melhor administrar a República e premiar os vassallos com postos e governos do Brasil. Segundo o conselheiro, as províncias do Estado do Brasil deveriam ser divididas em quatro governos: o primeiro correspondia ao governo do Sul, ou as Capitanias do Sul, com a cabeça sendo o Rio de Janeiro; o segundo governo era o da Bahia; o terceiro governo seria o de Pernambuco; e o último governo seria o Maranhão (AHU-PE, D. 466).

Salvador Correia de Sá também defendia uma reestruturação militar destas capitanias, de acordo com a importância estratégica de cada um destes governos. É possível visualizar o resumo de sua proposta no quadro seguinte:

Quadro 1 – Hierarquia e divisão dos governos militares na América portuguesa proposta por Salvador Correia de Sá (1654)					
Centros de governo	Capitanias e territórios subordinados	Perfil dos Governantes	Número de Terços	Número de Companhias	Número de Soldados

Bahia	Capitanias de Sergipe del Rey, Ilhéus, Porto Seguro	Nobres titulados, conselheiros e governadores de armas	2	24	2400
Rio de Janeiro	Rio das Caravelas, capitanias de Espírito Santo e São Vicente	Governadores de armas e conselheiros	1	12	1200
Pernambuco	Do rio São Francisco até a capitania do Rio Grande	Mestres de campo e patentes superiores	2	Não informa	2400
Maranhão	Ceará e Grão-Pará	Mestres de campo, capitães de cavalos e sargentos-mores	0	3 ou 4	300 a 400

Fonte: ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do Governo-Geral (1642-1682)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. p. 87.

Como disposto no quadro acima, a reforma proposta por Salvador Correia de Sá teria como por objetivo reformar o governo militar da América portuguesa, ao estruturar a divisão militar a partir de 4 capitanias principais. A Bahia, no entanto, permaneceria como o principal governo na América. O próprio Salvador Correia de Sá apontou que lhe parecia que “dividindo-se o governo do Brasil na parte militar, poderia na civil ficar unido como se tem dito, deixando em a própria e antiga jurisdição e autoridade o governador-geral da Bahia” (AHU-PE, D. 466). Ou seja, o conselheiro era favorável, assim como a maioria do Conselho Ultramarino, a conservar a manter a antiga divisão político-jurisdicional do governo-geral e das hierarquias espaciais entre a Bahia e demais capitanias do Estado do Brasil.

O rei foi favorável ao parecer do Conselho Ultramarino, mas contrário ao voto de Salvador Correia de Sá, e nas décadas seguintes a Coroa implantou, progressivamente, uma política de redefinição das estruturas espaciais e institucionais dos postos governativos do Estado do Brasil. A Coroa reconhecia a existência de espacialidades distintas nas América

portuguesa, na figura das capitanias principais de Pernambuco e Rio de Janeiro, que corroíam a autoridade do governo-geral (Cardim, 2014). A capitania do Rio de Janeiro desempenhava um papel importante de cabeça das Capitanias do Sul, sobretudo após a experiência de um governo separado do restante do Estado do Brasil, com a Repartição do Sul, em 1572-1577. A mesma experiência, de um governador com autonomia com cabeça no Rio de Janeiro, foi novamente recriada em 1658-1663 (Ribeiro, 2016: 103-122). Do mesmo modo, a capitania de Pernambuco era considerada a principal capitania entre as Capitanias do Norte. Donataria administrada pela família Albuquerque Coelho, a Coroa filipina passou a implementar uma série de medidas políticas, durante as duas primeiras décadas do século XVII, com o intuito de reduzir a autoridade dos donatários perante o governo-geral (Dutra, 1973: 19-60). A divisão dos governos proposta por Salvador Correia de Sá entre Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro significava o reconhecimento por parte do Conselho Ultramarino da posição política e estratégica que estas duas capitanias desempenhavam como governos regionais.

Diante desta situação, a Coroa passou promover uma reforma político-administrativa dos postos governativos do Estado do Brasil por meio da produção de novos regimentos. No contexto dos conflitos jurisdicionais existentes entre Bahia e os governos de Pernambuco e Rio de Janeiro, os regimentos atuaram como instrumentos normativos capazes de instituir as jurisdições destas autoridades como modelos a serem seguidos e de estabelecer uma hierarquia política entre os governos das capitanias sujeitas ao governo-geral. Importante destacar que a produção do regimento do governo da capitania de Pernambuco, inserido neste contexto mais amplo, não foi somente marcado pelos interesses da monarquia em dirimir os conflitos de jurisdição entre os governadores sediados em Olinda e os governadores-gerais e de encaixar Pernambuco na hierarquia do Estado do Brasil. O regimento foi produzido após longas demandas e exigências da população da capitania por limites e freios a autoridade absoluta exercida por estes oficiais na governação da capitania, como se verá adiante.

Após a Restauração e a expulsão dos holandeses, a autoridade do governador passou a ser questionada. Antiga capitania donatária,

Pernambuco foi incorporada ao patrimônio régio após 1654 (Assis, 2001: 186-214; Saldanha, 2001: 141-269). O ofício de governador, inexistente no período anterior a 1630, havia sido criado com a nomeação de Francisco Barreto de Meneses (1648-1657) para o posto de mestre de campo general do Estado do Brasil. Nesta conjuntura, não existia um documento normativo que delimitasse a autoridade administrativa dos governadores ou servisse como guia instrumental para a governação da capitania. A ausência do regimento provocou uma série de atritos entre os governadores e os poderes locais, que desejavam ver limitada a autoridade do representante régio, e os governadores-gerais, que desejavam restringir a autonomia dos governadores de Pernambuco.

Em carta endereçada ao rei D. João IV (1640-1656), de 20 de janeiro de 1655, o governador da capitania de Pernambuco, Francisco Barreto de Meneses (1648-1657), escreveu sobre os problemas administrativos da capitania decorrentes da ausência de regimentos. Com a invasão holandesa, todos os regimentos da capitania haviam sido destruídos. Oficiais de justiça, fazenda e o próprio governador não possuíam instrumentos normativos que pudessem guiar a sua administração. E como “não é justo que a pessoa que governar aquela capitania esteja sem regimento”, o governador requereu ao monarca que produzisse um regimento para o governo daquela capitania (AHU-PE, D. 527). O pedido de Francisco Barreto, deste modo, ilustrava a importância dos regimentos para a governação ultramarina, servindo como instrumentos normativos e guias de governo aos governantes daquelas conquistas. Era por meio destes documentos que a jurisdição dos governadores era definida e o ofício governativo institucionalizado. O Conselho Ultramarino, em parecer de 6 de abril de 1655, concordou com o governador e urgiu que o monarca enviasse o quanto antes os regimentos para os oficiais da capitania (AHU-PE, D. 527).

É possível perceber, portanto, como a ausência de regimento causava um transtorno administrativo, tanto para os governadores como para os súditos daquelas capitanias. A ausência de um “certo modo de proceder” do regimento, como definido por Raphael Bluteau, afetava a boa administração dos governadores, pois não lhes definia os limites da sua jurisdição

institucional e ameaçavam a degeneração do governo em tirania (Bluteau, 1720: 199-200). Ainda durante o período da guerra contra os holandeses, os principais moradores da capitania endereçaram uma carta ao rei D. João IV alertando para os abusos dos mestres de campo que governavam a capitania. De acordo com a carta, escrita em 26 de março de 1650, os oficiais que governavam a capitania, notadamente os mestres de campo, não respeitavam a jurisdição das autoridades (AHU-PE, D. 542).

A insatisfação com os abusos dos governantes da capitania de Pernambuco perdurou após o fim da guerra, como aponta fonte inédita arquivada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. O documento era um arbítrio, uma espécie de conselho, proposta ou papel político, que foi apresentado ao rei com o objetivo de expor a Coroa os modos eficazes de se administrar a capitania de Pernambuco (Curto, 2009: 177-194). O documento havia sido escrito por um autor anônimo, em dezembro de 1663. No papel, o autor apontou que “será também muito justo dar-se regimentos aos governadores de Pernambuco e esse que se registre na câmara e em o que não estiver [registrado] se lhe não obedeça, nem guardem as mais provisões e ordens” (ANTT, Livro 23: 217). A proposição do anônimo sugeria duas questões fundamentais: a primeira, da necessidade de que os governadores de Pernambuco possuíssem um regimento, para servir de guia e instrução no governo da capitania; o segundo, que somente seriam obedecidas as instruções e as ordens estabelecidas pela jurisdição do regimento registradas nas câmaras e nas secretarias, ignorando-se quaisquer provisões em contrário.

A ênfase na não observância das ordens que não estivessem definidas regimentalmente parecia indicar um trauma relativo à exacerbação da autoridade legítima por parte do governador. De fato, no restante das advertências feitas pelo autor, os atos de tirania eram descritos como ações frequentes dos governadores de Pernambuco. O anônimo advertiu e exortou o rei a determinar as seguintes mudanças na capitania:

Proibir o governador [para] que se não intrometa nas causas da câmara [...] e que se não lancem pedidos, nem fintas mais que as de que trata a Ordenação. [...] Que se declare que o

governador, pois não é mais que capitão-mor, não empra a câmara e que não proveja os ofícios de justiça [e havendo necessidade que] se provejam na forma da Ordenação. [...] [Deveria] Mandar Sua Majestade que o governador se não intrometa no regimen da República, mais que no [governo] militar e no mais de seu regimento (ANTT, Livro 23: 216v-217).

As proposições feitas pelo autor anônimo revelam de forma surpreendente uma percepção política realista sobre os limites e as dificuldades da implementação do bom governo na capitania de Pernambuco. O autor acusou, por um lado, os governadores de desrespeitarem determinados privilégios e jurisdições estabelecidos na capitania. Compreende-se, portanto, que o pedido para que os governadores não interferissem nos assuntos concernentes a administração camarária como um pedido para que o rei proibisse qualquer hipótese de intervenção nos contratos das câmaras e na própria eleição dos oficiais. Além disso, o pedido do autor reforçava o sentimento de arbitrariedade do poder e a da jurisdição dos governadores ao solicitar que as fintas e tributos estivessem de acordo com as Ordenações Filipinas.

Deste modo, segundo o autor anônimo, os governadores da capitania de Pernambuco não respeitavam as normas régias e agiam arbitrariamente. Diante desta situação apenas uma solução era viável para encerrar o problema: um regimento para os governadores da capitania. Como já apontado anteriormente, a ausência de um documento jurídico, tal como o regimento, que instituísse as jurisdições e o modelo de governação acabava por garantir ao governador uma área cinza de atuação, na falta de instruções sobre sua jurisdição. Como apontou Antônio Manuel Hespanha, a Idade Moderna foi marcada por diversos ordenamentos jurídicos, para além da legislação régia. Neste cenário, o direito senhorial, o direito canônico e o direito costumeiro desempenhavam um importante papel pois também assumiam o caráter de direito subsidiário. Assim, sem um regimento que instruísse os governadores de acordo com as jurisdições concedidas pelo rei e segundo os interesses da monarquia, os governadores poderiam se guiar por outros ordenamentos jurídicos (Hespanha, 2006: 21-41).

Diante deste provável cenário, o autor anônimo sugeriu a Coroa que era “muito justo dar-se regimentos aos governadores de Pernambuco”, para se coibir os abusos e as arbitrariedades feitas por estas autoridades (ANTT, Livro 23: 217). Dessa forma, é possível perceber como as elites locais da capitania apresentaram as suas insatisfações com os rumos do governo de Pernambuco ao monarca. A produção de um regimento para os governadores agora também se tornava uma pauta local que ajudaria a solucionar as tensões políticas existentes na governação destas autoridades.

O mesmo discurso foi retomado pelas elites locais nas representações enviadas à Coroa para justificar a deposição do governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666), em 1666. A principal justificativa para a prisão do governador foi escrita na representação dos povos e das câmaras de Pernambuco, escrita em 7 de setembro de 1666, logo após a deposição de Mendonça Furtado. Segundo o documento, os povos haviam se insurgido contra o régio governador por este “estar tiranizando estes povos com notórias injustiças, desencaminhando por meios ilícitos a fazenda real e o dinheiro de todas as rendas dos subsídios que os povos pagam para sustento dos soldados” (AHU-PE, D. 825). Segundo uma segunda carta enviada posteriormente pela câmara de Olinda, em 4 de março de 1667, Mendonça Furtado “mais parecia tirano que os tratava de destruir que governador que os queria conservar” (AHU-PE, D. 811).

A deposição do governador não ocorreu somente por causa do governo de Jerônimo de Mendonça, considerado autoritário pelas elites locais, mas também por outros interesses particulares maiores entre diversos grupos políticos na capitania de Pernambuco, como demonstrou Evaldo Cabral de Mello (Mello, 2003: 21-61). Entretanto, deve ser destacado que as justificativas utilizadas pelos camarários de Olinda e das outras câmaras para legitimar a deposição constituam os mesmos argumentos nucleares das reclamações anteriores com relação aos governadores de Pernambuco: extrapolação da jurisdição do cargo. Tal como a representação de 1650 e o arbítrio anônimo de 1663, os povos de Pernambuco remetiam nova reclamação a Coroa em 1666 para se opor as interferências de Jerônimo de Mendonça Furtado em outras instâncias de governo da capitania de

Pernambuco, como a Fazenda Real e as câmaras municipais. Desta forma, é possível apontar que, em conjunto com os outros papéis escritos em que apontavam necessidade de se restringir a jurisdição do governador de Pernambuco, a deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado e as representações escritas pelas câmaras enviaram uma importante mensagem para a Coroa da necessidade de se regulamentar a autoridade dos governadores de Pernambuco.

A ausência de um regimento que determinasse as jurisdições do governo de Pernambuco também provocou insatisfações fora da capitania, já que os governadores passaram a defender o alargamento das suas áreas de atuação, notadamente o provimento de ofícios de justiça e fazenda e patentes militares (Fonseca, 2019: 79-105). Segundo Francisco Cosentino, os anos entre 1640 e 1680 foram marcados pela consolidação da autoridade do governo-geral perante as hierarquias governativas da América portuguesa, sobretudo entre os poderes locais, como as câmaras municipais, e os representantes régios, notadamente os governadores e capitães-mores (Cosentino, 2015: 515-543; Cosentino, 2016: 15-50). Internamente, a nomeação de D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos (1663-1667), como segundo vice-rei do Brasil, representou o ápice da tentativa de um processo de reorganização jurisdicional, administrativa e de centralização por parte do governo-geral de sua autoridade perante todas as capitanias do Estado do Brasil (Alves, 2014; Silva, 2016; Araújo, 2016; Araújo, 2018). Em carta ao governador de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666), o vice-rei declarou as intenções e os motivos por trás de sua nomeação, “que El-Rei meu Senhor foi servido dar nova forma ao governo deste Estado, e eu o venho restituir de tudo o que a variedade dos tempos lhe ocasionou ir perdendo” (DHBNRJ, 1929: 134).

Contribuiu, ainda, para o processo de consolidação da autoridade dos governadores-gerais a produção de um novo regimento para o governo-geral. O novo documento foi entregue a Roque da Costa Barreto (1677-1682), com o objetivo de sacramentar a autoridade final da Bahia perante as capitanias do Estado do Brasil (Cosentino, 2009: 245-305). Segundo o capítulo 39º do regimento de 1677, o rei havia declarado que os governadores de Pernambuco

e do Rio de Janeiro eram subordinados ao governador-geral da Bahia (Mendonça, 1972: 804-805).

Deste modo, o regimento de Roque da Costa Barreto estabelecia a autoridade do governo-geral sobre as capitanias principais do Estado do Brasil, notadamente Pernambuco e Rio de Janeiro. O documento pretendia encerrar os conflitos envolvendo Bahia e Pernambuco pela jurisdição das Capitanias do Norte. Como apontou Inaldo Chaves Júnior, os governadores de Pernambuco desejavam aumentar a sua área de influência nestas capitanias, em detrimento da autoridade do governo-geral (Chaves Júnior, 2017: 63-98). Contrários a este projeto, os governadores-gerais empenharam em garantir que a sua autoridade continuasse intacta como apontou a opinião do vice-rei conde de Óbidos de que as capitanias do Estado do Brasil deveriam sempre se manter "unidas ao Governo-Geral do Estado" (AUC, Conde dos Arcos: 94v-96).

Em contrapartida, os governadores de Pernambuco desejavam manter uma razoável autonomia política, sobretudo nos provimentos de ofícios e patentes militares. De fato, como apontou a historiografia, a resistência dos governadores ao governo-geral possuía origem nas questões envolvendo a jurisdição sobre os provimentos dos ofícios de fazenda e justiça e as patentes militares de ordenanças. Vera Costa Acioli apontou como os conflitos em torno desta questão motivaram a uma áspera troca de correspondências entre o governador de Pernambuco André Vidal de Negreiros (1657-1661) e o governador-geral Francisco Barreto de Meneses (1657-1663) (Acioli, 1997: 81-134).

André Vidal de Negreiros recusava-se a aceitar os provimentos feitos pelo governador-geral, por considerar que havia recebido jurisdição especial para prover os postos militares e os ofícios de justiça e fazenda vacantes na capitania de Pernambuco. Francisco Barreto de Meneses considerava a resistência obstinada do governador em executar suas ordens um ultraje a jurisdição do seu ofício, pois André Vidal feria os privilégios e a autoridade superior do governo-geral (AHU-BA, D. 1703-1704). Diante deste impasse político, que perdurou todo o ano de 1657, e das recusas de André Vidal em

cumprir os mandados do Tribunal da Relação da Bahia, aliado político de Francisco Barreto, o governador-geral mobilizou, no início de fevereiro de 1658, os desembargadores para que declarassem uma sentença de emprazamento contra o governador de Pernambuco (AHU-BA, D. 1735). O emprazamento, como definido no capítulo 38 do regimento do governador-geral Antônio Teles da Silva (1642-1647), consistia na jurisdição e autoridade concedida ao governador-geral para repreender e depor do governo das capitanias aos capitães e governadores que cometessem atos contrários à justiça ou desobedecessem as ordens régias (AHU-BA, D. 40).

Com o poder garantido pelo regimento e com apoio dos desembargadores da Relação, portanto, Francisco Barreto esperava prender e depor André Vidal de Negreiros do governo de Pernambuco. Provavelmente a intenção do governador-geral a de tornar o caso de Negreiros um exemplo para todos aqueles que se tornassem um obstáculo as jurisdições do governo-geral. Com a concordância da Relação da Bahia, decidiu-se nomear o desembargador e ouvidor-geral do crime Cristóvão de Burgos como o magistrado que deveria executar a sentença, deslocando-se até Pernambuco e prendendo ao governador. Para o sucesso da diligência, Francisco Barreto também nomeou o mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco com uma companhia de 200 soldados que deveriam partir da Bahia por terra até o rio São Francisco.

As intenções de Francisco Barreto de substituir André Vidal e interferir no governo de Pernambuco tornam-se evidentes ao se analisar os documentos secretos entregues a Aranha Pacheco. Antes de partir, o mestre de campo recebeu de Francisco Barreto a patente de governador e um regimento que lhe instruíam como deveria proceder no governo (AHU-BA, D. 2977-2984; Annaes do Archivo Publico, 1925: 99). A tentativa, no entanto, fracassou. Como apontou Vera Costa Acioli, a malfadada invasão de Pernambuco foi um fiasco, pois André Vidal de Negreiros logrou apoio dos militares que compunham os terços de infantaria de Pernambuco e conseguiu se opor a tentativa militar de deposição orquestrada pelo mestre de campo da Bahia. O governador de Pernambuco também conseguiu postergar a execução da sentença ao conceder sesmarias ao desembargador Cristóvão

de Burgos e Nicolau Aranha Pacheco. Após ser informada sobre os acontecimentos, a Coroa deu parte favorável ao governador de Pernambuco. A atitude do governador-geral de quase provocar uma “guerra civil”, nos termos empregados pela rainha regente, D. Luísa de Gusmão, em 1659, foi duramente criticada. Pelo resto do mandato de André Vidal, a situação permaneceu sem conclusão (Acioli, 1997: 81-134).

Como é possível perceber pelo conflito entre André Vidal e Francisco Barreto, as disputas entre o governo-geral e os governadores de Pernambuco poderiam escalar de forma impressionante a causar graves comoções e desordens na administração das capitanias. Evaldo Cabral de Mello apontou que os conflitos de jurisdição em Pernambuco persistiram mesmo após o fim do governo de André Vidal de Negreiros. Francisco de Brito Freire (1661-1664) discutiu largamente com Barreto de Meneses e com o vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos (1663-1667), sobre os provimentos, mas recuou diante da firmeza do governo-geral, de acordo com Evaldo Cabral de Mello (Mello, 2003: 35-36). Entretanto, o governador Jerônimo de Mendonça Furtado (1664-1666), sucessor de Brito Freire, opôs-se violentamente a todas as pretensões do conde de Óbidos. O apogeu do conflito entre estas duas autoridades ocorreu em um momento de crise política local em que Jerônimo de Mendonça Furtado se indispôs com a elite local. Em um movimento articulado entre a câmara de Olinda e o poder local, o governador foi preso e remetido para Lisboa (Mello, 2003: 21-61).

A situação dos conflitos de jurisdição atingiu níveis perigosos e foi amplamente discutida na Corte. Assim, no ano de 1667, os conselheiros do Conselho Ultramarino discutiram sobre o benefício da produção de regimentos para os governadores do Estado do Brasil. O caso de Pernambuco era apenas um exemplo ilustre da situação problemática que a ausência de limites entre estes governantes e o governo-geral poderiam causar. Assim, de acordo com um conselheiro, o rei deveria mandar escrever “regimento aos governadores do Brasil, para saberem o modo com que devem proceder, distinguindo-lhe suas jurisdições [...] porquanto de contrário resultará uma ruína total daquele Estado” (AHU-PE, D. 830). A visão pessimista do conselheiro estava baseada nas experiências anteriores que o Conselho

Ultramarino teve ao mediar as disputas entre os governantes daquelas capitanias, especialmente Pernambuco. Dessa forma, o conselheiro sugeriu que enquanto a Coroa não ordenasse a criação de um novo regimento para o governo-geral e para as capitanias mais importante do Estado do Brasil, os governadores subalternos ao governo-geral realizassem provimentos de ofícios e postos militares de acordo com o costume local, inclusive na capitania de Pernambuco (AHU-PE, D. 830).

O conselheiro Pedro Pacheco sugeriu uma proposta conciliatória. Aos governadores das capitanias competia prover as serventias dos ofícios políticos, isto é, a nomeação interina dos cargos vacantes, até que estes prestassem contas e avisassem da interinidade ao rei e ao governador-geral. Com relação aos postos militares, os governadores poderiam selecionar três nomes de homens beneméritos e qualificados para que fossem escolhidos e nomeados pelo governador-geral. Esta medida poderia ser adotada até a produção de novos regimentos por ordem da Coroa (AHU-PE, D. 830).

As discussões em torno das jurisdições dos governadores de Pernambuco e dos governadores-gerais, porém, continuaram no Conselho Ultramarino, sem nenhum avanço. É possível que a conjuntura política após a deposição de D. Afonso VI tenha atraído a atenção da Coroa para problemas mais urgentes. De fato, após três anos de debate, a produção de um regimento para os governantes de Pernambuco esteve próxima de ser concluída. Em uma consulta de 9 de agosto de 1670, os conselheiros debateram sobre a necessidade de se incluir um capítulo específico sobre as jurisdições dos provimentos de ofícios e postos militares. O monarca foi favorável ao parecer do Conselho e o recém-nomeado governador de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho (1670-1674) embarcou para o Brasil de posse do novo documento (AHU-PE, D. 909).

Segundo Josemar Mello, o regimento possuía 29 capítulos e definia os limites dos governadores com relação à defesa e guerra, fazenda real, política e administração. Neste sentido, como apontou o autor, o regimento não somente regulamentava a jurisdição do governador mas também as relações desta autoridade com as outras instituições da capitania (Mello, 2010: 257-

270). O novo regimento atendia as expectativas da Coroa de solucionar os conflitos entre Pernambuco e Bahia em torno dos provimentos de patentes e ofícios, além de enquadrar Pernambuco na hierarquia política do Estado do Brasil, e de atender as demandas das elites locais que exigiam que a autoridade do governador fosse restrita ou limitada.

A governação ultramarina, no entanto, era extremamente dinâmica e, apesar de atender a boa parte das demandas políticas das elites locais e do próprio Conselho Ultramarino da década de 1660, o novo regimento de 1670 foi omissivo sobre importantes questões. A principal delas estava relacionada a eterna disputa entre os governadores de Pernambuco e os governadores-gerais em torno das Capitanias do Norte. O regimento não interferiu na disputa pela capitania de Itamaracá, que continuou de forma intensa durante toda a década de 1670 (Mello, 2003: 87-90). Do mesmo modo, o documento jurídico não estabelecia quais seriam os poderes a relação entre o governador de Pernambuco e as capitanias que estavam anexado ao seu governo, um problema que afloraria no século seguinte, quando a disputa sobre a jurisdição dos provimentos estouraria entre os governadores e os capitães-mores do Rio Grande e do Ceará (Fonseca, 2018: 123-165).

O regimento, por outro lado, passou a suscitar novas reclamações. Ao contrário dos pedidos anteriores que exigiam a limitação dos poderes governadores, as elites locais de Pernambuco passaram a demandar que a Coroa aumentasse o poder destas autoridades. O primeiro a solicitar maior autoridade foi o próprio governador, Fernão de Sousa Coutinho (1670-1674), que em carta de primeiro de junho de 1671 pediu ao príncipe que igualasse o governo da capitania que governava ao do Rio de Janeiro nas questões de justiça. Segundo o governador, o ouvidor do Rio de Janeiro, em conselho com o governador da capitania, poderia pronunciar sentenças de morte, um privilégio negado a Pernambuco (AHU-PE, D. 958). Um ano depois, em 22 de agosto de 1672, os oficiais da câmara de Olinda requeriam que o príncipe regente aumentasse a alçada do ouvidor-geral de Pernambuco, permitindo que este pronunciasse sentenças capitais, em decisões colegiadas, sendo um destes adjuntos o governador da capitania. Os oficiais também requeriam que a Coroa separasse Pernambuco da jurisdição da Bahia, aumentando

desta forma os poderes dos governadores sobre a administração da justiça (AHU-PE, D. 960).

Por fim, um arbítrio político inédito, escrito por um autor anônimo sobre o governo de Pernambuco, sem data definida, mas posterior à 1676, apontou que “a segunda causa dos males de Pernambuco é a cortada jurisdição dos governadores” (BNF, Portugais 35: 104v). Segundo o anônimo, a limitada capacidade de atuação dos governadores era uma das causas prejudiciais da situação da capitania. Diante de delitos e injustiças, os governadores pouco poderiam fazer pois deveriam esperar os recursos aos tribunais, dentro e fora de Pernambuco. Nestas circunstâncias, distantes da Coroa e da majestade real, “o tempo tudo muda: as justiças corrompem-se, os ânimos viram-se, os juramentos falsos [se tornam] infinitos, a verdade oculta-se” (BNF, Portugais 35: 105). Para evitar este desastre e perder-se Pernambuco, o autor anônimo sugeria “ser preciso que os governadores daquela capitania tenham a espada mais comprida e a jurisdição mais ampla, acompanhada de sangue da primeira qualidade e de muita experiência madureza e resolução” (BNF, Portugais 35: 105).

Se por um lado o regimento de 1670 atendeu aos desejos da elite local e das câmaras que desejavam pôr fim aos abusos dos governadores, a década de 1670 apresentou uma nova conjuntura e um problema local para o governo da capitania. Na opinião dos moradores de Pernambuco, a autoridade do governador não era capaz de atender as novas necessidades locais e por isso demandar maior poder para o oficial régio passou a ser de interesse do poder local. Nesta forma, é possível perceber como os as elites locais da capitania de Pernambuco exerciam pressões sobre a Coroa para que esta modificasse a autoridade dos seus governadores, de acordo com as necessidades e os interesses particulares destes poderes locais.

Considerações finais

O processo de produção do regimento de governador de Pernambuco foi marcado por diversos interesses, projetos e pressões particulares diferentes

que convergiram em um documento de conveniência. O documento jurídico produzido pela Coroa visava a atender as próprias demandas da monarquia, ao enquadrar o governo de Pernambuco na reforma político-administrativa do Estado do Brasil e resolver os conflitos de jurisdição com a Bahia, e funcionasse como um símbolo para apaziguar os desejos das elites locais, ansiosas para restringir ou aumentar os poderes dos governadores de acordo com seus interesses particulares. Dessa forma, se aponta para o regimento não como um documento estático, mas um documento dinâmico, fruto das conjunturas do momento de sua escritura e da pressão dos interesses de grupos e dos poderes locais do Império.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino

Pernambuco

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a forma do governo político da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 466.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre o que escreve o mestre-de-campo geral da capitania de Pernambuco, Francisco Barreto, informando da necessidade de se elaborarem os regimentos para administração da dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 527.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] sobre a carta dos moradores da capitania de Pernambuco, queixando-se da administração da justiça na dita capitania. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 6, D. 542.

CARTA dos oficiais da Câmara de Olinda ao rei [D. Afonso VI] sobre as razões que os obrigaram a enviar ao Reino o governador da dita capitania, Jerônimo de Mendonça Furtado. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 811.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Afonso VI, sobre os procedimentos do ex-governador da capitania de Pernambuco, Jerônimo de Mendonça Furtado. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 825.

PARECER (minuta) do Conselho Ultramarino sobre o regimento dos governadores das capitanias do Estado do Brasil e, em particular, as

obrigações dos governadores da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 9, D. 830.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a necessidade de acréscimo de mais um novo capítulo nos regimentos que se estão fazendo para o governo-geral do Estado do Brasil e da capitania de Pernambuco. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 10, D. 909.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro, sobre a carta do governador da capitania de Pernambuco, Fernão de Sousa Coutinho acerca da quantidade de mortes ocorridas naquela capitania, e pedindo que o governo tenha a mesma jurisdição da Justiça que tem o Rio de Janeiro. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 10, D. 958.

CARTA dos oficiais da Câmara de Olinda ao príncipe regente [D. Pedro] sobre a dificuldade enfrentada pelos moradores da dita capitania e dos de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte, em ter que se deslocarem à Bahia para recorrer com seus processos referentes a Justiça, e pedindo para na capitania de Pernambuco se criar uma Relação a fim de atender a todas estas capitanias. AHU-PE, Papéis Avulsos, Cx. 10, D. 960.

Bahia

REGIMENTO do governador e capitão-geral do estado do Brasil, Antônio Teles da Silva. AHU-BA, Papéis Avulsos, Cx. 1, D. 40.

CARTA do governador do Brasil Francisco Barreto para Sua Majestade com a cópia de uma carta que escreveu ao governador de Pernambuco, André Vidal de Negreiros acerca das jurisdições que a um e outro devem pertencer, em razão dos postos que ocupam. AHU-Bahia, Luísa da Fonseca, Papéis Avulsos, cx. 14, D. 1703-1704.

CARTA da Relação do Brasil para Sua Majestade dando conta do que se tem passado entre o governador Francisco Barreto e André Vidal de Negreiros, em razão deste não querer dar cumprimento às suas ordens, nem às sentenças da Relação; avisa como Francisco Barreto, com parecer dos ministros da mesma Relação, mandou emprazar André Vidal de Negreiros pelo ouvidor-geral Cristóvão de Burgos, a meter de posse de seus cargos, as pessoas providas por Francisco Barreto; acompanhava Cristóvão de Burgos o mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco. AHU-Bahia, Luísa da Fonseca, Papéis Avulsos, cx. 14, D. 1735.

REQUERIMENTO do desembargador Cristóvão de Burgos, pedindo cópia do alvará que se lhe passou para servir de vedor geral das fortificações da Bahia. AHU-Bahia, Luísa da Fonseca, Papéis Avulsos, Cx. 25, D. 2977-2984.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Advertências para o bom governo das capitanias de Pernambuco, atentas ao zelo da Real Fazenda e a jurisdição da justiça, para se mandarem ver nos

Conselhos e Tribunais a que o conhecimento pertence. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Coleção São Vicente, Livro 23, fl. 215-217.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Portaria do vice-rei D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos. 20 de julho de 1663. Arquivo da Universidade de Coimbra. Coleção Condes dos Arcos. Códice 31. Disposições dos Governadores de Pernambuco. Tomo I, fls. 94v-96.

Biblioteca Nacional da França

Papel sobre Pernambuco. Bibliothèque Nationale de France. Département des Manuscrits. Fonds Portugais 35, p. 104-106.

Fontes impressas

Carta patente do cargo de governador da capitania de Pernambuco provido na pessoa do mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco. Annaes do Archivo Publico e Museu do Estado da Bahia. Ano IX, v. XVIII. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925. p. 99.

Carta para o governador da capitania de Pernambuco Francisco de Brito Freire sobre jurisdições e outras matérias. *Coleção Documentos Históricas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1929v. 9. p. 134.

Bibliografia

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração colonial*. Recife: Editora universitária de UFPE, 1997.

ALVES, Renato de Souza. *Carreira e governação no Império Português do século XVII: o governo do 1º conde de Óbidos e 2º vice-rei do Estado do Brasil (1663-1667)*. 129p. Mestrado (Dissertação em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Juiz de Fora: Universidade de Juiz de Fora, 2014.

ASSIS, Virgínia Maria Almoêdo de. *Palavra de Rei... Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

ARAÚJO, Érica Lôpo de. *Práticas políticas e governação no Império Português: O caso de D. Vasco de Mascarenhas (1626-1678)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Hugo André Flores Fernandes. *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do Governo-Geral (1642-1682)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARROS, Edval de Souza. "Negócios de tanta importância": O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: CHAM, 2008.

BICALHO, Maria Fernanda; COSTA, André. O Conselho Ultramarino e a emergência do secretário de Estado na comunicação política entre reino e conquistas. In: FRAGOSO, João; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico*. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Vol. 7. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva, 1720.

CAETANO, Marcello. *O Conselho Ultramarino: esboço da sua história*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1967.

CARDIM, Pedro. *Portugal unido y separado*. Felipe II, la unión de territorios y la condición política del reino de Portugal. Valladolid: Universidad de Valladolid / Cátedra «Felipe II», 2014.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. *As capitanias de Pernambuco e a construção dos territórios e das jurisdições na América portuguesa*. 385p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

CORREA, João de Medeiros. *Perfeito soldado e política militar*. Lisboa: Oficina de Henrique Valete de Oliveira, 1659.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores Gerais do Estado do Brasil (Séculos XVI-XVII): ofício, regimento, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

COSENTINO, Francisco Carlos. Governadores gerais do Estado do Brasil pós Restauração: guerra e carreira militar. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 28, n.48, p.725-753, July/Dec. 2012.

COSENTINO, Francisco Carlos. Hierarquia política e poder no Estado do Brasil: o governo-geral e as capitanias, 1654-1681. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 515-543, Dec. 2015.

COSENTINO, Francisco Carlos. Governabilidade, negociação e ações de poder nos Trópicos Brasileiros. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira (Org.). *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: hierarquias, poderes e governo (Século XVI-XIX)*. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2016. p. 15-50.

CRUZ, Miguel Dantas da. *Um império de conflitos*. O Conselho Ultramarino e a defesa do Brasil colonial. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.
CURTO, Diogo Ramada. *Cultural imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. Campinas: Editora Unicamp, 2009.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. *Governar Pernambuco e as "capitanias anexas": O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756)*. Tese (Doutorado em História) - Programa Interuniversitário de Doutorado em História ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2019.

DUTRA, Francis A. Centralization vs. Donatarial Privilege: Pernambuco, 1602-1630. In ALDEN, Dauril. *Colonial Roots of Modern Brazil*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1973, pp. 19-60.

FONSECA, Marcos Arthur Viana da. *Sob a sombra dos governadores de Pernambuco? Jurisdição e administração dos capitães-mores da capitania do Rio Grande (1701-1750)*. 2018. 196f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

_____. "Não devo demitir de mim a posse em que estou": os conflitos de jurisdição entre os governadores de Pernambuco e os governadores-gerais da Bahia (1654-1674). In: SANTOS, Fabiano Vilaça dos. RIBEIRO, Mônica da Silva. *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

_____. Entre as tiranias holandesas e o tirano governador: governação na capitania de Pernambuco (1645-1646). *Revista de História da UEG*, v. 8, n. 1, p. 1-24, jul. 2019.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português, 1645-1808. In: FRAGOSO, João, GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & BICALHO, Maria Fernanda. *O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, Eduardo França (Org.). *Brasil-Portugal: sociedade, culturas e forma de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Anablume, 2006.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. *Iustitiam Dare: A Gestão da Monarquia Pluricontinental. Conselhos superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668)*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ; Paris, EHESS, 2014.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: IHGB. Conselho Federal de Cultura, 1972.
MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates: Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed.34, 2003.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Testamento do General Francisco Barreto de Menezes; A cartografia holandesa do Recife; A rendição dos holandeses no Recife: (1654)*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2018.

MELLO, Josemar Henrique de. Das cousas que convém a boa governação: uma análise sobre o regimento do governador da Capitania de Pernambuco. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 25, p. 257-270, 2010.

MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. *Os ofícios superiores e inferiores da tropa paga (ou de 1ª linha) na capitania do Rio de Janeiro), 16400-1652: lógica social, circulação e a governança da terra*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2015.

OLIVEIRA, Leonardo Paiva de. *Capitães-mores das Capitânicas do Norte: perfis, trajetórias e hierarquias espaciais no Rio Grande e Ceará (1656-1755)*. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

RIBEIRO, Mônica da Silva. O Rio de Janeiro pós-Repatrição do Sul: As transformações no Império português, 1660-1730. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira. *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: hierarquias, poderes e governo (Século XVI-XIX)*. 1ed. Recife: Editora UFPE, 2016.

_____. *Impérios Ibéricos no Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais (séculos XVI-XVIII)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (século XVII)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2013.

SALDANHA, Antônio Vasconcelos de. *As capitânicas do Brasil: antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SILVA, Michelle Samuel. *À serviço da Coroa: política e administração do vice-rei D. Vasco de Mascarenhas na América portuguesa (1663-1667)*. p. 134. Mestrado (Dissertação em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

VIANNA JÚNIOR, Wilmar da Silva. *Modos de governar, modos de governo: o governo-geral do Estado do Brasil entre a conservação da conquista e a manutenção do negócio (1642-1682)*. São Paulo: Alameda, 2014.

Imprensa: veículo do bem e do mal na concepção dos documentos oficiais da Igreja Católica (séc. XIX-XX)

 Andressa Paula*

Resumo: Este artigo analisa o posicionamento da Igreja Católica quanto a utilização da imprensa e a prática da leitura presentes em documentos papais e em cartas pastorais dos bispos brasileiros ao longo do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Em vista do desenvolvimento das técnicas de impressão e do crescimento do número de publicações de livros e periódicos, a instituição religiosa se posicionou como detentora do direito e dever de tutelar as escolhas de leitura dos seus fiéis. Esses documentos buscaram definir que a imprensa era um veículo do bem quando utilizado pela Igreja, e do mal quando utilizado contra ela, e classificaram as publicações em duas categorias a "boa imprensa" e a "má imprensa".

Palavras-chave: Igreja Católica, Encíclicas, Cartas Pastorais, Imprensa, Leitura.

Press: vehicle of good and evil in the concept of the official documents of the Catholic Church (XIX-XX century)

Abstract: This article analyzes the position of the Catholic Church regarding the use of the press and the practice of reading present in papal documents and pastoral letters of Brazilian bishops throughout the nineteenth century and in the early decades of the twentieth century. In view of the development of printing techniques and the growth of the number of publications of books and periodicals, the religious institution has positioned itself as holder of the right and duty to protect the reading choices of its faithfuls. These documents sought to define that the press was a vehicle of good when used by the Church, and of the evil when used against it, and classified the publications into two categories as "good press" and "bad press."

Keywords: Catholic Church, Encyclicals, Pastoral Letters, Press, Reading.

* Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. E-mail: andressapaulah@gmail.com



Introdução

Em função da criação das técnicas de informação e comunicação ao longo dos anos, a Igreja se viu em constante tensão entre a repulsa e a fascinação sobre a sua utilização. Quanto a essa questão “Veremos sucessivamente que a Igreja não somente as acolheu, assim como o conjunto das técnicas, mas também apropriou-se delas” (Lagrée, 2002: 353).

No século XIX, a liberdade da imprensa em expressar quaisquer concepções era condenada, ainda mais se os impressos possuísem reflexões que afrontassem os dogmas católicos ou que fossem considerados moralmente inaceitáveis. A Igreja, que desde o Concílio de Trento (1545-1563) havia instalado o *Index* – índice de leituras condenadas e proibidas, presenciava no século XIX o aparecimento de um sem-número de livros e folhetos, que dificultavam o controle sobre o que era produzido.

A instituição religiosa manteve ao longo da sua trajetória um discurso pautado na necessidade de controle da escrita e da leitura. Como indicam Chartier e Hébrard (1995) “A questão da escrita e dos seus usos está no centro dos distúrbios culturais e religiosos provocados pelas Reformas” (Chartier; Hébrard, 1995: 21). Desde a Reforma Protestante, no século XVI, impulsionado pelo advento da imprensa, a Igreja investiu na restrição sobre o que era escrito e o que os católicos liam.

Os meios para essa tutela e os motivos dessa necessidade foram apresentados em documentos oficiais, intensificados em meados do século XIX, motivados pelo início do progresso da alfabetização e o desenvolvimento da imprensa de propaganda republicana e socialista, que possuíam um discurso anticlerical e de laicização do Estado (Chartier; Hébrard, 1995). Os papas Pio IX e Leão XIII foram as principais vozes que deram destaque a essa questão no período.

Em sua primeira encíclica, datada de 9 de novembro de 1846, Pio IX dedicou grande atenção a um tema que seria retomado em diversos momentos do seu longo pontificado: o decaimento moral e religioso das sociedades decorrente da “liberdade abusiva de tudo pensar, de tudo dizer e de tudo

imprimir". Condenadas pelo *Syllabus*, a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa continuaram ocupando um lugar privilegiado nas reflexões de Leão XIII que consagrou mais de quarenta documentos à análise desses "problemas". Recuperando propostas que já haviam sido enunciadas por Pio IX, Leão XIII enfatizou a necessidade dos leigos se mobilizarem na "organização de sociedades dedicadas à publicação e difusão da boa imprensa" que se encarregariam de combater a ação deletéria da imprensa anticlerical (Almeida, 2016: 332).

As encíclicas e outros documentos papais se configuram como espaços oficializados pela instituição religiosa de comunicação entre os estratos da hierarquia eclesiástica e seus fiéis e apresentaram os caminhos para a ofensiva a partir da imprensa e influenciaram a publicação de periódicos alinhados a uma missão recristianizadora pelo mundo¹.

De acordo com Lara (2008), documentos são produzidos com objetivos específicos referentes a sua contemporaneidade e quando transformados em fontes de pesquisa, tem alterado a sua finalidade. Os documentos textuais não existem para registrar a história, todavia, tornam-se fontes de informação histórica ao serem utilizados pelos pesquisadores, processo que a autora designa como "inventar suas fontes" (Lara, 2008: 18).

Documentos oficiais da Igreja Católica como estatutos, relatórios finais de conferências, encíclicas, cartas pastorais, entre outros, podem suscitar diversos questionamentos "[...] desde a postura da instituição sobre um determinado assunto, até o caráter normativo imposto aos fiéis" (Andrade, 2013: 15).

A partir desses apontamentos e da concepção de que a "transformação dos textos em fontes depende do que os historiadores querem saber sobre o passado" (Lara, 2008: 18), propomos nesse artigo a realização de um breve levantamento e análise preliminar de documentos papais e cartas pastorais de bispos brasileiros entre o período do século XIX e as décadas iniciais do

¹ As obras *Os bispos do Brasil e a imprensa* (1983) de Oscar de Figueiredo Lustosa e *Do santo ofício à libertação* (1988) de Ismar de Oliveira Soares exemplificam a busca dos pesquisadores em sistematizar o conjunto desses escritos produzidos pelos papas e bispos brasileiros e foram utilizados nesse artigo como referência.

século XX, a partir de um assunto específico, o posicionamento dessas vozes oficiais quanto a utilização da imprensa e a prática da leitura pelos católicos².

Os documentos pontífices e as orientações sobre a leitura e a imprensa

O discurso da Igreja Católica sobre a leitura repousava na argumentação de que o estrito controle da escrita não era apenas um direito, mas o seu dever. A responsabilidade de escolher entre as publicações o que poderia ser lido pelos católicos, era do clero, constituído por eruditos que, por sua formação e pelo convívio mais direto com os dogmas religiosos, estavam aptos a guiar a leitura dos leigos, pois não se contaminavam com as más doutrinas, ou se deixavam levar pelos métodos e persuasão retóricas empregados nesses escritos (Chartier; Hébrard, 1995).

Chartier e Hébrard (1995) ao analisarem os discursos produzidos pela Igreja Católica sobre a leitura entre 1880 a 1980, principalmente a partir do cenário francês, observam que a preocupação esteve primeiramente ligada a circulação de concepções contrárias ao catolicismo e a moralidade cristã em livros.

O tema é frequente nos sermões das missões e capítulo obrigatório nas inumeráveis "instruções cristãs" impressas para os que vivem no mundo secular e para os alunos dos colégios. É bastante simples: muitos livros – a maior parte – são livros maus, porque contradizem os dogmas ou porque contrariam os bons costumes. Portanto, a leitura é sempre uma prática perigosa e, ao ler sem tomar certas precauções, os cristãos põem em perigo sua salvação. Entregues ao prazer cultural e social de partilhar o texto impresso, não percebem a estranha força da escrita (Fabre, 1985, p. 182-206) e acreditam poder escapar às armadilhas da sua argumentação e aos artifícios das suas figuras; pensam poder dissociar o prazer da leitura da influência do texto lido (Chartier; Hébrard, 1995: 21).

² Esse levantamento foi realizado inicialmente para a pesquisa de mestrado que resultou na dissertação *A revista A Cruzada e a "boa imprensa" católica no Paraná (1926-1931)* defendida na Universidade Estadual de Maringá em 2018.

Com o desenvolvimento das técnicas de impressão³ os jornais e as revistas, de fácil acesso e mais baratos em relação aos livros, passaram a figurar como objetos de denúncias da Igreja (Chartier; Hébrard, 1995).

O início do século XIX foi marcado pela entronização do Papa Pio VII (p. 1800-1823)⁴ que em sua primeira encíclica *Diu satis* além de se apresentar para a missão que assumira e de ressaltar o respeito pela trajetória do pontífice anterior, também alertou sobre a circulação de livros que se opunham a doutrina cristã e a necessidade dos fiéis rejeitarem tais leituras e de impedir que outros os lessem. O alerta para os que não seguiam a censura era enfático: "Aqueles que não se mostram tão obedientes, certamente não podem ser contados entre as ovelhas de Cristo" (Pio VII, 1800: 5)⁵.

A leitura e a imprensa foram temas retornados brevemente também nos documentos *Quum memoranda* (1809) e *Magno et acerbo* (1816), e de forma mais categórica na bula *Ecclesiam a Jesu* (1821) na qual foi condenada a sociedade secreta *Carbonari*, surgida na Itália e presente também em outras localidades, e que era marcada pelo anticlericalismo. Com a finalidade de cessar sua expansão o Papa proibiu a leitura de qualquer livro por ela escrito ou que defendesse essa sociedade:

Finalmente, para eliminar mais efetivamente qualquer perigo de erro, condenamos e proscrevemos todos os chamados catecismos e livros dos *Carbonari*, onde eles descrevem o que é costumeiro fazer em suas reuniões; da mesma forma seus estatutos, seus códigos e todos os livros escritos em sua defesa, tanto impressos como manuscritos. Proibimos todos os fiéis, sob a mesma pena de excomunhão, como acima, ou lendo ou mantendo qualquer um deles; e ordenamos que esses livros sejam entregues sem exceção aos Ordinários locais ou outros que tenham o direito de recebê-los (Pio VII, 1821: 4).

³ Na transição do século XIX para o XX a composição manual, presente ainda nos pequenos jornais, passou a ser substituída pela composição mecânica e as máquinas de impressão rotativas, que reduziram os custos e agilizaram a produção de periódicos ligados a grupos mais estruturados financeiramente. Além disso, a construção de estradas de ferro, o surgimento da fotografia e do telégrafo alteraram consideravelmente o sistema de transmissão de notícias e a distribuição de informações (Sodré, 2001).

⁴ A letra "p" entre parênteses refere-se a palavra pontificado e é seguido pelo período de exercício de cada papa citado ao longo do artigo.

⁵ Os documentos papais utilizados nesse artigo foram consultados no site oficial A Santa Sé. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 09/07/2020.

Nos breves papados de Leão XII (p. 1823-1829) e Pio VIII (p. 1829-1930) o combate aos chamados livros perniciosos foi assunto retomado em alguns escritos⁶. O que se destaca é a breve *Fructus Quos* (1827) na qual Leão XII comemorou e atribuiu uma benção apostólica a Sociedade Católica de Bons Livros, criada na França para incentivar a escrita de obras de conteúdos considerados benéficos para a formação dos indivíduos.

O papa seguinte Gregório XVI (p. 1831-1846) na encíclica *Mirari Vos* (1832) dedicada a combater os principais erros de seu tempo, destinou alguns parágrafos para discutir a “monstruosidade da liberdade da imprensa” (Gregório XVI, 1832: s/p). O pontífice retornava nesse documento o posicionamento de seus antecessores e de concílios realizados que se voltaram ao combate da circulação de livros e impressos detentores de más doutrinas.

Devemos tratar também neste lugar da liberdade de imprensa, nunca condenada suficientemente, se por ela se entende o direito de trazer-se à baila toda espécie de escritos, liberdade que é por muitos desejada e promovida. Horroriza-nos, Veneráveis Irmãos, o considerar que doutrinas monstruosas, diga melhor, que um sem-número de erros nos assediam, disseminando-se por todas as partes, em inumeráveis livros, folhetos e artigos que, se insignificantes pela sua extensão, não o são certamente pela malícia que encerram, e de todos eles provém a maldição que com profundo pesar vemos espalhar-se por toda a terra (Gregório XVI, 1832: s/p).

A censura e a proibição da impressão de determinados livros eram frequentes em seus documentos⁷, além do alerta sobre a leitura e a interpretação considerada vulgar das escrituras sagradas da Bíblia⁸. Outro

⁶ Outros registros de Leão XII que citam brevemente a temática são: *Ubi primum* (1824), *Etsi iam Diu* (1824), *Quo graviora* (1825), *Exultabat spiritus* (1825), *Charitate Christi* (1825) e *Pastoris aeterni* (1826). Identificamos apenas a encíclica *Traditi humilitati* (1829) de Pio VIII sobre o assunto.

⁷ Os documentos *Quo graviora* (1833), *Commissum divinitus* (1835), *Sextus iam* (1836), *Probe nostis* (1840), *Afflictas in Hispania* (1841) e *Cum maxima* (1844) condenavam brevemente e de forma geral a circulação de livros contrários à doutrina católica. Enquanto os documentos *Litteras accepimus* (1833), *Melchitarum catholicorum* (1835), *Dum acerbissimas* (1835), *Inter maximas* (1843), *Ubi novam* (1843) e *Inter praecipuas machinationes* (1844) apresentavam uma censura mais direta quanto a leitura e a impressão de determinados títulos.

⁸ Na encíclica *Inter praecipuas machinationes* (1844) Gregório XVI condenava a tradução da Bíblia em língua vulgar e sua leitura sem guias, ou seja, a leitura individual ou até mesmo coletiva, mas que não era guiada pela interpretação de um clérigo.

importante fato retratado nos seus escritos foi o embate entre a Santa Sé e o padre francês Hugles Félicité Robert de Lamannais, que teve seu jornal *L'Avenir* e outras obras desaprovadas por possuírem ideais liberais como a separação entre Igreja e Estado e a liberdade de opinião⁹.

Pio IX (p. 1846-1878) assumiu as expressões condenatórias¹⁰ de seu antecessor, além de iniciar um esboço da proposta de contra ataque por meio de impressos, como observamos nas encíclicas *Inter multiplices* (1853) e *Incredibili afflictamur* (1863) ao indicarem que escritores católicos deviam defender a fé que professavam por meio da palavra impressa.

Segundo Soares (1988), Pio IX “Exortou, pela primeira vez, de forma oficial, os bispos para que respondessem aos revolucionários com armas iguais, isto é, com livros, escritos por homens de confiança, sob supervisão da hierarquia” (Soares, 1988: 58). Durante seu papado foram criados dois importantes impressos italianos em defesa a Igreja, a revista *La Civiltà Cattolica* (1850) e o jornal *L'Osservatore Romano* (1861).

Os documentos *Quanta Cura* e *Syllabus* (1864) também apontaram importantes questões tratadas pela Igreja no período, neles são destacados o problema da propagação de livros, folhetos e periódicos ligados as mais diversas linhas de pensamento que proliferaram no século XIX, como o liberalismo, o anarquismo e o comunismo. Durante seu papado também foi realizado o Concílio Vaticano I (1869-1870) no qual foram discutidos questões sobre a fé e a moral, além de proclamar o primado e a infalibilidade papal (Klauck, 2009).

⁹ Na encíclica *Mirari Vos* (1832) as concepções liberais defendidas por Lamannais foram condenadas sem que ele fosse citado diretamente. Já em *Litteras accepimus* (1833), *Quod de tua* (1833), *Superabundavimus* (1833), *Editam nuper* (1833) e *Singulari nos* (1834) o embate foi direto e nominal, e resultaram na sua excomunhão.

¹⁰ Presentes em *Non semel* (1848), *Quibus, quantisque* (1849), *Exultavit cor nostrum* (1851), *Neminem vestrum* (1854), *Cum nuper* (1858), *Maximo animi* (1859), *Multis gravibusque* (1860), *Tuas libenter* (1863), *Ubi urbaniano* (1864), *Respicientes ea* (1870) entre outras.

Apesar dos primeiros indicativos de Pio IX, os efeitos práticos da contraofensiva da Igreja nos meios de comunicação foram concretizados apenas no papado de Leão XIII (p. 1878-1903).

Serão ações de caráter prático, com capacidade de interferir diretamente na sociedade, amparado em um rigoroso programa de controle, condenação e contra-ataque da imprensa, que a partir desse momento, para a Igreja, passa a ser considerada imprensa má ou ímpia (Klauck, 2009: 45-46).

Apesar de anteriormente presente no discurso católico, a denúncia à circulação de más doutrinas na imprensa, foi no pontificado de Leão XIII que foram definidas as caracterizações do que ficou conhecido como “má imprensa” e “boa imprensa” (Soares, 1988; Klauck, 2009).

O assunto foi apresentado em diversos momentos pelo pontífice¹¹, como na encíclica *Etsi nos* (1882), dirigida aos bispos italianos e que abordava a movimentação da “má imprensa” no país.

Aqueles que, com um ódio mortal, discordam da Igreja, tendem a se manifestar por meio de publicações e a usá-los como as armas melhor adaptadas para infligir injúrias. Daí um dilúvio muito mau de livros, de diários turbulentos e perversos cujos ataques maléficos nem as leis servem para refrear, nem modéstia para restringir. Qualquer que seja, nestes últimos anos, tem sido feito por sedição e multidões, que eles afirmam ter sido legalmente feito; eles dissimulam ou corrompem a verdade; perseguem a Igreja e o Sumo Pontífice com maldições diárias e falsas acusações; tampouco há opiniões tão absurdas e pestíferas que não estejam ansiosas para disseminá-las em todos os lugares (Leão XIII, 1882: 4-5).

Frente a essa imprensa, a estratégia indicada era que os escritos anticlericais deviam ser opostos por escritos católicos. A arma utilizada contra a Igreja devia, portanto, tornar-se espaço de defesa. Quanto ao assunto, o Papa prosseguia, “[...] a mesma arte que pode destruir, possa, por sua vez, ser aplicada à salvação e benefício da humanidade, e os remédios sejam

¹¹ Leão XIII redigiu diversas encíclicas destinadas aos arcebispos e bispos de países específicos e que mencionavam a necessidade do desenvolvimento da imprensa católica. Tais indicativos estão presentes em *Cum multa* (1882) destinada a Espanha, na *Nobilíssima gallorum gens* (1884) a França, na *Pergrata* (1886) a Portugal, na *In ipso* (1891) a Áustria, na *Custodi di quella Fede* (1892) a Itália, na *Constanti Hungarorum* (1893) a Hungria, na *Inter graves* (1894) ao Peru, na *Longinqua* (1895) aos Estados Unidos, na *Affari vos* (1897) ao Canadá e *Paternae* (1899) ao Brasil.

fornecidos a partir dessa fonte de onde venenos malignos são obtidos” (Leão XIII, 1882: 5).

Em outra ocasião, na encíclica *Libertas* (1888), Leão XIII novamente acusava a liberdade de tudo imprimir e destacava que nem todas as opiniões eram válidas de serem impressas:

O direito é uma faculdade moral, e, como dissemos e como se não pode deixar de repetir, seria absurdo crer que esta faculdade cabe naturalmente, e sem distinção nem discernimento, à verdade e à mentira, ao bem e ao mal (Leão XIII, 1888 *apud* Klauck, 2009: 46).

Desta forma, a liberdade de expressão seria um direito moral para a divulgação do bem e das verdades religiosas, mas não poderia ser um direito estendido para a disseminação das “mentiras e dos males presentes nas concepções modernas” que atacavam o catolicismo: “concedei a todos a liberdade de falar e escrever, e nada haverá que continue a ser sagrado e inviolável” (Leão XIII, 1888 *apud* Klauck, 2009: 46).

Na constituição apostólica *Officiorum ac munerum* (1897), o Pontífice revisou os livros proibidos e reafirmou a condenação dos títulos considerados hereges, obscenos ou que atentassem contra a Igreja e seus dogmas. O capítulo VIII destinado ao assunto salientava que:

Os jornais, folhas e libretos periódicos que deliberadamente combatem a religião ou a boa moral, são proibidos não apenas pela lei natural, mas também pelo clérigo. Eles aguardam os Ordinários, quando necessário, para advertir adequadamente os fiéis do perigo e dano dessas leituras. Nenhum católico, especialmente se ele é uma pessoa eclesiástica, publica qualquer coisa em tais diários ou folhas periódicas ou cadernetas, a menos que uma razão justa e razoável seja requerida (Leão XIII, 1897: 6).

Para Leão XIII, não bastava proibir ou instruir sobre a prática da leitura, para além do esclarecimento, devia-se utilizar a “boa imprensa” como arma de combate a “má imprensa”. No discurso papal, a imprensa potencial arma de destruição moral da sociedade, nas mãos da Igreja Católica era sacralizada e utilizada para a edificação religiosa dos leitores. Considerados um dos erros da modernidade, os periódicos tornavam-se uma nova forma de apostolado,

ao contrapor as mentiras e os ataques recebidos por meio de jornais e revistas ímpios, com o esclarecimento e a defesa da religião com títulos católicos.

Convocado por Leão XIII, ocorreu em 1889, o Concílio Plenário Latino Americano com o intuito de unificar o pensamento do bispado. A reunião foi mais um espaço de discussão sobre o papel da imprensa no reordenamento da Igreja Católica latina. Em vista do insuficiente número do clero e das especificidades da organização da Igreja nesse território, a ata final do Concílio propôs a participação dos leigos na escrita dos periódicos católicos (Klauck, 2009).

Este Concílio Plenário exorta veementemente aos eclesiásticos e seculares que tenham dons necessários, e antes de tudo uma piedade e uma fé a toda prova, para que, cada qual na sua esfera, escreva nos periódicos católicos, defendam e vindiquem as doutrinas e direitos da Igreja, ponham em claro os inumeráveis enganos dos ímpios, e refutem a aterradora multidão de erros. Estes escritores, por mais que se declarem católicos e querem ser tidos como tais, é necessário que sejam em todo e em tudo obedientes a Igreja, e acatem, por conseguinte, a autoridade de seus bispos, sigam de boa vontade seus conselhos, escutem com humildade suas admoestações, e se alguma vez se julgar que há algo a corrigir em seus escritos, o corrijam com docilidade filial. Se cumprirem tudo isto como é devido, serão beneméritos da causa católica e, receberão sem dúvida da parte de Deus, copiosa recompensa (Concílio Plenário, 1889 *apud* Klauck, 2009: 55-56).

A atuação dos leigos na imprensa era condicionada às concepções ultramontanas de obediência a hierarquia eclesiástica. Enquanto o Papa dirigia aos arcebispos e bispos as diretrizes sobre a necessidade de combate a “má imprensa” e de criação da “boa imprensa”, esses por sua vez orientavam a implementação desse projeto em seus países. Além disso, eram os responsáveis por supervisionar o trabalho do laicato nas redações dos jornais e revistas, e incentivar que os leitores tornassem assíduos assinantes e propagadores.

Os pontífices posteriores continuaram a desenvolver as concepções apresentadas por Leão XIII, ao proibir o contato com más leituras, incentivar

a criação de periódicos e associações da “boa imprensa” e indicar a participação do laicato como decisiva para seu progresso.

O Papa Pio X (p. 1903-1914), reafirmou a validade das disposições da constituição apostólica *Officiorum ac munerum* (1897) em suas encíclicas *Pieni L’Animo* (1906) e *Pascendi dominici gregis* (1907)¹². Ao acusar a propagação de doutrinas modernistas por “pseudo” filósofos, historiadores, teólogos, crentes e reformadores, alertava aos bispos para supervisionarem as publicações ligadas a Igreja para que nada fosse publicado em sentido ambíguo ou que abrisse margem para a discussão dos princípios cristãos.

Sempre que for possível tenham os jornais e periódicos publicados pelos católicos um determinado Censor. Será este obrigado à revisão de todas as folhas ou fascículos já impressos; e se encontrar alguma coisa perigosa, fará corrigi-la quanto antes (Pio X, 1907: 36).

Durante seu pontificado ficou estabelecido que cada diocese deveria criar um departamento de censura para leitura prévia de escritos destinados à publicação. Na liberação do bispo para a impressão de livros devia constar o *Imprimatur*, em caso de proibição o *Nihil Obstat* com o nome do censor. Para os periódicos a censura era posterior a publicação e os revisores podiam exigir a retificação e correção dos erros identificados (Soares, 1988: 66).

O papado de Bento XV (p. 1914-1922) ocorreu em meio à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Revolução Russa (1917), fatos que influenciaram na construção de seus pronunciamentos. Em *Ad beatissimi apostolorum* (1914) destacou que argumentos contra o socialismo e doutrinas similares deveriam ser expostos em “associações e congressos católicos, em sermões e na imprensa católica” (Bento XV, 1914: 5). Nesse momento a circulação de periódicos católicos era uma realidade em vários países e havia se tornado lugar de combate aos inimigos identificados pela Igreja.

¹² Além dessas encíclicas os documentos *Fin dalla prima* (1903), *Il fermo proposito* (1905), *Praestantia scripturae* (1907), *Haerent animo* (1908), *Communium rerum* (1909) também dedicaram espaço a discussão.

Já em 1917, em *Alloquentes proxime*, o Papa determinou que “A tarefa até então peculiar à Sagrada Congregação do Índice, a de exercer censura em livros e outros escritos, passará a ser de responsabilidade do Santo Ofício” (Bento XV, 1917: 1). Essa alteração de responsabilidade pela censura de escritos deixa evidente que a instituição religiosa possuía uma organização para executar esse trabalho.

Na encíclica *Pacem dei munus pulcherrimum* (1920), apontava os jornalistas como personagens centrais na restauração cristã da paz no mundo pós-guerra.

Os escritores, publicitários e jornalistas católicos "que, como eleitos de Deus, santos e amados, procurem revestir-se de misericórdia e bondade" busquem refletir essa benignidade em seus escritos. Pelo o qual, devem abster-se não só de toda falsa acusação, mas também de toda intemperança e calúnia nas palavras, porque esta intemperança não é apenas contrária à lei de Cristo, mas também pode abrir as cicatrizes não cicatrizadas, especialmente quando os espíritos exacerbados por feridas ainda recentes, têm uma grande sensibilidade para os menores insultos (Bento XV, 1920: 4).

O último papado que realizamos levantamento de escritos sobre os usos da imprensa e a prática da leitura foi o de Pio XI (p. 1922-1939). Atento aos interesses da Igreja Católica, o Papa conseguiu firmar com Benito Mussolini o Tratado de Latrão (1929) que deu soberania ao território do Vaticano. O silêncio em relação à política italiana conferiu ao Pontífice a acusação de ser conivente com o fascismo. Por outro lado, o comunismo era assunto frequente em seus escritos¹³, que denunciavam a expansão de seus ideais por meio da imprensa. Porém, o “remédio para esse mal” vinha do mesmo meio, a utilização da imprensa católica para contrapor e recristianizar os locais que haviam sido afetados por pensamentos anticlericais, como alertado na encíclica *Divinis redemptoris* (1937):

Grandemente pode contribuir para esta renovação a imprensa católica, que pode e deve, de modo variado e atraente, procurar dar a conhecer cada vez melhor a doutrina social,

¹³ O assunto esteve presente nas encíclicas *Ubi arcano dei consilio* (1922), *Rerum omnium perturbationem* (1923), *Iniquis afflictisque* (1926), *Casti connubii* (1930), *Nova Impendet* (1931), *Caritate Christi compulsi* (1932), *Acerba animi* (1932), *Vigilanti cura* (1936) entre outros.

informar com exatidão, mas também com a devida amplidão, acerca da atividade dos inimigos, referir os meios de combate que se mostraram os mais eficazes em diversas regiões, propor ideias úteis e gritar alerta contra as astúcias e enganos com que os comunistas procuram, e com resultado, atrair a si até homens de boa-fé (Pio XI, 1937: 20).

Os encaminhamentos indicados nos documentos papais ressoaram no Brasil na escrita de cartas pastorais dedicadas a instruir o clero e a população sobre as concepções da Igreja sobre a imprensa e o direcionamento quanto ao seu uso. Entre 1898 a 1944 foram publicadas onze cartas pastorais¹⁴ de bispos dos mais diversos locais do país sobre o tema (Soares, 1988).

De Roma para o Brasil: concepções sobre a imprensa nas cartas pastorais dos bispos brasileiros

Como destacam Chartier e Hébrard, “[...] cada discurso tem origem em um lugar e modula seus temas em função de seus destinatários e adversários” (Chartier; Hébrard, 1995: 15). Desta forma, os documentos papais que de modo geral apresentam as diretrizes propostas para a ação da Igreja em todo seu território de influência, e em algumas ocasiões dirigidas a um país ou região específica, teve seu discurso modulado à realidade local na escrita de cartas pastorais pelos bispos. Esses escritos do clero nacional, portanto, buscaram aplicar os encaminhamentos de Roma na realidade das suas dioceses. Sobre cartas pastorais Reis (2011) destaca que o:

[...] próprio nome do documento, “Carta Pastoral” ou “Letras Apostólicas”, nos remete aos livros canônicos do Novo Testamento, às cartas de São Paulo, de S. Pedro e de outros Apóstolos de Cristo, mas pretende mostrar o sentido e a autoridade das mesmas. Quando o bispo (pastor), utilizando-se de suas prerrogativas de Sacerdote, Profeta e Rei, fala aos seus fiéis diocesanos, ele compartilha da mesma autoridade dos primeiros apóstolos. Entende-se assim, por que em suas Pastorais alguns bispos chegavam a copiar trechos inteiros de Pastorais de outros bispos. Afinal uma Carta Pastoral não pretende ser, senão, a voz de Deus que comunica aos homens a Verdade (Reis, 2011: 8).

¹⁴ O trabalho de busca pelos originais dessas cartas pastorais foi realizado pelo pesquisador Pe. Jamil N. Abib do Centro de Pesquisas e Estudos de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB). A primeira publicação foi realizada no livro *Os bispos do Brasil e a imprensa* em 1983 (Soares, 1988).

Com o advento da república no Brasil, em 1889, e as novas configurações impostas às religiões, as cartas pastorais se tornaram espaço de divulgação dos caminhos que a Igreja Católica seguiria para buscar a manutenção do monopólio religioso do país.

O primeiro pronunciamento oficial da Igreja, ainda em 1890, aconteceu no encontro da Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil, convocada pelo bispo do Pará Dom Antonio Macedo da Costa, realizada na cidade de São Paulo. Precedendo a promulgação da constituição, os bispos discutiram a separação entre Igreja e Estado, o decreto de liberdade de todos os cultos e os encaminhamentos propostos para a atuação no novo cenário (Moura; Almeida, 1990).

O documento final dessa Pastoral Coletiva não questionou o término do padroado, pois a autonomia de controle dos meios de organização da Igreja Católica era vista como um ponto positivo, mas questionou o fim da intitulação de religião oficial do país, apontado como uma degradação, já que a maioria da população professava o catolicismo (Moura; Almeida, 1990).

Dentre os direcionamentos propostos o documento alertava para a necessidade de empenho dos clérigos e leigos, na construção de uma imprensa católica mais estruturada, que fosse capaz de combater a imprensa anticlerical, bem como as publicações relacionadas a outras denominações religiosas, como o protestantismo e o espiritismo (Gonçalves, 2008).

Há, porém, uma forma de que quiséramos ver-vos revestir hoje mais particularmente o vosso amor para com a Igreja: quiséramos ver-vos todos empenhados na difusão da imprensa católica como um meio de atalhar quanto possível os estragos da imprensa ímpia (Pastoral, 1890 *apud* Gonçalves, 2008: 65).

Apesar da presença de impressos católicos no país desde a década de 1830, foi no final do século XIX que o incentivo oficial por meio de documentos impulsionou um *boom* na criação de jornais e revistas em todos os estados do Brasil, e que no século XX assumiu caráter estruturado com a formação de associações e centros dedicados ao projeto editorial católico.

As cartas pastorais, que geralmente eram lançadas em apoio a um periódico local, possuíam diversos pontos em comum, com a variação da forma de exposição e o destaque dado a certas questões. Dentre seus objetivos estava o de apontar a utilidade da imprensa católica, as funções que deviam exercer e distinguir a “má” e a “boa imprensa” (Caes, 2002).

A primeira carta publicada especificamente quanto ao tema teria sido a *Em favor da imprensa católica* do bispo de Curitiba Dom José de Camargo Barros, em 1898. O documento refletia o entusiasmo e os prognósticos positivos quanto à eficácia do projeto no estado do Paraná, com o lançamento do periódico *A Estrella* naquele ano. Almejava um futuro promissor, tal como o do jornal *La Croix*, de Paris que, de publicação pequena com limitado número de páginas, havia se tornado uma empresa consolidada com tipografia própria e um milhão de assinaturas (Soares, 1988). Além disso, o jornal atenderia a necessidade de propagação do catolicismo no estado como enfatizava o Bispo:

A imprensa. Ela vai contar até as extremidades da terra os grandes fatos da religião, leva por toda a parte os ecos das brilhantes vitórias da fé e das importantes conversões, descreve a majestade, a riqueza, a magnificência das catedrais, faz ouvir os acentos da palavra eloquente dos ministros da Igreja, já nos púlpitos, já nos congressos científicos, já nos comícios populares, registra as prodigiosas descobertas e as belas produções literárias dos filhos da Igreja, sacerdotes ou leigos (Barros, 1898 *apud* Soares, 1988: 199).

A encíclica *Paternae* (1899), de Leão XIII aos bispos do Brasil, alimentou os projetos em andamento e deu novas forças para o investimento na “boa imprensa” no país. O Papa frisava que era necessário que os clérigos empregassem esforços na publicação de jornais católicos, uma vez que “no momento atual as pessoas formam suas opiniões e extraem suas diretrizes morais de nenhuma outra fonte além da leitura diária, desses jornais” (Leão, 1899: 2).

As indicações de Leão XIII para os bispos do Brasil resultaram na criação de diversos periódicos diocesanos e de congregações religiosas, e também estiveram presentes nas seguintes cartas pastorais: *Os abusos e os males da*

imprensa (1902), de Dom Eduardo Duarte Silva da Diocese de Sant'Anna de Goiás; *Sobre a imprensa* (1913), de Dom Francisco de Campos Barreto da Diocese de Pelotas; *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), de Dom Aduino Aurélio de Miranda Henriques da Diocese da Paraíba; *A imprensa católica e sua orientação* (1918), de Dom Otávio Chagas de Miranda da Diocese de Pouso Alegre; *A imprensa católica* (1921), de Dom Santino Maria da Silva Coutinho da Diocese de Belém; *Da boa imprensa* (1923) e *Sobre a imprensa* (1924), de Dom Manoel Nunes Coelho da Diocese de Luz do Aterrado; *Pio XI e a divisa do jornalista* (1939), de Dom Francisco de Aquino Correia da Diocese de Cuiabá e *Sobre a imprensa diocesana* (1944) de Dom Felipe Conduru Pacheco da Diocese de Ilhéus (Soares, 1988).

Essas cartas pastorais se caracterizavam por apresentar discursos semelhantes, nos quais ora alertavam sobre a proibição da leitura da "má imprensa", ora incentivavam o clero e os leigos a contribuírem para o desenvolvimento da "boa imprensa". Por isso, nosso objetivo não foi se estender pela análise de todas essas publicações, mas sim em destacar os principais pontos que constituíam a mensagem veiculada por elas.

O tom otimista da primeira carta pastoral não foi acompanhado por todos os documentos seguintes. Em *Os abusos e os males da imprensa* (1902), redigida em apoio ao jornal *Correio Católico* mantido por dominicanos na cidade de Uberaba, Dom Duarte Silva expressava um olhar pessimista em relação à circulação da imprensa secular (Soares, 1988).

Esses jornais em religião são ateus, em moral sensualistas e epicúreos, em política demagogos, em economia socialistas e anarquistas, e em tudo isto alguns há tão hipócritas e tão voltairianos, que vão propinando o veneno dos maus princípios senão lenta e paulatinamente e com tantos visos de verdade e de ciência, que têm feito a sociedade atual tanto decair moralmente, que hoje não existem mais convicções sinceras e sim apenas uma profunda indiferença para tudo o que não é interesse material e gozo sensual (Silva, 1902 *apud* Caes, 2002: 161-162).

Outro ponto recorrente nas cartas era destacar que a "má imprensa", caracterizada como detentora de todas as doutrinas combatidas pela Igreja, só poderia resultar em consequências nefastas para a sociedade. Os

resultados da leitura de tais jornais são descritos na carta *Sobre a imprensa* (1913) de Dom Francisco de Campos Barreto:

Os filhos já não obedecem aos pais, os operários vivem em revoltas contra os patrões, e o povo, sempre explorado e vítima de maus conselheiros, já não respeita nem as autoridades legitimamente constituídas [...]. Toda essa inversão de papéis, vendo que aqueles, que antes obedeciam, com verdadeira consciência de que, cuidando dos interesses sociais, praticavam um ato de virtude, agora pretendem mandar a toda força, ameaçando o equilíbrio da família e da sociedade e apavorando a todos com as surpresas de um futuro tétrico (Barreto, 1913 *apud* Caes, 2002: 162).

Em todos os documentos a solução para esse cenário era a contraofensiva católica na imprensa. Em *Do nosso dever para com a imprensa* (1918), Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, anunciava que “A cruzada moderna não é já como a da meia-idade, mas doutra espécie: é o apostolado da imprensa” (Henriques, 1918 *apud* Caes, 2002, p. 163). A carta também requeria os esforços de todos os católicos para a consolidação do projeto, que na Diocese da Paraíba era representado pelo semanário *A Imprensa*. Por isso, aos leigos era indicado que, além da assinatura dos periódicos, os empenhos também fossem voltados para a campanha de propaganda e arrecadação de auxílio financeiro para que o projeto obtivesse sucesso (Soares, 1988; Caes, 2002).

Quermesses, tómbolas, leilões de prendas, representações dramáticas, e entretenimentos vários, comissões de senhoras e senhorinhas, vendas de flores, conferências literárias, recitativos, tudo, em suma, que as circunstâncias locais o permitirem, serão as indústrias de que lançareis mão para favorecer a causa de todas a mais digna e que na hora presente reclama todo o nosso zelo, toda a nossa dedicação, todas as energias de nossa boa vontade – a imprensa católica (Henriques, 1918 *apud* Caes, 2002: 164).

Ao denunciar a chamada “má imprensa”, exaltar a necessidade de criação da “boa imprensa” e apontar a participação dos leigos na propagação como decisiva as cartas pastorais dos bispos brasileiros traziam as palavras dos papas para a realidade de suas dioceses, o que fomentou a construção da imprensa católica no Brasil.

Considerações Finais

Como realça Lagrée (2002), a Igreja Católica que se posiciona enquanto meio de comunicação entre Deus e os homens e se diz voltada para a transmissão da mensagem religiosa como missão, apresenta a Bíblia como o livro sagrado no qual estão reunidos a maioria das verdades religiosas. Contudo, com o desenvolvimento dos meios de impressão a Igreja reconheceu outro espaço passível de ser utilizado na cristianização da sociedade; clero e leigos podiam alertar por meio de periódicos os perigos contemporâneos, além de formar o leitor a partir da doutrina do catolicismo.

Para denunciar a imprensa anticlerical e incentivar a criação de uma imprensa católica, diversos documentos foram escritos por papas e bispos ao longo do século XIX e início do XX. O objetivo do presente artigo foi realizar um levantamento preliminar dos escritos que trataram sobre a circulação da imprensa e a prática da leitura, com a intenção de auxiliar pesquisadores e estudos sobre a temática com um panorama dos documentos disponíveis.

Se atualmente a presença da Igreja Católica nos meios de comunicação extrapolou as páginas dos periódicos e se faz marcante no rádio, televisão e internet, podemos dizer que tal feito teve seu desenvolvimento a partir do século XIX. Com o papado de Leão XIII, a denúncia a imprensa, passou também a ser espaço de uma proposta de contra-ataque. A concepção dicotômica de uma imprensa "má" e outra "boa" influenciaram a escrita de cartas pastorais no Brasil que auxiliaram a estruturação da imprensa católica no país.

Referências bibliográficas

Fontes

A SANTA SÉ. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/vatican/pt.html> Acesso em: 24/06/2020.

BENTO XV. Ad beatissimi apostolorum. *A Santa Sé*. 1914. Disponível: http://w2.vatican.va/content/benedict-v/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_01111914_ad-beatissimi-apostolorum.pdf Acesso em 09/07/2020.

_____. *Alloquentes proxime. A Santa Sé.* 1917. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/benedict-xv/it/motu_proprio/documents/hf_ben-xv_motu-proprio_19170325_alloquentes-proxime.pdf Acesso em: 07/07/2020.

_____. *Pacem dei munus pulcherrimum. A Santa Sé.* 1920. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xv/en/encyclicals/documents/hf_ben-xv_enc_23051920_pacem-dei-munus-pulcherrimum.pdf Acesso em: 07/07/2020.

GREGÓRIO XVI. *Mirari vos. Montfort Associação Cultural.* 1832. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/bra/documentos/enciclicas/mirarivos/#> Acesso em: 01/07/2020.

LEÃO XII. *Fructus quos. A Santa Sé.* 1827. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/leo-xii/it/documents/breve-fructus-quos-2-ottobre-1827.pdf> Acesso em: 01/07/2020.

LEÃO XIII. *Etsi Nos. A Santa Sé.* 1882. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15021882_etsi-nos.pdf Acesso em: 01/07/2020.

_____. *Officiorum ac munerum. A Santa Sé.* 1897. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/it/apost_constitutions/documents/hf_l-xiii_apc_18970125_officiorum-ac-munerum.pdf Acesso em: 09/07/2020.

_____. *Paternae. A Santa Sé.* 1899. Disponível em: http://www.vatican.va/content/leo-xiii/en/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18091899_paternae.pdf Acesso em: 05/07/2020.

PIO VII. *Diu satis. A Santa Sé.* 1800. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/pius-vii/it/documents/enciclica-diu-satis-15-maggio-1800.pdf> Acesso em: 01/07/2020.

_____. *Ecclesiam a Jesu. A Santa Sé.* 1821. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/pius-vii/it/documents/bolla-ecclesiam-a-jesu-13-settembre-1821.pdf> Acesso em: 01/07/2020.

PIO X. *Pascendi dominici gregis. A Santa Sé.* 1907. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.pdf Acesso em: 09/07/2020.

PIO XI. *Divinis redemptoris. A Santa Sé.* 1937. Disponível em: http://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19370319_divini-redemptoris.pdf Acesso em: 09/07/2020.

Bibliografia

ALMEIDA, Claudio Aguiar. Em plena guerra: imprensa, catolicismo e política nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista História*, São Paulo, n. 174, p. 327-359, jan./jun. 2016.

ANDRADE, Solange Ramos de. História das religiões e das religiosidades: uma breve introdução. In: ALBUQUERQUE, Eduardo (org.). *(Re) conhecendo o sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013, p. 9-27.

CAES, André Luiz. *As portas do inferno não prevalecerão: a espiritualidade católica como estratégia política (1872-1916)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. *Discursos sobre a leitura (1880-1980)*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

GONÇALVES, Marcos. Missionários da "boa imprensa": a revista Ave Maria e os desafios da imprensa católica nos primeiros anos do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 64-84, jan./jun. 2008.

KLAUCK, Samuel. *O apostolado da imprensa: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LAGRÉE, Michel. *Religião e tecnologia: a benção de Prometeu*. Bauru: EDUSC, 2002.

LARA, Silvia Hunold. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 17-39, dez. 2008.

MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A Igreja na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 322-342.

REIS, Edilberto Cavalcante. Visitas e cartas pastorais: a construção de um projeto eclesial. *Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e Religiosidades*. Maringá, v. 3, n. 9, p. 1-12, jan. 2011.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Do santo ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e a da Igreja Católica no Brasil sobre a comunicação social*. São Paulo: Paulinas, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

O mestiço e a nação: a questão racial no Muralismo mexicano e suas reverberações no século XXI

 Leonardo Bento de Andrade*

Resumo: Este artigo visa analisar o impacto das noções de raça e nação de José Vasconcelos, sistematizadas no ensaio *La raza cósmica* (1925), na pintura mural presente na Secretaría de Educación Pública, além de confrontar essas ideias na produção bibliográfica de Samuel Huntington e Renaud Camus. Vasconcelos, quando Ministro de Educação Pública no México, deu ensejo ao Muralismo no país ao contratar vários artistas para preencher as paredes dos prédios das instituições públicas com cenas do passado, do presente e do futuro promissor da nação mexicana. Através disso, imprimiu na produção desses artistas seu ideal de uma raça miscigenada nascida na América Latina cuja virtuosidade levaria a humanidade ao progresso.

Palavras-chave: José Vasconcelos, Muralismo, raça cósmica, Renaud Camus, Samuel Huntington.

The mestizo and the nation: The racial question in Mexican muralism and its reverberations in the 21st century

Abstract: This article aims to analyze the impact of José Vasconcelos' notions of race and nation, systematized in the essay *La raza cósmica* (1925), in the mural painting present at the Secretaría de Educación Pública, in addition to confronting these ideas in the bibliographical production of Samuel Huntington and Renaud Camus. Vasconcelos, when Minister of Public Education in Mexico, gave opportunity to the beginning of Muralism in the country by hiring several artists to fill the walls of the buildings of public institutions with scenes from the past, present and promising future of the Mexican nation. Through this, he impressed in the production of these artists his ideal of a mixed race born in Latin America whose virtuosity would lead humanity to progress

Keywords: José Vasconcelos, Muralism, cosmic race, Renaud Camus, Samuel Huntington.

* Mestre em História. Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista CAPES. E-mail: andradelb@hotmail.com



Introdução

Na terceira década do século XX, nascia no México um movimento artístico regido por José Vasconcelos, o então Ministro de Educação Pública. Vasconcelos foi incumbido pelo presidente recém-eleito, Álvaro Obregón, da tarefa de unir a população mexicana após décadas de instabilidade política no país causada pela Revolução Mexicana de 1910.

A partir de 1921, o novo governo teve como um de seus objetivos centrais a incorporação da população mexicana em um projeto de nação moderna. Obregón, em busca de legitimação para seu governo pós-revolucionário, criou a Secretaría de Educación Pública (SEP). Sob a direção de Vasconcelos – que havia saído há pouco da reitoria da Universidade Nacional do México –, o órgão planejou a educação do país tomando a perspectiva messiânica da Raça Cósmica. Segundo o ensaio escrito pelo ministro, a América Latina estaria destinada a dar à luz um novo tipo humano caso as barreiras culturais da região fossem derrubadas.

A pintura mural no México, que mais tarde se torna um movimento artístico específico, tem início com a empreitada do ministro de preencher as paredes das instituições públicas do país com cenas que refletissem seus projetos conciliadores. Frente ao problema de representação de seus interesses, pouco específicos e um tanto pretensiosos, Vasconcelos encontra na figura do mestiço uma resposta.

Assim, à personagem do *mestizo*, surgido da união das etnias, coube a função de unificar o povo mexicano em torno da nova nação que estava sendo pensada. A partir daí, pessoas de várias tonalidades de pele começam a aparecer nos murais dos artistas comissionados pelo ministro, sinalizando um presente de um México racialmente plural e, dada a virtude da mistura das raças, com um futuro promissor.

Contudo, a ideia fraternal e messiânica do ministro mexicano não apraz ideólogos como Samuel Huntington e Renaud Camus, que condenam sumariamente a mistura. Esses pensadores da direita conservadora tomam

a questão racial, disfarçada sob o véu da “civilização”, como uma ameaça ao modo de vida ocidental. Por meio do “mito” da Civilização Ocidental, em especial de sua porção norte, Huntington e Camus criam um vetor para uma força subalternizadora que inspira atos terríveis.

Da colônia, para a colônia

No dia 15 de março de 2019, um homem de 28 anos deu início a uma transmissão simultânea em seu perfil no Facebook filmada a partir de uma câmera posicionada em sua cabeça. O vídeo mostra Brenton Tarrant dirigindo seu automóvel pelas ruas da cidade neozelandesa de Christchurch. Em dado momento, ele entra em um beco, estaciona seu carro, desce, abre o portamalas, retira uma arma e se dirige para a entrada de uma mesquita. Lá, ele assassinou 42 pessoas a sangue frio, deixando outras tantas feridas. A transmissão é encerrada abruptamente, quando Tarrant estava a caminho de uma outra mesquita onde mataria mais sete pessoas. Ao todo, 51 pessoas foram assassinadas em seu atentado (duas morreram após serem hospitalizadas).

Antes do ataque, o atirador publicou na internet um manifesto intitulado *The Great Replacement (A Grande Substituição)*. Nele, Tarrant se identifica como um homem branco comum, de origem humilde, pouco interessado em educação formal, mas muito preocupado com o futuro das crianças brancas ocidentais. O título de seu manifesto faz referência direta à teoria conspiratória de mesmo nome, cujo principal propagador é o ensaísta francês de extrema-direita Renaud Camus¹. Tarrant e Camus concordam especialmente em um aspecto: o perigo das altas taxas de natalidade dos assim chamados “povos árabes”.

Quase como um mantra, Tarrant repete a frase “It’s the birthrates” (“São as taxas de natalidade”) por três vezes na introdução de seu manifesto. Camus, por sua vez, vale-se de um trecho de um suposto discurso do ex-

¹ Autor de *La Grande Déculturation* (2008) e *Le Grand Remplacement* (2012).

presidente argelino Houari Boumédiène, proferido em uma conferência da ONU em 10 de abril de 1974, para justificar sua resistência aos imigrantes que vivem na França:

Um dia, milhões de homens deixarão o hemisfério sul para ir ao hemisfério norte. E eles não vão lá como amigos. Porque eles vão lá para conquistá-lo. E eles vão conquistá-lo povoando-o com seus filhos. É a barriga de nossas mulheres que nos dará a vitória (Camus, 2012: 24, tradução nossa).

No entanto, embora o discurso proferido por Boumédiène naquela ocasião tenha sido duro contra as organizações do Norte, o ex-presidente nunca disse isso, ao menos, nada disso consta na transcrição oficial de sua fala². Mesmo assim, suas supostas palavras foram e ainda são incessantemente reproduzidas em blogs da extrema-direita francesa. A teoria da Grande Substituição ergueu-se usando um discurso nunca proferido e Camus, junto com seu ainda inexpressivo partido, o In-nocence, continua pregando os ideais de uma suposta Civilização Ocidental dotada de homogeneidade étnica, cultural e territorial³. Curiosamente, quase 100 anos antes, no México, um escritor pensava justamente o surgimento de um tipo humano superior através da mistura étnica tão temida por Camus.

A raça cósmica

Em 1925, José Vasconcelos publica o ensaio *La raza cósmica*. Nele, imagina como se daria o surgimento de uma nação ibero-americana na América Latina. Segundo ele, o subcontinente seria uma região favorável para o surgimento de uma nova civilização que misturará brancos, negros,

² O texto integral da 2208ª Reunião Plenária da Assembleia Geral da ONU pode ser acessado em: <<https://undocs.org/pdf?symbol=en/A/PV.2208>> Acesso em: 12 mai. 2019.

³ Cabe destacar que o autor se pronunciou contrário ao atentado de Tarrant em seu perfil no Twitter, afirmando que não defende a utilização de violência para impedir a Substituição. Ele afirma que "os colonizados [europeus] não devem imitar os métodos do colonizador [imigrantes]" Disponível em: <<https://twitter.com/RenaudCamus/status/1106479599360372736>> Acesso em: 12 mai. 2019.

asiáticos e indígenas, uma civilização que irá educar e amar todo o mundo (Vasconcelos, 1948: 35-43).

Quando Vasconcelos assume a Secretaría de Educación Pública, em 1921, ele se insere no programa de reconstrução nacional que vigorava no momento. A partir de então, a pintura mural passa a ser utilizada com três finalidades: para indicar a institucionalização do compromisso de modernização e industrialização do país; para estabelecer um canal de diálogo e acalmar os ânimos da burguesia e do proletariado; e para apaziguar as intenções revolucionárias campesinas pela inclusão do grupo na retórica de coesão nacional (Greeley, 2012: 18).

Em um relato de sua tentativa de materializar esse projeto, ao final de *La raza cósmica* Vasconcelos indica quais foram seus planos iniciais para a disposição dos murais da SEP:

Nos painéis dos quatro ângulos do pátio anterior fiz alegorias da Espanha, do México, da Grécia e da Índia, as quatro civilizações particulares que devem contribuir mais para a formação da América Latina. Em seguida, abaixo dessas quatro alegorias, quatro grandes estátuas de pedra das quatro grandes raças contemporâneas deveriam ser erguidas: o branco, o vermelho, o preto e o amarelo, para indicar que a América é o lar de todos e precisa de todos. Finalmente, no centro, deve erigir-se um monumento que de alguma forma simbolizasse a lei dos três estados: o material, o intelectual e o estético. Tudo para indicar que, através do exercício da lei tríplice, chegaremos à América, antes de qualquer outro lugar do globo, à criação de uma raça feita com o tesouro de todos os anteriores, a raça final, a raça cósmica (Vasconcelos, 1948: 53-54, tradução nossa).

Dentre suas propostas, poucas foram concretizadas. O pátio ao qual Vasconcelos se refere é conhecido hoje como *Patio del trabajo*. Suas paredes foram cobertas pelos murais de Diego Rivera, que trabalhou durante cinco anos no projeto. Nele, o pintor transformou o monumento central pensado pelo ministro nas pinturas dispostas ao longo dos corredores dos três andares do espaço: um dedicado às atividades laborais, outro para às intelectuais e o último para às artísticas. Quanto aos painéis, eles estão posicionados conforme a descrição do relato: localizados nos quatro cantos internos do pátio.

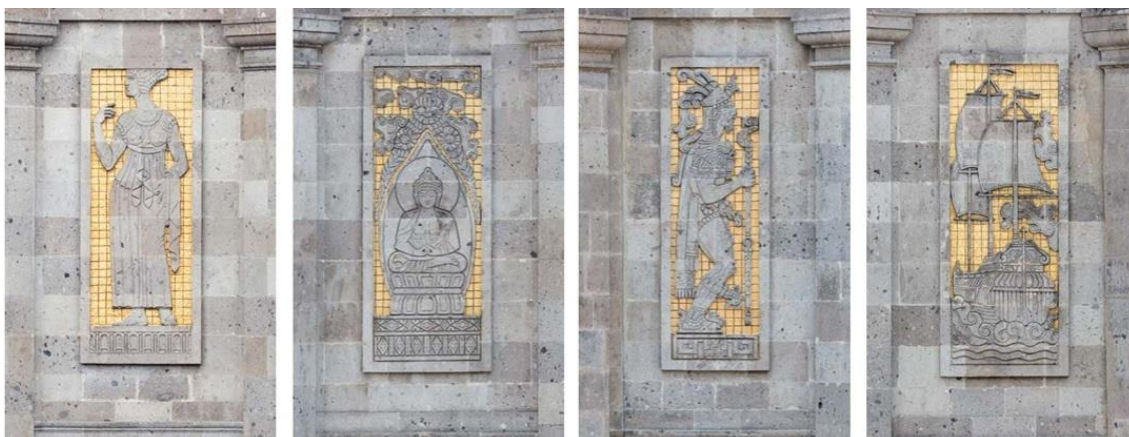


Figura 1 - CENTURIÓN, Manuel. Painéis da SEP - Grécia, Índia, México e Espanha. 1922. Painel em pedra. Fonte: Acervo Google Maps.

Voltados para o centro do espaço, o painel da Grécia está de frente para o da Espanha, e o da Índia para o do México e, abaixo de cada um deles, encontra-se uma placa que os identifica e os relaciona com uma personalidade histórica (Platão, Buda, Las Casas e Quetzalcoatl). Em um discurso, proferido por ocasião da inauguração do novo edifício da SEP, Vasconcelos explicou o motivo dessa escolha:

Grécia, mãe ilustre da civilização europeia da qual somos descendentes, está representada por uma jovem que dança e pelo nome de Platão que encerra toda a sua aurora. A Espanha aparece na caravela que uniu este continente com o resto do mundo, a cruz de sua missão cristã e o nome de Las Casas, o civilizador. A figura asteca lembra o refinamento dos nativos e o mito de Quetzalcoatl, o primeiro educador desta zona do mundo. Finalmente, na quarta tábuca, o Buda aparece envolto em sua flor de lótus, como uma sugestão de que nesta terra e nessa estirpe indo-ibérica o leste e o oeste, o norte e o sul devem se encontrar, e não para se chocar e destruir-se, mas para se combinar e se confundir em uma nova cultura de amor e estética [...] uma cultura autóctone hispano-americana (Vasconcelos apud Mortellatto, 2006: 338, tradução nossa).

Todavia, Vasconcelos não toma o México, bem como a porção sul do continente americano, como o *melting pot* ideal em vão. Ele justifica sua postulação adicionando aspectos mitológicos em sua narrativa unificadora e profética. Para ele, a civilização atlante, constituída por homens de pele vermelha, expandiu-se a partir do continente perdido de Platão para se tornar

a mãe de todas as grandes civilizações antigas. Mas, depois de espalhar a prosperidade pelo globo, foi se contraindo até restarem apenas os impérios Asteca e Inca. No entanto, mesmo que Vasconcelos afirme que a cor da pele dos indígenas americanos é a mesma da dos atlantes, ele tem consciência que esse aspecto de sua proposta está baseado em “uma teoria tão obscura quanto rica de sentido” (Vasconcelos, 1948: 14, tradução nossa). Com a mistura das raças e a colonização do Novo Mundo, a Ibero-América teria a chance de conectar os fragmentos espalhados dessa civilização prodigiosa. Contudo, ele não tem a pretensão de deixar o progresso genético e social humano ao sabor do vento. Em suas *Memorias*, sinaliza a importância – e o dever – das elites na instrução do povo, assim como teria proposto Karl Liebknecht. Segundo ele:

O plano de Liebknecht evita as monstruosidades do leninismo e assegura a permanência de uma sociedade sem injustiças, mas também com as injustiças que a hierarquia natural impõe, o que nos torna diferentes em capacidade e necessidades e aptidões. E nada da Ditadura do Proletariado ou do Partido, que é apenas um pretexto para o abuso de uma gangue de criminosos (Vasconcelos, 1983: 929-930, tradução nossa).

Vasconcelos diz tirar essa conclusão do manifesto publicado à raiz do assassinato de Liebknecht e Luxemburgo, ou seja, do Manifesto Espartaquista. O texto do documento não faz nenhuma referência direta que justificasse sua leitura pois, apenas em um momento ele se aproxima da leitura de Vasconcelos: “Pedimos a vocês que elejam, em todos os lugares, Conselhos de Trabalhadores e Soldados, que tomarão o poder político em suas próprias mãos e, agindo todos juntos, estabelecerão a paz”. Nada de hierarquias naturais ou aptidões específicas, apenas a organização formal dos trabalhadores do mundo. No entanto, outra noção cara ao ministro faz aparição no manifesto, a raça.

Duas curtas passagens aludem a uma possível unificação das raças e culturas pelo socialismo: “Haveria apenas um povo, a humanidade trabalhadora de todas as raças e todas as línguas. [...] A Internacional salvará a raça humana!” (Zetkin, Luxemburg, *et al.*, 2002). Entretanto, no texto *Um chamado aos trabalhadores do mundo*, publicado em 25 de novembro de

1918 no jornal *Die Rote Fahne (A Bandeira Vermelha)*, a mensagem aparece de uma forma que pode ser lida como mais próxima às suas propostas:

Então, haverá apenas um povo: os humanos trabalhadores de todas as raças e línguas. Então, haverá apenas um direito: a igualdade de todos os homens. Então, haverá apenas um objetivo: prosperidade e progresso para todos. [...] “E a Internacional será a raça humana” (Zetkin, Luxemburg, et al., 2003, tradução nossa).

Embora repudie certos aspectos do socialismo soviético, em suas *Memorias*, Vasconcelos diz ter se inspirado nas ações de Anatóli Lunatcharski na URSS: “A ele devo meu plano e a mais nenhum outro” (Vasconcelos, 2007: 19, tradução nossa). Quando diretor do Comissariado do Povo de Educação (Narkompros), Lunatcharski influenciou a educação artística, acervos de museus, galerias, exposições, publicações sobre arte, construção de monumentos e alfabetização (Buck-Morss, 2018: 79). No entanto, o ministro mexicano delineou um ministério focado em três frentes – uma organização que considerou mais “simples e orgânica”. As escolas ficaram responsáveis pela educação formal básica, as bibliotecas foram direcionadas para complementar a formação dos adultos e as artes, atuando no ambiente escolar, ensinavam canto, desenho e ginástica para os jovens mexicanos (Vasconcelos, 2007: 19).

A educação é um dos pilares para o surgimento da raça cósmica, pois sua universalização, juntamente com a supressão das barreiras geográficas, é uma das etapas para “elevar o nível econômico de todos os homens, e [então] será compreendido que os obstáculos para a fusão acelerada das estirpes desaparecerão lentamente” (Vasconcelos, 1948: 10, tradução nossa). Através dela, Vasconcelos mira instrumentalizar o cidadão mexicano para ser o receptáculo onde o *homo novus* será gestado. Para isso, seria inevitável tomar o mestiço como protagonista de um novo México.

O (conturbado) projeto de Vasconcelos

A figura do mestiço foi incansavelmente perseguida por Vasconcelos. *La raza cósmica* é um grande esforço para afirmar e justificar a superioridade das civilizações que se abriram à mistura. Segundo ele, os egípcios só teriam florescido após a absorção de povos negros, os helênicos misturaram-se com outros brancos para depois serem diluídos pelos romanos e esses pelos povos bárbaros. Já no Novo Mundo, os Estados Unidos e a Argentina ficaram à parte do processo de mestiçagem – com uma reprodução restrita entre raças afins – e as demais nações, como Equador e Peru, interromperam o processo antes do surgimento de uma nova raça devido a questões econômicas e políticas (Vasconcelos, 1948: 12).

Contudo, Vasconcelos parece se importar seletivamente com os problemas da colonização e da colonialidade na América. Sua preocupação central está na disputa entre a latinidade e o anglo-saxonismo no continente. Ele alerta quanto à fragilidade de um patriotismo fundado apenas em figuras como a de padre Manuel Hidalgo e Simón Bolívar, um patriotismo que apaga líderes como Cuauhtémoc⁴ e Atahualpa⁵. Por outro lado, ele exalta os grandes conquistadores – como Cortês, Pizarro, Alvarado e Belalcázar – que teriam respeitado os indígenas durante a colonização. Estes só foram explorados pelos ignóbeis aristocratas da metrópole, homens despossuídos das virtudes dos exploradores espanhóis (Vasconcelos, 1948: 19-22).

Vasconcelos deixa claro que não vê a “raça branca” com maus olhos, nem mesmo nas relações entre as metrópoles europeias e suas colônias. Para ele, a expansão da área de influência europeia pelos demais continentes foi um recurso importante para a ocorrência da miscigenação e da fusão cultural.

É pela e na conquista europeia que as civilizações não brancas passam por uma organização que possibilita a implantação das bases materiais e morais “para a união de todos os homens em uma quinta raça universal, fruto das anteriores e superação de todo o passado” (Vasconcelos, 1948: 16, tradução nossa).

⁴ O último soberano asteca pré-hispânico.

⁵ O último soberano inca.

O surgimento da quinta raça seria a remissão dos pecados cometidos pelo homem branco durante o carregar de seu fardo. Todavia, o futuro da chamada “raça branca” é o desaparecimento: “Ao cumprir o seu destino de mecanizar o mundo, eles mesmos, sem saber, lançaram as bases de um novo período, o período de fusão e a mistura de todos os povos” (Vasconcelos, 1948: 25, tradução nossa).

No muralismo, essas ideias aparecem de forma nada sutil. O segundo andar do *Patio de las fiestas* tem suas paredes cobertas por cenas que retratam, alegoricamente, as lutas sociais do povo mexicano⁶. Diego Rivera, que pintou todo o corredor externo, retratou indígenas, negros e brancos, camponeses e operários, lutando, protestando, partilhando e cantando, em uma série que alude a uma revolução que está por vir. Em *La unión* (Figura 2) e em *Un solo frente* (Figura 3), por exemplo, Rivera pintou a união das raças e dos trabalhadores em prol de uma nova nação.

⁶ O térreo do espaço foi dedicado à representação das celebrações tradicionais mexicanas e o primeiro andar contém os escudos das entidades federativas do México.



Figura 2 - RIVERA, Diego. *La unión*. 1928. Fresco. 4.42 x 1.30 m. Fonte: Acervo da Secretaría de Educación Pública.



Figura 3 - RIVERA, Diego. *Un solo frente*. 1928. Fresco. 4.41 x 1.62 m. Fonte: Acervo da Secretaría de Educación Pública.

Roberto Montenegro, também comissionado por Vasconcelos, pintou a união das raças na América Latina no mural principal do Salón Hispanoamericano da SEP (Figura 4). O mural apresenta a América Latina personificada como uma mulher de tez ocre e cabelos vermelhos que brota, de braços abertos, segurando um martelo e uma tocha – cuja chama toma forma da lâmina de uma foice –, do meio de uma série de galhos para proteger várias figuras ibero-americanas. Ali estão Hernán Cortés, Américo Vespúcio, Cristóvão Colombo, Francisco Pizarro e Vasco Núñez de Balboa,

Padre Hidalgo, José de San Martín, Simón Bolívar, Antonio José de Sucre, Alcalá e Tiradentes; bem como dois homens indígenas pré-hispânicos e quatro mulheres com seus troncos nus portando uma chama em suas mãos. Como um Atlas, ela sustenta o subcontinente para que seus filhos emerjam e o povoem. No entanto, mesmo portando uma mensagem tão fraterna, a relação de Vasconcelos com seus comissionados nem sempre foi tão amistosa quanto as cenas que eles retratavam nos murais.



Figura 4 - MONTENEGRO, Roberto. *La unión de América Latina*. 1924. Fresco. 15.00 x 9.19 m. Fonte: Acervo da Secretaría de Educación Pública.

Rivera (1992: 132-133) relata, em uma passagem de sua autobiografia, uma desavença com seu contratante acerca da presença de um fragmento do poema "Al Minero"⁷, de Gutiérrez Cruz, no mural *Salida de la mina* (Figura 5). Ele só teria cedido às "súplicas" do ministro por ter recebido uma boa contrapartida. Na ocasião, Vasconcelos não havia ficado satisfeito com a mensagem insurrecional presente na obra, uma vez que ela mostrava um minerador sendo revistado por um soldado após sair de seu árduo e insalubre ambiente de trabalho, enquanto as duas estrofes incentivavam esse homem a pegar em armas para recuperar os frutos de seu trabalho. Como alternativa, Rivera pôde escrever um trecho de outro poema de Gutiérrez Cruz em outro mural, este com um conteúdo voltado para o estabelecimento de laços fraternos entre os trabalhadores do campo e da cidade⁸.

A relação entre Rivera e Vasconcelos ficou muito desgastada ao longo de seu trabalho na SEP. O ministro saiu do cargo em 1924 e Rivera só terminou a obra em 1928, não se eximindo de deixar uma sutil provocação em seus murais. Em *Los sabios* (Figura 6), pintou um grupo de trabalhadores revolucionários olhando para um grupo de intelectuais proeminentes no México com desdém. No mural aparecem o poeta José Juan Tablada, a cantora Berta Singerman, o advogado e educador Ezequiel Chávez (sentado sobre livros de autores como Comte e Stuart Mill), o poeta bengali Rabindranath Tagore (uma referência ao orientalismo crescente na América Latina na época) e, de costas para o observador do mural, Vasconcelos aparece sentado em um pequeno elefante acinzentado enquanto segura uma pena. Em tom sarcástico, o ministro relata: "O grande Diego Rivera me retratou, no pátio posterior do edifício que eu havia levantado, em uma posição infame, molhando a pluma no estrume" (Vasconcelos, 2007: 261, tradução nossa).

⁷ Tratava-se das seguintes estrofes: "Compañero minero, doblegado bajo el peso de la tierra,/ tu mano yerra cuando sacas metales para el dinero.// Haz puñales con todos los metales,/ y así, verás que los metales/ después son para ti" (Cruz, 2013).

⁸ Trata-se do mural *Abrazo* (1923), que é acompanhado pelo seguinte poema: "Jornaleros del campo y la ciudad desheredados de la libertad.// Hagan más fuerte el lazo/ que los une en la lucha y el dolor,/ y la fecunda tierra florecerá un abrazo de fuerza y de amor.// Ya después de ese abrazo no pagarán tributos ni mercedes,/ y el potrero y la máquina darán todos sus frutos para ustedes" (Cruz, 2013).



Figura 5 - RIVERA, Diego. *Salida de la mina*. 1923. Fresco. 4.78 x 2.15 m.

Fonte: Acervo da Secretaría de Educación Pública.



Figura 6 - RIVERA, Diego. *Los sabios*. 1928. Fresco. 4.41 x 1.55 m. Fonte:

Acervo da Secretaría de Educación Pública.

Vasconcelos também teve uma relação conturbada com David Siqueiros, cuja lentidão do trabalho alega ter relevado por anos (Vasconcelos, 2007: 262). Mas, sua boa têmpera parece não ter resistido à fundação do Sindicato de Obreros, Técnicos, Pintores y Escultores (SOTPE) em dezembro de 1923 – o qual tinha Siqueiros como diretor. Quanto à arte, o ministro diz ter uma posição contrária à criação de sindicatos:

A arte é individual e somente os mediócrs se amparam no gregarismo das associações que são muito boas para defender

o salário do trabalhador que pode ser facilmente substituído, nunca para a obra insubstituível do artista (Vasconcelos, 2007: 262, tradução nossa).

O ressentimento de Vasconcelos para com Siqueiros mostra como era ambígua sua influência sobre o trabalho de seus comissionados, mas, mesmo após deixar o cargo de ministro, notamos que a questão racial vasconceliana continua viva nos murais da SEP. A série presente no segundo andar do *Patio de las fiestas* – da qual três obras foram citadas anteriormente (Figuras 2, 3 e 6) –, por exemplo, foi concluída em 1929, vários anos após o rompimento dos muralistas com Vasconcelos⁹. Logo, a presença de brancos, indígenas e negros nesses murais nos mostra que a percepção da união racial em prol de um projeto nacional sobreviveu à saída do ministro e até mesmo à mudança do governo. Entretanto, é importante ressaltar que a perspectiva unificadora adotada por Diego Rivera na SEP após a fundação do SOTPE não é exatamente a mesma de seu contratante, enquanto Vasconcelos acreditava na união das raças, Rivera preferiu retratar a união dos trabalhadores mexicanos.

As barreiras para a raça cósmica

O esforço de José Vasconcelos para a criação da quinta raça vai violentamente de encontro à Substituição defendida por Tarrant e Camus. Universópolis, a cidade fantástica construída pela raça cósmica no coração da Amazônia, corre o risco de se tornar uma Anglontown, caso a hegemonia saxônica ocorra. A cidade saxônica é o ponto de onde sairiam “as armadas guerreiras para impor aos outros continentes a severa lei da predominância do branco dos cabelos loiros e o extermínio de seus rivais escuros” (Vasconcelos, 1948: 35).

⁹ A criação do SOTPE marca a cisão dos muralistas com Vasconcelos. Entretanto, sua fundação está situada no contexto da Revolta Delahuerista, quando os membros do sindicato defenderam a candidatura de Plutarco Elías Calles, frustrando assim as aspirações do ministro em concorrer à presidência pelo Partido Liberal Constitucionalista, além de fomentarem a inimizade que Vasconcelos nutria por Calles (CARR, 1996, p. 53).

Vasconcelos nos fala de uma união por contato, não só territorial, mas também social. Como ele mesmo diz, o surgimento da quinta raça e de sua cultura universal ocorrerá em conjunto com a adoção do mendelismo na biologia, do socialismo no governo e da simpatia crescente nas almas (Vasconcelos, 1948: 53), uma perspectiva que incomodaria a Camus e Tarrant, que flertam com a ideia de Samuel Huntington de “Choque de Civilizações”. Para o cientista político estadunidense, uma civilização é um *lifestyle*. O Ocidente teria um estilo de vida e a América Latina outro, e essa divisão deveria ser mantida. Afinal de contas,

[...] o mundo está se tornando um lugar menor. As interações entre povos de diferentes civilizações estão aumentando; essas interações crescentes intensificam a consciência da civilização e percepção das diferenças entre civilizações e comunalidades dentro das civilizações. A imigração norte-africana para a França gera hostilidade nos franceses e, simultaneamente, aumentou a receptividade de “bons” imigrantes católicos europeus poloneses. Os americanos reagem de maneira muito mais negativa aos investimentos japoneses do que canadenses ou de países europeus. [...] As interações entre povos de diferentes civilizações aumentam a consciência civilizacional das pessoas, que, por sua vez, revigora as diferenças e animosidades estendidas, ou que pensavam-se estar estendidas, profundamente na história (Huntington, 1993, tradução nossa).

Camus, com sua Grande Substituição, é crítico tanto da imigração quanto da miscigenação, que, segundo ele, “carrega dentro de si sua contradição lógica evidente, já que a mistura sistemática dos diversos não pode resultar do mesmo, do indiferenciado, da aldeia universal, da mesma coisa” (Camus, 2012: 49, tradução nossa). O escritor sinaliza que a diversidade se transformou em uma necessidade na França, a figura do Outro foi adorada a tal ponto que qualquer tipo de diferença entre “eles” e “nós” estava sendo extinta. Entretanto, para Camus, a eliminação dessa lacuna não nos levaria à união profética vasconceliana, mas à supressão da liberdade de pensamento e expressão, uma vez que o diferente seria assimilado e o “falar sobre o diferente” perderia o sentido. Em síntese: abraçar o Outro acarretaria no impedimento à crítica.

Muito mais direto, o atirador neozelandês condena sumariamente a diversidade étnica. Tomando a África do Sul como exemplo, Tarrant afirma que a diversidade estagnou a nação, dado que os conflitos entre negros, brancos e indianos trouxeram a ruína para todos eles. Frente a isso, ele conclui:

Por que o que dá força às nações ocidentais (diversidade) não é o que dá às nações orientais (China, Japão, Taiwan, Coréia do Sul) sua força? Como eles são tão fortes, a China deve ser a nação mais dominante do mundo neste século, sendo que lhes falta diversidade? Por que suas nações não diversas são muito melhores do que as nossas e em tantas métricas diferentes?

Diversidade não é uma força. Unidade, propósito, confiança, tradições, nacionalismo e nacionalismo racial é o que fornece força. Todo o resto é apenas um slogan (Tarrant, 2019: 43, tradução nossa).

Ocorre que Tarrant esquece-se dos séculos de espoliação colonial extensiva pela qual passou o país africano. Esquece-se do *Apartheid*, que desde de a implantação do Population Registration Act, de 1950, fez questão de separar todo cidadão em preto, branco, indiano ou mestiço (Baldwin-Ragaven; London; Gruchy, 1999: 18). O Estado sul-africano ficcionalizou a cor da pele de seus cidadãos ao ponto de categorizá-los por raças, uma alucinação chamada por Achille Mbembe de "loucura codificada". A raça e o negro – bem como o indígena, o *mestizo* e o espanhol – tornaram-se signos e, ao redor deles, foram organizadas visões de mundo em uma relação interdependente. A Holanda e a Inglaterra de hoje não seriam as mesmas caso os Xhosa e os Zulu não tivessem sido explorados por seus colonizadores – da mesma forma que Camus só pode escrever o que escreve, do alto da torre do castelo que habita na comuna de Plieux, graças aos mais de 100 anos de colonização francesa na Argélia.

A categoria "raça" é uma ferramenta de diferenciação. Seja pela existência ou não da alma ou pela especiação, essa lógica organizacional fenotípica definiu a acumulação capitalista mundial por séculos (Grosfoguel, 2016: 38). A raça definiu as fronteiras do Ocidente e determinou as civilizações que, segundo Huntington, não deveriam se inter-relacionar, sob

o risco de borrarem a fronteira de suas identidades. O ideólogo estadunidense argumenta que as demais civilizações desejam o aspecto, e as vantagens, do “ser moderno” do Ocidente, mas sem que estejam dispostos a se ocidentalizar. Logo, o Ocidente deveria se precaver, econômica e militarmente, para não ser corroído pelos interesses estrangeiros, pois, no futuro, “não haverá civilização universal, mas um mundo de diferentes civilizações, cada uma das quais terá que aprender a conviver com as outras” (Huntington, 1993, tradução nossa).

Edward Said, em uma dura crítica à proposta de Huntington, questiona a dicotomia do “Mundo contra o Ocidente” apresentada pelo autor. O “truque” do Choque de Civilizações teria delineado de forma subjetiva e patética o que faria parte da categoria ou não, atendo-se apenas às animosidades da dicotomia enquanto ocultava os “intercâmbios, fertilizações cruzadas e partilhas” (Said, 2001).

Vasconcelos (1948: 16-27) também menciona as benesses do Ocidente em dois momentos em *La raza cósmica*. No primeiro, exalta a Grécia como mãe de uma civilização destinada a expandir-se para civilizar e povoar o mundo. No segundo, exalta o amor do soldado e do missionário espanhol, que criaram uma nova raça com os negros e os indígenas e os guiaram para uma nova etapa em sua evolução.

O escritor parece ser muito amigável com a figura indígena, exaltando sua pureza e potencialidade de desenvolvimento. No entanto, ele não demonstra a mesma boa vontade com os “orientais” ou com os negros. Os chineses degradariam a condição humana ao se reproduzirem como ratos, colocando os “instintos zoológicos” acima de sua “inteligência” – diferentes dos distintos marinheiros japoneses de São Francisco. No entanto, os olhos oblíquos dos “mongóis” podem ser úteis à nova raça, pois propiciariam um olhar por um novo ângulo, que “descobre novas dobras e dimensões”. Já os negros, não são frontalmente atacados como os chineses, muito pelo contrário, sua contribuição para a nova raça viria a ser justamente sua capacidade de balançar a introspecção da sapiência antiga do indígena com

sua avidez por “felicidade sensual, danças ébrias e luxúria desenfreada” (Vasconcelos, 1948: 29-32, tradução nossa).

Vasconcelos tem um olhar sexualizante sobre a figura do negro, algo que Mbembe, citando Fanon, chamou de “ciúme sexual”. O homem negro, como alvo desse “ciúme”, tem a si atribuída uma qualidade fálica que não existe (Mbembe, 2014: 194-196). A animalização do negro, que o reduz a um falo, é o ápice da objetificação de seu ser e, ao mesmo tempo, é um mecanismo brutal de controle. O momento da castração do negro-falo é o momento da destruição do ser “elevada ao quadrado”, quando se aniquila o homem duas vezes. Já no caso da mulher negra, ela é uma musa exótica e erótica, que contém entre suas pernas um portal para o passado dos exploradores, dos continentes selvagens, do calor dos trópicos, para o primitivo (Mbembe, 2014: 123-125). O negro é assim construído como a antítese do branco dotado de autocontrole, justo e civilizado.

No entanto, como bem sabemos, a bondade branca está longe de ser inerente ao homem europeu. A existência da categoria “negro”, “índio” e “branco” é uma ficcionalização patética que narra os homens a partir de suas diferenças físicas. Nesse sentido, o *mestizo* de Vasconcelos atua tanto como uma categoria extra de diferenciação quanto de apagamento das violências fundacionais na América Latina. Na SEP, não há sequer um mural que retrate os pecados do colonizador, não há nada que indique o atrito entre as etnias, há apenas cenas de comunhão, de crítica às elites burguesas e de exaltação da pureza indígena.

A Raça e a Nação

Em 1865, a Décima Terceira Emenda à Constituição dos Estados Unidos proibiu a escravidão em todo o território estadunidense, exceto para os condenados. Assim, escravos foram transformados em criminosos, o negro deixou de ser falo para virar bandido, acabando, novamente, tolhido de seu contato com o branco justo. O discurso racial apenas tomou um verniz penal,

assim como o racismo tomou, mais recentemente, uma camada cultural, uma camada que aceita Camus e permite Tarrant. Mesmo Samuel Huntington não oculta a questão racial em seu discurso. Embora saliente que as civilizações não se limitem às características fenotípicas de seus integrantes, o autor, por meio de uma nada sutil analogia envolvendo gregos e persas, afirma que seria improvável que povos com o mesmo sangue, língua, religião e estilo de vida traíssem uns aos outros (Huntington, 1996: 46-47).

Impedir a traição é exatamente o objetivo de Vasconcelos e do governo Obregón, a unificação nacional nada mais é do que o apaziguamento dos ânimos da população trabalhadora e a afirmação de sua vitória pela revolução. Uma vitória que cujas paredes das instituições públicas mexicanas absorveram para atestar a todos essa conquista popular. No entanto, o projeto educacional de Vasconcelos, assim como o próprio governo Obregón, era centralizador, não tinha como objetivo emancipar os estudantes e sim incluí-los na narrativa nacional projetada por uma elite branca.

Já vimos que Vasconcelos exalta a figura do explorador espanhol e a técnica da raça branca em *La raza cósmica*, uma perspectiva que se adequa ao seu próprio lugar no governo pós-revolucionário. Sua noção de "hierarquia natural" é uma justificativa para um nacionalismo regido pelas elites.

Vasconcelos foi membro-fundador do Ateneo de la Juventud, uma organização de intelectuais dedicada a repensar a educação e a cultura do país. Os ateneístas tinham como objetivo o desmantelamento do positivismo na educação e retomada das obras clássicas para criar e cultivar o que Vasconcelos chamou de "um novo saber" (Monsiváis, 2010: 30-31). Um saber marcado pelo arielismo, uma corrente filosófica em ascensão na América Latina.

Em 1900, o escritor uruguaio José Enrique Rodó publica *Ariel*, um ensaio onde relaciona a América Latina à figura espiritual e nobre de Ariel, personagem de *A Tempestade*, e os Estados Unidos da América à figura do mundano Caliban. Não por acaso *La raza cósmica* nos apresenta o futuro da

conquistadora Anglotown e o da amorosa e espiritualmente elevada Universópolis.

A capital da raça cósmica simboliza mais do que um simples reduto da virtude mestiça, ela é a síntese da história humana, de seu “espírito”, afinal, a América Latina possui “uma grande tradição étnica a manter, um vínculo sagrado que nos une às páginas imortais da história, confiando à nossa honra sua continuação no futuro (RODÓ, 1947: 115, tradução nossa).

Nesse contexto racial messiânico, Vasconcelos, como membro de uma elite intelectual mexicana, tenta fazer as vezes de um Próspero rodoniano, um educador que concilia Ariel e Caliban em prol de um futuro redentor. A construção de uma nação mestiça atestada pelo muralismo é uma tentativa de preparar o México para ingressar na modernidade sem os conflitos internos pelo qual havia passado na segunda década do século XX, apaziguando as dicotomias da nação (brancos/indígenas, liberais/conservadores, oligarcas/burgueses, aristocratas/democratas, laicos/religiosos). Entretanto, como Homi Bhabha nos diz, o conceito de nação foi criado pelo e no assim chamado Ocidente. Um Ocidente europeu, secular, moderno e racional que tenta organizar a vida de uma determinada sociedade com base em parâmetros que nem sempre se adequam a ela. Assim, a nação se divide em duas dimensões: uma na qual ela é narrada e outra na qual ela é vivida (Bhabha, 2010: 11-12).

O muralismo de Vasconcelos tentou narrar a nação tendo em vista o ideal racial-cósmico, porém, o movimento se tornou mais forte que seu criador, passou a ter a luta de classes como motor histórico. No entanto, mesmo com as mudanças ministeriais e governamentais a nação mexicana proposta na pintura mural continuou sendo retratada como uma terra prometida para os mestiços humildes e trabalhadores, onde todos seriam aceitos, pois todos teriam valor para o desenvolvimento não apenas de um país próspero.

Considerações finais

O Muralismo buscou a integração do cidadão mexicano no projeto estatal de construção de uma nova nação e de um povo, um projeto que sobrepôs até mesmo seu financiador inicial. Na SEP, o movimento deu seus primeiros passos sob a tutela de Vasconcelos, muito influenciado pelo seu ideal de *mestizo* e sua concepção espiritual de México. Contudo, conforme o movimento foi se desenvolvendo e se organizando, juntamente com a saída do ministro, o foco das produções saiu da questão racial e foi para a classe, o que de forma alguma apagou sua presença nas obras.

A raça cósmica de Vasconcelos foi um esforço para pensar um lugar capaz de comportar a diferença, desde que os diferentes se sujeitassem ao discurso nacional e à miscigenação guiada pelo projeto estatal. Mesmo assim, a proposta ainda é muito mais agradável do que as postulações de ideólogos como Huntington e Camus que, além de desconsiderar, invertem a lógica da colonização, colocando-se como vítimas dos povos colonizados e espoliados por séculos pelas metrópoles europeias. O mestiço foi tomado como um objetivo para alcançar uma coesão nacional mitológica que busca suas origens enquanto projeta um futuro de glórias, situando-se eternamente entre o “era uma vez” e o “felizes para sempre”.

Caetano Veloso bem disse pela voz de sua irmã, Maria Betânia: “Eu sou a chuva/ que lança a areia do Saara/ Sobre os automóveis de Roma”. *Reconvexo*, de 1989, mostra como o eu-lírico, “a sombra da voz da matriarca da Roma Negra”, coloca-se como um agente de disseminação cultural. Assim como os ventos tempestuosos carregam os grãos de areia do deserto africano até a Europa, Caetano – na ocasião da composição da canção – é um filho da Roma Negra que está em Roma. Huntington e Camus tentam fechar os olhos de seus leitores para o fenômeno corriqueiro que é a interação entre “civilizações” diferentes, uma interação que é intrínseca às estruturas que o Ocidente fez questão de espalhar em todos os lugares que alcançou.

Referências bibliográficas

BALDWIN-RAGAVEN, Laurel; LONDON, Leslie; GRUCHY, Jeanelle. *An Ambulance of the Wrong Colour: Health Professionals, Human Rights and Ethics in South Africa*. Cidade do Cabo: University of Cape Town Press, 1999.

BHABHA, Homi. *Narrar la nación*. In: BHABHA, Homi (Ed.). *Nation and Narration*. Grafimor: Siglo Veintiuno Editores S.A., 2010.

BUCK-MORSS, Susan. *Mundo de Sonho e catástrofe: o desaparecimento da utopia de massas na União Soviética e nos Estados Unidos*. Florianópolis: UFSC, 2018.

CAMUS, Renaud. *Le Grand Remplacement, suivi de Discours d'Orange*. [S.l.: s.n.], 2012. E-book.

CARR, Barry. *La izquierda mexicana a través del siglo XX*. Ciudad de México: Ediciones Era, 1996.

CRUZ, Gutierrez. *Secretaría de Educación Pública. Secretaría de Educación Pública, 2013*. Disponível em: <<https://murales.sep.gob.mx/swb/demo/pb>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GREELEY, Robin Adele. *Muralism and the state in post-revolution México, 1920-1970*. In: ANREUS, Alejandro.; GREELE, Robin Adele.; FOLGARAIT, Leonard. *Mexican Muralism: A Critical History*. Berkley e Los Angeles: University of California Press, 2012.

GROSGUÉL, Ramón. *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, p. 25-49, jan.-abr., 2016.

HUNTINGTON, Samuel. *Clash of Civilization*. 1993. Disponível em: <https://notendur.hi.is/ajonsson/kennsla_haust2003/Clash.htm>. Acesso em: 08 dez. 2019.

_____. *O Choque de Civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MORTELLATTO, Itzel Rodriguez. *El renacimiento posrevolucionario de Quetzalcóatl*. Ciudad de México: UNAM, 2006.

MONSIVÁIS, Calos. *Historia mínima de la cultura mexicana en el siglo XX*. Ciudad de México: El Colegio de México, 2010.

RIVERA, Diego; MARCH, Gladys. My Art, My Life: An Autobiography. New York: Dover Publications, 1992.

RODÓ, José Enrique. Ariel. Montevideo: Colombino, 1947.

SAID, Edward. Análise: O choque de ignorâncias. Site da Folha de São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u31639.shtml>>. Acesso em: 6 dez. 2019.

TARRANT, Brenton. The Great Replacement. [s. l.; s. n.], 2019.

VASCONCELOS, José. La raza cósmica. Ciudad de México: Editorial Stylo, 1948.

_____. La Tormenta. In: VASCONCELOS, José. Memorias I. [S.l.]: [s.n.], 1983.

VASCONCELOS, José. El desastre. In: VASCONCELOS, José. Memorias II. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

ZETKIN, Clara (et al). The Call: Manifesto of the German Spartacists. Marxists Internet Archive, 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/history/international/socialdemocracy/call/1919/30.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. A Call to the Workers of the World. Marxists Internet Archive, 2003. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1918/11/25.htm>>. Acesso em: 25 dez. 2019.

SANTOS, Fabricio Lyrio. *Te deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)*. Salvador: Sagga, 2019. 160 p. ISBN: 978-58-93123-44-3.

 Raick de Jesus Souza*

A presente obra *Te deum laudamus: A expulsão dos jesuítas da Bahia (1758-1763)* de Fabricio Lyrio Santos é um dos mais recentes empreendimentos no campo da História dedicados a investigar nosso passado colonial.

Fabricio Lyrio Santos é Doutor (2012) em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Pós-Doutorado (2015) pela Universidade Nova de Lisboa (NOVA) sendo atualmente é professor adjunto do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. A obra em questão é fruto de sua dissertação de Mestrado com leves alterações com relação ao conteúdo, porém com substancial adequação da linguagem. Tendo como uma de suas principais contribuições a discussão sobre os embates envolvendo os agentes religiosos, a opinião pública baiana e portuguesa e os agentes do governo metropolitano. Outro ponto interessante é a inserção do autor em um debate que há bastante tempo vem mobilizando acadêmicos, intelectuais e agentes ligados as ordens.

O primeiro capítulo, intitulado *A presença jesuíta na Bahia do século XVIII*, discute a atuação dos agentes eclesiásticos na Capitania da Bahia e em seus sertões durante o período que antecedeu a expulsão da ordem religiosa da colônia portuguesa no Brasil decretada em 1759 por D. José I e incentivada pelo Marquês de Pombal. No primeiro momento, o autor realiza uma análise sobre os preceitos morais e da ortodoxia da ordem jesuíta, criada na primeira metade do século XVI por Inácio de Loyola, instalada na Bahia

* Mestre em História das Ciências e da Saúde pelo PPGHCS da Casa de Oswaldo Cruz/COC/FIOCRUZ; Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Professor do PRÉ-ENEM do Programa de Extensão Territorial/PEP do Departamento de Biotecnologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mail: raickdjs@hotmail.com



junto com Thomé de Sousa em 1549, quando da fundação da primeira vila portuguesa na América. A Companhia de Jesus (Ordem dos Inacianos) foi criada no bojo da Contrarreforma católica e tinha como objetivo expandir as fronteiras do Império de Cristo e lutar contra as heresias, o paganismo e o alastramento do protestantismo. Sua presença na América estava ligada também a colaboração da Igreja Católica Ibérica com o projeto colonialista do Império Ultramarino Português, tendo recebido desse último apoio financeiro e técnico necessário para se instalar e exercer suas atividades nas diversas possessões do além-mar. “Para o melhor e o pior, os jesuítas estão entre os grandes campeões da Igreja Católica romana a partir do século XVI” (Santos, 2019: 22). O processo de admissão para ingresso na ordem era considerado rigoroso, pois os interessados deveriam demonstrar aptidões espirituais e senso prático. Entre os valores necessários para fazer parte da Companhia de Jesus estavam: castidade, pobreza e obediência. Com relação ao papel da ordem na colonização, Santos pontua que os inacianos se tornaram a partir das missões, os pioneiros da aventura antropológica ocidental, porém, não de forma desinteressada, pois ainda durante o século XVI a Companhia já se fazia presente no Japão e em possessões portuguesas na África (Santos, 2019: 25). O autor discute com mais profundidade a junção de interesses entre o poder temporal e o espiritual a partir do Padroado. Esse primeiro capítulo demonstra ainda a expansão e consolidação da Companhia de Jesus no processo de interiorização e ocupação do território, sempre atento para as fissuras e as divergências de interesses entre a Igreja Católica metropolitana, o Estado Monárquico, os agentes envolvidos no empreendimento missionário, os colonizadores e as populações nativas. Uma importante atenção é dada também ao modelo de “aldeamento” (destribalização e sedentarização) empreendido pelos missionários, sobretudo seus sucessos e fracassos frente ao empreendimento colonial.

No segundo capítulo, denominado *As aldeias e sua transformação em vilas*, Santos analisa a utilização do trabalho indígena (aldeados voluntariamente ou adquiridos na guerra justa entre os séculos XVI ao XVIII) no processo de construção da riqueza da Companhia de Jesus no Brasil e na produção para o abastecimento interno e para a exportação. No primeiro

momento o autor discute o papel da “catequese” nesse processo de conversão dos “gentios” da terra à religião cristã. A partir da divisão, com base na Lei de 1755 (lei geral da liberdade indígena), o autor investiga os distintos caminhos trilhados pela Ordem na Bahia e no Maranhão, bem como suas contradições.

Fazendo referência à cobiça e às injustiças daqueles que se aproveitavam dos casos de cativoiro justo, para introduzir os injustos, o texto da lei poderia ter sido escrito até mesmo por um jesuíta, mas de fato era o primeiro passo para a extinção da Ordem em Portugal (Santos, 2019: 53).

O pesquisador nos mostra que, no caso da Bahia, a passagem das antigas aldeias a condição de “vilas” e “povoados”, foram realizados conforme os regulamentos, atribuições e gerências com base nos decretos assinados por D. José I em 1755 e 1758. Esses novos estatutos retiravam a primazia do controle dos antigos aldeamentos das mãos dos jesuítas, responsáveis por essa tarefa desde 1686. Tão logo as resoluções foram aprovadas, agora não apenas o trabalho indígena passou a gerar polêmica como também a delimitação das terras (colonos, jesuítas e índios), as jurisdições, o fisco e administração das novas localidades. De fato, todo o conjunto de medidas propostas e adotadas entre 1755 e 1759, previam não apenas a secularização da administração pública dos antigos aldeamentos, como também a secularização espiritual, ao retirar das missões e transferir para as paróquias e dioceses essas atribuições (Santos, 2018: 65-66). Um duplo golpe dado pela administração pombalina à empresa jesuítica.

O terceiro capítulo, intitulado de *O inventário e o sequestro dos bens da Companhia de Jesus na Bahia*, examina o patrimônio da Igreja sob a ótica dos dirigentes do Estado Ultramarino Português. Sabe-se que ao longo dos três primeiros séculos de colonização, os jesuítas tornaram-se a ordem religiosa mais rica e influente do Brasil, tendo recebido diversas doações de terceiros, recursos do Estado e ampliado suas atividades econômicas a partir da produção agrícola, além de serem pioneiros nos estudos da medicina, do ensino, da botânica, da etnografia, da linguística e da história (Santos, 2019: 70-71). “Com significativo acréscimo material, o século XVIII torna-se um século de expansão das atividades da Ordem na Bahia, com a instalação da

Casa do Noviciado, da Casa dos Exercícios Espirituais e do Seminário (para formação de padres diocesanos) (Santos, 2019: 71). As diversas acusações de enriquecimento ilícito, feitas sobremaneira por colonos e integrantes das outras ordens, justificavam-se a partir dos impedimentos legais contidos nas ordenações do Reino, de contrair “bens de raiz” sem autorização régia.

Nesse sentido, o sequestro dos bens de raiz justificaria não apenas pela existência de ordens e alvarás precedentes, dos quais urgia execução, mas, sobretudo pelo clandestino domínio exercido pelos jesuítas no interior da América (Santos, 2019: 74).

Após inventariado, ao fim do ano de 1759, diversos bens de raiz pertencentes a Companhia foram sequestrados, o relatório definitivo para a Coroa de todas essas riquezas, entretanto, só ficou pronto no ano seguinte quando chegou ao Brasil o novo vice-rei e quando foi criada a Junta de Arrecadação da Real Fazenda, departamento responsável por repassar os bens confiscados ao erário português (Santos, 2019: 76). Dentre os bens inventariados, as principais cifras vinham do Colégio da Bahia, especialmente dos diversos imóveis urbanos espalhados pelo Brasil (Salvador, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Piauí), totalizando 186 casas, 58 sítios alugados, 5 sítios de uso da ordem, a Casa dos Exercícios e o Cais, um imóvel estimado em 36.000.000 réis, talvez um dos patrimônios mais valiosos da colônia. Além desses imóveis havia centenas de outras fazendas e engenhos não inventariados. Entre os anos de 1760 e 1761 se deu o sequestro definitivo dos bens inventariados e entre os anos de 1761 e 1763 ocorreram as vendas e as arrecadações dessas riquezas. Além das significativas implicações de ordem econômicas, o sequestro e expulsão dos jesuítas do Brasil estavam ligados também a arranjos políticos e ideológicos.

O quarto capítulo, chamado *A prisão e o embarque dos religiosos para o Reino*, aborda mais detidamente a expulsão dos agentes religiosos do Brasil, especialmente da Bahia no ano de 1760. Nesse capítulo, o autor discute com mais delonga as diversas relações de apoio e oposição entre os agentes do Estado e da Igreja no tocante a “causa jesuítica”, em especial, trata do afastamento do Arcebispo Geral D. José Botelho e seu suposto alinhamento “pró-jesuíta”. Dando continuidade ao exame da expulsão,

Santos narra as detenções dos agentes inicianos no Colégio da Bahia e nas demais casas religiosas espalhadas pelo território, e todo o rigor executado nas prisões, conduções e deportações. Estima-se que para o Noviciado, local de embarque para o reino, tenham chegado 168 jesuítas, dos quais 44 haviam renunciado e permanecido na Bahia, enquanto que os demais seguiram viagem em duas embarcações (Santos, 2019: 120-121).

O quinto e último capítulo, nomeado *O discurso antijesuíta*, investiga a construção da justificação do sequestro e expulsão dos jesuítas do Brasil, bem como analisa como se deu a estruturação da oposição antijesuíta na Europa, tendo como resultado a extinção da ordem religiosa em 1773, decretado pelo pontífice romano. Nesta parte do trabalho a autor discute a emergência do discurso conspiratório contra a ordem religiosa, o temor partilhado entre os agentes do Estado de um possível levante da ordem na América a partir do apoio de aldeados e colonos, o que acarretaria em grandes prejuízos para o erário português. Além das diversas oposições ideológicas entre os agentes do Estado, colonos e religiosos ligados às outras ordens, as comumente associações da Ordem dos inicianos com os “excessos”, “escândalos”, “desordens”, “transgressões” e “usurpações” veio se somar com a tentativa de regicídio ocorrida em 1758, na qual os jesuítas foram acusados de conspiradores e participantes. Dessa forma, vincular a “perseguição” a Companhia de Jesus a figura do Marques de Pombal, mesmo que revestida de um fundo de verdade, pode mascarar um movimento mais amplo de desconfiança geral da sociedade com relação aos agentes religiosos (Santos, 2019: 125). Além desses fatores devem ser incluídos o momento “ilustrado” e a emergência do nacionalismo, contraditório com o caráter universalista da Companhia de Jesus (Santos, 2019: 151).

Vistos em conjuntos, esses capítulos nos oferece um amplo painel das instituições, dos agentes e das ideias em oposições durante o momento de expulsão dos jesuítas da Bahia, o que vem confirmar o sentimento reformista que era experimentado pelo mundo ocidental durante o século XVIII.